

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 412, DE 2024
(Do Poder Executivo)
MSC 939/2024
OF 1011/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria n.º 4.966, de 20 de setembro de 2019, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 939

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2019, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Brasília, 29 de agosto de 2024.



Brasília, 20 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25535/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00022/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.966/SEIMCTIC, de 20 de setembro de 2019, publicada em 23 de outubro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/10/2019 | Edição: 206 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 4.966-SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Renovar a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP n.º 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1011/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2019, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/09/2024, às 21:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6050237** e o código CRC **6B3FD135** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45732/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.069083/2013-41.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908613** e o código CRC **789F48D9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.069083/2013-41**

Interessado: **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 22 (vinte e dois) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 09/12/2013

WEBERSON WAYNE NÓBREGA PEIXOTO

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDI/SCE-MC

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR
PAULO BERNARDO SILVA
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 069083/2013-41

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

27/11/2013-08:21 - SDCOM

Assunto: **Renovação de Outorga**

Período: **2014 a 2024**

Serviço: **Rádiodifusão Sonora em Onda Média**

Localidade: **Nova Esperança/PR**

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, **Concessionária do Serviço de Rádiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz**, com nome fantasia "*Rádio Canção Nova Esperança*", neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Filipe Garcez Jardim**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, CEP 12.630-0000, Cachoeira Paulista/SP, vem, tempestivamente, com fundamento no artigo 4º da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11/07/2012, e no artigo 3º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, requerer que Vossa Excelência se digne apreciar e aprovar o presente **requerimento de renovação**, por novo período, da concessão em referência – outorgada pela Portaria MVOP nº 552, de 18 de julho de 1954, renovada pelo Decreto de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 795, de 22 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2003, renovada pela última vez pelo Decreto Presidencial s/nº, de 24 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 25/08/2006, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 252 de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 01/10/2007 –, para explorar o Serviço de Rádiodifusão Sonora em Onda Média na localidade de Nova Esperança/PR.

Para tanto, instrui o presente com os documentos relacionados abaixo, exigidos pelo Anexo II da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012:

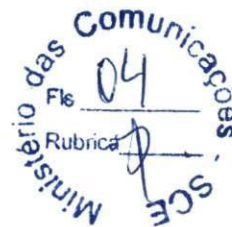
1. Declaração, firmada pelo representante legal desta entidade, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga (via original);
2. Declaração, firmada pelo representante legal desta entidade, de que somente brasileiros natos exercem e exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada (via original);
3. Comprovantes de recolhimento da contribuição sindical, dos últimos cinco anos, relativa ao empregador (cópias autenticadas);
4. Comprovantes de recolhimento da contribuição sindical, dos últimos cinco anos, relativa ao empregado (cópias autenticadas);
5. Comprovante de regularidade com o FISTEL (via original);
6. Prova de regularidade relativa ao INSS (via original);
7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (via original);
8. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal (via original);
9. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede desta entidade (via original);
10. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede desta entidade e do local da prestação do serviço (via original).

Nesses termos, renovando votos de elevada estima e distinto apreço, pede e espera o recebimento, processamento e acolhimento deste.

Nova Esperança/PR, 21 de novembro de 2013.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
FILIPE GARCEZ JARDIM
SÓCIO ADMINISTRADOR



DECLARAÇÃO

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, **Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz**, com nome fantasia “*Rádio Canção Nova Esperança*”, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Filipe Garcez Jardim**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, CEP 12.630-0000, Cachoeira Paulista/SP, DECLARA, para fins de renovação de outorga, que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Nova Esperança/PR, 21 de novembro de 2013.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
FILIPÉ GARCEZ JARDIM
SÓCIO ADMINISTRADOR

DECLARAÇÃO

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, **Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz**, com nome fantasia "*Rádio Canção Nova Esperança*", neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Filipe Garcez Jardim**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, CEP 12.630-0000, Cachoeira Paulista/SP, DECLARA, para fins de renovação de outorga, que somente brasileiros natos exercem e exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Nova Esperança/PR, 21 de novembro de 2013.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
FILIPÉ GARCEZ JARDIM
SÓCIO ADMINISTRADOR

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATÉ O VALOR LIMITE E ATÉ O VENCIMENTO				
Cedente SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR				
Data do Documento 18/12/2012	Número do Documento 201203572717	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 18/12/2012
Uso do Banco EXERC (2013)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.				

Vencimento 31/01/2013
Agência / Código Cedente 0369 / 000.000.800.03503-8
Nosso Número 793527120001
(=) Valor do Documento 866,96
(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Sacado:
RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
R LORD LOVAT, 497, - CEP 87600-000 - CENTRO - NOVA ESPERANCA /PR

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

Ministério das Comunicações
Fls. 06
Rubrica
SCE

0167AA094688
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL EM CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE
Cach. 18 NOV. 2013
Pta.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50
CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE

[bb.com.br]



Cobrança / Títulos

31/01/2013 - BANCO DO BRASIL - 16:56:45
335803358 0032
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS
CLIENTE: R SOC NOVA ESPERANCA LTDA
AGENCIA: 3358-8 CONTA: 5.066-0
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
10499703510361777935427120001014755950000086696
NR. DOCUMENTO 13.101
DATA DO PAGAMENTO 31/01/2013
VALOR DO DOCUMENTO 866,96
VALOR COBRADO 866,96
NR.AUTENTICACAO 5.C37.B6D.2EB.871.FE4

Transação efetuada com sucesso por: J2400198 FILIPE GARCEZ JARDIM.



0167AA094688
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL EM CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE
Cach. 18 NOV. 2013
Pta.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50
CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Ministério das Comunicações
Fis. 02
Rubrica
SCB

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR 000364		Vencimento 31/01/2012		Exercício 2012	
Endereço AL AUGUSTO STELLFELD		Número 245	Complemento AP 5 1 AND	Código da Entidade Sindical 000.000.800.03503-8	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80410-140	Cidade/Município CURITIBA		CNPJ da Entidade 77.969.590/0001-90	
UF PR					

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 79.352.712/0001-20			
Endereço R LORD LOVAT		Número 497	Complemento		
CEP 87600-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município NOVA ESPERANCA		UF PR	Código Atividade 711

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
849,26

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70351 03717.779353 27120.001113 3 52290000084926

Código do Cedente 000.000.800.03503-8	Nosso Número 793527120001	Valor do Documento 849,26	Data Vencimento 31/01/2012	Exercício 2012
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



WALTER T. GUIMARÃES - Oficial

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL EM COPIA EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DO L.P.E.

18 NOV. 2013

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50

[00.com.br]

Cobrança / Títulos



30/01/2012 - BANCO DO BRASIL - 13:31:37
335803358 0017
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CLIENTE: R SOC NOVA ESPERANCA LTDA
AGENCIA: 3358-8 CONTA: 5.066-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499703510371777935327120001113352290000084926
NR. DOCUMENTO 13.004
DATA DO PAGAMENTO 30/01/2012
VALOR DO DOCUMENTO 849,26
VALOR COBRADO 849,26
NR. AUTENTICAÇÃO 9.89C.2E4.332.384.F89

Transação efetuada com sucesso por: J2400198 FILIPE GARCEZ JARDIM.



WALTER T. GUIMARÃES - Oficial

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL EM COPIA EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DO L.P.E.

18 NOV. 2013

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50

CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474



Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR 000364		000.000.800.03503-8	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
AL AUGUSTO STELLFELD	245	AP 5 1 AND	77.969.590/0001-90
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
CENTRO	80410-140	CURITIBA	PR

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA		79.352.712/0001-20	
Endereço	Número	Complemento	
R LORD LOVAT	497		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
87600-000	CENTRO	NOVA ESPERANCA	PR
		Código Atividade	
		711	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
833,34

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado



104-0 10499.70351 03717.779353 27120.001113 8 48640000083334

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.800.03503-8	793527120001	833,34	31/01/2011	2011

Autenticação Mecânica

[bb.com.br]

Page 1 of 1



Cobrança / Títulos

A33H281445388976005
28/01/2011 14:49:31

28/01/2011 - BANCO DO BRASIL - 14:49:31
335803358 0024

OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: R SOC NOVA ESPERANCA LTDA
AGENCIA: 3358-8 CONTA: 5.066-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499703510371777935327120001113848640000083334
NR. DOCUMENTO 12.801
DATA DO PAGAMENTO 28/01/2011
VALOR DO DOCUMENTO 833,34
VALOR COBRADO 833,34
NR. AUTENTICACAO 8.CC1.095.6C8.D92.877



Transação efetuada com sucesso por: J2400198 FILIPE GARCEZ JARDIM.

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR 000364		Vencimento 31/01/2010		Exercício 2010	
Endereço AL AUGUSTO STELLFELD		Número 245		Código da Entidade Sindical 000.000.800.03503-8	
Bairro/Distrito CENTRO		Complemento AP 5 1 AND		CNPJ da Entidade 77.969.590/0001-90	
CEP 80410-140		Cidade/Município CURITIBA		UF PR	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 79.352.712/0001-20	
Endereço R LORDE LOVAT		Número 497	
CEP 87600-000		Bairro/Distrito CENTRO	
Cidade/Município NOVA ESPERANCA		UF PR	
Código Atividade 601			

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes
310.000,00

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
686,46

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado



104-0

10499.70351 03617.779354 27120.001014 2 44990000068646

CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE

Código do Cedente 000.000.800.03503-8	Nosso Número 793527120001	Valor do Documento 686,46	Data Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

029-462210822-3

29/JAN/2010

HORA DF 16:43:49

TERM 029368

LOT. 21.19139-2

LOCALIDADE: CACHOEIRA PAULISTA
AG. VINCULADA: 2003COMPROVANTE PAGAMENTO DE
CONTRIBUIÇÃO SINDICALDATA DE VENCIMENTO: 31/01/2010
VALOR DO PAGAMENTO: 686,461049970351 03617779354
27120001014 2 44990000068646

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

029-462210822-3

VIA DO CLIENTE



Vencimento
31/01/2010 Exercício
2010

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR 000364		Código da Entidade Sindical 000.000.800.03503-8	
Endereço AL AUGUSTO STELLFELD	Número 245	Complemento AP 5 1 AND	CNPJ da Entidade 77.969.590/0001-90
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80410-140	Cidade/Município CURITIBA	UF PR

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 79.352.712/0001-20	
Endereço R LORD LOVAT	Número 497	Complemento	
CEP 87600-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município NOVA ESPERANCA	UF PR
		Código Atividade 601	

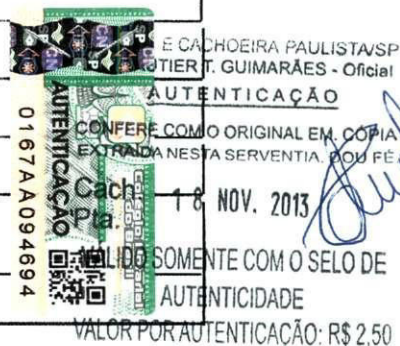
Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 132,93	
Capital Social - Empresa 310.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado	

104-0 10499.70351 03617.779354 27120.001014 1 44990000013293

Código do Cedente 000.000.800.03503-8	Nosso Número 793527120001	Valor do Documento 132,93	Data Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010	CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS ESCREVENTE
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------	--

Autenticação Mecânica



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

029-462210802-9

29/JAN/2010

HORA DF 16:29:47

TERM 029368

LOT. 21.19139-2
LOCALIDADE: CACHOEIRA PAULISTA
AG. VINCULADA: 2003COMPROVANTE PAGAMENTO DE
CONTRIBUIÇÃO SINDICALDATA DE VENCIMENTO: 31/01/2010
VALOR DO PAGAMENTO: 132,931049970351 03617779354
27120001014 1 44990000013293

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

029-462210802-9

VIA DO CLIENTE

CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474Vencimento
31/01/2009Exercício
2009**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SINIMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR		Código da Entidade Sindical 000.000.000.03503-3	
Endereço AL AUGUSTO STELLFELD	Número 245	Complemento AP 5 1 AND	CNPJ da Entidade 77.969.590/0001-90
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80410-140	Cidade/Município CURITIBA	UF PR

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 79.352.712/0001-20	
Endereço R LORD LOVAT	Número 497	Complemento	
CEP 87600-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município NOVA ESPERANCA	UF PR
		Código Atividade 711	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos	
Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes
ENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 0
PRT (=) Valor Cobrado	

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento 132,93

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado



0167AA094696

CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE

104-0

10499.70351 03717.779353 27120.001113 9 41340000013293

Código do Cedente 000.000.000.03503-3	Nosso Número 793527120001	Valor do Documento 132,93	Data Vencimento 31/01/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

Ministério das Comunicações
Fls. 11
Rubrica

18 NOV. 2013

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50

EM BRANCO

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 30/04/2013	
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR					Agência / Código Cedente 0369 / 000.009.019.88359-9	
Data do Documento 18/04/2013		Número do Documento 201301880482		Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 18/04/2013
Nosso Número 793527120001		Nossa Valor do Documento 61,51				
Uso do Banco EXERC (2013)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor		
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.						
(-) Desconto / Abatimento						
(-) Outras Deduções						
(+/-) Mora / Multa						
(+/-) Outros Acréscimos						
(-) Valor Cobrado						

Sacado:
RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
R LORD LOVAT, 497, - CEP 87600-000 - CENTRO - NOVA ESPERANCA /PR

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

https://sindical.caixa.gov.br/sites_internet/contribuinte/imprimir_guia/imprimir_guia_... 18/04/2013

CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE

[bb.com.br]



Cobrança / Títulos

30/04/2013 - BANCO DO BRASIL - 08:27:22
335803358 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: R SOC NOVA ESPERANCA LTDA
AGENCIA: 3358-8 CONTA: 5.066-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499788345991777935327120001600656840000006151
NR. DOCUMENTO 43.002
DATA DO PAGAMENTO 30/04/2013
VALOR DO DOCUMENTO 61,51
VALOR COBRADO 61,51

NR.AUTENTICAÇÃO 0.0E2.2CB.07B.BC4.742

Transação efetuada com sucesso por: J2400198 FILIPE GARCEZ JARDIM.



CONFERE COM O ORIGINAL EM COPIA
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU
AUTENTICAÇÃO
Cach. 18 NOV. 2013
PLA.

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50
CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR 000364		Código da Entidade Sindical 000.009.019.88359-9	
Endereço PRACA CARLOS GOMES 211 1AND S4	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 75.041.871/0001-52
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80010-140	Cidade/Município CURITIBA	UF PR

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 79.352.712/0001-20	
Endereço R LORD LOVAT	Número 497	Complemento	
CEP 87600-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município NOVA ESPERANCA	UF PR

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
57,34

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.78834 59917.779353 27120.001600 8 53190000005734

Código do Cedente 000.009.019.88359-9	Nosso Número 793527120001	Valor do Documento 57,34	Data Vencimento 30/04/2012
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

Autenticação Mecânica

[bb.com.br]

**Cobrança / Títulos**

27/04/2012 - BANCO DO BRASIL - 14:51:07
335803358 0030

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CLIENTE: R SOC NOVA ESPERANCA LTDA
AGENCIA: 3358-8 CONTA: 5.066-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499788345991777935327120001600853190000005734
NR. DOCUMENTO 42.702
DATA DO PAGAMENTO 27/04/2012
VALOR DO DOCUMENTO 57,34
VALOR COBRADO 57,34
NR. AUTENTICACAO 9.41D.EA6.6F3.455.055

Transação efetuada com sucesso por: J2400198 FILIPE GARCEZ JARDIM.



CONFERE COM O ORIGINAL EM COPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOUFG
AUTENTICACAO
Cach. 18 NOV. 2013
Pta. 78 NOV. 2013

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICACAO: R\$ 2,50

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICACAO: R\$ 2,50

Local de Pagamento NAS LOTERIAS ATÉ VLR LIMITE					Vencimento 30/04/2011	
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR					Agência / Código Cedente 0369 / 000.009.019 82359-9	
Data do Documento 27/04/2011	Número do Documento 201101965993	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 27/04/2011	Nosso Número 793527120001	
Uso do Banco EXERC (2011)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 30,87	
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA. MULTA. 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE. JUROS 1%, MAIS CORREC MONET 000000 FRT					(-) Desconto / Abatimento	
					(-) Outras Deduções	
					(-) Mora / Multa	
					(-) Outros Acréscimos	
					(=) Valor Cobrado	

Sacado:
RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
R LORD LOVAT 497 - CEP 87600-000 - NOVA ESPERANCA - NOVA ESPERANCA /PR

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



http://sindical.caixa.gov.br/sites_internet/contribuinte/imprimir_guia/imprimir_g... 27/04/2011

[bb.com.br]

Page 1 of 1



Cobrança / Títulos

A33E281443406172007
28/04/2011 14:51:55

28/04/2011 - BANCO DO BRASIL - 14:51:55
335803358 0022

OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: R SOC NOVA ESPERANCA LTDA
AGENCIA: 3358-8 CONTA: 5.066-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499788345991777935327120001600949530000003087
NR. DOCUMENTO 42.802
DATA DO PAGAMENTO 28/04/2011
VALOR DO DOCUMENTO 30,87
VALOR COBRADO 30,87
NR. AUTENTICAÇÃO 4.052.598.C16.B35.0F0



Handwritten signature and stamp of Clara Glauciene dos Santos, Escrevente, with a date of 11 NOV. 2011. The stamp also includes the text 'MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES' and 'SCE'. The text 'VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE' and 'VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50' is also visible.

Transação efetuada com sucesso por: J2400198 FILIPE GARCEZ JARDIM.



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR 000364		Vencimento 30/04/2010		Exercício 2010	
Endereço PRACA CARLOS GOMES 211 1AND S4		Número	Complemento	Código da Entidade Sindical 000.009.019.88359-9	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80010-140	Cidade/Município CURITIBA	UF PR	CNPJ da Entidade 75.041.871/0001-52	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 79.352.712/0001-20		
Endereço R LORD LOVAT			Número 497	Complemento	
CEP 87600-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município NOVA ESPERANCA	UF PR	Código Atividade 960	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
20,99

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.78834 59917.779353 27120.001600 1 45880000002099

Código do Cedente 000.009.019.88359-9	Nosso Número 79352712000	Valor do Documento 20,99	Data Vencimento 30/04/2010	Exercício 2010
--	-----------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



pág 1 de

30/04/2010 - BANCO DO BRASIL - 17:12:30
201202012 0004

OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: ECIN EMPRESARIAL

AGENCIA: 2012-5

CONTA:

78.140-1

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499788345991777935327120001600145880000002099

NR. DOCUMENTO 43.008

DATA DO PAGAMENTO 30/04/2010

VALOR DO DOCUMENTO 20,99

VALOR COBRADO 20,99

NR.AUTENTICACAO

F.D0A.33E.9E4.251.604



DIGITALIZADO
LANÇADO
CLIPAG

Transação efetuada com sucesso por: J0093070 JOSE H FOZATI

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474Vencimento
30/04/2009Exercício
2009**Dados da Entidade Sindical**Nome da Entidade
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR 000364Código da Entidade Sindical
000.009.019.88359-9Endereço
PC CARLOS GOMESNúmero
211Complemento
1 ANDARCNPJ da Entidade
75.041.871/0001-52Bairro/Distrito
CENTROCEP
80010-140Cidade/Município
CURITIBAUF
PR**Dados do Contribuinte**Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDACPF/CNPJ/Código do Contribuinte
79.352.712/0001-20Endereço
R LORD LOVATNúmero
497

Complemento

CEP
87600-000Bairro/Distrito
CENTROCidade/Município
NOVA ESPERANCAUF
PRCódigo Atividade
960**Dados de Referência da Contribuição**Categoria
☐ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ AutônomosCapital Social - Empresa
1,00

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento
Total Remuneração - ContribuintesMENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE
Total Empregados - Estabelecimento
0**Dados da Contribuição**(-) Desconto / Abatimento
18,27

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora / Multa

(+/-) Outros Acréscimos

PRT (-) Valor Cobrado

104-0


10499.78834 59917.779353 27120.001600 6 42230000001827


Código do Cedente
000.009.019.88359-9Nosso Número
793527120001Valor do Documento
18,27Data Vencimento
30/04/2009Exercício
2009

Autenticação Mecânica

VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,50

CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE**EM BRANCO**Ministério das Comunicações
Fls. 16
Rubrica
SCB

**ANATEL**
Agência Nacional
de Telecomunicações



Acesso à Informação
Fis. 17
Rubrica
SCE

BRASIL
BOM DIA
EMISSORA DO PLANALTO LTDA.
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » » Nada Consta

menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA

CNPJ: 79.352.712/0001-20

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:24:02 do dia 21/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 001512013-14023712

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA - ME

CNPJ: 79.352.712/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 29/10/2013.

Válida até 27/04/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção:qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 79352712/0001-20
Razão Social: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
Nome Fantasia: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA
Endereço: RUA LORD LOVAT 497 / CENTRO / NOVA ESPERANCA / PR / 87600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/11/2013 a 20/12/2013

Certificação Número: 2013112111185912442290

Informação obtida em 21/11/2013, às 11:37:37.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA - ME
CNPJ: 79.352.712/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:18:55 do dia 29/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/04/2014.

Código de controle da certidão: **86C4.72BC.8327.8F66**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 11090045-74

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **79.352.712/0001-20**

Este CNPJ/MF não consta nos cadastros da Secretaria da Fazenda do Paraná.

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do requerente, nesta data.

Finalidade: Simples verificação

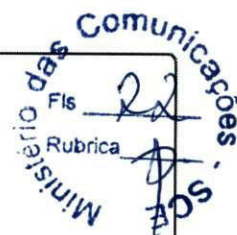
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Esta Certidão tem validade até 26/02/2014 - Fornecimento Gratuito





MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AV. ROCHA POMBO, 1453 - 87600000 - CENTRO - NOVA ESPERANÇA - PR



Certidão Negativa de Débitos

Informações da Certidão:

Data de Emissão: 29/10/2013

N.º da Certidão: 4155/2013

Data de Vencimento: 28/11/2013

Código de Autenticação: 3899552703831

Informações do Requerente:

CNPJ/CPF Requerente: 79.352.712/0001-20

Requerente: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

Finalidade da Certidão: DE VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS

Informações do Contribuinte: Empresa/Prestador

CPF / CNPJ: 79.352.712/0001-20

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA

Endereço: RUA LORD LOVAT, 497 - CENTRO NOVA ESPERANÇA/PR CEP: 87.600-000

CERTIFICAMOS que o contribuinte acima citado encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal não constando pendências até a presente data em nome do mesmo, relativas aos tributos de competência municipal. RESSALVADO o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas. Esta certidão não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Fazenda Pública Municipal, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX do artigo 149 da Lei Federal N.º 5.172/1966 – Código Tributário Nacional. Esta certidão emitida é válida em todo território nacional, refere-se exclusivamente aos débitos relativos aos tributos municipais, inclusive às inscrições em Dívida Ativa, não abrangendo os demais tributos Federal e Estadual, com as finalidades previstas na Lei n.º 8.212, de 24 de junho de 1991, e alterações exceto para: -averação de obra e construção civil no Registro de Imóveis; -redução do capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresarial ou simples; -baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresarial ou simples, inclusive de cisão total, fusão ou incorporação. Certidão emitida com base no Decreto N.º 3.706/2011

Terça-feira, 29 de Outubro de 2013.

Atenção: Esta Certidão foi emitida via Internet, e para verificar sua AUTENTICIDADE utilize o código informado acima, acesse www.novaesperanca.pr.gov.br, Tributos Web, clique na opção (CERTIDÕES) e posterior selecionando a Opção (AUTENTICAR DOCUMENTOS).

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

JUAREZ MORAES DE MEDEIROS

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Relatórios » **Outorga** | internet | tela | menu | ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM**

UF: PR

Município: Nova Esperança

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	Nova Esperança	01/05/2004	01/05/2014

Usuário: Anatel\juarez.mc - JUAREZ MORAES DE MEDEIROS Data: 30/01/2014 Hora: 17:58:48

Registro 1 até 1 de 1 registros Página: [1] [Ir] [Reg]



Tela Inicial



Imprimir



Exportar Excel

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações**BOM DIA**
SONIA VALESCA MENEZES MONTEIROSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet tela

menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 79.352.712/0001-20

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FILIPE GARCEZ JARDIM	162.775.318-40	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	063.472.568-86	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 07/03/2014

Hora: 11:08:12

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações**BOM DIA**
SONIA VALESCA MENEZES MONTEIROSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet tela

menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 162.775.318-40

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FILIPE GARCEZ JARDIM	162.775.318-40	FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SE	Aracaju
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OT	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	PE	Gravatá
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	BA	Vitória da Conquista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Caçapava
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Sócio	115000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Caçapava

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 07/03/2014

Hora: 11:08:29

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações

SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Sistemas
Interativos

BOM DIA

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 79.352.712/0001-20

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FILIPE GARCEZ JARDIM	162.775.318-40	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	063.472.568-86	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 07/03/2014

Hora: 11:08:51

BOM DIA

SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 063.472.568-86

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	063.472.568-86	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Sócio	115000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Caçapava

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 07/03/2014

Hora: 11:09:33

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações

SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet tela menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 60.509.072/0001-90

RADIO AMERICA S/A

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESPÓLIO) ANGELO SONEGO	333.336.618-53	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
(ESPOLIO) BRUNO CAVALCANTI FEDER	555.551.602-91	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
ARNO BRUSTOLIN	534.733.378-20	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
BENEDITA EDINEIA PEIXOTO DOS SANTOS	081.088.088-12	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	063.472.568-86	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
HERMINIO LUCIO CANELA	333.336.708-44	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
JOAO LUIZ DE OLIVEIRA	019.288.668-16	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	SP	São Paulo
JOSE LACQUANETI (ESPÓLIO)	151.751.409-00	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
MANOEL CONCEICAO QUINTA	935.696.298-72	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
MARLENE CORREIA MENDONCA	798.492.297-72	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	OM	Nacional	SP	São Paulo
MESSIAS FERNANDES DA FONSECA	002.084.917-67	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
VALDIR JOSE DE CASTRO	022.313.208-00	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
WALDEMIR DOS SANTOS	044.855.198-56	RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 07/03/2014

Hora: 11:10:18

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações**BOM DIA**
SONIA VALESCA MENEZES MONTEIROSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet

teia

menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 59.350.967/0001-46

RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FILIPE GARCEZ JARDIM	162.775.318-40	RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Caçapava
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Sócio	115000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Caçapava
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	063.472.568-86	RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Sócio	115000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Caçapava

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 07/03/2014

Hora: 11:13:08



Intranet ? Ajuda

Processo Serviços Consulta Pública Assunto

SONIA.MONTEIRO - USUÁRIO

Manter	Processo	UF	Localidade	Canal	Entidade	Assunto	Situação	Caixa	Serviço	Documento
	53000.069083/13	PR	NOVA ESPERANÇA		RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA	112	206		QM	Não
	53740.000568/02	PR	NOVA ESPERANÇA		RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA	114	228	PR 4		Não
	53000.015022/04	PR	NOVA ESPERANÇA	OM	RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA	101	231	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53000.048710/09	PR	PINHAIS	44+	RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA	101	228		RTV - PRI	Não





LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.069083/2013		
Entidade requerente: Rádio Nova Esperança Ltda.		
Localidade: Nova Esperança	UF: PR	Serviço: OM
Período(s): 1º/5/2014 a 1º/5/2024		

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se aplica	FL (s).
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I), a interessada apresentou, em conformidade com o Anexo II :				
1 – requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			2/3
2 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			4
3 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	X			5
4 – certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			6 a 11
5 - certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			12 a 16
6 – comprovante de regularidade com o FISTEL ?	X			17
7 - prova de regularidade relativa ao INSS?	X			18
8 - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			19
9 - certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			20



NOTA TÉCNICA Nº 589 /2014/GTCO/DEOC/SCE-MC

Processo n.: 53000.069083/2013

Assunto: **Renovação de Outorga. Obediência ao estabelecido pela Portaria nº 329/2012. Excesso aos limites permitidos pelo Decreto-Lei nº 236/67. PARECER 8/2013/GAB/CONJUR – MC/AGU, de 7.1.2013 e PARECER Nº 630/2013/FMB/CGCE/CONJUR – MC/CGU/AGU, de 28.5.2013. Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao seguinte período: 1º/5/2014 a 1º/5/2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. Nesse sentido a Entidade, em atendimento ao referido Ato, por meio do documento de fl.2, protocolizou neste Ministério, pedido de renovação, por um novo período, da outorga de OM que detém na localidade de Nova Esperança/PR.

4. Em atendimento às exigências estabelecidas pela Portaria nº 329/2012, e procedida à análise da documentação apresentada, nos termos da Lista de Verificação de Documentos à fl.31, concluiu-se que, a Entidade instruiu o seu pedido de forma completa.

5. Ocorre que, ao proceder à verificação dos limites estabelecidos pelo art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67, constatou-se que um dos atuais sócios e administradores da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., Sr. Filipe Garcez Jardim participa da direção de mais de uma empresa de radiodifusão com outorgas de OMR, em localidades diversas, excedendo assim, os limites fixados, e descumprindo o disposto pelo artigo 12, § 5º do referido Decreto, vejamos:

Filipe Garcez Jardim (sócio e administrador):

Rádio Sociedade de Nova Esperança Ltda. (Nova Esperança/PR) – CNPJ: 79.352.712/0001-20 (Diretor e Sócio);

Fundação João Paulo II (Gravatá/PE) – CNPJ: 50.016.039/0001-75 (Diretor Executivo);

Fundação João Paulo II (Vitória da Conquista/BA) – CNPJ: 50.016.039/0001-75 (Diretor Executivo);

Rádio Emissora do Grande Vale Ltda.-EPP (Caçapava/SP) – CNPJ:59.350.967/0001-46 (Diretor Executivo).

6. A título de esclarecimento, o art.12 do Decreto-Lei n. 236/1967, estabelece que, *in verbis*:

87

10. No entanto, muito embora o Parecer citado no item 7 desta Nota Técnica tenha firmado entendimento em relação à renúncia por uma das outorgas, ainda assim, em manifestação recente, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por meio do PARECER Nº 630/2013/FMB/CGCE/CONJUR – MC/CGU/AGU, de 28 de maio de 2013, fundamenta a respeito dos limites estabelecidos pelo art. 12, § 3º, do Decreto-lei nº 236/67, expondo sobre o cabimento da instauração de processo de apuração de infração, para o cometimento da infração dessa natureza, senão vejamos, *verbis*:

“6. Não é de se cogitar de anuência do Ministério das Comunicações, à quebra dos limites normativos acima transcritos. O Ministério nem sequer dispõe de competência para excepcionar o comando legal, muito menos tem atribuição para autorizar o que a lei veda. Decerto terá havido equívoco da administração, que não redunde em poder do particular de exigir o que o Direito proíbe. O que é de se presumir, na realidade, é que a Administração tenha sido levada a erro nas vezes em que o interessado se habilitou para ser dirigente de entidade, contrariamente ao que a lei dispõe”.

“7. A Administração, ciente agora da falta, deve instaurar o procedimento para apurar responsabilidades e infringir as punições acaso cabíveis, inclusive às entidades faltosas”.

11. Assim, é imperioso ressaltar a necessidade de instar o DEAA para que apure eventual infração da Entidade, e tome as providências cabíveis também quanto à comunicação ou não dos fatos descritos no item 9 à Polícia Federal.

CONCLUSÃO

12. Pelo exposto, opina-se pela remessa da cópia desta Nota Técnica, à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, via AR-POSTAL, tome as providências que julgar necessárias quanto ao item 5 desta Nota Técnica.

Opinamos também pela remessa de memorando ao DEAA, em obediência aos termos do PARECER Nº 630/2013/FMB/CGCE/CONJUR – MC/CGU/AGU, de 28.5.2013, para análise e possível instauração de processo de apuração de infração, e providências cabíveis.

Brasília, 12 de março de 2014.


SÔNIA VALESCA M. MONTEIRO
Advogada

De acordo. À consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, Substituta.

Brasília, 12 de março de 2014.


VANESSA RODRIGUES MACÊDO
Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga

De acordo. À consideração da Diretora do Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 12 de março de 2014.


VANESSA RODRIGUES MACÊDO
Coordenadora, Substituta



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6866

Ofício nº 487 /2014/GTCO/DEOC/SCE-MC

Brasília, 27 de março de 2014.

Ao Senhor
Representante Legal RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
Rua Lord Lovat, nº 497 - Bairro Centro.
87.600-000 Nova Esperança/PR

Assunto: RENOVAÇÃO DE OUTORGA. **Exigência. Processo nº 53000.069083/2013**

Senhor (a) Representante Legal.

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica nº 589 /2014/GTCO/DEOC/SCE-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício de encaminhamento, via AR-Postal.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,


VANESSA RODRIGUES MACÊDO
Coordenadora substituta
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OF: 487/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
RUA LORD LOVAT, Nº 497 - BAIRRO CENTRO
CEP: 87.600-000 NOVA ESPERANÇA/PR
PROC.: 53000.069083/2013
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Enviado em 31/03/2014

35

		REGISTRADO URGENTE
		REGISTERED PRIORITY
AR	MP	PESO / WEIGHT (kg)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
JG 08746354 8 BR		



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CONFORME A PORTARIA Nº 336 DE JULHO DE 2003
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.



Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: () Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

- () Vista do Processo.
(X) Cópia dos autos do Processo – folha _____ à folha _____;
() Certidão do Processo;

Processo Nº 53000.069083/2013

Relativo ao Serviço de: () Rádio Comunitária/ () Rádio/TV Educativa/ () Rádio/TV Comercial/ (X) RTV/ () SARC

Nome do interessado:

Nome da entidade: Rádio Sociedade Nova Esperança LTDA

Endereço completo: SBS, Q. 2, Ed. Casa de São Paulo, Sala 203

CEP 70.078-900

UF/Município: Brasília/DF

Telefones: 3322-8584

E-mail: pedro.teixeira@vieira.ceneviva.com.br

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade do interessado: conhecer do inteiro teor da decisão para eventual defesa de direitos (recurso).

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- () I – Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação *;
() II – Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas *;
() III – As Organizações ou as associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;
() IV – As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos **;

* Representantes Legais/Procuradores – Anexar cópia da Identidade e Cópia da Procuração válida ou Cópia da OAB;

** Organizações/Associações representativas – Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 11 de 04 de 2014

Pedro Ulisses Coelho Teixeira

Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação do interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido



03851161

USO OBRIGATORIO
HECUTAD CIVIL PARA OPORT. G. JUS (LEGAS)
(art. 13, § 1º, da Lei 8.966/94)




ASSINATURA DO PORTADOR

Pedro Ulisses Coelho Teixeira

OBSERVAÇÕES



 **ORDEN DOS ADVOCADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 21264

NOME
PEDRO ULISSES COELHO TEIXEIRA

FILIAÇÃO
PEDRO ULISSES COELHO
SILVANA MARIA COSTA TEIXEIRA

NACIONALIDADE
BALSAS-MA

DATA DE NASCIMENTO
24/10/1981

RG
493359966 - SSP/MA

CPF
655.059.643-20

DOADOR DE ORGÃO E TCCIBUS
SIM

VIA EXPEDIDO EM
21/03/2009

Estefânia Viveiros
ESTEFÂNIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS
PRESIDENTE



Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações (SATP-MC)

CÓPIA DE PROCESSO – INFORMAÇÕES

Processo nº 53 000.069083/2013

Requerente: Rádio Sociedade para o Espírito Santo LTDA

Data de recebimento do requerimento regular no SATP-MC: 23/04/2014

Data em que o requerente foi avisado da disponibilidade das cópias: 23/04/2014

Data da retirada das cópias no SATP-MC pelo requerente: 24/04/14

Requerente - Assinatura e Nome por extenso

Ministério das Comunicações.



Comprovante de Pagamento Referente à cópia do processo.

Solicitante:

Pedro Ulisses

Processo nº:

53000.069083/2013

Quantidade de folha: _____

Valor Total : _____

Situação: (☒) Pago

(☐) Falta pagar

Entregue: (☐) em mão

(☐) Via correio

Telefone para Contato: (☐) _____

Endereço para Correspondência : _____

Cole aqui o comprovante : _____

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/04/2014 - AUTO-ATENDIMENTO - 14.37,22
4811971630

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: FRANCISCA MARIA ALMEIDA *

AGENCIA: 1606-3 CONTA: 5.440-2

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM, UNIAO

Codigo de Barras 89930000000-6 07200001010-0
95523166888-5 80491825932-4

Data do pagamento 17/04/2014

NRO de Referencia 530000690832013

Competencia MM/AAAA 04/2014

Data de Vencimento 17/04/2014

CNPJ 79352712/0001-20

Valor Principal 7,20

Valor em Dinheiro 7,20

Valor em Cheque 0,00

Valor Total 7,20

Data: ____/____/____

DOCUMENTO: 041701
AUTENTICACAO SISBB:
8.CB8.91B.CD6.4DA.D55



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 10 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Nogueira de Souza, Técnico de Nível Superior**, em 10/07/2014, às 12:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0036902** e o código CRC **C2893277**.

AO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA.

DEPARTAMENTO DE OUTORGA

GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

Att. Sra. Coordenadora Substituta, Dra. VANESSA RODRIGUES MACEDO

Processo n. 53000.069083/2013

Ofício nº 487/2014-GTCO/DEOC/SCE-MC

Exigência

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.,

inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87600-000, representada por seus advogados que a presente subscrevem (doc. 01 – procuração), vem, à presença de V. Sas., em atenção ao Ofício em epígrafe, expor e requerer o que segue:



NOTA PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL
Em 06/05/14 às 15:19.
Nome Legível Helena

Página 1 de 7

TEMPESTIVIDADE

1. De início, ressalte-se que a presente manifestação é tempestiva, tendo em vista que o prazo de 30 dias, concedido pelo referido Ofício, o qual foi recebido em 07/04/2014, iniciou-se em 08/04/2014 e se esgotará em 07/05/2014.

BREVE SÍNTESE DOS FATOS

2. A Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (“Nova Esperança” ou “Sociedade”) é detentora da outorga para exploração dos serviços de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

3. Em cumprimento à legislação em vigor, a Nova Esperança apresentou requerimento tempestivo buscando a renovação de outorga para o município de Nova Esperança/PR, para novo período, devidamente acompanhando dos documentos necessários, dando início ao presente processo.

4. Após a análise dos documentos apresentados, este Ministério entendeu que:

Fls. 31 (verso) – campo Observações:

“1. a Interessada extrapola os limites de outorgas estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, que complementa e modifica a Lei nº 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações), vez que um dos seus sócios e dirigente excede os limites em questão.

2. Os limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-lei n. 236/67 estão sendo respeitados, conforme demonstra o extrato de pesquisa realizada no Sistema de acompanhamento de Controle Societário (SLACCO) da Anatel – fls. 24 a 29.

(...)”.



5. Por esse motivo, foi lavrada a Nota Técnica nº 589/2014 (fls. 32 e segs.), na qual consta que o Sr. Filipe Garcez Jardim estaria, supostamente, infringindo os limites legais, pois participa da direção de uma empresa de radiodifusão com outorgas de Ondas Médias Regionais (item 5), em excesso aos limites legais.

6. Além disso, tal documento concedeu oportunidade para que a renúncia de umas das outorgas, visando a adequação da outorgada aos preceitos legais (item 8).

7. Também consignou que o administrador em questão assinou declaração supostamente falsa, referente aos limites estabelecidos pelo DL 236/67, apta a ensejar procedimento administrativo de apuração de infração e crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal. Todavia, adiante-se, tais premissas devem ser afastadas.

8. Todavia, restará comprovado que (i) não houve extrapolação dos limites legais; e (ii) o Sr. Filipe Garcez Jardim não assinou declaração falsa nem, tampouco, cometeu crime de falsidade ideológica. Senão, vejamos:

**DA NÃO VIOLAÇÃO DO DECRETO-LEI 236/67 PELO
ADMINISTRADOR SR. FILIPE GARCEZ JARDIM**

9. De fato, conforme consignado na referida Nota Técnica, o Sr. Filipe Garcez Jardim supostamente estaria extrapolando o limite do Decreto 236/67, pois, além de sócio administrador da Nova Esperança, seria da Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, que por sua vez é a titular de duas outorgas de ondas médias regionais nas localidades de Gravatá/PE e Vitória da Conquista/BA.



10. No entanto, como já é de conhecimento deste Ministério (comunicação protocolada sob o nº 53000.005535/2014-47, em 05/02/2014 – doc. 02), foi registrada em cartório, em 04/12/2013, a ata de reunião extraordinária conjunta do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, realizada no dia 25/10/2013, quando foram eleitos e empossados os membros dos referidos órgãos, para o período de 26/05/2014 a 25/05/2018.

11. Com a formalização da referida eleição, via registro da Ata de Reunião, o Sr. Filipe Garcez Jardim foi substituído, e, conseqüentemente, excluído da Diretoria da Fundação, o que, apesar da eleição e posse dos novos diretores serem atos perfeitos, legais e acabados, passará a produzir os seus efeitos a contar do dia 26/05/2014, quando se encerrará o mandato da diretoria substituída – doc. 03.

12. De fato, a partir de 26/05/2014, os Srs. Wellington Silva Jardim e Paulo Roberto Oliveira Lourenço passarão a officiar, respectivamente, como Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo, na condução das atividades da Fundação João Paulo II.

13. À época da elaboração da Nota Técnica de fls., este Ministério já tinha conhecimento da saída do Sr. Filipe Garcez Jardim do cargo de Diretor da Fundação João Paulo II, de modo que as outorgas de ondas médias regionais nas localidades de Gravatá/PE e Vitória da Conquista/BA não deveriam ser incluídas na verificação do limite do Dec. 236/67.

14. À vista do conteúdo da referida Ata de Reunião da Fundação João Paulo II, fica demonstrado que o Sr. Filipe Garcez Jardim não extrapolou os limites do DL 236/67, uma vez que, com sua saída do cargo de Diretor da Fundação, passou a atender, de forma integral, o que preceitua o artigo 12 do citado diploma legal.

15. Ademais e apenas *ad argumentandum*, se irregularidade houve, a mesma já fora sanada antes mesmo da apresentação do pedido de renovação



Página 4 de 7

de outorga, motivo pelo qual a determinação constante no item 8 da Nota Técnica encontra-se superada.

16. Portanto, ao contrário do que diz a Nota Técnica em referência, o Sr. Felipe Garcez Jardim não extrapolou os limites do DL 236/67, não havendo qualquer irregularidade a ser sanada, tendo em vista que tanto a Nova Esperança quanto seus sócios e administradores sempre zelaram pelo estrito cumprimento da legislação em vigor.

DA ASSINATURA DA DECLARAÇÃO PARA O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA

17. A Nota Técnica ainda aponta, inadvertidamente, que a entidade apresentou declaração falsa, no que se refere aos limites estabelecidos no DL 236/67.

18. Não há que se falar em declaração falsa, muito menos em tipificação do crime de falsidade ideológica, uma vez que consta que a entidade não **excederá** os limites estabelecidos, no futuro, quando a outorga for renovada.

19. O tempo verbal está no **futuro**, não no presente, sendo certo que quando e se houver a renovação de outorga, o Sr. Filipe não será (como não é) mais Diretor da Fundação João Paulo II, de modo que não incorreu em qualquer falsidade ou inverdade ao fazer tal afirmação, pois o mesmo foi substituído em 25/10/2013, muito embora os efeitos da eleição e posse da nova diretoria só produzisse os seus efeitos a partir de 26/05/2014.

20. Na data da assinatura da referida declaração [21/11/2013-fls. 04], já havia sido realizada a reunião extraordinária que deliberou pela eleição de nova Diretoria da Fundação João Paulo II, ficando decidida, repita-se, a substituição do mesmo pela eleição e posse de novos diretores.



21. Assim, quando da assinatura da referida declaração, o Sr. Filipe Garcez Jardim estava apto a fazê-lo, pois condicionava o cumprimento do Dec. 236/67 à futura renovação de outorga.

22. Além disso, é de se considerar que a outorga de concessão para a prestação do serviço de radiodifusão, mais que um direito, é um ônus que é assumido pelo concessionário, uma vez que, por se tratar de serviço que atende a população de um modo geral, deve ser prestado dentro dos parâmetros constitucionais, de forma eficiente e, especialmente, ininterrupta.

23. Por isso é que a Nova Esperança apresentou a declaração assinada pelo Sr. Filipe Garcez Jardim, a qual produzirá seus efeitos no futuro, mas que deveria ser apresentada juntamente com o pedido de renovação de outorga.

24. Se assim não procedesse, a Nova Esperança não apresentaria a relação completa de documentos, podendo até ter seu pedido de renovação de outorga indeferido.

DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

25. Portanto, diante destes fatos, e em razão da continuidade da prestação do serviço público, premissa com a qual a Nova Esperança sempre se comprometeu, este Ministério deve:

(i) Concluir pela não extrapolação dos excessos aos limites do DL 236, por parte do Sr. Filipe Garcez Jardim, devendo ser reconsiderado o entendimento constante no item 5 da Nota Técnica e determinação de correção no item 8, uma vez que já superada; e



(ii) Reconsiderar, também, o disposto nos itens 9, 10 e 11 da Nota Técnica, concluindo-se que a entidade não apresentou de declaração falsa, diante das especificidades do caso.

26. Desse modo, não se faz necessária a instauração de procedimento administrativo e, tampouco, comunicação dos fatos à Polícia Federal.

27. Outrossim, requer o prosseguimento do presente processo de renovação de outorga, o qual culminará no deferimento do pedido para o novo período.

Nestes termos,
pede deferimento.

De Nova Esperança para Brasília, 02 de Maio de 2014.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

Izabel Cristina P. C. Pantaleão

OAB/SP n.º 223.754

Doc. 01

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz, com nome fantasia "*Rádio Canção Nova Esperança*", neste ato representada na forma do seu Contrato Social e respectivas alterações por seu Sócio Administrador, abaixo-assinado, nomeia e constitui como seus procuradores os advogados **MARIA REGINA CAGNACCI DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 76.277; **IZABEL CRISTINA PINHEIRO CARDOSO PANTALEÃO**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SP nº 223.754; **ALEXANDRE DEL RIOS MINATTI**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 283.170; **MARIA FERNANDA ASSEF MINATTI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 283.215, todos com escritório na Rua Libero Badaró, 377, 9º andar, conjuntos 907/908/909, Centro, CEP 01.009-000, São Paulo/SP, telefones/fax (011) 3242-0411; **PEDRO ULISSES COELHO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o nº 21.264 e **FRANCISCA MARIA ALMEIDA**, brasileira, casada, estagiária, RG nº 3092019 SSP/DF, ambos com escritório no SBS, Quadra 2, Bloco A, Edifício Casa de São Paulo, Sala 203, CEP 70078-900, Brasília/DF, telefone/fax (061) 3322-8584 e e-mail ceneviva@vieiraceneviva.com.br, aos quais confere os poderes, para o foro em geral, com cláusula "AD JUDICIA", para representá-la em qualquer Juízo ou instância, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, e, ainda, poderes especiais para, administrativa, judicial ou extrajudicialmente, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, prestar depoimento pessoal, agindo em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas, e, **especialmente para representá-la perante o Ministério das Comunicações, podendo assinar defesas, recursos, pedidos e petições, ter acesso e obter cópias de processos administrativos e processos de apuração de infração, relatórios de fiscalização, procedimentos e documentos em geral.**

Cachoeira Paulista/SP, 23 de Abril de 2014.

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Filipe Garcez Jardim
Sócio Administrador

Página 1 de 1



Doc. 02

EXMO. SR. DR. PAULO BERNARDO SILVA
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – BRASÍLIA/DF

53000.005535/2014 - 47

05/02/2014 - 10:29

Assunto: **Modificação de Quadro Diretivo**

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/n.º, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP: 12.630-900, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em Ondas Tropicais (OT), em Ondas Médias (OM) e em Ondas Curtas (OC) no Município de Cachoeira Paulista/SP e, ainda, em Ondas Médias (OM) nos municípios de Palmas/TO, Vitória da Conquista/BA e Gravata/PE, bem como Concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV) nos municípios de Cachoeira Paulista/SP e Aracaju/SE, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **Filipe Garcez Jardim**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., expor o seguinte:

Como é do conhecimento de V. Exa., no dia 24/10/2013 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, cujo artigo 9º alterou a redação das alíneas “b” e “c” do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), afastando a necessidade de prévia anuência do Ministério das Comunicações para modificação do quadro diretivo das concessionárias, permissionárias e autorizadas dos Serviços de Radiodifusão.



CNPJ: 50.016.039/0001-75 - Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - CEP: 12.630-900
Caixa Postal 57 - Fone: (12) 3186-2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com

Portanto, com fundamento na nova alínea "b" do artigo 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, esta entidade registrou em cartório a ata da reunião extraordinária conjunta do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal realizada no dia 25/10/2013, referente à eleição e posse dos membros do seu Conselho Deliberativo, da sua Diretoria Executiva e do seu Conselho Fiscal, para o período de 26/05/2014 a 25/05/2018, e, como consequência, se faz presente para apresentar a V. Exa., tempestivamente, cópia autenticada da mesma (doc. anexo).

Ressalta-se que referida ata, apesar de já ter sido registrada em cartório, só produzirá efeitos após o dia 25/05/2014, quando se encerrará o mandato da atual diretoria.

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência que seja atualizado o cadastro desta entidade perante esse Ministério, fazendo constar do mesmo o quadro diretivo objeto da ata anexa (abaixo reproduzido).

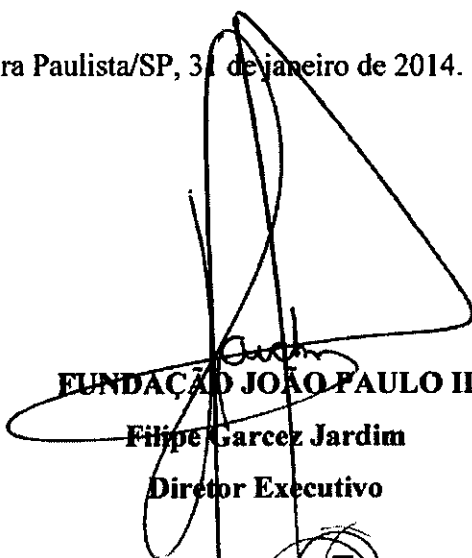

Quadro Diretivo:

Diretor Executivo: **WELLINGTON SILVA JARDIM**

Vice-Diretor Executivo: **PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO**

Termos em que,
Pede Deferimento.

Cachoeira Paulista/SP, 31 de janeiro de 2014.


FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Filipe Garcez Jardim
Diretor Executivo


CNPJ: 50.016.039/0001-75 - Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - CEP: 12.630-900
Caixa Postal 57 - Fone: (12) 3186-2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

5F397879101BR

(CÓDIGO DE RATURAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

03 / 02 / 14

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Canção Nova

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDIENT

ENDER

CIDADE

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
DEPARTAMENTO JURÍDICO
Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista
Cachoeira Paulista/ SP
• 12630-000

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

G- autógrafo

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO R BRASÍLIA/DF CEP: 70.044-900		
UF	PAÍS / PAYS	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI
Req. de alteração do quadro diretivo FSPII		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
 Ailton de Sá Diretor Geral Matrícula: 0158567	04/02/14	06/FEV 2014 DR/BSB
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
	Vagner Gomes Agente de Correios Matrícula: 8.131.348-8	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS		

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

Acompanhe seu Processo/Documento**(CPROD - Controle de Processos e Documentos)**

Ministério das Comunicações

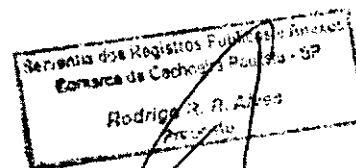
**Número do Processo:** 53000.005535/2014-47**Interessados:****Assunto do Processo:** INFORMACOES REFERENTES A MODIFICACAO DE QUADRO DIRETIVO.

ÓRGÃO ORIGEM	SITUAÇÃO	DATA DO TRÂMITE	ÓRGÃO DESTINO	DATA RECEBIMENTO
SUBGRUPO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL		09/04/2014 09:50	SUBGRUPO LEGAL DE PÓS-OUTORGA	09/04/2014 15:52
SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE COMUNICACAO ELETRONICA	TRAMITANDO	05/02/2014 10:30	SUBGRUPO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL	06/02/2014 14:50
SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE COMUNICACAO ELETRONICA	TRAMITANDO	05/02/2014 10:29	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE COMUNICACAO ELETRONICA	05/02/2014 10:29

MC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DISIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério das Comunicações

Doc. 03

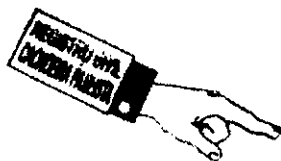


ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO RESPONSÁVEL PELO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - SP.

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/n.º, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-900, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **FILIPPE GARCEZ JARDIM**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, requerer o Registro da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Fundação João Paulo II, lavrada no dia 25 de outubro de 2013.

Termos em que,
Pede deferimento.

Cachoeira Paulista/SP, dia 29 de novembro de 2013.



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Filipe Garcez Jardim

Registro Civil WALTER TOLEDO GOMES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - CEP 12.630-900
Cachoeira Paulista/SP - Tel/Fax: (12) 3161-3133 - cachoeira@registrocivil.sp.gov.br

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA E FIRMAS(S) SEM VALOR ECONOMICO DE:

FILIPPE GARCEZ JARDIM

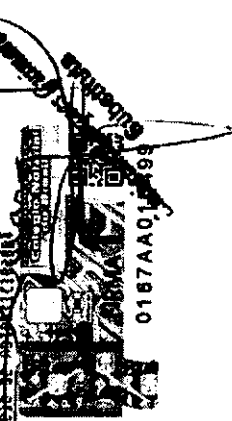
Cachoeira Paulista, 29 de novembro de 2013.

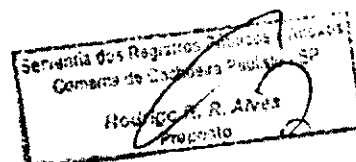
Em teste da verdade,

Luciane Marques Guimarães - Substituída Designada

Assinado eletronicamente pelo(a) Sr(a) Delegado(a)

C. 271. Total: R\$ 4,25.






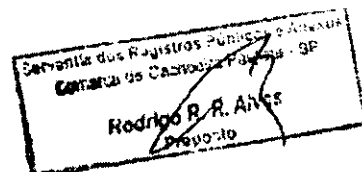
**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA
DO CONSELHO DELIBERATIVO, DA DIRETORIA EXECUTIVA E
DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze (25/10/2013), às nove horas e trinta minutos (9h30), em sua sede social, localizada na Rua João Paulo II, s/n.º, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-900, reuniram-se, em número legal, os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Fundação João Paulo II, para deliberar sobre a Eleição e Posse dos novos membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, para o período de 26/05/2014 a 25/05/2018, os quais, em atenção às disposições do artigo 27 do Estatuto Social desta entidade, foram indicados pela *Comunidade Canção Nova - Associação Internacional Privada de Fiéis* durante a Reunião Extraordinária do Conselho Geral desta associação realizada no dia 24 de outubro de 2013. Constatada a presença dos membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, em número legal, o senhor Wellington Silva Jardim declarou aberta a Sessão, convidando-me, Paulo Roberto Oliveira Lourenço, para secretariá-lo. Iniciados os trabalhos, o Presidente da Sessão disse que a reunião tinha como pauta a deliberação sobre a Eleição e Posse dos novos membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da entidade, para o período de 26/05/2014 a 25/05/2018, em razão do vencimento do mandato dos atuais diretores e conselheiros, previsto para o dia 25/05/2014. Posta a matéria em discussão e votação, apurou-se ao final que, por unanimidade e sem ressalvas, foram eleitas e empossadas para os respectivos cargos, para o período de 26/05/2014 a 25/05/2018, as pessoas qualificadas abaixo, para ocupar os cargos que compõem os Órgãos de Administração da Fundação, passando estes, portanto, a ter a seguinte composição: **MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO: Presidente Deliberativo: Mons. JONAS ABIB**, brasileiro, solteiro, sacerdote e missionário, portador do RG nº 2.935.821-SSP/SP e do CPF nº 627.645.948-87, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Vice-Presidente Deliberativo: FILIPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, casado, missionário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e CPF nº 162.775.318-40, residente na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Secretário Deliberativo: Pe. ARLON CRISTIAN DA COSTA**, brasileiro, solteiro, sacerdote e missionário, portador do RG nº 32.867.994-X-SSP/SP e do CPF nº 283.741.608-88, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Primeira Conselheira Deliberativa: LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO**, brasileira, viúva, missionária, portadora do RG nº 276.442-AER e do CPF nº 741.675.028-87, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliada na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Segundo Conselheiro Deliberativo: NELSON CORRÊA JUNIOR**, brasileiro, casado, missionário, portador do RG nº 13.486.945-X-SSP/SP e do CPF nº 019.665.628-10, residente na Rua Gema Meneghetti, nº 85, Residencial Vale do Sol, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Primeiro Suplente Deliberativo: CARLA RIBEIRO ASTUTI COELHO**, brasileira, casada, missionária, portadora do RG nº 823416-SSP/DF e do CPF nº 410.917.791-04, residente na Rua Luciana, nº 245, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliada na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Segundo Suplente Deliberativo: FELIPE RINALDO QUEIROZ DE AQUINO**,

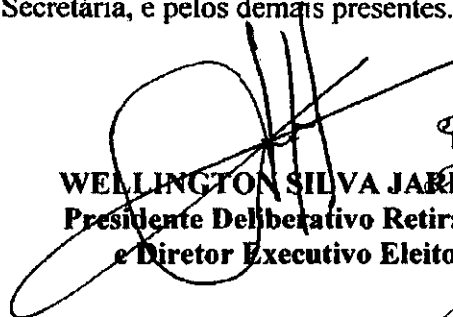
Nada a opor quanto ao registro da presente Ata
de Reunião.

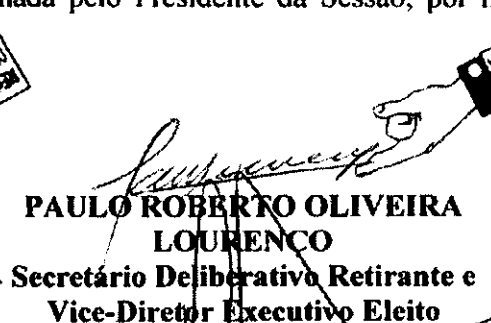
Cachoeira Paulista, 14 de novembro de 2013.


DANIELA RANGEL CUNHA AMADEI
PROMOTORA DE JUSTIÇA



brasileiro, viúvo, professor, portador do RG nº 5.313.861-SSP/SP e do CPF nº 421.641.928-34, residente e domiciliado na Rua Joaquim Azevedo Figueira, nº 405, Lorena/SP. **MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA: Diretor Executivo: WELLINGTON SILVA JARDIM**, brasileiro, divorciado, missionário, portador do RG nº 5.777.160-1-SSP/SP e do CPF nº 370.856.628-91, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Vice-Diretor Executivo: PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 13.076.133-SSP/SP e do CPF nº 020.782.348-00, residente e domiciliado na Rua Geraldo da Silva Azevedo, nº 280, Jardim dos Ipês, Cachoeira Paulista/SP; **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL: Conselheiros Fiscais TITULARES: CARLOS APARECIDO ASTUTI**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 429580-SSP/PR e do CPF nº 010.540.319-91, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 515, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP; **JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 25.386.164-0-SSP/SP e do CPF nº 159.464.338-57, residente e domiciliado na Rua José Otoni de Almeida, nº 53, Edifício Espazio, Apto. 13, Guaratinguetá/SP; e **Pe. FABRÍCIO LEITÃO DE ANDRADE JUNIOR**, brasileiro, solteiro, sacerdote e missionário, portador do RG nº 1711162-SSP/DF e do CPF nº 859.840.941-34, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Conselheiras Fiscais SUPLENTE: EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO**, brasileira, casada, missionária, portadora do RG nº 53.428.776-1-SSP/SP e do CPF nº 674.427.736-72, residente na Rua Alfredo Meneghetti, nº 255, Residencial Vale do Sol, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliada na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA**, brasileira, casada, missionária, portadora do RG nº 16.892.974-0-SSP/SP e do CPF nº 084.598.318-09, residente na Avenida Sérgio Abib, nº 196, Residencial Vale do Sol, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliada na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP. O Presidente da Sessão, verificando não haver qualquer outro assunto a ser tratado, declarou encerrados os trabalhos, suspendendo a Sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, realizada por mim, Paulo Roberto Oliveira Lourenço, Secretário, bem como determinou que ela fosse submetida à aprovação da Promotoria de Justiça da Comarca de Cachoeira Paulista - Ministério Público do Estado de São Paulo e, em seguida, registrada no cartório competente. Reaberta a Sessão, a presente ata foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes, sem ressalvas, e assinada pelo Presidente da Sessão, por mim Secretária, e pelos demais presentes.


WELLINGTON SILVA JARDIM
Presidente Deliberativo Retirante
e Diretor Executivo Eleito


PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
Secretário Deliberativo Retirante e
Vice-Diretor Executivo Eleito


Mons. JONAS ABIB
Presidente Deliberativo Eleito

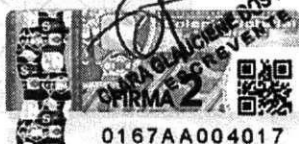

FILIFE GARCEZ JARDIM
Diretor Executivo Retirante e Vice-
Presidente Deliberativo Eleito

RECONHECO por SEMELHANÇA 2 firmas(s) SEM VALOR ECONOMICO de:
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LAURENÇO E WELLINGTON SILVA JARDIM*****
Cachoeira Paulista, 06 de novembro de 2013.
Em teste da verdade.
Clara Glauciene dos Santos - Escrevente
Total:R\$ 8,50. C-324
#VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE#



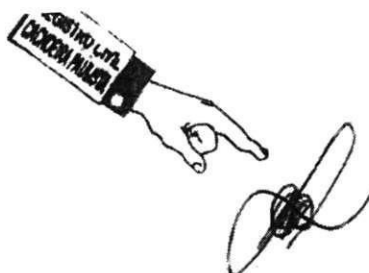
0167AA004016

RECONHECO por SEMELHANÇA 2 firmas(s) SEM VALOR ECONOMICO de:
FILIPE GARCEZ JARDIN E THOMAS ABRAHAM*****
Cachoeira Paulista, 06 de novembro de 2013.
Em teste da verdade.
Clara Glauciene dos Santos - Escrevente
Total:R\$ 8,50. C-327
#VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE#



0167AA004017

REGISTRO CIVIL
CACHOEIRA PAULISTA



Pe. ARLON CRISTIAN DA COSTA
Secretário Deliberativo Eleito

REGISTRO CIVIL
CACHOEIRA PAULISTA



LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
Primeira Conselheira Deliberativa
Reeleita

Serventia dos Registros Públicos e Anúncio
Cartório da Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo R. R. Alves
Preposto

REGISTRO CIVIL
CACHOEIRA PAULISTA



NELSON CORRÊA JUNIOR
Segundo Conselheiro Deliberativo Reeleito

CARLA RIBEIRO ASTUTI COELHO
Primeira Suplente Deliberativa Reeleita

REGISTRO CIVIL
CACHOEIRA PAULISTA



CARLOS APARECIDO ASTUTI
Primeiro Conselheiro Fiscal Reeleito

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
Segundo Conselheiro Fiscal Reeleito

Pe. FABRÍCIO LEITÃO DE ANDRADE JUNIOR
Terceiro Conselheiro Fiscal Eleito

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
Terceira Conselheira Fiscal Titular
Retirante e Conselheira Fiscal Suplente
Eleita

REGISTRO CIVIL
CACHOEIRA PAULISTA



ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
Vice-Diretora Executiva Retirante e
Conselheira Fiscal Suplente Eleita

CARMENLITA LUCI LIMA
Vice-Presidente Deliberativo Retirante

Registro Civil
Cachoeira Paulista-SP

WALTER TOLEDO GUIMARÃES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - CEP: 12.630-000
Tel/Fax: (12) 3101-3135 - cachoeirapaulista@rgpsmp.org.br

RECONHEÇO por SEMELHANÇA 3 firmas(s) SEM VALOR ECONÔMICO de:
ARLON CRISTIAN DA COSTA, LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO E NELSON
CORREIA JUNIOR
Cachoeira Paulista, 06 de novembro de 2013.
Em teste da verdade,
Clara Glaucine dos Santos - Escrevente
Total: R\$ 12,75. C-332
LUIZA CRISTINA DOS SANTOS - PREPOSTA

FIRMA 1
0167AA013238
FIRMA 2
0167AA004019

Registro Civil
Cachoeira Paulista-SP

WALTER TOLEDO GUIMARÃES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - CEP: 12.630-000
Tel/Fax: (12) 3101-3135 - cachoeirapaulista@rgpsmp.org.br

RECONHEÇO por SEMELHANÇA 3 firmas(s) SEM VALOR ECONÔMICO de:
CARLA RIBEIRO ASTUTI COELHO, CARLOS APARECIDO ASTUTI E JACKIE
SODERO TOLEDO
Cachoeira Paulista, 06 de novembro de 2013.
Em teste da verdade,
Clara Glaucine dos Santos - Escrevente
Total: R\$ 12,75. C-336
LUIZA CRISTINA DOS SANTOS - PREPOSTA

FIRMA 1
0167AA013241
FIRMA 2
0167AA004025

Registro Civil
Cachoeira Paulista-SP

WALTER TOLEDO GUIMARÃES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - CEP: 12.630-000
Tel/Fax: (12) 3101-3135 - cachoeirapaulista@rgpsmp.org.br

RECONHEÇO por SEMELHANÇA 3 firmas(s) SEM VALOR ECONÔMICO de:
CARMENLITA LUCI LIMA, EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO E ROSANA APARECIDA
PALANDI SILVA
Cachoeira Paulista, 06 de novembro de 2013.
Em teste da verdade,
Clara Glaucine dos Santos - Escrevente
Total: R\$ 12,75. C-341
LUIZA CRISTINA DOS SANTOS - PREPOSTA

FIRMA 1
0167AA013244
FIRMA 2
0167AA004027

RECONHEÇO por SEMELHANÇA 3 firmas(s) SEM VALOR ECONÔMICO de:
CARLA RIBEIRO ASTUTI COELHO, CARLOS APARECIDO ASTUTI E JACKIE
SODERO TOLEDO
Cachoeira Paulista, 06 de novembro de 2013.
Em teste da verdade,
Clara Glaucine dos Santos - Escrevente
Total: R\$ 12,75. C-336
LUIZA CRISTINA DOS SANTOS - PREPOSTA

FIRMA 1
0167AA013241
FIRMA 2
0167AA004025

NOTA TÉCNICA Nº 4077/2014/SEI-MC

Processo n.: 53000.069083/2013-41

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência II.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA - ME (RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA), relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 1º/5/2014 a 1º/5/2024.

ANÁLISE

2. Em Março de 2014, o processo foi analisado e resultou na emissão da Nota Técnica nº 589/2014/GTCO/DEOC-SCE-MC (fl.32/33), a qual foi encaminhada à Entidade por intermédio do Ofício nº 487/2014, de 27/3/2014 (fl.34), com vistas à manifestação da entidade sobre o excesso aos limites estabelecidos pelo Decreto 236/67 em relação à pessoa de seu diretor, Sr. Filipe Garcez Jardim.

3. Em resposta apresentada em 06/05/2014, a Entidade informou que, por meio do processo n. 53000.005535/2014-47, o Sr. Filipe se retirou da direção da Fundação João Paulo II, o que, conseqüentemente, regularizou a questão do excesso aos limites verificado na Nota Técnica n. 589/2014/GTCO/DEOC-SCE-MC. Ressalta-se que o mencionado processo já encontra-se em fase de conclusão, pendente, apenas, de regularização do SIACCO.

4. Desta maneira, e de acordo com as justificativas apresentadas pela Interessada, entende-se sanada a questão. Entretanto, apesar de superada tal questão e da nota mencionada no item 2, ter concluído pela completa instrução do processo, a edição da Nota nº 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovada com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, trouxe entendimento que passou a ser adotado por este Grupo, no sentido de ser necessária a complementação da documentação com a apresentação **dos seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certidão de distribuição cível e criminal de todos os sócios e administradores;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo**, **Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 10/07/2014, às 17:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 10/07/2014, às 17:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0037110** e o código CRC **EC8266FA**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6866

Ofício nº 3877/2014/SEI-MC

Brasília, 10 de julho de 2014

Ao Senhor Representante Legal da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA - ME
(RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA)
Rua Lord Lovat, nº 497
Bairro Centro
Nova Esperança/PR
CEP.:87.60-000

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. **Processo nº 53000.069083/2013-41**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 4077/2014/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 10/07/2014, às 17:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0037296** e o código CRC **006C884B**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OF: 3877/2014/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA ME
RUA LORD LOVAT, N° 497
CEP: 8760-000 NOVA ESPERANÇA/PR
PROC.: 53900.069083/2013-41
RENOVAÇÃO DE OUTORGA





**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

JG 09075826 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviço de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviço de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – BRASÍLIA/DF**

Ref.: **Ofício nº 3877/2014/SEI-MC, de 10 de julho de 2014**

Processo nº 53000.069083/2013-41

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência.**

Serviço: **Onda Média**

Localidade: **Nova Esperança/PR**

ACERTECÇÃO GERAL
RECEBIMENTO OFICIAL
Em 26/08/2014
Nome Legível: Anakaulo

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz, com nome fantasia “*Rádio Canção Nova Esperança*”, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Filipe Garcez Jardim**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, vem, respeitosamente, em atenção ao determinado no ofício em referência e à Nota Técnica nº 4077/2014/SEI-MC, tempestivamente, expor o seguinte:

De início, necessário se torna informar que no dia 22/08/2014 esse Ministério foi comunicado, mediante requerimento de atualização de cadastro protocolado sob

nº 53900.013051/2014-28 (doc. anexo), que esta entidade transferiu 49% do seu capital social para a **Fundação Monsenhor Jonas Abib** e, portanto, que seu quadro societário foi alterado.

Em razão disso, se faz necessário apresentar as certidões solicitadas por esse Ministério também a respeito desta sua nova sócia e dos seus representantes legais.

Após esse breve esclarecimento, a fim de atender integralmente a presente exigência, encaminha, anexas, as certidões de distribuição cíveis e criminais de todos os seus sócios e administradores, bem como a certidão atualizada da Junta Comercial.

Certa de sua atenção e compreensão, renovando votos de elevada estima e distinto apreço, requer o deferimento da Renovação de Outorga da emissora de rádio desta entidade.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Nova Esperança/PR, 25 de agosto de 2014.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

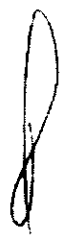
FILIPÉ GARCEZ JARDIM
SÓCIO ADMINISTRADOR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES,

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, **Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz**, com nome fantasia "*Rádio Canção Nova Esperança*", neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Filipe Garcez Jardim**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, CEP 12.630-0000, Cachoeira Paulista/SP, vem, nos termos do Artigo 38, "b", da Lei nº 4.117/62¹, informar a transferência de 49% (quarenta e nove por cento) do seu capital social total, conforme documentos anexos, para a **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, ora admitida na sociedade.

¹ **Art. 38.** Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:
(...)

b) as alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais, as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem alteração de controle societário e as modificações de quadro diretivo deverão ser informadas ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato; (...)



Assim, em razão da transferência das cotas representativas do capital social, ora noticiada, o quadro societário passará a ter a seguinte composição, mantendo-se o controle societário detido pelo sócio **Filipe Garcez Jardim**, a quem, inclusive, compete a administração da sociedade, nos termos da Cláusula 10 do Contrato Social:

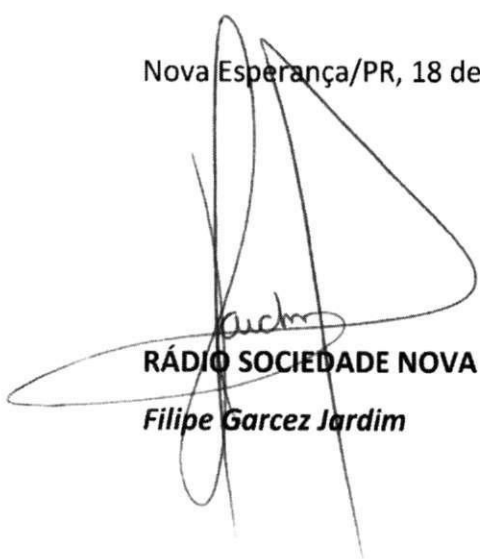
Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Fundação Monsenhor Jonas Abib	151.900	R\$ 1,00	R\$ 151.900,00
Francisco José dos Santos	3.100	R\$ 1,00	R\$ 3.100,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Esclarece, para os devidos fins, que a transferência das cotas sociais, acima indicada, não implica ou implicará transferência do controle da sociedade, que é exercido, como já era anteriormente, pelo sócio **Filipe Garcez Jardim**, e tampouco implica ou implicará transferência indireta da outorga.

Portanto, dando cumprimento ao Artigo 38, "b", da Lei nº 4.117/62, requer sejam atualizados os cadastros deste Ministério.

Termos em que,
P. Deferimento.

Nova Esperança/PR, 18 de agosto de 2014.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
Filipe Garcez Jardim

Alterar Processo

Salvar

Protocolo:

53900.013051/2014-28

Data de Autuação:

22/08/2014

Tipo do Processo:

SCE - Outorga de Serviços de Radiodifusão

Especificação:

Radiodifusão OM

Classificação por Assuntos:

91.02.02 - 111 OUTORGA DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS

Interessados:

Radio Sociedade Nova Esperança Ltda

Observações desta unidade:

Informa a transferência de 49% do seu capital social total, conforme documentos anexos, para a Fundação Monsenhor Jonas Abib. Localidade: Cachoeira Paulista - SP

Nível de Acesso

☐ Sigiloso

☒ Restrito

☐ Público

Hipótese Legal:

Documento preparatório para tomada de decisão (Lei nº 12.527 (LAI) e Decreto nº 7.724, 1)

Salvar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5173133

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 01/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

FILIFE GARCEZ JARDIM, RG: 272204651, CPF: 162.775.318-40, nascido em 12/04/1976, natural de Queluz - SP, filho de Wellington Silva Jardim e Amélia Maria da Silva, residente na Rua Giuliana, 15, Jardim Nova Caçapava, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

As custas no valor de R\$ 17,50 foram recolhidas na forma da Lei.

Cachoeira Paulista, 4 de agosto de 2014.

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-00

CACHOEIRA PAULISTA-SP

PEDIDO Nº:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5173134

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 01/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

FILIPPE GARCEZ JARDIM, RG: 272204651, CPF: 162.775.318-40, nascido em 12/04/1976, natural de Queluz - SP, filho de Wellington Silva Jardim e Amélia Maria da Silva, residente na Rua Giuliana, 15, Jardim Nova Caçapava, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Cachoeira Paulista, 4 de agosto de 2014.

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

PEDIDO Nº:



51.174.001/0068-097
Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista
Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-00
CACHOEIRA PAULISTA-SP



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20140001494125

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: FILIPE GARCEZ JARDIM** , ou vinculado ao **CPF de número 162.775.318-40**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGRJV6Z8X 4J9GAF 4I698X52EJB4VWF
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 22 de agosto de 2014 às 15h00min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **FILipe GARCEZ JARDIM**
Inscrição: **241746020175** Zona: 145 Seção: 7
Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP
Data de Nascimento: 12/04/1976 Domiciliado desde: 13/04/1992
Filiação: AMELIA MARIA DA SILVA GARCEZ JARDIM
WELLINGTON SILVA JARDIM

Certidão emitida às 13:50 de 22/08/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.jus.br>**, por meio do código **577+.PKMØ.BM7V.B9L8**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **FILIPPE GARCEZ JARDIM**

Inscrição: **241746020175** Zona: 145 Seção: 7

Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP

Data de Nascimento: 12/04/1976 Domiciliado desde: 13/04/1992

Filiação: AMELIA MARIA DA SILVA GARCEZ JARDIM
WELLINGTON SILVA JARDIM

Certidão emitida às 13:51 de 22/08/2014

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **PKCA.NATC.ROEB.YD90**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5173406

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 01/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, RG: 15901102, CPF: 063.472.568-86, nascido em 02/03/1964, natural de Pindamonhangaba - SP, filho de Francisco dos Santos e Maria Benedita de Lima Santos, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, CEP: 12630-000, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

As custas no valor de R\$ 17,50 foram recolhidas na forma da Lei.

Cachoeira Paulista, 4 de agosto de 2014.

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-00

CACHOEIRA PAULISTA-SP

PEDIDO Nº:

0000957





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5173407

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 01/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, RG: 15901102, CPF: 063.472.568-86, nascido em 02/03/1964, natural de Pindamonhangaba - SP, filho de Francisco dos Santos e Maria Benedita de Lima Santos, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, CEP: 12630-000, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Cachoeira Paulista, 4 de agosto de 2014.

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-00

CACHOEIRA PAULISTA-SP

PEDIDO Nº:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20140001494203

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: FRANCISCO JOSE DOS SANTOS**, ou vinculado ao **CPF de número 063.472.568-86**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I682Y7ZBGDZ X8LRNR 4I688W22BLG4Z3P
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 22 de agosto de 2014 às 15h04min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **FRANCISCO JOSE DOS SANTOS**
Inscrição: **035162960116** Zona: 145 Seção: 35
Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP
Data de Nascimento: 02/03/1964 Domiciliado desde: 02/12/1998
Filiação: MARIA BENEDITA DE LIMA SANTOS
FRANCISCO DOS SANTOS

Certidão emitida às 13:54 de 22/08/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **OSPA.PQWX.ZGX+.WKZK**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **FRANCISCO JOSE DOS SANTOS**

Inscrição: **035162960116** Zona: 145 Seção: 35

Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP

Data de Nascimento: 02/03/1964 Domiciliado desde: 02/12/1998

Filiação: MARIA BENEDITA DE LIMA SANTOS
FRANCISCO DOS SANTOS

Certidão emitida às 13:57 de 22/08/2014

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **NT6F.J8YD.RWRR.9NFL**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5222770

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 07/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB, CNPJ: 20.488.021/0001-05, residente na Av. Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, CEP: 12630-000, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

As custas no valor de R\$ 17,50 foram recolhidas na forma da Lei.

Cachoeira Paulista, 8 de agosto de 2014.

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-000

CACHOEIRA PAULISTA-SP

PEDIDO Nº:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5222772

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 07/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB, CNPJ: 20.488.021/0001-05, residente na Av. Canção Nova, nº, Casa 03, fundos, Alto da Bela Vista, CEP: 12630-000, , conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Cachoeira Paulista, 8 de agosto de 2014.

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

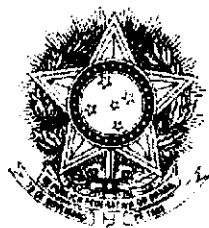
**Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-00**

CACHOEIRA PAULISTA-SP

PEDIDO Nº:

0001064





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20140001494218

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, ou vinculado ao **CNPJ de número 20.488.021/0001-05**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: Y7ELGRJV7YBH hLCR2D D4MKE8U3YaVHNFB
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 22 de agosto de 2014 às 15h05min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5240873

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 08/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

VANDERSON ANSELMO CROZATTO, brasileiro, casado, RG: 263203529, CPF: 153.047.618-63, residente na Av. Sérgio Abib, 209, V ale do Sol, CEP: 12630-000, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

Cachoeira Paulista, 12 de agosto de 2014.

51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-00

CACHOEIRA PAULISTA-SP

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

PEDIDO Nº: 0001067





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5240999

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 08/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

VANDERSON ANSELMO CROZATTO, brasileiro, casado, RG: 263203529, CPF: 153.047.618-63, nascido em 17/06/1976, natural de Sorocaba - SP, filho de Anselmo Crozatto e Clotilde da Costa Crozatto, residente na Av. Sérgio Abib, 209, Residencial Vale do Sol, CEP: 12630-000, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Cachoeira Paulista, 12 de agosto de 2014.

51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-000

CACHOEIRA PAULISTA-SP

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

PEDIDO Nº:

0001065





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20140001494226

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: VANDERSON ANSELMO CROZATTO**, ou vinculado ao **CPF de número 153.047.618-63**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4INLU8AZE FCW4RE X7EMLQAVC34NUMC
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 22 de agosto de 2014 às 15h06min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **VANDERSON ANSELMO CROZATTO**

Inscrição: **241167110167** Zona: 145 Seção: 4

Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP

Data de Nascimento: 17/06/1976 Domiciliado desde: 08/05/2002

Filiação: CLOTILDE DA COSTA CROZATTO
ANSELMO CROZATTO

Certidão emitida às 14:22 de 22/08/2014

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.jus.br>**, por meio do código **J+UW.VUF+.JGGR.ES+N**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **VANDERSON ANSELMO CROZATTO**

Inscrição: **241167110167** Zona: 145 Seção: 4

Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP

Data de Nascimento: 17/06/1976 Domiciliado desde: 08/05/2002

Filiação: CLOTILDE DA COSTA CROZATTO
ANSELMO CROZATTO

Certidão emitida às 08:22 de 25/08/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **UVVM.ISMD.1GQB.CCTS**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5222773

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 07/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

SHIRLEYA NUNES DE SANTANA, RG: 1273108, CPF: 952.880.665-15, natural de Aracaju - SE, filha de José de Anchieta Santana e Veralucia Nunes de Sanmtana, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, CEP: 12630-000, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

As custas no valor de R\$ 17,50 foram recolhidas na forma da Lei.

Cachoeira Paulista, 8 de agosto de 2014.

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

Praça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-00

CACHOEIRA PAULISTA-SP

PEDIDO Nº: 0001066





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE CACHOEIRA PAULISTA

CERTIDÃO Nº: 5222775

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Cachoeira Paulista, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 07/08/2014, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

SHIRLEYA NUNES DE SANTANA, RG: 1273108, CPF: 952.880.665-15, natural de Aracaju - SE, filho de José de Anchieta Santana e Veralucia Nunes de Sanmtana, residente na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, CEP: 12630-000, Cachoeira Paulista - SP, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Cachoeira Paulista, 8 de agosto de 2014.

Maria Cristina da Silva Anselmo
Escrivão Judicial II

PEDIDO Nº:

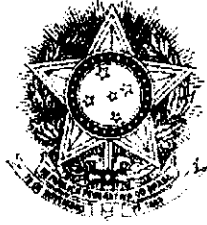


51.174.001/0068-09

**Cartório da Comarca de
Cachoeira Paulista**

**Prça Prado Filho, s/nº - Centro
CEP 12630-00**

CACHOEIRA PAULISTA-SP



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20140001494244

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: SHIRLEYA NUNES DE SANTANA**, ou vinculado ao **CPF de número 952.880.665-15**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I682Y7ZBKEK hKJVXD FBhDNLKY6EZWN7J
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 22 de agosto de 2014 às 15h07min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **SHIRLEYA NUNES DE SANTANA**

Inscrição: **018289942100** Zona: 145 Seção: 3

Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP

Data de Nascimento: 02/08/1978 Domiciliada desde: 08/05/2002

Filiação: VERALUCIA NUNES DE SANTANA

JOSE ANCHIETA DE SANTANA

Certidão emitida às 14:20 de 22/08/2014

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **PHHK.ZB03.PF2B.IYOG**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **SHIRLEYA NUNES DE SANTANA**
Inscrição: **018289942100** Zona: 145 Seção: 3
Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP
Data de Nascimento: 02/08/1978 Domiciliada desde: 08/05/2002
Filiação: **VERALUCIA NUNES DE SANTANA**
JOSE ANCHIETA DE SANTANA

Certidão emitida às 14:10 de 22/08/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.jus.br>**, por meio do código **/2C3.Q6YN.ED8L.9QRS**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA																																		
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA																																		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 2 0163774-3	CNPJ 79.352.712/0001-20	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 16/04/1953	Data de Início de Atividade 16/04/1953																															
Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA LORD LOVAT, 497, CENTRO, NOVA ESPERANÇA, PR, 87.600-000																																		
Objeto Social EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS, E RESPECTIVOS SERVIÇOS AUXILIARES E ANCILARES, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDO E DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE DISTRIBUIÇÃO E POSTERIOR DIFUSÃO DESSE CONTEÚDO EM RÁDIO E TELEVISÃO. COMPREENDE TAMBÉM A EMISSÃO DE DADOS INTEGRADA A DIFUSÃO POR RÁDIO E TELEVISÃO, PODENDO USAR DIFERENTES TECNOLOGIAS DE TRANSMISSÃO.																																		
Capital: R\$ 310.000,00 (TREZENTOS E DEZ MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Não	Prazo de Duração Indeterminado																																
Capital Integralizado: R\$ 310.000,00 (TREZENTOS E DEZ MIL REAIS)																																		
<table><thead><tr><th>Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato</th><th></th><th></th><th></th><th></th></tr><tr><th>Nome/CPF ou CNPJ</th><th>Participação no capital (R\$)</th><th>Espécie de Sócio</th><th>Administrador</th><th>Término do Mandato</th></tr></thead><tbody><tr><td>FILIPPE GARCEZ JARDIM 162.775.318-40</td><td>155.000,00</td><td>SOCIO</td><td>Administrador</td><td>XXXXXXXXXX</td></tr><tr><td>FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS 063.472.568-86</td><td>3.100,00</td><td>SOCIO</td><td></td><td>XXXXXXXXXX</td></tr><tr><td>FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB 20.488.021/0001-05</td><td>151.900,00</td><td>SOCIO</td><td></td><td>XXXXXXXXXX</td></tr><tr><td>VANDERSON ANSELMO CROZATTO 153.047.618-63</td><td>0,00</td><td>REPRESENTANTE L</td><td></td><td>XXXXXXXXXX</td></tr></tbody></table>					Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato					Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato	FILIPPE GARCEZ JARDIM 162.775.318-40	155.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS 063.472.568-86	3.100,00	SOCIO		XXXXXXXXXX	FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB 20.488.021/0001-05	151.900,00	SOCIO		XXXXXXXXXX	VANDERSON ANSELMO CROZATTO 153.047.618-63	0,00	REPRESENTANTE L		XXXXXXXXXX
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato																																		
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato																														
FILIPPE GARCEZ JARDIM 162.775.318-40	155.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX																														
FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS 063.472.568-86	3.100,00	SOCIO		XXXXXXXXXX																														
FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB 20.488.021/0001-05	151.900,00	SOCIO		XXXXXXXXXX																														
VANDERSON ANSELMO CROZATTO 153.047.618-63	0,00	REPRESENTANTE L		XXXXXXXXXX																														
Último Arquivamento Data: 29/07/2014 Ato: ALTERAÇÃO			Situação REGISTRO ATIVO																															
Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO			Status XXXXXXXXXXXXXX																															

CURITIBA - PR, 04 de agosto de 2014

14/439050-7



Sebastião Motta

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo n. 53000.069083/2013-41

1. Tendo em vista que a RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA, executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Nova Esperança, estado do Paraná, encaminhou resposta às fls.2 a 5, constante do documento, protocolo nº 53900.013578/2014-52, que informa a respeito da transferência de 49% do seu capital social, à Fundação Monsenhor Jonas Abib, com a consequente alteração do seu quadro societário, podendo assim, divergir do último aprovado/conhecido por esta Pasta.

2. Por esta razão, de ordem do Senhor Coordenador, remeto o feito à Chefe de Serviço de Atos Societários para as providências cabíveis, as quais devem ser certificadas nos autos para que se possa dar seguimento ao presente feito.

Brasília, 08 de outubro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 09/10/2014, às 11:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0176843** e o código CRC **FD816641**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
CERTIDÃO

Processo n. 53000.069083/2013-41

1. Certifico e dou fé de que a regularização mencionada no despacho interno s/n (0176843) está sendo tratada nos autos do Processo nº 53900.013051/2014-28, e encontra-se em fase de conclusão.

2. Assim, devolvo os autos à chefe de serviço de renovação de outorga para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Chefe de Serviço**, em 27/10/2014, às 15:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0206896** e o código CRC **1984BFE2**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA

CNPJ: 79352712000120

Presidente:

Endereço: RUA LORD LOVAT - CENTRO

E-mail:

Capital Social: 310.000,00

Reserva de Capital:

Total: 310.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
063.472.568-86	FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	155.000	155.000,00
162.775.318-40	FILIPPE GARCEZ JARDIM	155.000	155.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
162.775.318-40	FILIPPE GARCEZ JARDIM	GERENTE	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
CNPJ: 79.352.712/0001-20

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:32:05 do dia 29/10/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/11/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.069083/2013-41 (Doc. Resposta 53900.013578/2014-52) SEI-MC		
Entidade: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.		
Localidade: NOVA ESPERANÇA	UF: PR	Serviço: OM
Períodos: 1º/5/2014 a 1º/5/2024		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	x			2/3
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	x			4
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	x			5
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	x			6 a 11
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	x			12 a 16
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?	x			2;17
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?	x			18
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	x			19
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	x			20

10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	x			21
11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	x			22
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	x			29

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
	FELIPE GARCEZ	X			6
	FRANCISCO JOSÉ	X			11
	FUND. JONAS ABIB	X			13
	VANDERSON ANSELMO	X			19
	SHIRLEYA NUNES	X			24
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
	FELIPE GARCEZ	x			8
	FRANCISCO JOSÉ	X			13
	FUND. JONAS ABIB	X			18
	VANDERSON ANSELMO	X			21
	SHIRLEYA NUNES	X			26
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
	FELIPE GARCEZ	x			7
	FRANCISCO JOSÉ	X			12
	FUND. JONAS ABIB	X			17
	VANDERSON ANSELMO	X			20
	SHIRLEYA NUNES	X			25
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
	FELIPE GARCEZ	x			8
	FRANCISCO JOSÉ	X			13
	FUND. JONAS ABIB	X			18
	VANDERSON ANSELMO	X			21
	SHIRLEYA NUNES	X			26

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação foi apresentada de forma completa conforme disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:	
<ol style="list-style-type: none">1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.2. Em curso neste Ministério, consta o Processo nº 53900.013051/2014-28 em nome da Entidade em exame, referente à atualização da pasta cadastral e referente à 20ª Alteração Contratual promovida pela Interessada (Nota Técnica nº 14869 (0205985 SEI-MC)).3. Saliente-se que a Entidade, de acordo com a resposta S/N (000952 - SEI), por meio de sua procuradora, Srª Isabel Cristina P. C. Pantaleão, havia comunicado a este Ministério, consoante o protocolo nº 53000.005535/2014-47, em 5/2/2014-fl.2, o registro em Cartório na data de 4/12/2013, da Ata de Reunião Extraordinária Conjunta do Conselho Fiscal da Fundação João Paulo II, datada de 25/10/2013, quando foram eleitos e empossados os membros dos referidos órgãos, para o período 26/5/2014 a 25/5/2018. O Sr. <u>Filipe Garcez Jardim</u> foi substituído e excluído daquela diretoria.4. Em razão da Reunião Extraordinária ficou acertado ainda, que o Sr. Wellington Silva Jardim e o Sr. Paulo Roberto Oliveira Lourenço ficarão como Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo respectivamente.5. Esclareça-se que o atual quadro societário e diretivo da Entidade, de acordo com a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, fl. 29 constam os seguintes integrantes:<ul style="list-style-type: none">• Filipe Garcez Jardim• Francisco José dos Santos• Fundação Monsenhor Jonas Abib• Vanderson Anselmo Crozatto – Representante legal6. Por conseguinte, as outorgas de OMR, das localidades de Gravatá/PE e Vitória da Conquista/BA (ambas da Fundação João Paulo II), não terão mais, o nome do Sr. Filipe Garcez Jardim como membro integrante do seu quadro diretivo.7. Assim, Os limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n. 236/67 estão sendo respeitados (fls.24 a 29).8. Inexistência de penalidade (cassação) aplicada em nome da Interessada, de acordo com a pasta jurídica correspondente.9. Não consta até a data desta análise processo referente à <u>Transferência Direta</u> em nome da Entidade, em curso neste Ministério (fl.30).	
Análise	29/10/2014
Sônia Valesca M. Monteiro Advogada	



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: PR
Município: Nova Esperança
Frequência: 670 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
Nome Fantasia: RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA
Nº Estação: 322481341
**Primeiro
Licenciamento:**

Fistel: 05008016148
CNPJ: 79.352.712/0001-20
Situação: Entidade não possui débitos
**Último
Licenciamento:** 01/01/1996

☒ **Dados do Plano Básico**

☒ **Dados da Outorga**

☒ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	04/10/1984 Renovação	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	24/10/2003 Deliber. do C. Nacional	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	25/08/2006 Renovação	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	25/08/2006 Renovação	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	01/10/2007 Deliber. do C. Nacional	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	25/04/2014 Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur. <input type="text"/>

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**

[Tela Inicial](#)

[Imprimir](#)



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 79.352.712/0001-20

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FILIPE GARCEZ JARDIM	162.775.318-40	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	063.472.568-86	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 04/11/2014

Hora: 08:50:04

BOM DIA
SONIA VALESCA MENEZES MONTEIROSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 162.775.318-40

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FILIPE GARCEZ JARDIM	162.775.318-40	FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SE	Aracaju
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OT	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	PE	Gravatá
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	BA	Vitória da Conquista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Caçapava
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Sócio	115000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Caçapava

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 04/11/2014

Hora: 08:50:24



BOM DIA
SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 063.472.568-86

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	063.472.568-86	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO AMERICA S/A	60.509.072/0001-90	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	59.350.967/0001-46	Sócio	115000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Caçapava

Usuário: [anatel\sonia.mc](#) - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: **04/11/2014**

Hora: **08:50:40**

NOTA TÉCNICA Nº 15198/2014/SEI-MC

Processo n. 53000.069083/2013-41

Assunto: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, referente aos seguintes períodos: 1º/5/2014 a 1º/5/2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o requerimento de que trata o parágrafo 1 fora analisado nos termos da Nota Técnica nº 589/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC (fl.32/33), com a consequente expedição do Ofício nº 487/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC, de 27/3/2014 (fl.34) e a Nota Técnica nº 4077/2014/SEI-MC (evento SEI n.º 0037110) que concluiu pelo envio do Ofício nº 3877/2014/SEI-MC (evento SEI n.º 0037296) à Entidade, com vistas à completa instrução processual, o qual restou cumprido por meio do protocolo nº (53900.013578/2014-52), com apresentação da documentação exigida.

3. Assim, de acordo com a Lista de Verificação de Documentos (evento SEI n.º 0210934), constata-se a regular instrução do feito.

4. Registra-se que a instrução dos autos foi promovida com base no Decreto 88.066/83 c/c a Portaria nº 329 de 4.7.2012, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de serviços de radiodifusão, e na Nota nº 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, aprovada com ressalvas, por meio do Despacho nº 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Consultor Jurídico desta Pasta.

5. Neste sentido, de se verificar que os requisitos exigidos por Lei e apontados no Despacho retromencionado, encontram-se devidamente cumpridos, a saber:

5.1 - Em relação ao primeiro grupo de condições apresentado no item 6 do Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU: *“(...)cumprir as obrigações legais e regulamentares, o que pode ser interpretado como ausência de infrações à lei, decretos e portarias vigentes, que impliquem em cassação(...)”* - De acordo com pesquisa realizada no dia 31/10/2014 ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (evento SEI n.º 0214224), verificou-se a ausência de

penalidades de cassação aplicadas pelo Ministério das Comunicações. Assim, por presunção, inexistindo tais penalidades, não há que obste o preenchimento deste requisito.

5.2 – Em relação ao segundo grupo de condições apresentado no item 7 do Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU: “(...) *manter idoneidade técnica, financeira e moral*(...)”

a) Neste aspecto, em relação à idoneidade financeira e moral, extrai-se do mencionado Despacho que esta estaria demonstrada com a apresentação das certidões negativas da Fazenda Pública, Previdência Social e Contribuições sindicais, entre outros. Extrai-se dos autos que todas as certidões apresentadas são negativas ou possuem força de negativas, o que presume o preenchimento da mencionada condição.

b) A idoneidade moral, na mesma linha, se mostra mantida, vez que não há nos autos qualquer demonstração de existência de condenação transitada em julgada por crimes que impeçam os sócios, ou a própria entidade, de contratar com o Poder Público, nem há acumulo de infrações administrativas que resultem na necessidade de aplicação da penalidade de cassação à entidade.

c) Por fim, em relação à idoneidade técnica, considerando o teor do Despacho em apreço, mormente no que toca a seu item 25, de se verificar que, conforme consulta realizada ao SRD (evento SEI n.º 0214224), também não há penalidades aplicadas em PADOS, pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, o que, em primeira análise, determina a manutenção da idoneidade técnica da entidade.

d) Ressalta-se, por oportuno, que, conforme Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, compete à ANATEL a verificação final quanto ao atendimento a este requisito, o que deverá ser feito por ocasião da renovação da autorização para uso da radiofrequência, que também deverá ser solicitada, após a renovação da concessão ora em análise.

6. Por fim, esclareça-se que, muito embora esteja superada a demonstração de preenchimento dos requisitos constantes da Nota e Despacho mencionados no item 4, resta claro que os limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67, atualmente estão sendo tratados nos autos do Processo nº (53000.005535/2014-47), bem como os quadros societário e diretivo que da mesma forma estão sendo analisados nos autos do Processo nº (53900.013051/2014-28), o qual se encontra em fase de instrução, conforme certidão (evento SEI n.º 0206896), portanto, referidos quadros ainda permanecem os constantes do SIACCO (evento SEI n.º 0218673).

7. Assim, preenchidos todos os requisitos, é possível a remessa dos autos ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, a quem compete a decisão sobre o pedido, em se tratando de renovação das outorgas de serviços de

radiodifusão sonora, nos termos do § 2º do art. 113 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. É de se lembrar que tal decisão, conforme estabelece o artigo 223 da Constituição Federal, deve ser ratificada pelo Congresso Nacional.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação de outorga, devendo os autos serem submetidos ao exame da Consultoria Jurídica e, posteriormente, ao Ministro de Estado das Comunicações, a quem compete decidir acerca do pedido. Em seguida, seja a matéria submetida ao Congresso Nacional, em cumprimento aos ditames da Constituição da República Nacional.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 02/03/2015, às 17:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 02/03/2015, às 17:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 02/03/2015, às 17:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 05/03/2015, às 16:21, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



Documento assinado eletronicamente por **Denise Menezes de Oliveira, Diretora do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 06/03/2015, às 17:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 27/03/2015, às 17:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0210946** e o código CRC **C1EE08BD**.

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2015.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n. 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n. 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, serviço esse outorgado anteriormente por meio do ato nº MVOP 552, de 18 de junho de 1954.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº _____ - MC

Brasília, _____ de _____ de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO Nº 1463/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.069083/2013-41

INTERESSADO: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.

ASSUNTO: Renovação de outorga.

Considerando o disposto no Despacho nº 1417/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, devolva-se o processo de renovação à SCE com a recomendação de adoção do Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU na instrução dos processos.



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica**, em 01/06/2015, às 15:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0534080** e o código CRC **FA391730**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: 53000.069083/2013-41

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo, Assistente Técnico**, em 02/06/2015, às 17:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0535955** e o código CRC **D9023630**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.069083/2013-41

Ao GTCO.

De ordem do Senhor Diretor encaminho o presente documento para adoção das pertinentes providências.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Rodrigues de Araujo, Técnico de Nível Superior**, em 02/06/2015, às 17:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0536876** e o código CRC **A6382738**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.069083/2013-41

De ordem, remeto os autos ao SLPOS para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **William de Souza Correa, Administrador**, em 03/06/2015, às 14:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0538075** e o código CRC **20E2FC74**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL

DESTINATAIRE

OF: 487/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
 RUA LORD LOVAT, Nº 497 – BAIRRO CENTRO
 CEP: 87.600-000 NOVA ESPERANÇA/PR
 PROC.: 53000.069083/2013
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

André Pereira Sierra

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

07/04/14

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

98602224

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

9148.057-3

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**AVISO DE
RECEBIMENTO AR**
AVIS CN07

JG 08746354 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

02 ABR 2014

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MUNICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE POUR
RÉTOUR

Serviço Prioritário Especial
Estadual de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Defesa de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada do Ministério das Comunicações - Anexo B Sala 300-0
70044-500 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CNPJ : 79.352.712/0001-20.
ENDEREÇO : Rua Lord Lovat, nº 497 – Centro – 1ª Etapa – Nova Esperança / PR.
CEP : 87.600-000.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	NOTA TÉCNICA / SEI-MC	
		NÚMERO	DATA
VANDERSON ANSELMO CROZATTO 153.047.618-63	ADMINISTRADOR	1514	28/ 01/ 2016

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA
Processo nº 53900.001548/2015-84			

SECAD/nsa.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

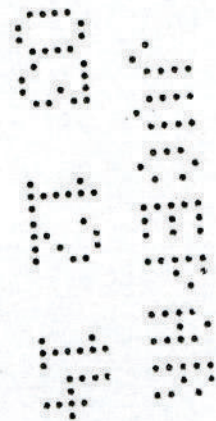
FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CNPJ : 79.352.712/0001-20.

QUADRO SOCIETÁRIO

21ª Alteração Contratual, de 28 de outubro de 2014. Registrado na JUCEPAR sob nº 20146858328, em 03/ 12/ 2014.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
FILIFE GARCEZ JARDIM 162.775.318-40	155.000			155.000,00
FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB 20.488.021/0001-05	151.900			151.900,00
FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS 063.472.568-86	3.100			3.100,00
TOTAL	310.000			310.000,00
Processo nº 53900.001548/2015-84				

SECAD/nsa.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

VIGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE

FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000,

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 35, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e

FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Executivo, **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000,

únicos sócios da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.** (a "Sociedade"), sociedade empresária limitada de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, têm, entre si, justo e contrato, **alterar o contrato social**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1. Os sócios, por unanimidade, deliberaram que a Administração da Sociedade passará a ser exercida pelo **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, na forma do

Art. 1.061, do Código Civil, por prazo indeterminado, ao qual outorgam os poderes necessários para administração da Sociedade, devidamente listados na Cláusula 10 do Contrato Social.

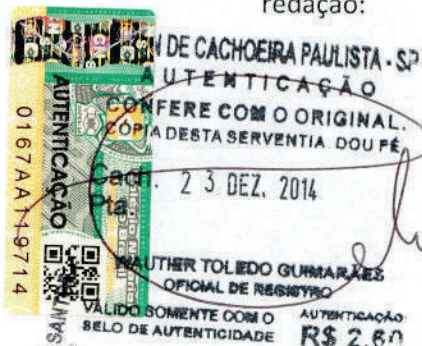
2. Por conta do acima exposto, deliberam os Sócios alterar a Cláusula 10 do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula 10 A administração da sociedade caberá ao **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, com poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, dentre eles organizar, supervisionar, selecionar, contratar, dispensar e realizar todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos empregados da sociedade; gerir recursos, aplicações e afins; elaborar planos administrativos, de metas e negócios; sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios, sendo certo que serão considerados ineficazes e não vincularão a sociedade."

3. Além disso, deliberam alterar a Cláusula 11 do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula 11 Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, a sanidade e disponibilidade financeira da sociedade, inclusive em valores diferenciados, haja vista o exercício da administração, bem como, quando for o caso, fixar remuneração para o administrador não sócio."

4. À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados, **FILIPES GARCEZ JARDIM**, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 35, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Executivo, **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, *têm, entre si, justa e contratada*, a constituição da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**, sociedade empresária limitada de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, com última alteração (Décima Nova) arquivada sob nº 20096454172, em 14/10/2009, nos termos dos artigos 1.052 e seguintes da Lei Ordinária nº 10.406 de 10/01/2002 – a qual instituiu o Código Civil (CC) –, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula 1ª A sociedade gira sob o nome empresarial **"RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA**

23 DEZ. 2014

WALTER TOLEDO GUIMARÃES

OFICIAL DE REGISTRO

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS

ESCREVENTE

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

0167A119716

adota o nome fantasia de "RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA", tendo sua sede e domicílio na Rua José Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, podendo estabelecer/constituir e encerrar filial ou outra dependência em qualquer localidade do Brasil e/ou em outro país, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo único - A Sociedade poderá participar em outras empresas, sempre de acordo com as previsões deste CONTRATO SOCIAL, sendo vedada a participação recíproca no Capital Social de outra empresa em valor superior ao montante de suas respectivas reservas de capital, conforme os valores apurados no último balanço.

DA DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª A sociedade iniciou suas atividades em 17 de março de 1953 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 3ª O objeto será a Execução de Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, e respectivos serviços auxiliares e ancilares, compreendendo as atividades de criação de conteúdo e de aquisição dos direitos de distribuição e posterior difusão desse conteúdo em rádio e televisão. Compreende também a emissão de dados integrada à difusão por rádio e televisão, podendo usar diferentes tecnologias de transmissão.

DO CAPITAL SOCIAL, DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula 4ª O capital social é de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do Brasil pelos sócios, assim: subscritas:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Fundação Monsenhor Jonas Abib	151.900	R\$ 1,00	R\$ 151.900,00
Francisco José dos Santos	3.100	R\$ 1,00	R\$ 3.100,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Parágrafo Único - O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, e nesse caso observada a legislação vigente, mediante a deliberação dos sócios, com a correspondente modificação do contrato social.

Cláusula 5ª As quotas são indivisíveis, de maneira que a sociedade reconhecerá um único

23 DEZ. 2014



proprietário para cada quota, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo 1º - O ato de oferecimento será feito por escrito e deverá ser respondido de forma inequívoca em 30 (trinta) dias após o recebimento da oferta para exercício do direito de preferência.

Parágrafo 2º - Na hipótese de nenhum sócio exercer o direito de preferência e caso não seja aprovado o ingresso do terceiro interessado na aquisição das quotas, o sócio cedente poderá retirar-se da sociedade, mediante o recebimento dos seus haveres devidamente apurados, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Cláusula 6ª A saída de um dos sócios da sociedade será notificada ao outro com antecedência de 30 (trinta) dias.

Cláusula 7ª A cessão e transferência de quotas, bem como sua oneração, efetuadas em desacordo com as regras contidas nesta cláusula serão consideradas nulas e sem qualquer efeito em relação à sociedade e aos demais sócios.

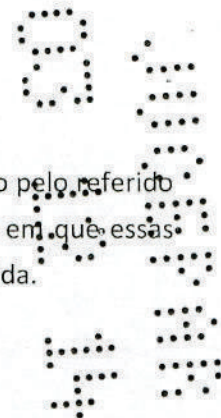
Parágrafo Único - A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros somente a partir da averbação no Registro do Comércio competente do respectivo instrumento subscrito pelos sócios anuentes.

Cláusula 8ª Em caso de penhora de quotas da sociedade detidas por um dos sócios, fica estabelecido que o ingresso do terceiro (credor na execução) na sociedade não será permitido, com o objetivo de preservação da *affectio societatis* e do *intuitu personae* que fundamentaram a sociedade desde a sua constituição.

Parágrafo 1º - Será facultado à sociedade, na qualidade de terceira interessada, no caso de penhora de quotas de um dos sócios:

- a) Remir a execução, sub-rogando o credor, ou
- b) Conceder aos demais sócios a preferência na aquisição das quotas penhoradas, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Parágrafo 2º - Se a sociedade optar por remir a execução sub-rogando o credor, as quotas afetadas



sejam caucionadas por este sócio, em favor da sociedade, como garantia do pagamento pelo referido sócio de sua dívida com a sociedade, e os dividendos deste sócio durante o período em que essas quotas estiverem caucionadas serão retidos pela sociedade, até a quitação total da dívida.

DA RESPONSABILIDADE, DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

Cláusula 9ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo único - As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula 10 A administração da sociedade caberá ao **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, com poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, dentre eles organizar, supervisionar, selecionar, contratar, dispensar e realizar todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos empregados da sociedade; gerir recursos, aplicações e afins; elaborar planos administrativos, de metas e negócios; sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios, sendo certo que serão considerados ineficazes e não vincularão a sociedade.

Cláusula 11 Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, a sanidade e disponibilidade financeira da sociedade, inclusive em valores diferenciados, haja vista o exercício da administração, bem como, quando for o caso, fixar remuneração para o administrador não sócio.

Cláusula 12 Os sócios se comprometem a realizar reuniões periódicas, as quais tudo que for deliberado será transcrito no Livro de Atas. Caso haja necessidade de reuniões urgentes, serão convocadas com caráter extraordinário. As reuniões ordinárias serão realizadas ao final de cada trimestre.

SECRETARIA DE CAHOEIRA PAULISTA - SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
CÓPIA DESTA SERVENTIA. DOU RE.

Cach 23 DEZ. 2014

WALTER TOLEDO GUIMARÃES
DESAFIO DE REGISTRO
VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
AUTENTICAÇÃO: R\$ 2.60

DO BALANÇO PATRIMONIAL, DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula 13 Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 14 Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas, balanço patrimonial e o de resultado econômico e designarão administrador(es) quando for o caso, dependendo, nesta hipótese, de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO E DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 15 Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado no prazo de 90 (noventa) dias com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

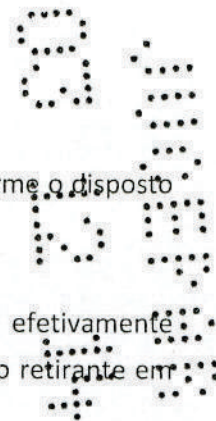
Parágrafo 1º - No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo 2º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 16 A sociedade poderá ser dissolvida pelo acordo unânime dos sócios e, nesta oportunidade, será realizado Balanço Patrimonial, sendo que, o que resultar, isento de qualquer Passivo, será dividido entre os sócios na proporção de suas quotas de Capital.

Cláusula 17 Os sócios poderão ser excluídos da sociedade:

- Por justa causa, se colocarem em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, conforme decidido pelos sócios, representantes da maioria do capital social;
- Se forem declarados falidos ou insolventes, e



As quotas forem liquidadas nos termos do artigo 1.026 do CC, e conforme o disposto na cláusula 8ª acima.

Parágrafo único - Nestes casos o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente integralizado, liquidar-se-á com base no valor nominal das quotas, a ser pago ao sócio retirante em 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula 18 O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula 19 Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a qual instituiu o Código Civil Brasileiro.

Cláusula 20 O presente contrato poderá ser reformado no tocante à sua administração, somente com a autorização e consentimento prévio dos sócios.

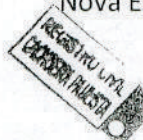
DO FORO

Cláusula 21 Fica eleito o foro da Comarca da Sede da sociedade para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem de pleno acordo, firmam os sócios o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, valor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas, para fins de direito, devendo a 1ª (primeira) via ser registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, para que produza os efeitos legais, sendo inexigível, para tanto, a anuência prévia do Ministério das Comunicações, pois não implica alteração dos objetivos sociais, do controle societário ou a transferência de concessão. Porém, o presente instrumento deverá ser levado ao conhecimento do referido Ministério, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do registro, para fins de atualização de

cadastro, nos termos do artigo 38, alínea "b", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Lei do Registro Brasileiro de Telecomunicações).


Nova Esperança/PR, 28 de outubro de 2014.


FILIFE GARCEZ JARDIM
CPF/MF nº 162.775.318-40

Sócio

Registro Civil
Cachoeira Paulista-SP
WALTIER TOLEDO GUIMARÃES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - Cachoeira Paulista-SP
Tel/Fax: (12) 3101-3135 - cachoeira@registrocivil.sp.gov.br

DECLARADO POR SEMELHANÇA 2 (transcrito) COM VALOR ECONÔMICO de:
VANDERSON ANSELMO CROZATTO, ADRIANO GASTANI, DANIELA DE SOUZA, KONCRINIYANO, FILIFE GARCEZ JARDIM, FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, ILIAMARA CAROLINA DA SILVA GUIDA
Cachoeira Paulista, 28 de novembro de 2014.
Na presença de:
Luriane Norques Guimarães Substituta Designada
C.0320. Total: R\$ 2,60. SÓMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE


FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
0167AA002673

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS


CPF/MF nº 063.472.568-86

Sócio



CORPN DE CACHOEIRA PAULISTA - SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL.
CÓPIA DESTA SERVENTIA DOU FÉ.
23 DEZ. 2014
WALTIER TOLEDO GUIMARÃES
OFICIAL DE REGISTRO
VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
R\$ 2,60

FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB


CNPJ/MF nº 20.488.021/0001-05



WALTIER TOLEDO GUIMARÃES
OFICIAL DE REGISTRO
VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
R\$ 2,60

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2014
SOB NÚMERO: 20146858328
Protocolo: 14/685832-8, DE 27/11/2014
Empresa: 41 2 0163774-3
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA
LTDA.



SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL


Testemunhas:


Nome: Daniela de Souza Baccarino
CPF: 332.867.158-15
RG: 34.405.102-1


Nome: Ilamara Carolina da Silva Guida
CPF: 382.674.688-03
RG: 44.517.634-9

Visto do Advogado:


Nome: Adriano Gastani
OAB/SP 175.920


VANDERSON ANSELMO CROZATTO
CPF/MF nº 153.047.618-63
Administrador

JUCEPAR

11-10-09

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e

JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA, brasileiro, natural de Maráu/BA, nascido em 07 de maio de 1966, solteiro, sacerdote, inscrito no CPF/MF sob nº 094.505.028-38, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.130.173-8-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000;

Únicos sócios da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**, sociedade empresária limitada de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede à Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, última alteração (Décima Oitava) arquivada sob nº 20096260033, em 24/09/2009, **resolvem, após deliberação, alterar o contrato social**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Item 1. O sócio **JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA**, devidamente qualificado acima, manifestando expresse interesse em retirar-se da sociedade, após notificação prévia realizada em 25/08/2009, nos termos da Cláusula 6ª do Contrato Social, e diante do consentimento do outro sócio, a quem foi assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência, oferecido por escrito, juntamente com a notificação do desligamento, e respondido negativamente de forma inequívoca neste ato, em atenção aos ditames da Cláusula 5ª e seu § 1º do Contrato Social, cede e transfere ao Sr. **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, a totalidade de suas quotas pelo preço certo e previamente ajustado de R\$-155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais) que lhe é pago em moeda corrente do Brasil, valor que o Cedente dá plena e geral quitação.

Em razão da presente modificação, o Capital Social no valor de R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (Trezentos e dez mil) quotas no valor unitário nominal de R\$-1,00 (Um real), fica assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Francisco José dos Santos	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

JUCEPAR

RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA

Item 2. A Sociedade adotará o nome fantasia de "RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA".

Item 3. À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados, **FILIPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000; *têm entre si justa e contratada a constituição da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA*, sociedade empresária limitada de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede à Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, última alteração (Décima Oitava) arquivada sob nº 26096260033, em 24/09/2009, nos termos dos artigos 1.052 e seguintes da Lei Ordinária nº 10.406 de 10/01/2002 – a qual instituiu o Código Civil (CC) –, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula 1ª A sociedade gira sob o nome empresarial "RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA." e adota o nome fantasia de "RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA", tendo sua sede e domicílio na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, podendo estabelecer/constituir e encerrar filial ou outra dependência em qualquer localidade do Brasil e/ou em outro país, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo único - A Sociedade poderá participar em outras empresas, sempre de acordo com as previsões deste CONTRATO SOCIAL, sendo vedada a participação recíproca no Capital Social de outra empresa em valor superior ao montante de suas respectivas reservas de capital, conforme os valores apurados no último balanço.

NOVA ESPERANÇA

DA DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª A sociedade iniciou suas atividades em 17 de março de 1953 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 3ª O objeto será a Execução de Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, e respectivos serviços auxiliares e ancilares, compreendendo as atividades de criação de conteúdo e de aquisição dos direitos de distribuição e posterior difusão desse conteúdo em rádio e televisão. Compreende também a emissão de dados integrada à difusão por rádio e televisão, podendo usar diferentes tecnologias de transmissão.

DO CAPITAL SOCIAL, DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula 4ª O capital social é de R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$-1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do Brasil pelos sócios, assim subscritas:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Francisco José dos Santos	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Parágrafo Único – O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, e nesse caso observada a legislação vigente, mediante a deliberação dos sócios, com a correspondente modificação do contrato social.

Cláusula 5ª As quotas são indivisíveis, de maneira que a sociedade reconhecerá um único proprietário para cada quota, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo 1º - O ato de oferecimento será feito por escrito e deverá ser respondido de forma inequívoca em 30 (trinta) dias após o recebimento da oferta para exercício do direito de preferência.

Parágrafo 2º - Na hipótese de nenhum sócio exercer o direito de preferência e caso não seja aprovado o ingresso do terceiro interessado na aquisição das quotas, o sócio cedente poderá retirar-se da sociedade, mediante o recebimento dos seus haveres devidamente apurados, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Cláusula 6ª A saída de um dos sócios da sociedade será notificada ao outro com antecedência de 30 (trinta) dias.

Cláusula 7ª A cessão e transferência de quotas, bem como sua oneração, efetuadas em desacordo com as regras contidas nesta cláusula serão consideradas nulas e sem qualquer efeito em relação à sociedade e aos demais sócios.

Parágrafo Único - A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros somente a partir da averbação no Registro do Comércio competente do respectivo instrumento subscrito pelos sócios anuentes.

Cláusula 8ª Em caso de penhora de quotas da sociedade detidas por um dos sócios, fica estabelecido que o ingresso do terceiro (credor na execução) na sociedade não será permitido, com o objetivo de preservação da *affectio societatis* e do *intuitu personae* que fundamentaram a sociedade desde a sua constituição.

JULIO

Parágrafo 1º - Será facultado à sociedade, na qualidade de terceira interessada, no caso de penhora de quotas de um dos sócios:

JULIO

a) Remir a execução, sub-rogando o credor, ou

b) Conceder aos demais sócios a preferência na aquisição das quotas penhoradas, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo

Parágrafo 2º - Se a sociedade optar por remir a execução sub-rogando o credor, as quotas afetadas serão caucionadas por este sócio, em favor da sociedade, como garantia do pagamento pelo referido sócio de sua dívida com a sociedade, e os dividendos deste sócio durante o período em que essas quotas estiverem caucionadas serão retidos pela sociedade, até a quitação total da dívida

DA RESPONSABILIDADE, DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

Cláusula 9ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo único - As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula 10 A administração da sociedade caberá ao sócio **FILIFE GARÇEZ JARDIM**, com poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, dentre eles organizar, supervisionar, selecionar, contratar, dispensar e realizar todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos empregados da sociedade; gerir recursos, aplicações e afins; elaborar planos administrativos, de metas e negócios; sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, sendo certo que serão considerados ineficazes e não vincularão a sociedade.

Cláusula 11 Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, a sanidade e disponibilidade financeira da sociedade, inclusive em valores diferenciados, haja vista o exercício da Administração.

Cláusula 12 Os sócios se comprometem a realizar reuniões periódicas, as quais tudo que for deliberado será transcrito no Livro de Atas. Caso haja necessidade de reuniões urgentes, serão convocadas com caráter extraordinário. As reuniões ordinárias serão realizadas ao final de cada trimestre.

DO BALANÇO PATRIMONIAL, DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula 13 Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 14 Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas, balanço patrimonial e o de resultado econômico e designarão administrador(es) quando for o caso, dependendo, nesta hipótese, de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

[Assinatura]

DO FALECIMENTO DE SÓCIO E DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 15 Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado no prazo de 90 (noventa) dias com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo 1º - No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo 2º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 16 A sociedade poderá ser dissolvida pelo acordo unânime dos sócios e, nesta oportunidade será realizado Balanço Patrimonial, sendo que, o que resultar, isento de qualquer Passivo, será dividido entre os sócios na proporção de suas quotas de Capital.

Cláusula 17 Os sócios poderão ser excluídos da sociedade:

a) Por justa causa, se colocarem em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, conforme decidido pelos sócios, representantes da maioria do capital social;

b) Se forem declarados falidos ou insolventes, e

c) Se as suas quotas forem liquidadas nos termos do artigo 1.026 do CC, e conforme o disposto na Cláusula 8ª acima.

Parágrafo único - Nestes casos o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente integralizado, liquidar-se-á com base no valor nominal das quotas, a ser pago ao sócio retirante em 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula 18 O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula 19 Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – a qual instituiu o Código Civil Brasileiro.

Cláusula 20 O presente contrato poderá ser reformado no tocante à sua administração, somente com a autorização e consentimento prévio dos sócios.

DO FORO

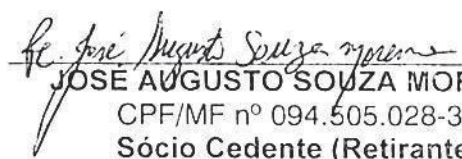
Cláusula 21 Fica eleito o foro da Comarca da Sede da entidade para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem de pleno acordo, firmam os sócios o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, valor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas, para fins de direito, devendo a 1ª (primeira) via ser registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, para que produza os efeitos legais, sendo inexigível, para tanto, a anuência prévia do Ministério das Comunicações, pois não implica em alteração dos objetivos sociais, do controle societário e na transferência de concessão. Porém, o presente instrumento deverá ser levado ao conhecimento do referido Ministério, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do registro, para fins de atualização de cadastro, nos termos do artigo 38, alínea "b", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Nova Esperança/PR, 25 de setembro de 2009.



FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF/MF nº 162.775.318-40
Sócio

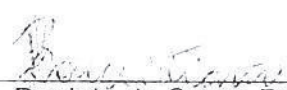


JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA
CPF/MF nº 094.505.028-38
Sócio Cedente (Retirante)




FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS
CPF/MF nº 063.472.568-86
Sócio Cessionário (Admitido)

Testemunhas:

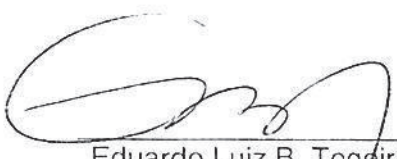


Daniela de Souza Boncristiano
RG: 34.405.702-1-SSP/SP
CPF: 332.867.158-75



Humberto Rodrigues de Lima
RG: 1.666.628-SSP/RN
CPF: 008.460.614-22

Visto de Advogado:



Eduardo Luiz B. Togeiro
OAB/SP nº 200.077


JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/10/2009
SOB NÚMERO: 20096454172
Protocolo: 09/645417-2, DE 08/10/2009
Empresa: 41 2 0163774 3
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
LUIZ CARLOS SÁLVARO
SECRETARIO GERAL

120-3

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e

JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA, brasileiro, natural de Marauá/BA, nascido em 07 de maio de 1966, solteiro, sacerdote, inscrito no CPF/MF sob nº 094.505.028-38, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.130.173-8-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000;

Únicos sócios da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. sociedade empresária limitada de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede à Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, última alteração (Décima Sétima) arquivada sob nº 20030245508, em 10/06/2003, **resolvem, após deliberação, alterar o contrato social**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

O Capital Social, no valor de R\$-10.000,00 (Dez mil reais), fica elevado para R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), sendo o aumento no valor de R\$-300.000,00 (Trezentos mil reais), integralizado no presente ato com aproveitamento do saldo da conta de RESERVA DE CAPITAL existente conforme balanço;

Em razão da presente modificação, o Capital Social no valor de R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (Trezentos e dez mil) quotas no valor unitário nominal de R\$-1,00 (Um real), fica assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
José Augusto Souza Moreira	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Conseqüentemente, a CLÁUSULA QUARTA do contrato social passa a ter a seguinte redação:


O capital social é de R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$-1,00 (um real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

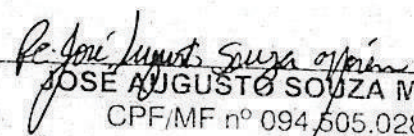


Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
José Augusto Souza Moreira	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

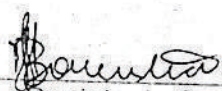
E por estarem de pleno acordo, firmam os sócios o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, valor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas, para fins de direito, devendo a 1ª (primeira) via ser registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, para que produza os efeitos legais, sendo ~~inexigível~~ para tanto, a anuência prévia do Ministério das Comunicações, pois não ~~implica~~ em alteração dos objetivos sociais, do controle societário e na transferência de concessão. Porém, o presente instrumento deverá ser levado ao conhecimento do referido Ministério, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do registro, para fins de atualização de cadastro, nos termos do artigo 38, alínea "b", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

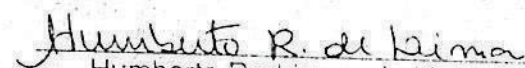
Nova Esperança/PR, 08 de setembro de 2009.


 FILIPE GARCEZ JARDIM
 CPF/MF nº 62.775.318-40
 Sócio

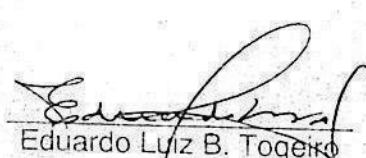

 JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA
 CPF/MF nº 094.605.028-38
 Sócio

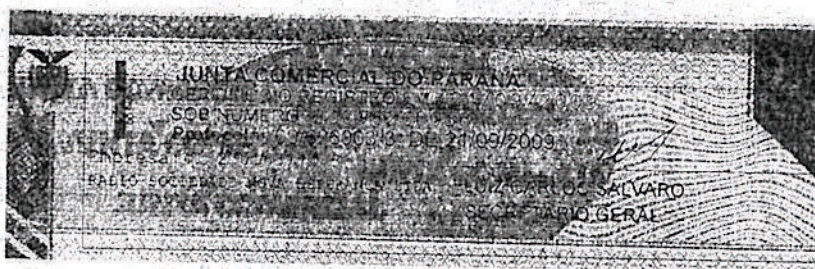
Testemunhas:


 Daniela de Souza Boncristiano
 RG: 34.405.702-1-SSP/SP
 CPF: 332.867.158-75


 Humberto Rodrigues de Lima
 RG: 1.666.628-SSP/RN
 CPF: 008.460.614-22

Visto de Advogado:


 Eduardo Luiz B. Togeiro
 OAB/SP nº 200.077



12073
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGCME nº. 79.352.712/0001 - 20
DÉCIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



24
fls.0

FLÁVIO TOLINO ORLANDINO, brasileiro-nato, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, Praça Arthur da Costa e Silva s/nº., portador da cédula de identidade civil, RG - nº 5.758.833, expedida em S. Paulo, SP., e CPF nº. 199.681.759-00, neste ato representado pelo seu bastante procurador Sr. AYLTON DE DEUS MATEUS, brasileiro, casado, maior, escriturário, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua N. S. Morais de Barros, 508, portador da cédula de identidade RG-nº. 386.440-Pr., e do CPF nº. 010.464.389-72, conforme instrumento de procuração lavrada no 1º Tabelionato Nelson de Lucca de N. Esperança, Pr., as fls. 157 do livro 59 em 25 de abril de 1970; ARIOVÁLDO SO. CIO, brasileiro-nato, desquitado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. 14 de Dezembro nº 796, 1º andar, portador da cédula de identidade civil RG-nº. 547.298, expedida em Curitiba, Pr., e do CPF nº. 012.667.059-53; socios constituintes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lorde Lovat, 249, sob a denominação social de RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de RADIODIFUSÃO, conforme contrato social devidamente arquivado na 1ª Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953 e posterior renovação de contrato social também arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 150.996, por despacho em sessão de 20 de março de 1.974 e posterior alterações do contrato social devidamente arquivadas sob os numeros 127.044, por despacho em sessão de 15 abril 1.972, nº. 134.648, por despacho em sessão de 21 de dezembro de 1.972, nº. 139.786, por despacho em sessão de 12 de junho de 1.973 / nº. 154.669, por despacho em sessão de 25 de julho de 1.974, nº. 179.470, por despacho em sessão de 26 de dezembro de 1.975, nº 208219 por despacho em sessão de 01 de agosto de 1.977, nº. 226.361, por despacho em sessão de 06 de novembro de 1.978 e nº. 227.789, por despacho em sessão de 15 de dezembro de 1978 resolvem alterar o seu contrato social "ad referendum" e alterações do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:-

Fica alterada a cláusula primeira da oitava alteração de contrato social, arquivada sob o nº. 226.361, por despacho em sessão de 06 de novembro de 1.978 e cláusula segunda da nona alteração de contrato social, arquivada sob o nº 227.789

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGC/MF nº. 79.352.712/0001 - 20
DÉCIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



fls.02

por despacho em sessão de 15 de dezembro de 1.978, em razão das seguintes transferência de cotas;

a) - O sócio FLAVIO TOLINO ORLANDINO, que possui na sociedade 430.000 (quatrocentas e trinta mil) quotas inteiramente subscritas e integralizadas, CEDE E TRANSFERE suas 430.000 (quatrocentas e trinta mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, aos sócios ora ingressante ATIL A SOCIO, brasileiro-nato, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. 14 de Dezembro, 796 (fundos), portador da cédula de identidade civil RG-nº. 386.454-Pr., e do CPF nº. 012.755.939-68 e ALDROVANDO SOCCIO, brasileiro-nato, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lorde Lovat s/nº., portador da cédula de identidade civil RG-nº 1.893.788-Pr., e do CPF nº. 012.756.079-00, pelo que dá plena, / rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada;

CLÁUSULA SEGUNDA:-

Em razão das transferências havidas, o capital social, no valor de R\$860.000,00 (oitocentos e sessenta mil cruzeiros), dividido em 860.000 (oitocentas e sessenta mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, fica assim distribuído entre os atuais sócios cotistas:

COTISTAS:	COTAS:	CAPITAL:
ARIOVALDO SOCIO	430.000	R\$-430.000,00
ATILA SOCIO	215.000	R\$-215.000,00
ALDROVANDO SOCCIO	215.000	R\$-215.000,00
T O T A L	860.000	R\$-860.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA:-

Fica alterada a cláusula terceira da oitava alteração de contrato social, arquivada sob o nº. 226.361, por despacho em sessão de 06 de novembro de 1978, passando a ter a seguinte redação: "Cláusula Terceira" - Fica investido nas funções de Diretor Gerente da sociedade, o sócio cotista ARIOWALDO SOCIO, para a qual fica dispensado da prestação de caução.

CLÁUSULA QUARTA:-

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo, renovação de contrato social e alterações, que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento devidamente rubricado no verso de suas folhas, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Nova Esperança,

Flavio Tolino Orlandino

Ariovaldo Socio

Atila Socio

Aldrovando Soccio

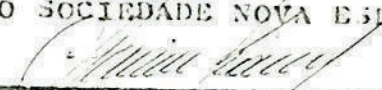
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CCCMF nº. 79.352.712/0001 - 20
DÉCIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



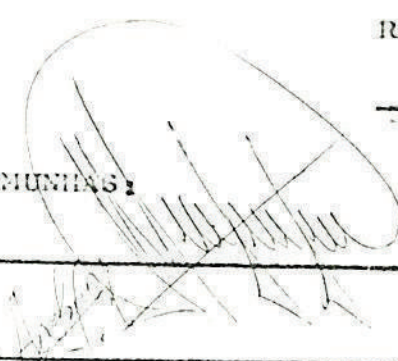
fls.

DEMONSTRAÇÃO DO USO DA FIRMA:

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.


Ariovaldo Socio

TESTEMUNHAS:



SETOR
SEM
2

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
C.G.C.M.F. Nº. 79.352.712/0001-20
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ALOYSIO RAPHAEL BARROS, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Levat, s/nº., portador da Cédula de Identidade nº. RG 220.047-PR., e do CPF 004.632.409; NEIDA ROCHA BARROS, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Levat, s/nº., portadora da Cédula de Identidade RG-355.592 - PR., e do CPF (dependente) de número 004.632.409; e ARISTIDES ROCHA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Avenida Brasil, s/nº., portador da Cédula de Identidade RG-838.397-PR., e do CPF. 042.780.979, sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., com sede em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Cruz Machado, nº. 940, estabelecida com o ramo de radiodifusão, conforme Contrato Social devidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1953, e posterior Renovação do Contrato Social arquivada sob nº. 150.996 por despacho em sessão continua. fls. 02

são de 20 de março de 1974 e posteriores Alterações Contratuais arquivadas' sob os n.ºs. 127.044, em sessão de 15 de abril de 1972; n.º. 134.648, em sessão de 21 de dezembro de 1972; n.º 139.786, em sessão de 12 de junho de 1973, n.º. 134.669, em sessão de 25 de junho de 1974; e n.º 179.470, por despacho em sessão de 26 de dezembro de 1975, resolve alterar seu Contrato Social, "ad referendum" do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterada a Cláusula Terceira da Quinta Alteração de Contrato Social, arquivada sob n.º. 179.470 na Junta Comercial do Estado do Paraná por despacho em sessão de 26.12.75, em razão das seguintes transferências de cotas:

a)- ALOYSIO RAFAEL BARROS, que possui na sociedade 109.000 (cento e nove mil) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, CEDE e TRANSFERE suas 87.200 (oitenta e sete mil e duzentas) cotas no valor nominal de G\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ora ingressante, JOVINO MANETTI, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG-307.176-PR. e do CPF 108.101.299, residente e domiciliado à Rua Nassib Haddad, 322 na cidade de Maringá, Estado do Paraná, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada;

b)- NEIDA ROCHA BARROS, que possui na sociedade 87.200 (oitenta e sete mil e duzentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, RETIRA-SE DA SOCIEDADE, CEDENDO e TRANSFERINDO em sua totalidade suas 87.200 (oitenta e sete mil e duzentas) cotas no valor nominal de G\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ora ingressante, ARISTIDES MANETTI, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG-284.417-PR. e do CPF 108.351.999, residente e domiciliado à Avenida Rio Branco, 239, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada;

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. -CGCMF Nº 79.352.712/0001-20

SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL. folhas 3

c)- ARISTIDES ROCHA, que possui na sociedade 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, RETIRA-SE DA SOCIEDADE, CEDENDO e TRANSFERINDO em sua totalidade suas 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ora ingressante, ANÍSIO DOMINGOS MANETTI, brasileiro, solteiro, radialista, maior, portador da Cédula de Identidade RG-811.459-PR., e do CPF 069.571.988, residente e domiciliado à Rua José de Alencar, 308, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação da cessão de cotas ora efetuada;

d)- ALOYSIO RAPHAEL BARROS, que possui na sociedade 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, RETIRA-SE DA SOCIEDADE, CEDENDO e TRANSFERINDO em sua totalidade suas 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ingressante já qualificado, ANÍSIO DOMINGOS MANETTI, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada.

Em razão das transferências havidas, o Capital Social, no valor de R\$ 218.000,00 (Duzentos e dezoito mil cruzeiros), divididos em 218.000 (Duzentas e dezoito mil) cotas no valor nominal de R\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, fica assim distribuído entre os atuais sócios-cotistas:

<u>Cotistas</u>	<u>Cotas</u>	<u>Capital</u>
JOVINO MANETTI	87.200	R\$. 87.200,00
ARISTIDES MANETTI	87.200	R\$. 87.200,00
ANÍSIO DOMINGOS MANETTI	<u>43.600</u>	<u>R\$. 43.600,00</u>
total	218.000	R\$. 218.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica alterada a Cláusula Oitava da Primeira Alteração de Contrato Social, arquivada sob nº 127.044, por despacho da Junta Comercial do Estado do Paraná em sessão de 13.04.72, passando a ter a seguinte redação: "Cláusula Oitava: Fica investido na função de Diretor-Gerente, o sócio-cotista ANÍSIO DOMINGOS MANETTI, para o qual fica dispensado da prestação de caução."

continua. fls. 04

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. - CGC/MF Nº 79.352.712/0001-20
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL. folhas 4
CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas vi-
gentes do Contrato Social primitivo, da Renovação do Contrato So-
cial e demais alterações, que não colidirem com as disposições do
presente instrumento de Alteração do Contrato.

315
837 AL

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam
juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento devidamen-
te rubricado no verso de suas folhas, em cinco vias de igual teor
e forma, obrigando-se fielmente, por si e seus herdeiros, fazeren-
se obedecer e cumpri-los em todos os seus termos.

Nova Esperança, 13 de junho de 1977.


ALOYSIO RAPHAEL BARROS


NEIDA ROCHA BARROS


ARISTIDES ROCHA


JOVINO MANETTI


ARISTIDES MANETTI


ANÍSIO DOMINGOS MANETTI

Uso da firma: - RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

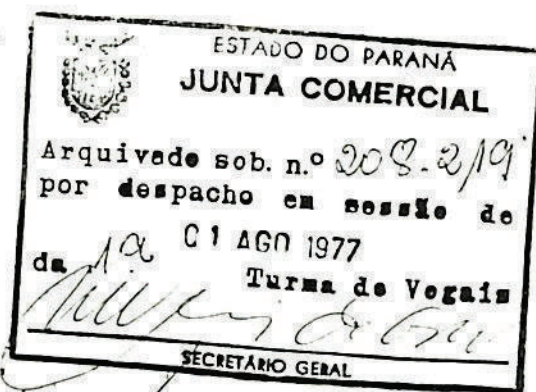

ANÍSIO DOMINGOS MANETTI

Diretor-Gerente

Testemunhas:


José Ricardo


Nelson Rother



413-
25.20/4

DENIA
FIL. No
81
03/13/58

CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS, DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Contrato particular de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que entre si fazem ELIO DUARTE DIAS, casado, dentista; JOSÉ TEIXEIRA DA SILVEIRA, solteiro, médico; ARISTIDES ALVES DIAS, casado, oficial do Cartório de Registro de Imóveis, de Mandaguari e ALVARO DE SOUZA FREITAS, casado, do comércio, todos brasileiros natos, sendo o primeiro e o terceiro residentes em Mandaguari, dêste Estado do Paraná e o segundo e o último residentes em Nova Esperança, também dêste Estado, sob as cláusulas e condições seguintes:

-I-
A sociedade terá a denominação social de "RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LIMITADA, com sede e fôro na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná;

-II-
A sociedade durará pelo prazo de dez anos, prorrogável por comum acôrdo;

-III-
A sociedade tem por finalidade a execução de serviços de rádio difusão, nesta cidade de Nova Esperança, por meio de uma estação instalada na mesma cidade;

-IV-
O capital social é de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), dividido em 200 (duzentas) quotas de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma, assim distribuídas:

O sócio Elio Duarte Dias ficará com 95 (noventa e cinco) quotas, ou sejam Cr\$95.000,00 (noventa e cinco mil cruzeiros);
O sócio José Teixeira da Silveira ficará com 95 (noventa e cinco) quotas, ou sejam Cr\$95.000,00 (noventa e cinco mil cruzeiros);
O sócio Aristides Alves Dias ficará com 5 (cinco) quotas, ou sejam Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros);
O sócio Alvaro de Souza Freitas ficará com 5 (cinco) quotas, ou sejam Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

-V-
A responsabilidade dos sócios é limitada á importância total do capital social;

-VI-
As quotas da sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas sem o expresso consentimento unânime da sociedade.

rência aos sócios que queiram adquiri-las. Fica vedado o ingresso de estrangeiros na sociedade, cujas quotas são intransferíveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas;

-VII-

A sociedade submeter-se-á à legislação vigente sobre radiodifusão e também a qualquer outra legislação futura;

-VIII-

A sociedade será administrada por dois diretores, sendo um diretor comercial e um diretor técnico;

-IX-

Ao diretor comercial compete representar a sociedade em Juízo ou fóra d'ele, superintender os serviços de secretaria, admitir e demitir auxiliares para a mesma, efetuar pagamentos, nomear e demitir agenciadores, assinar contratos de publicidade, movimentar contas em Banco e assinar cheques;

-X-

Ao diretor técnico compete a direção técnica, podendo nomear e demitir auxiliares técnicos, organizar programas e horários, nomear e demitir locutores bem como auxiliares de programação, enfim tudo que se relacione com a parte técnica da sociedade;

-XI-

Fica nomeado diretor comercial o sócio ELIO DUARTE DIAS e diretor técnico o sócio ALVARO DE SOUZA FREITAS, independentemente de caução;

-XII-

A compra e venda de material e imóveis e quaisquer compromissos que envolvam o patrimônio da sociedade, serão sempre assinados pelos dois diretores, sendo vedado à diretoria o uso da firma social em negócios estranhos aos da sociedade;

-XIII-

Cada diretor retirará pró-labore, uma quantia mensal que será determinada no início do funcionamento da rádio, cujas retiradas serão levadas ao título de Despesas Gerais;

-XIV-

O ano social coincide com o ano civil;

-XV-

Dos lucros líquidos verificados anualmente serão deduzidos 10% (dez por cento) para constituição de um fundo de reserva, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social. O saldo será dividido entre os sócios, na proporção do seu capital;

3 =

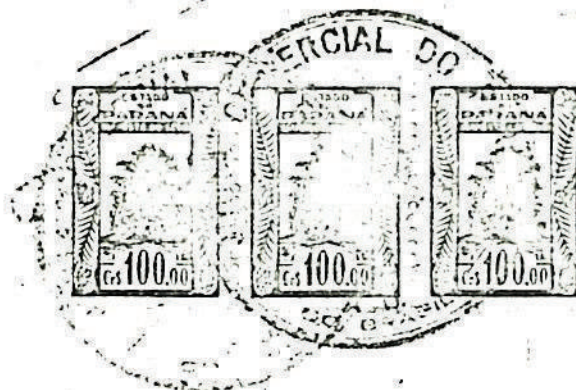
nhas , sendo o sêlo devido pago por verba na Coletoria Federal de Apucarana, cuja jurisdição atinge ésta cidade de Nova Esperança.

Nova Esperança, 17 de março de 1953
Elio Duarte Dias
Elio , Dias

Elio Duarte Dias
Elio Duarte Dias
José Teixeira da Silveira
José Teixeira da Silveira
Aristides Alves Dias
Aristides Alves Dias
Alvaro de Souza Freitas
Alvaro de Souza Freitas

Testemunhas

Janado
Sabrina Bisher



COLETORIA FEDERAL
APUCARANA

Verba n.º

CRS

Talão N.º

Escritão
Classe "B"

Recebi em

Quinze
Colator
Classe "C"

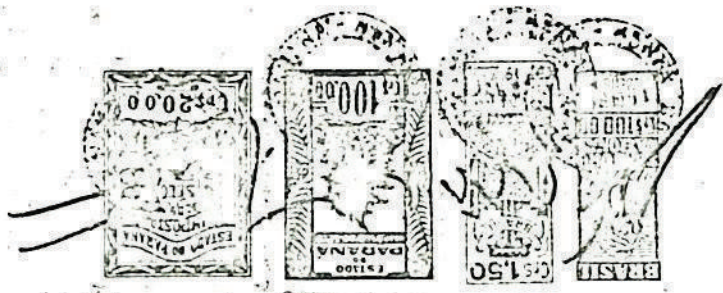
Reconheço as seguintes firmas
supra de: Elio Duarte Dias, José Teixeira
da Silveira, Aristides Alves Dias e
Alvaro de Souza Freitas

26 de março de 1953

NEWTON LARSEN
1.º T.º - M.º - 1.º T.º - M.º - 1.º T.º - M.º

V. Anilides, Alves, Moraes, ...
 Cartório de Registro de Imóveis, de Mandaguari
 Álvaro de Souza Freitas, brasileiro, casado, do ...

Arquivado sob n.º 76 por despacho
 da Junta em sessão de 16 de maio
 de 1953 tendo pago de selo federal
 [proporcional] ao valor 101,70
 do documento e mais 101,70
 de arquivamento e estadual de 300,00
 e mais 101,70 de arquivamento.
 Secretaria da Junta Comercial do Pa-
 raná, 16 de maio de 1953
 Diretor-Secretário





Estado do Paraná

JUNTA COMERCIAL

Certificamos nos termos do art. 45 § 2.º, do Decreto n.º 57.651, de 19.1.66, que a presente certidão é cópia fiel do original arquivado sob n.º 25.204 por despacho em sessão de 16 de dezembro de 1958.

Curitiba, 20 de dezembro de 1958

Confere: Ademir S. Gomes

1.º Chefe do Serviço de Certidões

VISTO: Silvio B. Dias

p/Secretário Geral



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 791, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BOCAIUENSE PELA CIDADANIA (ABC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaíuva, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 379, de 11 de julho de 2001, que autoriza a Associação Bocaíuense pela Cidadania (ABC) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaíuva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 792, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITANHANDUENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 748, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 793, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL FREI ODORICO VIRGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 93, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Frei Odorico Virga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 794, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO NOVA SUMARÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de outubro de 1995, que renova, a partir de 24 de janeiro de 1990, a concessão da Rádio Nova Sumaré Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 795, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 2000, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 796, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da JPB EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 19 de setembro de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da JPB Empresa Jornalística Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 797, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA ALTO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2001, que renova, a partir de 8 de março de 1996, a concessão da Rádio Difusora Alto Vale Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 798, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão FUNDAÇÃO JAIME MARTINS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 20 de dezembro de 2002, que outorga concessão à Fundação Jaime Martins para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 799, DE 2003(*)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para Impedir o Uso Illegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para Impedir o Uso Illegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2003
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 26.8.2003

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 800, DE 2003(*)**

Aprova o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL celebrado em Assunção, em 14 de junho de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL celebrado em Assunção, em 14 de junho de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar alteração ou revisão do referido Acordo, ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2003
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 26.8.2003



[Handwritten signature]

Decreto n.º 90.278 de 03 de outubro de 1984

Renova as concessões outorgadas às entidades que menciona para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos dos artigos 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 29100.000222/84, 29102.000222/84, 29102.000194/84, 29104.000123/84, 29105.000145/84, 29105.000075/84, 29105.000107/84, 51.101/83, 29106.000073/84, 71.764/83 e 160.792/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 153-B, de 28 de março de 1962.
Entidade: RÁDIO PIRATININGA DE JAU LTDA.
Cidade: Jau
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 969, de 18 de novembro de 1948.
Entidade: RÁDIO SÃO LUIZ LTDA.
Cidade: São Luiz Gonzaga
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 61, de 30 de janeiro de 1956, revigorada pela Portaria CONTEL nº 1.022, de 13 de dezembro de 1966.
Entidade: RÁDIO SUCESSO LTDA.
Cidade: Porto Alegre
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.

[Handwritten signature]

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 60, de 20 de março de 1946.
Entidade: RÁDIO CULTURA DE DIVINÓPOLIS LTDA.
Cidade: Divinópolis
Unidade da Federação: Minas Gerais.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 552, de 18 de junho de 1954.
Entidade: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
Cidade: Nova Esperança
Unidade da Federação: Paraná.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 397, de 02 de maio de 1950.
Entidade: RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA.
Cidade: Mandaguari
Unidade da Federação: Paraná.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 719, de 02 de setembro de 1955.
Entidade: RÁDIO CIDADE DE CURITIBA LTDA.
Cidade: Curitiba
Unidade da Federação: Paraná.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 38-B, de 02 de fevereiro de 1962.
Entidade: RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA LTDA.
Cidade: Uberaba
Unidade da Federação: Minas Gerais.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 729, de 06 de setembro de 1955.
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA.
Cidade: São Miguel do Oeste
Unidade da Federação: Santa Catarina.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 263-B, de 11 de junho de 1962.
Entidade: RADIONORTE LTDA.
Cidade: Assaí
Unidade da Federação: Paraná.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 584, de 12 de dezembro de 1960.
Entidade: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - RÁDIO ESPERANÇA
Cidade: Estância
Unidade da Federação: Sergipe.

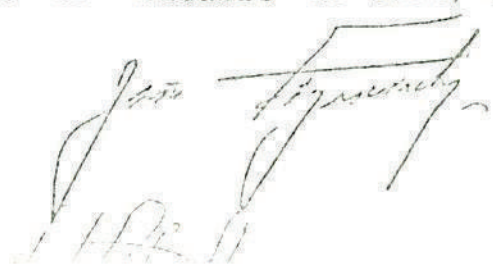
Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 03 de outubro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIQUEIREDO

M. C. MATOS



Quinta-feira 12

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)

Junho de 1975 7051

mais leis em vigor ou que venham a vigorar sobre o objetivo da referida autorização.

II — O tipo desta autorização é uma via autônoma deste Alvará, que será transcrita no Livro D. de Registro das Empresas de Mineração, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, o qual deverá ser registrado, em original ou certidão, na Junta Comercial do Estado, onde funciona a sede da empresa. (DNPM 352.023-74).

Brasília, 17 de abril de 1975. — *Agry Avila da Luz*, Diretor Geral do DNPM. (N.º 3545-B — 3.4.75 — Cr\$ 40,00).

4º Distrito

RELAÇÃO Nº 8-75 — 4º D.

Exigências (prazo de 60 dias)

Nº 6.200-62 — Mineração (Catal do Nordeste Sociedade Anônima, Paraharas, RN., cumpria exigências do ofício nº 175-75 — SC-4º D. de 23 de abril de 1975).

Nº 811.452-63 — Olavo Bandeira, Gravata, PE., cumpria exigência do ofício nº 155-75 — SD — 4º D. de 30 de abril de 1975.

Exigências (prazo de 90 dias)

Nº 1.567-41 — Sociedade Anônima Mineração Jerônimo Rosado, Governador Dixsept Rosado, RN., cumpria exigências do ofício número 194-75-SD-4º D. de 5 de maio de 1975.

Recife, 8 de maio de 1975. — (H. C. M. — Enc. Protocolo.

GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 115

O Grupo Executivo da Indústria de Mineração — GEIMI — no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 62.352, de 5 de março de 1966 e o Decreto-lei nº 1287, de 18 de outubro de 1973, resolve, em sessão extraordinária realizada a 14.4.75, aprovar o pedido de concessão de benefícios fiscais apresentados por Carborundum Metropolitana S. A., referente à Isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre os equipamentos, peças e sobressalentes necessários ao seu projeto de mineração mecanizada de carvão, constantes do processo nº MME-GEIMI-012-74, conforme Guia de Importação números 01-74-44775, 01-74-42503, 01-74-39830, 01-74-45656 e 01-74-45670, com base, respectivamente, nos itens I e II do Decreto-lei nº 1287, de 18 de outubro de 1973.

O referido projeto foi aprovado, em seus aspectos técnico e econômico por despacho do Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, de 21 de janeiro

de 1974, publicado no Diário Oficial da União de 6 de março daquele ano, nos termos do Edital de Licitação do Conselho Nacional do Petróleo, de 16 de maio de 1973.

O valor total CIF do material em questão é de US\$ 141.810,91, mais US\$ 5.447,03 para peças sobressalentes, sendo de Cr\$ 1.009.773,83 o valor estimado para isenção referente ao Imposto de Importação e de Cr\$ 241.053,44 a estimativa da Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre o material importado, considerando-se a taxa cambial de Cr\$ 7,845 por dólar (US\$).

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de maio de 1975. — *Agry Avila da Luz*, Presidente do ... GEIMI.

Concedo os incentivos acima, ex-rt do Art. 3.º do Decreto-lei nº 1.287, de 18.10.73, respeitado o disposto nos Decretos números 61.674, de 20 de outubro de 1967, e 62.897, de 25 de junho de 1968, no que concerne às normas referentes à similaridade.

Brasília, 28 de maio de 1975. — *Shigeaki Ueki* — Ministro de Estado das Minas e Energia.

RESOLUÇÃO Nº 114

O Grupo Executivo da Indústria de Mineração — GEIMI — no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 62.352, de 5 de março de 1966 e a Resolução nº 1807, de 5 de setembro de 1973, do Conselho de Política Aduaneira, resolve, em sessão realizada a 8 de maio de 1975, homologar os pedidos de isenção do Imposto de Importação apresentados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, durante o período de 11.3.74 a 7.4.75, para os equipamentos, máquinas e aparelhos ou instrumentos, partes e peças e acessórios, ferramentas e utensílios, destinados às suas atividades específicas.

O valor FOB do material importado no citado período é de US\$ 473.721,23 e DM 703,40, sendo de Cr\$ 1.041.270,64 o valor estimado para a isenção referente ao Imposto de Importação.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de maio de 1975. — *Agry Avila da Luz*, Presidente do ... GEIMI.

Concedo os incentivos acima, "ex-rt" do art. 3.º do Decreto-lei nº 1287, de 18 de outubro de 1973, respeitado o disposto nos Decretos números 61.674, de 20 de outubro de 1967, e 62.897, de 25 de junho de 1968, no que concerne às normas referentes à similaridade.

Brasília, 28 de maio de 1975. — *Shigeaki Ueki*, Ministro de Estado das Minas e Energia.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 1975

O Ministro de Estado do Interior, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 73.087, de 24 de abril de 1974, e tendo em vista o que consta do Processo MI número 10007, de 1970, resolve:

Nº 1.263 — Retificar a Portaria nº 01089, de 4 de julho de 1972, publicada no Diário Oficial de 12 seguinte e republicada no Diário Oficial de 3 de agosto de 1972, na parte que apontou Azo Marbessa, a fim de declarar que a mesma deve ser considerada efetivada com base no artigo 176, itens I e III, da Lei nº 1.711, de 29 de outubro de 1952, observada o

item II do artigo 102, da Constituição — Enenda nº 1-69, e não como constou daquele ato.

Nº 1.265 — Retificar a Portaria nº 396, de 4 de novembro de 1969, publicada no Diário Oficial de 11 seguinte, na parte que apontou José Ferreira dos Santos, a fim de declarar que a mesma deve ser considerada efetivada com base no artigo 176 item III, da Lei nº 1.711, de 29 de outubro de 1952, observado o item II do artigo 102, da Constituição — Enenda nº 1-69, e não como constou daquele ato. — *Maurício Rangel Reis*.

PORTARIAS DE 4 DE JUNHO DE 1975

O Ministro de Estado do Interior, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 1.212 — Conceder dispensa, ao Professor Ony Lacerda da Silva, das funções de Membro do Conselho Territorial de Roraima — *Maurício Rangel Reis*.

O Ministro de Estado do Interior, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 25, parágrafo único do Decreto-lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, resolve:

Nº 1.213 — Designar o Professor Alton Fernandes Rodrigues para exercer as funções de Membro do Conselho Territorial de Roraima, como representante do Ministério do Interior, em substituição ao Professor Ony Lacerda da Silva. — *Maurício Rangel Reis*.

DESPACHOS DO MINISTRO

Proc. nº 11.437 — MI/NIA/BSB-75 — A Superintendência do Desenvolvi-

mento do Nordeste — SUDENE, cujo mote à homologação ministerial doação de equipamentos e material permanente de propriedade da Autarquia no valor de Cr\$ 16.308,25 (dezesseis mil, trezentos e oito cruzeiros, vinte e cinco centavos) ao Colégio Agrícola do Piauí, em virtude de Convênio celebrado com a Autarquia, objetivando a melhoria e ampliação do ensino agrícola do Estado do Piauí. Despacho do Senhor Ministro: Homologo, nos termos do Parecer da Consultoria Jurídica. Publique-se e restitua-se à SUDENE, para as providências complementares.

Brasília, 31 de maio de 1975. — *Maurício Rangel Reis*.

Proc. nº 10.438 — MI/NIA/BSB-75 — Interessado: Oswaldo Távora Barque, ex-servidor do Território Federal de Rondônia. Assunto: Requer sua reintegração no cargo de Guard Territorial nível 15, do qual foi destituído. Despacho do Sr. Ministro: Indefero na forma do parecer.

Brasília, 31 de maio de 1975. — *Maurício Rangel Reis*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Proc. nº 60.046-73 — Infraco cometida pela Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., permissionária pela Portaria MVOE nº 532, de 13 de junho de 1951, renovada pela Portaria nº 232, de 18 de maio de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 1973, para executar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, de âmbito local, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Despacho: Consubstanciado nos termos do artigo 59, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1965, com a nova redação dada pelo artigo 3º, do Decreto-lei nº 236, de 2 de fevereiro de 1967, Advirto a Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. por infringência ao artigo 38, letra "b", do mesmo diploma legal.

Brasília, 27 de maio de 1975. — *Eulides Quandt de Oliveira*.

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 92 DE 27 DE MAIO DE 1975

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Ministerial nº 306 de 24.04.73, de acordo com o artigo 36 § 2º do Regulamento dos Serviços de Telefonia, aprovado pelo Decreto nº 57.611 de 07.01.66 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 627/75 — TB de 28.01.75,

RESOLVE:

Autorizar à Companhia Estadual de Telefones da Guanabara S/A — CETEL, com sede na rua Hanibal Porto, 450, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, a comercializar os terminais do 5º Plano de Expansão de acordo com os seguintes valores, válidos para o 2º trimestre do corrente ano:

Residencial	-	Cr\$ 6 712 00
Não Residencial	-	Cr\$ 9 569 00
Tronco	-	Cr\$ 12 466 00

II. Fixar os seguintes Fatores: $F_{12} = 0,00820$; $F_{18} = 0,07082$; $F_{24} = 0,05757$; $F_{30} = 0,05000$; $F_{36} = 0,04532$, para o cálculo das mensalidades nos contratos de pagamentos parcelados, a serem assinados no 2º trimestre de 1975, respectivamente em 12, 18, 24, 30 e 36 meses.

III. Estabelecer que seja submetido à TELEBRÁS para exame, projeto integrado da área da cidade do Rio de Janeiro — elaborado em conjunto pela CTB e CETEL.

RÔMULO VILLAR FURTADO — DN 2261 — 2-6-75 — Cr\$ 53,00.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 79.352.712/0001-20

Certidão nº: 150721471/2018

Expedição: 24/05/2018, às 09:09:26

Validade: 19/11/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **79.352.712/0001-20**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 79.352.712/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/08/1966
NOME EMPRESARIAL RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CANCAO NOVA ESPERANCA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R LORD LOVAT	NÚMERO 497	COMPLEMENTO	
CEP 87.600-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA ESPERANCA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (044) 2524-533	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **24/05/2018** às **09:10:12** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.069083/2013-41		
Entidade: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.	CNPJ: 79.352.712 /0001-20	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Nova Esperança	UF: PR
Validade da Outorga: vencida	Período: 1º/5/2014 a 1º/5/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	1 / 2 (0036900) Adaptar o requerimento ao modelo disponibilizado pelo site do MCTIC – art. 113 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017)
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	4 (0036900) Adaptar o requerimento ao modelo disponibilizado pelo site do MCTIC – art. 113 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017)
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	PENDENTE	

1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	24 a 29; 1 a 3 (0036900); (0218673)
---	----	---

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	Ato Constitutivo – 28 a 32; Alterações Contratuais – Sétima – 23 a 27; Décima – 20 a 22; Décima Oitava- 18/19; Décima Nona-12 a 17; Vigésima Primeira- 3 a 11 (3002458) Exigir as alterações Contratuais faltantes.
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	29 53900.022179/2014-82 (0189706);
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2 (3002516)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal – 20; Estadual –21; Municipal -22 (0036900)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	17;2 (0036900); (0209968)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	19 (0036900)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	1 (3002516)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	

Observações:

1. Ressalte-se, que outrora foram adotados os ditames estabelecidos pela Portaria nº 329 de 4 de julho de 2012, publicada no D.O.U. de 11 de julho de 2012, bem como os procedimentos estabelecidos no Despacho nº 499/2014/JFB/GAB/CONJUR/MC/AGU.
2. Esclareça-se que havia sido elaborada a Nota Técnica de Deferimento nº 15198/2014/SEI-MC (evento SEI nº 0210946). No entanto, com o envio dos autos à CONJUR, a mesma por meio do Despacho CONJUR nº 1463 (evento SEI nº 0534080) solicitou que fosse adotado o Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR/MC/CGU/AGU, antes da decisão final do processo.
3. Consta em andamento neste Ministério, o Processo nº 53000.005535/2014-47 que trata da atualização/regularização dos quadros societário/diretivo da Interessada. Verifica-se, no entanto, que a certidão expedida pela Junta Comercial do Estado do Paraná em 2014 apresenta os referidos quadros divergentes dos aprovados/conhecidos pela Pasta, assunto este, abordado pelo referido processo.
4. Consta dos dados cadastrais da Entidade, que a Interessada fora outorgada pela Portaria MVOP nº 552, de 18 de julho de 1954, renovada pelo Decreto de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 795, de 22 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2003, renovada pela última vez pelo Decreto Presidencial s/nº, de 24 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 25/08/2006, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 252 de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 01/10/2007, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Nova Esperança/PR.
5. Em tempo oportuno, cabe esclarecer, que em relação ao Balanço Patrimonial bem como as Demonstrações Contábeis, são indispensáveis que os mesmos sejam assinados pelo Representante legal da Interessada, juntamente com o profissional técnico em Ciências Contábeis (Contador), legalmente habilitado para tal, em razão da determinação contida no artigo 1.184, § 2º do Código Civil Brasileiro, sendo entretanto, considerado entre outros aspectos, a capacidade financeira da Interessada, no sentido de responsabilizar-se pelo custo do empreendimento.
6. Atualmente, em razão das novas orientações contidas na legislação atinente à espécie, independente de alguns aspectos abordados pelo Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR/MC/CGU/AGU, a Entidade com o fito de complementar a documentação necessária à instrução processual, em obediência aos termos da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 (D.O.U.: 29/3/2017) e Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017), deverá encaminhar os documentos faltantes, visando à tomada de decisão pela autoridade competente.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Sônia Valesca Menezes Monteiro CARGO: Advogado	24/05/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.069083/2013-41		
Entidade: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.	CNPJ: 79.352.712 /0001-20	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Nova Esperança	UF: PR
Validade da Outorga: vencida	Período: 1º/5/2014 a 1º/5/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	1 / 2 (0036900) Adaptar o requerimento ao modelo disponibilizado pelo site do MCTIC – art. 113 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017)
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	4 (0036900) Adaptar o requerimento ao modelo disponibilizado pelo site do MCTIC – art. 113 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017)
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	PENDENTE	

1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	24 a 29; 1 a 3 (0036900); (0218673)
---	----	---

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	Ato Constitutivo – 28 a 32; Alterações Contratuais – Sétima – 23 a 27; Décima – 20 a 22; Décima Oitava- 18/19; Décima Nona-12 a 17; Vigésima Primeira- 3 a 11 (3002458) Exigir as alterações Contratuais faltantes.
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	29 53900.022179/2014-82 (0189706);
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2 (3002516)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal – 20; Estadual –21; Municipal -22 (0036900)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	17;2 (0036900); (0209968)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	19 (0036900)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	1 (3002516)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	

Observações:

1. Ressalte-se, que outrora foram adotados os ditames estabelecidos pela Portaria nº 329 de 4 de julho de 2012, publicada no D.O.U. de 11 de julho de 2012, bem como os procedimentos estabelecidos no Despacho nº 499/2014/JFB/GAB/CONJUR/MC/AGU.
2. Esclareça-se que havia sido elaborada a Nota Técnica de Deferimento nº 15198/2014/SEI-MC (evento SEI nº 0210946). No entanto, com o envio dos autos à CONJUR, a mesma por meio do Despacho CONJUR nº 1463 (evento SEI nº 0534080) solicitou que fosse adotado o Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR/MC/CGU/AGU, antes da decisão final do processo.
3. Consta dos dados cadastrais da Entidade, que a Interessada fora outorgada pela Portaria MVOP nº 552, de 18 de julho de 1954, renovada pelo Decreto de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 795, de 22 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2003, renovada pela última vez pelo Decreto Presidencial s/nº, de 24 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 25/08/2006, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 252 de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 01/10/2007, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Nova Esperança/PR.
4. Em tempo oportuno, cabe esclarecer, que em relação ao Balanço Patrimonial bem como as Demonstrações Contábeis, são indispensáveis que os mesmos sejam assinados pelo Representante legal da Interessada, juntamente com o profissional técnico em Ciências Contábeis (Contador), legalmente habilitado para tal, em razão da determinação contida no artigo 1.184, § 2º do Código Civil Brasileiro, sendo entretanto, considerado entre outros aspectos, a capacidade financeira da Interessada, no sentido de responsabilizar-se pelo custo do empreendimento.
5. Atualmente, em razão das novas orientações contidas na legislação atinente à espécie, independente de alguns aspectos abordados pelo Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR/MC/CGU/AGU, a Entidade com o fito de complementar a documentação necessária à instrução processual, em obediência aos termos da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 (D.O.U.: 29/3/2017) e Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017), deverá encaminhar os documentos faltantes, visando à tomada de decisão pela autoridade competente.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Sônia Valesca Menezes Monteiro CARGO: Advogado	24/05/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 12154/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.069083/2013-41

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. - ME (RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA), relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 01.05.2014 a 01.05.2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, que, por conduto da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Contudo, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das susos mencionadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos pendentes, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 3002859):

4.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que (conforme modelo padrão anexo):

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

OBS: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. **Ressalta-se que é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração .**

4.2. **alterações contratuais (com exceção das seguintes: 7ª, 10ª, 18ª, 19ª, 21ª)**, registradas ou arquivadas no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

4.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

4.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**2017**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, , exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura **(assinados pelo Representante legal da Interessada, juntamente com o profissional técnico em Ciências Contábeis (Contador), legalmente habilitado para tal, em razão da determinação contida no artigo 1.184, § 2º do Código Civil Brasileiro)**;

4.5. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4.6. laudos de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 11/07/2018, às 10:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 11/07/2018, às 10:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3002899** e o código CRC **CF01C8B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 20880/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. - ME (RÁDIO CANÇÃO NOVA
ESPERANÇA) (CNPJ Nº 79.352.712/0001-20)
Rua Lord Lovat, nº 497 - Bairro Centro
87.60 000 Nova Esperança/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.069083/2013-41.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 12154/2018/SEI-MCTIC e do evento SEI nº 3003144, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher**,
Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão,
em 11/07/2018, às 10:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº
89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
3003116 e o código CRC **561C0CFB**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data de Envio:

11/07/2018 11:49:57

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

afiliadaesperanca@cancaonova.com
gestaoodeoutorgas@cancaonova.com
jackie@cancaonova.com
gilda.toti@cancaonova.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.069083/2013-41

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3003116.html
Nota_Tecnica_3002899.html
Anexo_3003144_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA__1__1__LIDIANE__1.pdf

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR
RAFAEL FERREIRA LARCHER
COORDENADOR DE RENOVAÇÕES DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
RADIODIFUSÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGA
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
BRASÍLIA/DF

Ref.: Ofício nº 20880/2018/SEI-MCTIC
Processo nº 53000.069083/2013-41 - Nº SEI 3003116
Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, **Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz, com nome fantasia “Rádio Canção Nova Esperança”, em fase de adaptação de outorga para Frequência Modulada**, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Vanderson Anselmo Crozatto**, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, vem, respeitosamente, em atenção ao Ofício em referência e ao Item 4 da Nota Técnica nº 12154/2018/SEI-MCTIC que o acompanha, tempestivamente, apresentar os seguintes documentos:

1. Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, conforme modelo fornecido por esse Ministério, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios



diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

2. Alterações contratuais (com exceção das seguintes: 7ª, 10ª, 18ª, 19ª, 21ª), registradas/arquivadas no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão.

3. Certidão emitida pela Junta Comercial, atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2017), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios (assinados pelo Representante legal da Interessada, juntamente com o profissional técnico em Ciências Contábeis (Contador), legalmente habilitado para tal, em razão da determinação contida no artigo 1.184, § 2º do Código Civil Brasileiro);


5. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Diante do exposto, considerando que a instrução processual está completa e que foram atendidas todas as exigências realizadas por este Ministério, **REQUER** seja expedida manifestação conclusiva a respeito e, conseqüentemente, renovada a outorga objeto do presente processo com a maior brevidade possível, uma vez que o processo de transferência direta da outorga desta Entidade (Processo nº 53900.037659/2015-29) está condicionado à referida aprovação.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Nova Esperança/PR, 03 de agosto de 2018.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
Vanderson Anselmo Crozatto
Sócio Administrador

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:	Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.		
CNPJ:	79.352.712/0001-20	CEP da sede:	87.600-000
Endereço da sede:	Rua Lord Lovat, nº 497 - Centro		
E-mail de contato:	afiliadaesperanca@cancaonova.com		
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input checked="" type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	01/05/2014 a 01/05/2024		
Localidade da renovação:	Nova Esperança	UF:	PR

Eu, VANDERSON ANSELMO CROZATTO, inscrito no CPF sob o nº 153.047.618-63, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir.

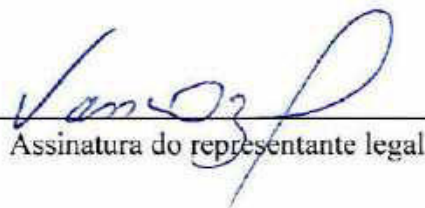
DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.



Assinatura do representante legal

**ALTERAÇÕES
CONTRATUAIS, COM
EXCEÇÃO DAS
SEGUINTEs: 7ª, 10ª,
18ª, 19ª E 21ª.**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

C.G.C.M.F. nº. 79.352.712/001

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ELIO DUARTE DIAS, brasileiro, casado, maior, cirurgião dentista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua N.N. Moraes de Barros s/nº; ARISTIDES ALVES DIAS, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Santos, Estado de S. Paulo, à Av. 7 de Setembro, 1587; JOSE TEIXEIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, maior, médico, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Praça Duque de Caxias, 984, todos neste ato representado pelo seu bastante procurador Sr. SAMUEL SILVA, brasileiro, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Maringá, à Rua Joubert de Carvalho s/nº., conforme instrumento de procuração lavradas no 1º Tabelionato Nelson de Lucca de N. Esperança, as fls. 150 do livro nº 8 em 29/9/67 e fls. 57 do livro 35 em 26/9/67; ALVARO DE SOUZA FREITAS, brasileiro, casado, maior, agricultor, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná à Rua Rep. do Líbano s/nº; sócios componentes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Cruz Machado, 940 / sob a denominação social de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., conforme contrato social de vidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Paraná, sob o nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1953, resolvem alterar o referido contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade admite como sócios, ALOYSIO RAPHAEL BARROS, brasileiro, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná à Rua Lord Lovat s/nº., portador da cédula de identidade nº. 220.047 - Série E-4444, expedida em Curitiba, Pr., aos 19 de /



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

julho de 1.969, que subscreve e realiza neste ato, em moeda corrente do País, 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas de Cr.\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr.\$ - - / 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros); NEIDE ROCHA BARROS, brasileira, casada, maior, do lar, residente e domiciliada em / Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº., portadora da cédula de identidade nº. 555.592 - série E-1333, expedida em Curitiba, Pr., aos 26 de março de 1.966, que subscreve e realiza em moeda corrente do País, 2.000 (duas mil) quotas de / Cr.\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr. 2.000,00 (dois mil cruzeiros); e ARISTIDES ROCHA, brasileiro, casado, maior, do comércio, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. Brasil s/nº., portador da cédula de identidade nº. 838.397 - série V-4443, expedida em Curitiba, Pr., aos 17 de dezembro de 1970, que subscreve e realiza em moeda corrente do País, neste ato, 500 (quinhentas) quotas de / Cr.\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de / Cr.\$500,00 (quinhentos cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA - Os sócios: ELIO DUARTE DIAS, retira-se da sociedade, por sua livre e espontânea vontade, recebendo neste ato, suas quotas de capital na importância de Cr\$ 95,00 (noventa e cinco cruzeiros), as quais é transferidas ao / Sr. Aloysio Raphael Barros, dando plena, geral e irrevogável / quitação de pago e satisfeito; JOSE TEIXEIRA DA SILVEIRA, retira-se da sociedade, por sua livre e espontânea vontade, recebendo neste ato, suas quotas de capital na importância de Cr.-95,00. (noventa e cinco cruzeiros), as quais é transferidas a Sra. NEI DA ROCHA BARROS, dando plena, geral e irrevogável quitação de / pago e satisfeito; e ARISTIDES ALVES DIAS e ALVARO DE SOUZA FREITAS, retiram-se da sociedade, por suas livre e espontânea vontade, recebendo neste ato, suas quotas de capital na importância / de Cr.\$5,00 (cinco cruzeiros) cada um, as quais é transferidas ao Sr. ARISTIDES ROCHA, dando pelas mesmas, plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social que era na importância de Cr.\$200,00 (duzentos cruzeiros), com as modificações constantes das cláusulas anteriores, passará a ser de Cr.\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), dividido em 5.000 (cinco mil) - quotas de Cr.\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, assim distribuídas /



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

entre os sócios: ALOYSIO RAPHAEL BARROS - 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas, totalizando a importância de Cr\$2.500,00. (dois mil e quinhentos cruzeiros); NEIDA ROCHA BARROS - 2.000 (duas mil) quotas, totalizando a importância de Cr\$2.000,00. (dois mil cruzeiros) e ARISTIDES ROCHA - 500 (quinhentas) quotas, totalizando a importância de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade, por todos os seus sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar referentes a radiodifusão.

CLÁUSULA QUINTA - As cotas representativas do capital social são encaucionáveis e intransferíveis diretamente ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, observando o artigo 160 da Constituição Federal, não podendo qualquer transferência de cota se efetivar sem prévia audiência do Governo Federal.

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade será administrada por um ou mais sócios gerentes a quem compete, privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial da sociedade, sendo-lhe entre tanto vedado o seu emprêgo sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções/de favor.

CLÁUSULA SÉTIMA - Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração - "pró-labore", quantia mensal fixada em comum até os limites / de dedução fiscal previstos na legislação do imposto de renda a qual será levada a conta de despesas gerais.


CLÁUSULA OITAVA - Fica investido nas funções / de Diretor-Gerente da sociedade o sócio ALOYSIO RAPHAEL BARROS para a qual fica dispensado da prestação de caução.


E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.-

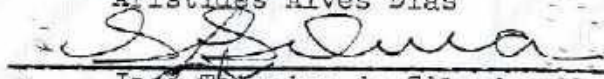


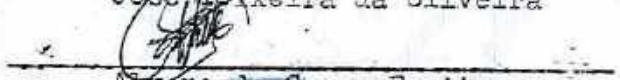
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

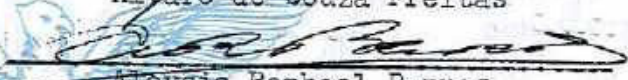
Nova Esperança, 6 de março de 1.972

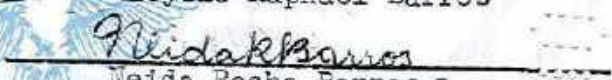

Elio Duarte Dias


Aristides Alves Dias


José Teixeira da Silveira


Alvaro de Souza Freitas



Aloysio Raphael Barros


Neida Rocha Barros



Aristides Rocha

TESTEMUNHAS:


Aylton de Deus Mateus

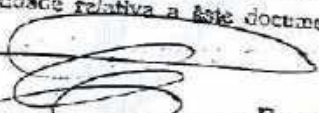

Kiyoshi Sunahara

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA
LTDA.-


Aloysio Raphael Barros



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

PROVA DE IDENTIDADE
CERTIFICO que me foi apresentada em ordem,
a prova de identidade relativa a este documento.
Visto:  Funcionário

1ª DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA
Agência de Rendas da Junta Comercial
Pagou Cr\$ 10.00
dez mil cruzeiros
da taxa devida por Ato da Junta Comercial con-
forme talão de verba desta data nº 256.265
Curitiba, em 10 de 4 de 1972
Stalla Recebido.



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL
Arquivado sob nº 127.044
por despacho em sessão de
13 ABR 1972
da 19 Turma de Varas
J. Petrelli
J. PETRELLI CASTALON
Secretário Geral

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 127044
em 13/04/72 e que, exista(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 29 de 01 de 2006

.....
Váldecir P. Pereira

.....
Marin Thareza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.-
CGCMF nº. 79.352.712/001
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ALOYSIO RAPHAEL BARROS, brasileiro, casado, - maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº., portador da cédula de identidade nº. 220.047 - série E-4444, expedida em Curitiba, Pr., aos 19 de julho de 1.969; NEIDA ROCHA BARROS, brasileira, casada, maior, do lar residente e domiciliada em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº., portadora da cédula de identidade nº. 555.592, série E-1333, expedida em Curitiba, Pr., aos 20 de março de 1.966; ARISTIDES ROCHA, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. Brasil s/nº., portador da cédula de identidade nº. 938.397, série V-4443, expedida em Curitiba, Pr., aos 17 de dezembro de 1.970; sócios componentes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Cruz Machado, 940, sob a denominação social de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.-, estabelecida com o ramo de Radiodifusão, conforme contrato social devidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953, resolvem, digo e posterior alteração de contrato social também devidamente arquivada na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 127.044, por despacho em sessão de 13 de abril de 1.972; resolvem alterar o referido contrato e alteração pelas cláusulas e condições seguintes:-

CLÁUSULA PRIMEIRA - O capital social que era na importância de Cr.\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), nesta data é elevado para a importância de Cr.\$90.000,00 (noventa mil cruzeiros), havendo portanto um aumento de Cr.\$85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), cujo aumento é inteiramente integralizado pelos sócios neste ato, com os lucros suspensos.

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social após as modificações constantes da cláusula primeira, passará a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

- a)- ALOYSIO RAPHAEL BARROS - 45.000 (quarenta e cinco mil) quotas de Cr.\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros);
b)- NEIDA ROCHA BARROS - 36.000 (trinta e seis mil) quotas de Cr.\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr.\$ - -



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Cr.\$36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros);
c)- ARISTIDES ROCHA - 9.000 (nove mil) quotas de Cr.\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr.\$9.000,00 (nove mil cruzeiros).

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente alteração de contrato social terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, continuando em vigor as demais cláusulas e condições do contrato social e alteração.

E, por assim terem justos e contratados, lavra, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumprir-lo em todos os seus termos.

Nova Esperança, 17 de novembro de 1.972.-

Aloysio Raphael Barros
Aloysio Raphael Barros

Neida Rocha Barros
Neida Rocha Barros

Aristides Rocha
Aristides Rocha

TESTEMUNHAS:

Antonio F. das A.
Antonio F. das A.

Aylton de Deus Mateus
Aylton de Deus Mateus



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

1ª DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA
Agência de Rendas da Junta Comercial
Pagou Cr\$ 80,00
Osanta Cruz
da taxa devida por Ato da Junta Comercial con-
forme talão de verba desta data nº 843384
Curitiba, em 14/12 19 72 Recebido.



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL
Arquivado sob n.º 134648
por despacho em sessão de
da 21 DEZ 1972 Turma de Vogais
J. Petrelli Gastaldi
Secretário Geral

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 134643
em 21 / 12 / 72 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 29 de 01 de 2006.

 
Valdecir P. Pereira Maria Theresza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.-

CGCMF nº. 79.352.712/001

TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ALOYSIO RAPHAEL BARROS, brasileiro, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº., portador da cédula de identidade, 220047 expedida em Curitiba, Pr., aos 19 de julho 1969;

NEIDA ROCHA BARROS, brasileira, casada, maior, co-lar, residente e domiciliada em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº., portadora da cédula de identidade nº 555.592, expedida em Curitiba, Pr., aos 26 de março de 1.966;

ARISTIDES ROCHA, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. Brasil s/nº., portador da cédula de identidade nº. 838.397, expedida em Curitiba, Pr., aos 17 de dezembro de 1970;

sócios componentes da sociedade que gira nesta / praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Cruz Machado, 940, sob a denominação social de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de Radiodifusão, conforme contrato social devidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953 e posteriormente alterações de contrato social, também/ devidamente arquivadas na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná, sob os nºs. 127.044, por despacho em sessão de 13 de abril de 1.972 e 134.648, por despacho em sessão de 21 de dezembro de 1972 resolvem por este instrumento, alterar o referido contrato e alterações pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O capital social que era na importância de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), nesta data é elevado para Cr\$ 148.000,00. - (cento e quarenta e oito mil cruzeiros), havendo portanto um aumento de Cr\$ 58.000,00 (cincoenta e oito mil cruzeiros), cujo aumento é inteiramente integralizado pelos sócios neste ato, com os lucros suspensos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social, após as modificações constantes da cláusula primeira, passará a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

a)- ALOYSIO RAPHAEL BARROS - 72.000 (setenta e dois mil) quotas / de R\$-1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de R\$-72.000,00. (setenta e dois mil cruzeiros);

b)- NEIDA ROCHA BARROS - 59.000 (cincoenta e nove mil) quotas de R\$-1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de R\$-59.000,00. (cincoenta e nove mil cruzeiros);

c)- ARISTIDES ROCHA - 17.000 (dezessete mil) quotas de R\$-1,00. / (um cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de R\$-17.000,00 (dezessete mil cruzeiros).

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente alteração de contrato social terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, continuando em vigor as demais cláusulas e condições de contrato social e alterações.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.-

Nova Esperança, 18 de abril de 1.973

Aloysio Raphael Barros
Aloysio Raphael Barros

Neida Rocha Barros
Neida Rocha Barros

Aristides Rocha
Aristides Rocha

TESTEMUNHAS:

Antônio Frias Jr.

Ayton de D. Mateus



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

1ª DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA
Agência de Rend. da Junta Comercial
Pagou Cr\$ 70,00
Sebastião Augusto
da taxa devida por Ato da Junta Comercial con-
forme talão de verba desta data nº 05655
Curitiba, em 21.6 1973
Recebido.



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL
Arquivado sob n.º 139.786
por despacho em sessão de
12 JUN 1973
da 1ª Turma de Vogais
J. PETRELLI GASTALDI
Secretário Geral

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 133.786
em 12.06.13 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 29 de d de 2006.


SERVIÇO DE FOTOCÓPIA Valdecir P. Pereira

Maria Theresza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CGCMF nº.79.552.712/001

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ALOYSIO RAPHAEL BARROS, brasileiro, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua - Lord Lovat s/nº., portador da cédula de identidade nº.220.047,- Pr, NEIDA ROCHA BARROS, brasileira, casada, maior, do lar, residente e domiciliada em Nova Esperança-Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº., portadora da Cédula de Identidade nº.555.592-Pr, e ARISTIDES ROCHA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança-Paraná, à Avenida Brasil s/nº, portador da Cédula de Identidade nº.838.397-Pr, sócios componentes da sociedade - que gira sob a denominação de RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA - LTDA, com sede em Nova Esperança-Paraná, à Rua Cruz Machado, 940 com o ramo de Radiodifusão, conforme Contrato Social devidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953 e posteriores alterações de contrato arquivadas sob nº.127.044 em sessão de 13 de abril de 1.972, nº.134.648 por despacho em sessão de 21 de dezembro de 1.972 e nº. 139.786 por despacho em sessão de 12 de junho de 1.973 e Renovação de Contrato Social devidamente arquivado sob nº.150.996, por despacho em sessão de 20 de Março de 1.974, resolvem por este instrumento, alterar o referido contrato, alterações e renovação de contrato social da seguinte forma:

CLAUSULA PRIMEIRA - Ficam sem efeito as cláusulas de renovação constantes da Alteração Contratual arquivada na MM. Junta Comercial do Paraná sob nº.150.996 por despacho em sessão de 20 de março de 1.974, vigorando somente a CLAUSULA SEGUNDA da referida Alteração Contratual.

CLAUSULA SEGUNDA - O capital social que é de Cr\$.148.000,00 - (Cento e Quarenta e Oito Mil Cruzeiros), fica reduzido para Cr\$. 5.000,00 (Cinco Mil Cruzeiros), recebendo os sócios parte de seus capitais na seguinte proporção:

ALOYSIO RAPHAEL BARROS - 69.500 (Sessenta e Nove Mil e Quinhentas) quotas de Cr\$.1,00 (hum cruzeiro) cada uma, no valor de Cr\$. 69.500,00 (Sessenta e Nove Mil e Quinhentos Cruzeiros).

NEIDA ROCHA BARROS - 57.000 (Cinquenta e Sete Mil) quotas de - Cr\$.1,00 (hum cruzeiro) cada uma, no valor de Cr\$.57.000,00 - (Cinquenta e Sete Mil Cruzeiros).

ARISTIDES ROCHA - 16.500 (Desesseis Mil e Quinhentas) quotas - de Cr\$.1,00 (hum cruzeiro) cada uma, no valor de Cr\$.16.500,00- (Desesseis Mil e Quinhentos Cruzeiros).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social, após as modificações constantes cláusulas primeira e segunda, passa a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

a)- ALOYSIO RAPHAEL BARROS - 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas, totalizando a importância de R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros); b)- NEIDA ROCHA BARROS - 2.000 (duas mil) quotas, totalizando a importância de R\$-2.000,00 (dois mil cruzeiros); c)- ARISTIDES ROCHA - 500 (quinhentas) quotas, totalizando a importância de R\$-500,00 (quinhentos cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato social, suas alterações e renovação de contrato social.

Assim justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumprir e cumprir os seus termos.

Nova Esperança, 18 de junho de 1.974

Aloysio Raphael Barros
Aloysio Raphael Barros

Neida Rocha Barros
Neida Rocha Barros

Aristides Rocha
Aristides Rocha

TESTEMUNHAS

Antonio Frias Jr.
Antonio Frias Jr.

Ayilton de D. Mateus
Ayilton de D. Mateus



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

1ª DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA

Agência de Rendas da Junta Comercial

Pagou Cr\$

20,00

Cento e Vinte Cruzm

da taxa devida por Atos da Junta Comercial con-
forme talão de verba desta data nº 181839

Curitiba, em 211 6

19 74
Recabado.



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL

Arquivado sob n.º 154668
por despacho em sessão de
da 25 JUN 1974
Turma de Vogais

Secretário Geral

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 154.669
em 25/06/20 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 24 de 01 de 20 06

 
.....
Valdeir P. Pereira Maria Thereza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGCMF nº. 79.352.712/0001 - 20
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Fls. 01

ALOYSIO RAPHAEL BARROS, brasileiro, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº, portador da cédula de identidade nº. 220.047-Pr., e do CPF nº. 004.632.409; / NEIDA ROCHA BARROS, brasileira, casada, maior, do lar, residente e domiciliada em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº, portadora da cédula de identidade nº. 555.592-Pr., e do CPF nº. 004.632.409; / ARISTIDES ROCHA, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. Brasil, s/nº, portador da cédula de identidade nº. 938.397-Pr., e do CPF nº. 042.780.979; sócios originários da sociedade que gira sob a denominação social de RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., com sede em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Cruz Machado, 940, estabelecida com o ramo de "Radiodifusão", conforme contrato social devidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 26.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953 e posteriormente alterações de contrato arquivadas sob os nºs. 127.044, em sessão de 18 de abril de 1.972, nº. 134.648, em sessão de 21 de dezembro de 1.972, nº. 139.786, em sessão de 12 de junho de 1.973, nº. 154.669, em sessão de 26 de junho de 1.974 e renovação de contrato social, também devidamente arquivada sob o nº. 150.996, por despacho em sessão de 20 de março de 1.974, resolvem por este instrumento particular, alterar seu Contrato Social "Ad Referendum" do DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-DENTEL mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A cláusula segunda da quarta alteração de contrato social, arquivada na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 154.669 por despacho em sessão de 26 de junho de 1.974, fica sem efeito, passando a mesma a ter a seguinte redação:
O capital social que é de Cr\$148.000,00 (cento e quarenta e oito mil cruzeiros), fica reduzido para Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), cuja redução no valor de Cr\$143.000,00 (cento e quarenta e três mil cruzeiros), retorna à conta Lucros Suspensos da sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social que era na importância de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), nesta data e elevado para Cr\$218.000,00 (duzentos e dezoto mil cruzeiros), havendo portanto um aumento de Cr\$213.000,00 (duzentos e treze mil cruzeiros), cujo aumento é inteiramente integralizado pelos sócios neste ato, com os lucros suspensos.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social, após as modificações constantes das cláusulas anteriores, passará a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

- a) - ALOYSIO RAPHAEL BARROS - 109.000 (cento e nove mil) quotas de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr\$109.000,00 (cento e nove mil cruzeiros);
- b) - NEIDA ROCHA BARROS - 87.200 (oitenta e sete mil e duzentas) quotas de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr\$87.200,00 (oitenta e sete mil e duzentos cruzeiros).
- c) - ARISTIDES ROCHA - 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) quotas de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, totalizando a importância de Cr\$21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos cruzeiros).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CGCMF nº. 79.352.712/0001 - 20

QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

fls. 02

CLÁUSULA QUARTA - A sede da sociedade que era na Rua Cruz Machado, 940, fica transferido para a Rua Lord Lovat, 249, nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

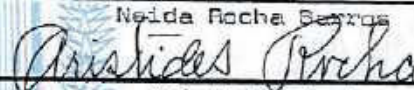
CLÁUSULA QUINTA - A presente alteração de contrato social terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, continuando em vigor as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo, alterações e renovação de contrato social.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.


Nova Esperança, 03 de outubro de 1.975.

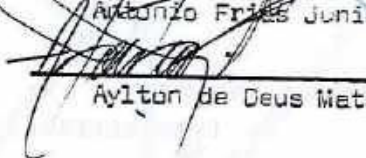

Aloysio Raphael Barros


Neida Rocha Barros


Aristides Rocha

TESTEMUNHAS:


Antonio Fries Junior

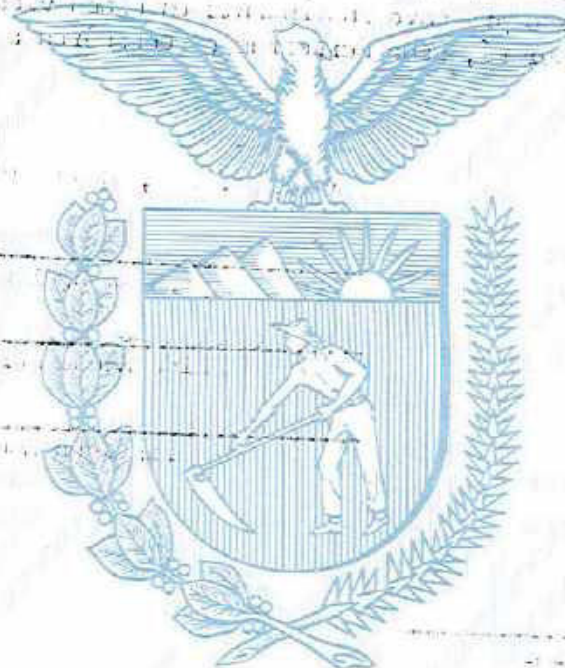

Aylton de Deus Mateus



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
PROVA DE QUITAÇÃO TRIBUTÁRIA

Certidão	Nº	Data	Local
Imposto de Renda	096/75	10/10/75	2.º ofício
Ato Declaratório			
INPS - CRS	104856 -	3/10/75	u. u.
Estadual	075 -	2/10/75	u. u.
Assessor	Chel		
Fiscalizante			Vogal



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL

Arquivado sob. n.º 19.420
por despacho em sessão de
26 DEZ 1975
da 2ª Turma de Vogais

SECRETÁRIO GERAL

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 179470
em 26.02.15 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 29 de de 2006

.....
SERVIÇO DE FOTOCÓPIA
Valdecir P. Pereira

.....
Maria Theresia Lopes Salomão
Secretaria Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CGC/MF nº. 79.352.712/001

RENOVAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Os abaixo assinados, ALOYSIO RAPHAEL BARROS, brasileiro, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº., portador da cédula de identidade nº. 220.047-Pr; NEIDA ROCHA BARROS, brasileira, casada, maior, do lar, residente e domiciliada em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº., portadora da cédula de identidade nº. 555.592-Pr. e ARISTIDES ROCHA, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. Brasil s/nº., portador da cédula de identidade nº. 838.397-Pr., únicos sócios da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., sediada em Nova Esperança, Estado do Paraná, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná, sob o nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953, alterado pelos instrumentos arquivados sob os nºs. 127.044, em 19/04/1.972; 134.648, em 21/12/72, e 139.786, em 12/06/1.973, tendo em vista que o prazo de duração da sociedade expirou em 19 de março de 1.963, acordam em continuar em sociedade, como efetivamente continuam desde aquela data, sob as mesmas condições estabelecidas no contrato anterior e respectivas alterações, reavivando, pelo presente instrumento, o mesmo contrato, por tempo indeterminado, nas seguintes condições:

I - Ficam ratificados e aprovados todos os atos praticados/pelas sociedade, da data da expiração do seu contrato, 19 de março de 1.963, / até esta data;

II - O funcionamento da sociedade, ora renovada, será regido pelas disposições legais aplicáveis à espécie e pelas seguintes cláusulas do seu contrato anterior e respectivas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade terá a denominação social / de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., com sede e foro em Nova Esperança, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade durará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade tem por finalidade a execução de serviços de radiodifusão, nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, por meio de uma estação instalada na mesma cidade.

CLÁUSULA QUARTA - O capital social de Cr.\$148.000,00 (cento e quarenta e oito mil cruzeiros), dividido em 148.000 (cento e quarenta e oito mil) cotas de Cr.\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, assim distribuído entre os sócios:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

<u>Sócios</u>	<u>nº cotas</u>	<u>Valor - Cr.º</u>
ALOYSIO RAPHAEL BARROS	72.000.	72.000,00
NEIDA ROCHA BARROS	59.000.	59.000,00
ARISTIDES ROCHA	17.000.	17.000,00
T O T A L	148.000.	148.000,00

CLÁUSULA QUINTA - A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA SEXTA - As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas sem o expresse consentimento unânime da sociedade, cabendo em igualdade de condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las.

CLÁUSULA SÉTIMA - As quotas representativas do capital social são inalienáveis e intransferíveis, direta ou indiretamente a terceiros estrangeiros ou pessoas jurídicas, observado o artigo 160 da Constituição Federal, não podendo qualquer transferência de cotas se efetivar sem prévia audiência do Governo Federal.

CLÁUSULA OITAVA - A sociedade, por todos os seus sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes que vierem a vigorar referentes à radiodifusão.

CLÁUSULA NONA - A sociedade será administrada por um ou mais sócios gerentes, a quem compete, privativa e individualmente, o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA DÉCIMA - Pelos serviços que prestarão à sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração "pró-labore", quantia mensal fixada em comum até os limites de dedução fiscal previstos na legislação do imposto de renda, a qual será levada à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica investido nas funções de Diretor Gerente da sociedade, o sócio Aloysio Raphael Barros, para a qual fica dispensado da prestação de caução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O ano social coincide com o ano civil. Dos lucros líquidos apurados anualmente serão deduzidos 10% (dez por cento) para constituição de um fundo de reserva, até alcancas 20% (vinte por cento) do capital social. O saldo será dividido entre os sócios, na proporção do seu capital.

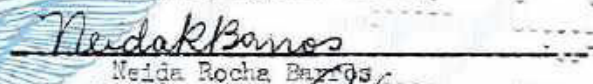


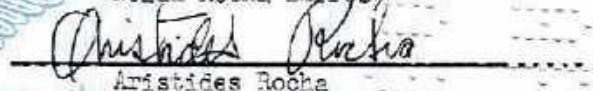
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

E, por assim terem justos e contratados,
assinam o presente instrumento de renovação de contra-
to social, juntamente com duas testemunhas, em cinco/
vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e se-
us herdeiros ao seu fiel cumprimento.-

Nova Esperança, 15 de fevereiro de 1974.


Aloysio Raphael Barros


Neida Rocha Barros


Aristides Rocha

TESTEMUNHAS:




DEMONSTRAÇÃO DO USO DA FIRMA:

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.


Aloysio Raphael Barros



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

1ª DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA

Agência de Rendas da Junta Comercial

Pagou Cr\$ 5,00

Cinco Cruzados
da taxa devida por Ato da Junta Comercial con-
forme talão de verba desta data nº 320845

Curitiba, em 18/ 3 / 19 74

Recebido



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL

Arquivado sob n.º 150.996
por despacho em sessão de

da 3ª 20 MAR 1974
Turma de Vogais

Secretário Geral

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 150.936
em 20 / 03 / 16 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 24 de 01 de 20 06

SERVIÇO DE FOTOCÓPIA
Valdecir P. Pereira

Maria Thereza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CGCMF nº. 79.352.712/0001 - 20

OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

fls.01

JOVINO MANETTI, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Maringá, Estado do Paraná, à Rua Nassib Haddad, nº. 322, portador da cédula de identidade nº. 907.176-Pr., e do CPF nº. 108.101.299; ARISTIDES MANETTI, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Maringá, Estado do Paraná, à Av. Rio Branco, 239, portador da cédula de identidade nº. 284.417-Pr., e do CPF nº. 108.351.999; ANÍSIO DOLINGOS MANETTI, brasileiro, solteiro, maior, radialista, residente e domiciliado em Maringá, Estado do Paraná, à Rua José de Alencar nº. 308, portador da cédula de identidade de nº. 811.459-Pr., e do CPF nº. 069.571.969: sócios constituintes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat, 249, sob a denominação social de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de Radiodifusão, conforme contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953 e posterior Renovação de contrato social também arquivada sob o nº. 150.996, por despacho em sessão de 20 de março de 1974; e porterior alterações de contrato social também devidamente arquivadas sob os nºs. 127.044, por despacho em sessão de 15 de abril de 1.972, nº. 134.648, por despacho em sessão de 21 de dezembro de 1.972, nº. 139.786, por despacho em sessão de 12 de junho de 1.973, nº. 154.669, por despacho em sessão de 25 de junho de 1974, nº. 179.470, por despacho em sessão de 26 de dezembro de 1.975 e nº. 208.219, por despacho em sessão de 01 de agosto de 1.977, resolvem alterar seu Contrato Social "ad referendum" e alterações do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:-

CLÁUSULA PRIMEIRA:- Fica alterada a cláusula primeira da sétima alteração de contrato social, arquivada sob o nº. 208.219, por despacho em sessão de 01 de agosto de 1.977, em razão das seguintes transferências de cotas:

a)- O sócio JOVINO MANETTI, que possui na sociedade 87.200 (oitenta e sete mil e duascentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, CEDER E TRANSFERIR, retirando-se da sociedade, suas 87.200 (oitenta e sete mil e duascentas) cotas no valor nominal de Cr\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ora ingressante FLÁVIO TOLINO ORLANDINO, brasileiro, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Praça Arthur da Costa e Silva s/nº., portador da cédula de identidade nº. 5.758.833-SF e do CPF.199.681.759-00, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGOLE nº. 79.352.712/0001-20
CITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

fls.02

b)- O sócio ARISTIDES LANETTI, que possui na sociedade 87.200 (oitenta e sete mil e duascentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, CEDE E TRANSFERE, 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas cotas no valor de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, ao sócio FLÁVIO TOLINO ORLANDINO, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada e ao sócio ora ingressante ARIOVALDO SOCIO, brasileiro, desquitado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av.14 de Dezembro, 796, portador da cédula de identidade nº. 547.298-Pr., e do CPF nº. 012.667.059-53, 65.400 (sessenta e cinco mil e quatrocentas) cotas no valor nominal de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada;

c)- O sócio ANÍSIO DOMINGOS LANETTI, que possui na sociedade 43.600 (quarenta e três mil e seiscentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, retira-se da sociedade, CEBENDO E TRANSFERINDO, suas 43.600 (quarenta e três mil e seiscentas) cotas no valor nominal de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, ao sócio ora ingressante ARIOVALDO SOCIO, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada.

CLÁUSULA SEGUNDA:- Em razão das transferências havidas, o capital social, no valor de Cr\$218.000,00 (duzentos e dezoito mil cruzeiros dividido em 218.000 (duzentas e dezoito) mil cotas no valor nominal de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, fica assim distribuído entre os atuais sócios cotistas:

COTISTAS:-

FLÁVIO TOLINO ORLANDINO

ARIOVALDO SOCIO

T O T A L

COTAS:-

109.000

109.000

218.000

CAPITAL:-

Cr\$-109.000,00

Cr\$-109.000,00

Cr\$218.000,00.

CLÁUSULA TERCEIRA:- Fica alterada a cláusula segunda da sétima alteração de contrato social, arquivada sob o nº. 208.219, por despacho em sessão de 01 de agosto de 1.977, passando a ter a seguinte redação: "Cláusula Segunda" Fica investido na função de Diretor-Gerente, o sócio cotista FLÁVIO TOLINO ORLANDINO e Diretor-Comercial o sócio cotista ARIOVALDO SOCIO, para as quais fica dispensado da prestação de caução.

CLÁUSULA TERCEIRA:- Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo, renovação de contrato social e alterações, que não colidirem com as disposições do presente.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento devidamente rubricado no verso de suas folhas, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCME Nº. 79.352.712/0001-20
OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

fls.03

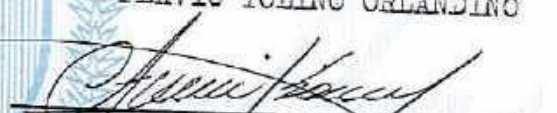
Nova Esperança, 01 de outubro de 1978


JOVINO MANETTI


ARISTIDES MANETTI


ARISTIO DOMINGOS MANETTI

FLÁVIO TOLINO ORLANDINO


ARTOVALDO SOCIO

Uso da firma: -

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

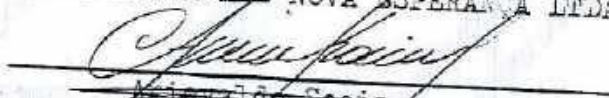
FLÁVIO TOLINO ORLANDINO
Diretor - Gerente

TESTEMUNHAS:


Kiyoshi Sunahara

Sérgio Gomes Luiz

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.


Artovaldo Socio
Diretor-Comercial



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



PROVA DE IDENTIDADE
CERTIFICO que me foi apresentada em ordem
a prova de identidade relativa a este documento

Visto

Funcionário



**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº *22 6361*
em *06 11 18* e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, *29* de *01* de 20*06*

[Assinatura]
SERVIÇO DE FOTOCOPIA
Valdecir P. Pereira

[Assinatura]
Maria Thereza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGC/MF nº. 79.352.712/0001 - 20
NOVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

fls.01

FLÁVIO TOLINO ORLANDINO, brasileiro, maior, casado, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Praça Arthur da Costa e Silva s/nº., portador da cédula de identidade civil nº. 5.758.833 expedida em São Paulo, SP., e do CPF nº. /199.681.759 - 00; ARIOWALDO SÓCIO, brasileiro, maior, desquitado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. 14 de Dezembro, 795 - 1º andar, portador da cédula de identidade civil RG-nº. 547.298-Pr., e do CPF 912.667.059-53, sócios constituintes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat, 249, sob a denominação social de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de Radio-difusão, conforme contrato social devidamente arquivado na 22ª Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953 e posteriormente renovação de contrato social também arquivada na 22ª Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 150.996, por despacho em sessão de 20 de março de 1.974; e posterior alterações de contrato social também devidamente arquivadas sob os nºs. 127.044, por despacho em sessão de 13 de abril de 1.972, nº. 134.648, por despacho em sessão de 21 de dezembro de 1.972, nº. 139.786, por despacho em sessão de 12 de junho de 1.973, nº. 154.660, por despacho em sessão de 25 de junho de 1.974, nº. 179.470, por despacho em sessão de 26 de dezembro de 1.975, nº. 208.219, por despacho em sessão de 01 de agosto de 1.977 e nº. 226.361, por despacho em sessão de 06 de novembro de 1.978, resolvem alterar seu contrato social "ad referendum" e alterações do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:-

O capital social no valor de R\$-218.000,00. (duzentos e dezoito mil cruzeiros) nesta data é elevado para a importância de R\$-860.000,00 (oitocentos e sessenta mil cruzeiros), havendo portanto um aumento de R\$-642.000,00 (seiscentos e quarenta e dois mil cruzeiros), cujo aumento é inteiramente integralizado pelos sócios neste ato, da seguinte forma:

a)- R\$-307.043,46 (quinhentos e sete mil, / quarenta e três cruzeiros e quarenta e seis centavos) com a Reserva de Capital; e

b)- R\$-134.956,54 (cento e trinta e quatro / mil, novecentos e cinquenta e seis cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), com o saldo parcial da conta Reserva de Lucros, / de acordo com o balanço de abertura realizado em 02 de janeiro / de 1.978, respectivamente.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGC/MF nº. 79.352.712/0001 - 20
NOVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

fls. 02

CLÁUSULA SEGUNDA:-

O capital social, após as modificações constantes da cláusula primeira deste instrumento, passará a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios:	Quotas:	Total:
FLÁVIO TOLINO ORLANDINO	430.000	R\$-430.000,00
ARIOVALDO SÓCIO	430.000	R\$-430.000,00
T o t a l	860.000	R\$-860.000,00
= = = =		= = = = =

CLÁUSULA TERCEIRA:-

A presente alteração de contrato social terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, continuando em vigor as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo, renovação de contrato e alterações.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Nova Esperança, 21 de novembro de 1.978

Flávio Tolino Orlandino

Ariovaldo Sócio

TESTEMUNHAS:

Antônio Farias Junior

Aylton de Deus Matheus

12.08.78

8781 210 31



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



RECEBUE
2018

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 22783
em 15 de 12 de 78 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 20 de 01 de 20 06


SERVIÇO DE FOTOCÓPIA Maria Thereza Lopes Salomão
Valdecir P. Pereira Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF Nº 79.352.712.0001/20
DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ARIOVALDO SOCIO, brasileiro-nato, desquitado, comerciante residente e domiciliado nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Avenida 14 de dezembro 796 1º andar, portador da cédula de identidade civil RG-547298/PR e do CPF nº.012.667.059/53; ATILA SOCIO, brasileiro-nato, solteiro maior, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Avenida 14 de dezembro 796-fundos, portador da cédula de identidade civil RG-386.454/PR e do CPF-012.755.939/68; ALDROVANDO SOCIO, brasileiro-nato, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/nº, portador da cédula de identidade civil RG-1893788/PR e do CPF-012.756.079/00; sócios constituintes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat 249, sob a denominação social de RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA estabelecida com o ramo de RADIODIFUSÃO, conforme contrato social devidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº.25204 por despacho em sessão de 16 de abril de 1953 e posterior renovação de contrato social, também, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº.150996 por despacho em sessão de 20 de março de 1974 e posteriores alterações de contrato social, devidamente arquivadas sob nºs.127044 em 15 de abril de 1972, nº.134648 em 21 de dezembro de 1972, nº...139786 em 12 de junho de 1973, nº.154.669 em 25 de julho de 1974, nº.179470 em 26 de dezembro de 1975, nº.208219 em 01 de agosto de 1977, nº.226361 em 06 de novembro de 1978, nº.227789 em 15 de dezembro de 1978 e nº.246701 por despacho em 24 de junho de 1980, resolvem alterar o seu contrato social "ad referendum" e alterações do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA:

O capital social no valor de Cr\$-860.000,00 (oitocentos e sessenta mil cruzeiros) nesta data é elevado para a importância de Cr\$-12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), havendo portanto um aumento de Cr\$-11.140.000,00 (onze milhões, cento e quarenta mil cruzeiros), dividido em 11.140.000 (onze milhões cento e quarenta mil) quotas de Cr\$-1,00 (um cruzeiro) cada uma, cujo aumento é inteiramente integralizado pelos sócios, neste ato, da seguinte forma:

a)-ARIOVALDO SOCIO, que possuía na sociedade 430.000 (quatrocentas e trinta mil) quotas, passa a ter 6.000.000 (seis milhões) de quotas, cujo aumento no valor de Cr\$-5.570.000,00 (cinco milhões quinhentos e setenta mil cruzeiros) é inteiramente integralizado no presente ato da seguinte forma:

1. Cr\$-4.598.469,51 (quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros e cinquenta e hum/



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CGCMF Nº 79 352 512 0001 20

DECIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Fls.02

centavos) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE CAPITAL, apresenta no Balanço Patrimonial de 31.12.82;

2. Cr\$-124.796,17 (cento e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros e dezessete centavos) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE LUCROS apresentada no Balanço Patrimonial de 31.12.82;

3. Cr\$-846.734,32 (oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e quatro cruzeiros e trinta e dois centavos), com o aproveitamento do saldo parcial da conta de LUCROS ACUMULADOS, apresentada no Balanço Patrimonial de 31.12.82;

b) ATILA SOCIO, que possuía na sociedade 215.000 (duzentas e quinze mil) quotas, passa a ter 3.000.000 (três milhões) de quotas, cujo aumento no valor de Cr\$-2.785.000,00 (dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) é inteiramente integralizado no presente ato, da seguinte forma:

1. Cr\$-2.299.234,75 (dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE CAPITAL, apresentada no Balanço Patrimonial de 31.12.82;

2. Cr\$-62.398,09 (sessenta e dois mil, trezentos e noventa e oito cruzeiros e nove centavos) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE LUCROS apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.82;

3. Cr\$-423.367,16 (quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros e dezesseis centavos) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de LUCROS ACUMULADOS, apresentada no Balanço Patrimonial de 31.12.82;

c) ALDROVANDO SOCIO, que possuía na sociedade 215.000 (duzentas e quinze mil) quotas, passa a ter 3.000.000 (três milhões) de quotas, cujo aumento no valor de Cr\$-2.785.000,00 (dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) é inteiramente integralizado no presente ato, da seguinte forma:

1. Cr\$-2.299.234,75 (dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE CAPITAL, apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.82;

2. - Cr\$-62.398,09 (sessenta e dois mil, trezentos e noventa e oito cruzeiros e nove centavos) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE LUCROS apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.82;

3. Cr\$-423.367,16 (quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros e dezesseis centavos) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de LUCROS ACUMULADOS apresentada no Balanço patrimonial encerrado em 31.12.82.

CLAUSULA SEGUNDA:

Em decorrência da alteração havida, o capital social no valor de Cr\$-12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) dividido em 12.000.000 (doze milhões) de quotas de Cr\$-1,00 (um cruzeiro) cada, fica assim distribuído entre sócios:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF Nº 79 352 712 0001 20
DECIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Fls.03

Sócios:	quotas:	Valor:
ARIOVALDO SOCIO	6.000.000	Cr\$- 6.000.000,00
ATILA SOCIO	3.000.000	Cr\$- 3.000.000,00
ALDROVANDO SOCIO	3.000.000	Cr\$- 3.000.000,00
T O T A L	12.000.000	Cr\$- 12.000.000,00

CLAUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo, renovação de contrato social e alterações contratuais, que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

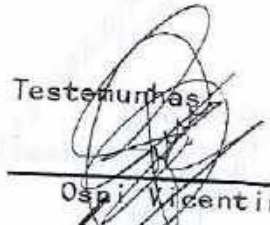
E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

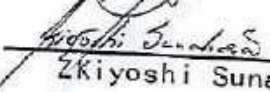

Arivaldo Socio

Atila Socio

Aldrovando socio

Testemunhas:


Osni Vicentino


Zkiyoshi Sunahara



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

57.12

total

01,000,000.00 - 100

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

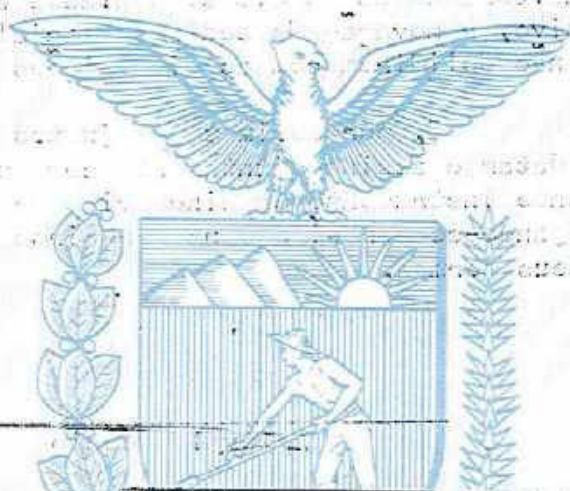
00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00

00,000,000.00 - 00




Estado do Paraná
JUNTA COMERCIAL
Arquivado sob nº
298717
em **27 SET 1983** por
decisão singular em regime
sumário.
EURICO GOMES DE MACEDO
Secretário Geral

SECRETARIA DE ECONOMIA DO PARANÁ
SECRETARIA DE COMÉRCIO
SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE COMÉRCIO DO PARANÁ

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado sob nº **238714**
Comércio sob nº **270383**
em **24** de **01** e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, **24** de **01** de 20**06**


Valdeir P. Pereira

Maria Theresz Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CGCMF Nº 79 352 712 0001 20

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ARIOVALDO SOCIO, brasileiro-nato, desquitado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade/ de Nova Esperança, Estado do Paraná, Avenida 14 de dezembro 796 1º andar, portador da cédula de identidade civil RG-547298PR e do CPF-012667059-53; ATILA SOCIO, brasileiro-nato, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. 14 de dezembro nº 796 fundos, portador da cédula de identidade civil RG-386.454PR e do CPF nº. 012 755 939 68; ALDROYANDO SOCIO, brasileiro, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat s/n, portador da cédula de identidade civil RG-1893788PR e do CPF nº. 012 756 079 00; socios constituintes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat 249 sob a denominação social de RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de "Radiodifusão", conforme contrato social devidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 25204 por despacho em sessão de 16 de abril de 1953 e, posterior renovação de contrato social, também, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº. 150996 por despacho em sessão de 20 de março de 1974 e, posteriores alterações de contrato social, devidamente arquivadas na Junta Comercial sob nº. 127044 em 15 de abril de 1972, nº. 134648 em 21 de dezembro de 1972, nº. 139786 em 12 de junho de 1973, nº. 154.669 em 25 de julho de 1974, nº. 179.470 em 26 de dezembro de 1975, nº. 208.219 em 01 de agosto de 1977, nº. 226.361 em 06 de novembro de 1978, nº. 227.789 em 15 de dezembro de 1978, nº. 246.701 em 24 de junho de 1980 e nº. 298717 por despacho em sessão de 27 de setembro de 1983, resolvem de comum acordo alterar e modificar seu contrato social "ad referendum" e alterações do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

O capital social no valor de Cr\$-12.000.000,00 - (doze milhões de cruzeiros) - nesta data é elevado para a importância de Cr\$-32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros) havendo portanto um aumento na importância de Cr\$-20.000.000,00



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CGCMF Nº 79 352 712 0001 20

DECIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FL.02

(vinte milhões de cruzeiros) dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de quotas de Cr\$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, inteiramente integralizadas pelos socios no presente ato, da seguinte forma:

1. O socio ARIIVALDO SOCIO que possuía na sociedade 6.000.000 (seis milhões) de quotas, passa a ter 16.000.000 (dezesseis milhões) de quotas, sendo o aumento no valor de Cr\$-10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) integralizados no presente ato, da seguinte forma:

a. Cr\$-9.394.800,00 (nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil e oitocentos cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE CAPITAL, apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1983;

b. Cr\$-605.200,00 (seiscentos e cinco mil e duzentos cruzeiros), com o aproveitamento do saldo parcial da conta de LUCROS ACUMULADOS, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 12 83

2. O socio ATILA SOCIO que possuía na sociedade/ (tres milhões) quotas, passa a ter 8.000.000 (oito/ (cinco milhões de cruzeiros) integralizados no presente ato, da seguinte forma:

a. Cr\$-4.697.400,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil e quatrocentos cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE CAPITAL, apresentada no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1983;

b. Cr\$-302.600,00 (trezentos dois mil e seiscentos cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de LUCROS ACUMULADOS apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 12 83.

3. O socio ALDROYANDO SOCIO que possuía na sociedade 3.000.000 (tres milhões) de quotas, passa a ter 8.000.000 (oito milhões) de quotas, sendo o aumento no valor de Cr\$-5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) integralizados no presente ato, da seguinte forma:

a. Cr\$-4.697.400,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil e quatrocentos cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE CAPITAL apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1983;

b. Cr\$-302.600,00 (trezentos e dois mil e seiscentos cruzeiros) - com o aproveitamento do saldo parcial da conta de LUCROS ACUMULADOS, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 12 83

CLAUSULA SEGUNDA:

O capital social em decorrência das alterações - havidas, no valor de Cr\$-32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros) dividido em 32.000.000 (trinta e dois milhões) de quotas de Cr\$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, fica assim distribuído/ entre os socios:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CGCMF Nº 79 352 712 0001 20

DECIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FL.03

Sócios:

quotas:

Valor:-

ARIOVALDO SOCIO

16.000.000

Cr\$-16.000.000,00

ATILA SOCIO

8.000.000

Cr\$- 8.000.000,00

ALDROVANDO SOCIO

8.000.000

Cr\$- 8.000.000,00

T O T A L

32.000.000

Cr\$-32.000.000,00

CLAUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo, renovação de contrato social e alterações contratuais, que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justos e contratados, lavram datam e assinam juntamente com as testemunhas, o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Nova Esperança,

Arivaldo Socio
Arivaldo Socio

Atila Socio
Atila Socio

Aldroovando Socio
Aldroovando Socio

TESTEMUNHAS:

Marina Naganini
Marina Naganini

Osni Vicentino
Osni Vicentino



1904
 1905
 1906
 1907
 1908
 1909
 1910
 1911
 1912
 1913
 1914
 1915
 1916
 1917
 1918
 1919
 1920
 1921
 1922
 1923
 1924
 1925
 1926
 1927
 1928
 1929
 1930
 1931
 1932
 1933
 1934
 1935
 1936
 1937
 1938
 1939
 1940
 1941
 1942
 1943
 1944
 1945
 1946
 1947
 1948
 1949
 1950
 1951
 1952
 1953
 1954
 1955
 1956
 1957
 1958
 1959
 1960
 1961
 1962
 1963
 1964
 1965
 1966
 1967
 1968
 1969
 1970
 1971
 1972
 1973
 1974
 1975
 1976
 1977
 1978
 1979
 1980
 1981
 1982
 1983
 1984
 1985
 1986
 1987
 1988
 1989
 1990
 1991
 1992
 1993
 1994
 1995
 1996
 1997
 1998
 1999
 2000
 2001
 2002
 2003
 2004
 2005
 2006
 2007
 2008
 2009
 2010
 2011
 2012
 2013
 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019
 2020
 2021
 2022
 2023
 2024
 2025
 2026
 2027
 2028
 2029
 2030
 2031
 2032
 2033
 2034
 2035
 2036
 2037
 2038
 2039
 2040
 2041
 2042
 2043
 2044
 2045
 2046
 2047
 2048
 2049
 2050
 2051
 2052
 2053
 2054
 2055
 2056
 2057
 2058
 2059
 2060
 2061
 2062
 2063
 2064
 2065
 2066
 2067
 2068
 2069
 2070
 2071
 2072
 2073
 2074
 2075
 2076
 2077
 2078
 2079
 2080
 2081
 2082
 2083
 2084
 2085
 2086
 2087
 2088
 2089
 2090
 2091
 2092
 2093
 2094
 2095
 2096
 2097
 2098
 2099
 2100
 2101
 2102
 2103
 2104
 2105
 2106
 2107
 2108
 2109
 2110
 2111
 2112
 2113
 2114
 2115
 2116
 2117
 2118
 2119
 2120
 2121
 2122
 2123
 2124
 2125
 2126
 2127
 2128
 2129
 2130
 2131
 2132
 2133
 2134
 2135
 2136
 2137
 2138
 2139
 2140
 2141
 2142
 2143
 2144
 2145
 2146
 2147
 2148
 2149
 2150
 2151
 2152
 2153
 2154
 2155
 2156
 2157
 2158
 2159
 2160
 2161
 2162
 2163
 2164
 2165
 2166
 2167
 2168
 2169
 2170
 2171
 2172
 2173
 2174
 2175
 2176
 2177
 2178
 2179
 2180
 2181
 2182
 2183
 2184
 2185
 2186
 2187
 2188
 2189
 2190
 2191
 2192
 2193
 2194
 2195
 2196
 2197
 2198
 2199
 2200
 2201
 2202
 2203
 2204
 2205
 2206
 2207
 2208
 2209
 2210
 2211
 2212
 2213
 2214
 2215
 2216
 2217
 2218
 2219
 2220
 2221
 2222
 2223
 2224
 2225
 2226
 2227
 2228
 2229
 2230
 2231
 2232
 2233
 2234
 2235
 2236
 2237
 2238
 2239
 2240
 2241
 2242
 2243
 2244
 2245
 2246
 2247
 2248
 2249
 2250
 2251
 2252
 2253
 2254
 2255
 2256
 2257
 2258
 2259
 2260
 2261
 2262
 2263
 2264
 2265
 2266
 2267
 2268
 2269
 2270
 2271
 2272
 2273
 2274
 2275
 2276
 2277
 2278
 2279
 2280
 2281
 2282
 2283
 2284
 2285
 2286
 2287
 2288
 2289
 2290
 2291
 2292
 2293
 2294
 2295
 2296
 2297
 2298
 2299
 2300
 2301
 2302
 2303
 2304
 2305
 2306
 2307
 2308
 2309
 2310
 2311
 2312
 2313
 2314
 2315
 2316
 2317
 2318
 2319
 2320
 2321
 2322
 2323
 2324
 2325
 2326
 2327
 2328
 2329
 2330
 2331
 2332
 2333
 2334
 2335
 2336
 2337
 2338
 2339
 2340
 2341
 2342
 2343
 2344
 2345
 2346
 2347
 2348
 2349
 2350
 2351
 2352
 2353
 2354
 2355
 2356
 2357
 2358

[illegible]

Estado do Paraná
JUNTA COMERCIAL
Arquivado sob nº
318048
em 05 OUT 1984 por
Cecília ... em regime
sumário.
Secretário Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF nº 79 352 712 0001 20
13ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ARIOVALDO SOCIO, brasileiro-nato, maior, casado, comerci
ante, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Espe
rança, Paraná, à Av. São José, 637, portador da cedula de
identidade civil RG-nº 547.298-Pr., e CPF nº 012.667.059
53; ATILA SOCIO, brasileiro-nato, maior, casado, comerci
ante, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Espe
rança, Paraná, à Av. 14 de Dezembro, 796-fundos, portador
da cedula de identidade civil RG-nº 386.454-Pr., e CPF
nº 012.755.939-68; ALDROVANDO SOCIO, brasileiro-nato, ca
sado, maior, comerciante, residente e domiciliado nesta
cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. 14 de
Dezembro, 796, 1º andar, portador da cedula de identida
de civil RG-nº 1.893.788-Pr., e do CPF nº 012.756.079-00
socios constituintes da sociedade que gira nesta praça
de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Iord Lovat nº
249, sob a denominação social de RADIO SOCIEDADE NOVA -
ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de "Radiodifusã
o", conforme contrato social devidamente arquivado na MM
Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 25.204, -
por despacho em sessão de 16/04/53 e, posterior renova
ção de contrato social, também devidamente arquivada na
Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 150.996, -
por despacho em sessão de 30/03/74 e, posteriores altera
ções de contrato social, devidamente arquivadas sob os
127.044, em sessão de 15/04/72, nº 134.648, em sessão de
21/12/72, nº 139.786, em sessão de 12/06/73, nº 154.669,
em sessão de 25/07/74, nº 179.470, em sessão de 26/12/75
nº 208.219, em sessão de 01/08/77, nº 226.361, em sessão
de 15/12/78, nº 227.789, em sessão de 15/12/78, nº. 246.
701, em sessão de 24/06/80, nº 298.717, em sessão de 27/
09/83, e nº 318.048, em sessão de 05/10/84, resolvem de
comum acordo alterar e modificar seu contrato social "ad
referendum" e alterações do Departamento Nacional de Te
lecomunicações, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O capital social no valor de Cr\$ -
92.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros), de acordo com o Decre
to-Lei 2.283, de 27/02/86 é convertido para Cz\$32.000,00 (trinta e dois
mil cruzados) e nesta data é elevado para Cz\$200.000,00 (duzentos mil cru
zados), havendo portanto um aumento de Cz\$168.000,00 (cento e sessenta e
oito mil cruzeiros), dividido em 168.000(cento e sessenta e oito mil) quo
tas de Cz\$1,00 (hum cruzado) cada uma, inteiramente integralizadas pelos
socios no presente ato com o saldo parcial da conta Reserva de Capital, -
assim distribuido entre os sócios:

a)- O socio ARIODALDO SOCIO, que possuía na sociedade -
16.000 (dezesseis mil) quotas, passa a ter 100.000 (cem mil) quotas, sen
do o aumento no valor de Cz\$84.000,00 (oitenta e quatro mil cruzados);

b)- O socio ATILA SOCIO, que possuía na sociedade 8.000
(oito mil) quotas, passa a ter 50.000 (cinquenta mil) quotas, sendo o au
mento no valor de Cz\$42.000,00 (quarenta e dois mil cruzados);

c)- O socio ALDROVANDO SOCIO, que possuía na sociedade -
8.000 (oito mil) quotas, passa a ter 50.000 (cinquenta mil) quotas, sendo
o aumento no valor de Cz\$42.000,00 (quarenta e dois mil cruzados).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF nº 79 352 712 0001 20
13ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

fls.02

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica alterada a cláusula primeira da décima alteração de contrato social, arquivada sob o nº 246.701, em sessão de 24/06/80, em razão das seguintes transferências de quotas:

a)- Os sócios ARIODALDO SÓCIO, ATILA SÓCIO que possuem na sociedade 100.000 (cem mil) quotas e 50.000 (cinquenta mil) quotas inteiramente subscritas e integralizadas respectivamente, CEDEM E TRANSFEREM suas quotas na totalidade, no valor nominal de Cz\$1,00 (hum cruzado) cada uma, ao sócio ora ingressante VALDERCI JOSÉ DA SILVA, brasileiro-nato, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Gov.Bento Munhoz da Rocha Neto, 102, portador da cedula de identidade civil RG-nº 11.191.449-SP., e do CPF nº. 877.691.588-34;

b)- O socio ALDROVANDO SÓCIO, que possui na sociedade 50.000 (cinquenta mil) quotas inteiramente integralizadas e subscritas, cede e transfere 48.000 (quarenta e oito mil) quotas no valor nominal de Cz\$1,00 (hum cruzado) cada uma, ao sócio VALDERCI JOSÉ DA SILVA, e 2.000 (duas mil) quotas no valor nominal de Cz\$1,00 (hum cruzado) cada uma, ao socio ora ingressante OTAVIO DA SILVA, brasileiro-nato, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná à Rua Gov.Bento Munhoz da Rocha Neto, 102, portador da cedula de identidade civil RG-nº 391.199-Pr., e do CPF nº. 107.044.269-00, pelo que dão plena, rasa e irrevogavel quitação de cessão de quotas ora efetuada.

CLÁUSULA TERCEIRA - Em razão das transferências havidas o capital social no valor de Cz\$200.000,00 (duzentos mil cruzados), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas do valor nominal de Cz\$1,00 (hum cruzado) cada uma, fica assim distribuido entre os atuais sócios quotistas:

Sócios:	Quotas:	Valor:
VALDERCI JOSÉ DA SILVA	198.000	Cz\$-198.000,00
OTAVIO DA SILVA	2.000	Cz\$- 2.000,00
T O T A L	200.000	Cz\$200.000,00.

CLÁUSULA QUARTA - Fica alterada a cláusula terceira da décima primeira alteração de contrato social, arquivada sob o nº 246.701 em sessão de 24/06/80, passando a ter a seguinte redação:

"Cláusula Quarta" - Fica investido nas funções de Diretor Gerente da sociedade, o socio quotista VALDERCI JOSÉ DA SILVA, para a qual fica dispensado da prestação de caução.

CLÁUSULA QUINTA - Os administradores da entidade serão brasileiros natos e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SEXTA - Os socios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA SETIMA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo, renovação de contrato social e alterações de contrato social, que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento devidamente rubricado no verso de suas folhas, em 3 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumprí-lo em todos os seus termos.



p1s.03

Nova Esperança, 02 de março de 1.988.-

~~ATLANTIC SOCIO~~

Atila Socio

Valdeci José da Silva

Aldrovendo Sécia

Otavio da Silva

TESTEMUNHAS:

~~João Revarede~~

Milton Palacio de Marins

SUB-PHY 415025
 FEB. 1941

31. OUT 1988

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 415025
em 31/10/88 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 29 de 01 de 20 06

SERVIÇO DE FOTOCÓPIA
Valdecir P. Pereira

Maria Thereza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CGC DO MF 79.352.712/0001-20

DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

VALDERCI JOSÉ DA SILVA e OTÁVIO DA SILVA, sócios componentes da Sociedade Mercantil que gira sob a denominação comercial de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA, estabelecida à Rua Lord Lovat 249, em Nova Esperança - PR, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 25.204 em 16/04/53 e subsequentes alterações de contrato arquivadas sob nº 127.004 em 15/04/72; 2ª sob nº 134.648 em 21/12/72; 3ª sob nº 139.786 em 12/06/73; 4ª sob nº 150.996 em 30/03/74; 5ª sob nº 154.669 em 25/07/74; 6ª sob nº 170.470 em 26/12/75; 7ª sob nº 01/08/77; 8ª sob nº 226.361 em 15/12/78; 9ª sob nº 227.789 em 15/12/78; 10ª sob nº 246.701 em 24/06/80; 11ª sob nº 298.717 em 27/09/83; 12ª sob nº 318.048 em 05/10/84 e 13ª sob nº 415.025 em 31/10/88, resolvem ALTERAR o Contrato Social, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: INGRESSA na Sociedade APARECIDA TAMARINDO DA SILVA, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada em Nova Esperança - PR, à Praça Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto 102, portadora da Cédula de Identidade nº 1014736 - PR e CPF nº 170.911.458-44.

CLÁUSULA SEGUNDA: RETIRA-SE da sociedade OTÁVIO DA SILVA, cedendo a totalidade de suas quotas à sócia ingressante APARECIDA TAMARINDO DA SILVA, dando total e irrevogável quitação à firma e à sócia adquirente.

CLÁUSULA TERCEIRA: Face as alterações da moeda nacional (para cruzado novo e novamente cruzeiro), o capital de Cz\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzados) passa a ser Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA: O capital social de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros) fica aumentado para Cr\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros). O aumento de Cr\$ 1.999.800,00 (Um milhão, novecentos e noventa e nove mil e oitocentos / cruzeiros) é proveniente da Reserva de Correção Monetária do Capital Realizado, da Reserva de Correção Monetária do Ativo Imobilizado e da Reserva de Lucros Acumulados, sendo distribuído proporcionalmente entre os sócios.

CLÁUSULA QUINTA: Face as alterações havidas o capital social fica assim distribuído entre os sócios:

<u>QUOTISTA</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>VALOR(Cr\$)</u>
VALDERCI JOSÉ DA SILVA	1.980	1.980.000,00
APARECIDA TAMARINDO DA SILVA	20	20.000,00
TOTAL	2.000	2.000.000,00

Cr
AJS
cl



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

F1.02

CGC DO ME 79.352.712/0001-20

DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA: A sócia ingressante declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer atividade mercantil.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se para si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

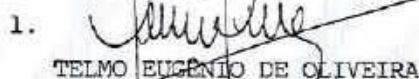
Nova Esperança-PR, 13 de agosto de 1990.

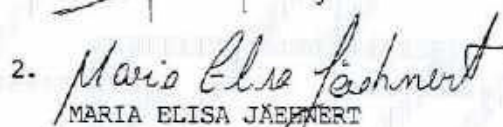

VALDERCI JOSÉ DA SILVA


APARECIDA TAMARINDO DA SILVA


OTÁVIO DA SILVA

TESTEMUNHAS:

1. 
TELMO EUGÊNIO DE OLIVEIRA

2. 
MARIA ELISA JÄBERERT



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
EXTERIOR
ESTRADA DA AEROPORTO, 1000 - JARDIM
ALVAREZ - CURITIBA - PR - 81200-000
FONE (041) 333-7336

28 NOV 1991

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado na Junta
Comercial sob nº 502284
em 28 / 11 / 51 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico
Curitiba 24 de 01 de 2006.

 
Valdeir P. Pereira Maria Thereza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
~~DESAOBUTIVADO~~
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF Nº 79 352 712 0001 20
14ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

VALDERCI JOSÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 102, portador de cédula de identidade civil RG nº 11.191.449-SP., e do CPF nº 877.691.588-34; OTAVIO DA SILVA, brasileiro, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná à Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 102, portador de cédula de identidade civil RG nº 391.159-PR e do CPF nº 107.044.269-00; sócios constituintes de sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat, 249, sob a denominação social de RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de "Radio-fusão", conforme contrato social devidamente arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 25.204 em 16.04.53 e, posterior renovação de contrato social, também devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 150.996 em 30.03.74 e, posteriores alterações de contrato social, devidamente arquivadas sob os nº 127.044 em 15.04.72, nº 134.648 em 21.12.72, nº 139.786 em 12.06.73, nº 154.669, em 25.07.74, nº 179.470 em 26.12.75, nº 208.219 em 01.08.77, nº 226.361 em 15.12.78, nº 227.789 em 15.12.78, nº 246.701 em 24.06.80, nº 298.717 em 27.09.83, nº 318.048 em 05.10.84, nº 415.025 em 31.10.88, resolvem de comum acordo alterar e modificar seu contrato social "ad referendum" e alterações do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: O capital social no valor de Cr\$-200,00 (duzentos cruzeiros), e nesta data fica elevado para Cr\$-400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), havendo portanto um aumento de Cr\$-399.800,00 (trezentos e noventa e nove mil e oitocentos cruzeiros), dividido em 399.800 (trezentos e nove mil e oitocentas) quotas de Cr\$-1,00 (um cruzeiro) cada/uma, inteiramente integralizadas pelos sócios no presente ato com o saldo parcial das contas de Reserva de capital, Reserva de lucros e Lucros acumulados, assim distribuídos entre os sócios:

1. O sócio VALDERCI JOSÉ DA SILVA que possuía na sociedade 198 (cento e noventa e oito) quotas, passa a ter - 396.000 (trezentos e noventa e seis mil) de quotas, sendo o aumento no valor de Cr\$-395.802,00 (trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dois cruzeiros) integralizados no presente ato da seguinte forma:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CGCMF Nº 79 352 712 0001 20

14ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FI-02

- a. Cr\$-341.550,00 (trezentos e quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE CAPITAL, apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1989;
- b. Cr\$-5.742,00 (cinco mil, setecentos e quarenta e dois cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE LUCROS, apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1989;
- c. Cr\$-48.510,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e dez cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de LUCROS ACUMULADOS, apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1989;

2. O sócio OTAVIO DA SILVA que possui na sociedade 2 (duas) quotas, passa a ter 4.000 (quatro mil) de quotas, sendo o aumento no valor de Cr\$-3.998,00 (três mil, novecentos e noventa e oito cruzeiros) integralizados no presente ato da seguinte forma:

- a. Cr\$-3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE CAPITAL, apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1989;
- b. Cr\$-58,00 (cinquenta e oito cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de RESERVA DE LUCROS, apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1989;
- c. Cr\$-490,00 (quatrocentos e noventa cruzeiros) com o aproveitamento do saldo parcial da conta de LUCROS ACUMULADOS, apresentada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1989;

CLAUSULA SEGUNDA:

O sócio VALDERCI JOSÉ DA SILVA que possui na sociedade 396.000 (trezentos e noventa e seis mil) quotas de Cr\$-1,00 cada uma num total de Cr\$-396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil cruzeiros), nesta data retira-se da sociedade por sua livre e espontânea vontade, cedendo e transferindo suas quotas pelo valor de Cr\$-594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil cruzeiros) ao sócio ingressante ALECIO MIRANDA LEAL, brasileiro, maior, divorciado, pastor evangélico, residente e domiciliado em Maringá, Estado do Paraná, à Rua Santos Dumont, 2173, portador da cédula de identidade civil RG-1.305.979-PR e de CPF 204.675.249-04, pelo que dá plena, geral e irrevogável quitação da cessão das quotas ora efetuadas.

CLAUSULA TERCEIRA:

O sócio OTAVIO DA SILVA que possui na sociedade 4.000 (quatro mil) quotas de Cr\$-1,00 cada uma num total de Cr\$-4.000,00, nesta data retira-se da sociedade por sua livre e espontânea vontade, cedendo e transferindo suas quotas/



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

II JANTA COMERCIAL DO PARANÁ
DESARQUIVADO

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CGCMF Nº 79 352 712 0001 20

14ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FI-03

pelo valor de Cr\$-6.000,00 (seis mil cruzeiros) à sócia ingressante SALINE ATIE RAMOS, brasileira, maior, viúva, comerciante, residente e domiciliada em Maringá, Estado do Paraná, à Rua Santos Dumont, 2173, portadora da cédula de identidade civil RG 1.497.688-4/PR e de CPF 276.148.169-00, pelo que dá plena, geral e irrevogável quitação da cessão das quotas ora efetuadas.

CLAUSULA QUARTA:

O capital social, após as modificações constantes nas cláusulas anteriores, passa para o valor de Cr\$ - 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) dividido em 400.000 - (quatrocentas mil) quotas de Cr\$-1,00 (um cruzeiro) cada uma distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios:	Quotas:	Valor:
ALECIO MIRANDA LEAL	396.000	Cr\$-396.000,00
SALINE ATIE RAMOS	4.000	Cr\$- 4.000,00
TOTAL	400.000	Cr\$-400.000,00

CLAUSULA QUINTA:

A gerência da sociedade passará a ser exercida pelo sócio ALECIO MIRANDA LEAL para qual dispensado da prestação de caução.

CLAUSULA SEXTA:

Os sócios ingressantes declaram conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando sub-rogados nos direitos e obrigações do presente instrumento assumindo desta data em diante a responsabilidade do ativo e passivo da sociedade.

CLAUSULA SÉTIMA:

Os sócios ingressantes declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil.

CLAUSULA OITAVA:

Os sócios retirantes dão plena, geral, rasa e irrevogável quitação da cessão de quotas ora efetuadas, ficando responsável pelo ativo e passivo da sociedade até a presente data.

CLAUSULA NONA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo que não colidirem com as disposições do presente instrumento.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF Nº 79.352.712/0001-20
14ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FI-04.

E, por assim terem justos e contratados, lavram datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Nova Esperança, 17 de setembro de 1.990.



Alcécio Miranda Leal

Salina Atie Ramos

Otávio da Silva

Valderci José da Silva

TESTEMUNHAS:

Nilza Terezinha Gomes Luiz

Aylton de D. Mateus Jr.

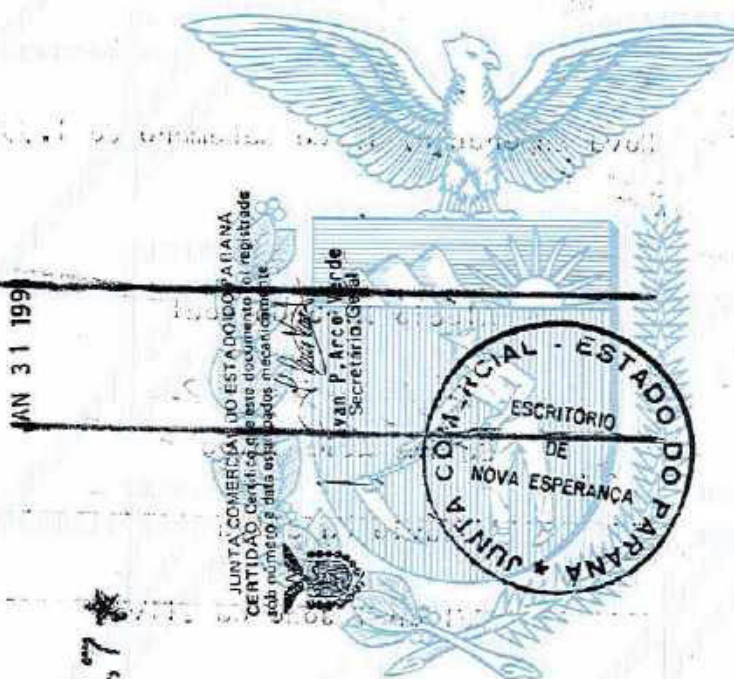


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



...
...
...
...

...
...
...
...
...



JAN 31 1991

JUCEPAR Nº 479447
REG. SUB. Nº 479447

DESARQUIVADO, por decisão em
sessão Plenária Ordinária em
01 de outubro de 1991
publicada no Diário Oficial do Estado do
Paraná nº. 3.627
25 de outubro de 1991
Protocolo nº. 000.684
9 de novembro de 1991
Chefe de Arquivo e Registro
Secretário Geral

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 473447
em 31 / 01 / 81 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico
Curitiba, 29 de 01 de 2006.

SERVIDOR DE FOTOCOPIA
Valdecir P. Pereira

Maria Therezinha Lopes Salgado
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF N. 79.352.712/0001-20
DECIMA QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

VALDERCI JOSE DA SILVA, brasileiro, maior, solteiro, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 102, portador da cédula de identidade civil RG. 11.191.449/SP e do CPF 877.691.588-34; APARECIDA TAMARINDO DA SILVA, brasileira, maior, viúva, comerciante, residente e domiciliada em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 102, portadora da cédula de identidade civil RG 1.014.736/PR e do CPF 170.911.458-44; sócios constituintes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Lovat, 249, sob a denominação social de RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de "Radiofusão" conforme contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n. 25.204 em 16.04.53 e, posterior renovação de contrato social, também devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o n. 150.996 em 30.03.74 e, posteriores alterações de contrato social, devidamente arquivadas sob os ns. 127.044 em 13.04.72, n. 134.648 em 21.12.72, n. 139.786 em 12.06.73, n. 154.669 em 25.06.74, n. 179.470 em 26.12.75, n. 208.219 em 01.08.77, n. 226.361 em 06.11.78, n. 227.789 em 15.12.78, n. 246.701 em 24.06.80, n. 298.717 em 27.09.83, n. 318.048 em 05.10.84, n. 415.025 em 31.10.88, e n. 508.284 em 28.11.91, resolvem de comum acordo alterar e modificar seu contrato social "Adreferendum" e alterações do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Face as alterações da moeda nacional, o capital social de Cr\$-2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros), passa a ter o valor simbólico de R\$ 1,00 (um real).

CLAUSULA SEGUNDA: O capital social no valor de R\$ 1,00 (um real), fica elevado para R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), sendo o aumento no valor de R\$ 9.999,00 (Nove mil, novecentos e noventa e nove reais), integralizado no presente ato com aproveitamento do saldo parcial da conta RESERVA DE CAPITAL;

CLAUSULA TERCEIRA: Em decorrência da presente alteração, o capital social no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas de R\$ 1,00 (Um real) cada, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
VALDERCI JOSE DA SILVA	9.900	R\$ 9.900,00
APARECIDA TAMARINDO DA SILVA	100	R\$ 100,00
TOTAL.....	10.000.....	R\$ 10.000,00

CLAUSULA QUARTA: O sócio VALDERCI JOSE DA SILVA que possui na sociedade 9.900 (Nove mil e novecentos) quotas de R\$ 1,00 cada, no total de R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais), nesta data retira-se da sociedade por sua livre e espontânea vontade, cedendo e transferindo sua quotas pelo valor de R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais) ao sócio ingressante: SILVALINO DE JESUS MACARIN CHAVES, brasileiro, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Levy Carneiro, 127, portador da cédula de identidade civil RG 959.441/PR e do CPF n. 623.184.208-82;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF N. 79.352.712/0001-20
DECIMA QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FL. 02

CLAUSULA QUINTA A sócia APARECIDA TAMARINDO DA SILVA que possui na sociedade 100 (Cem) quotas de CR\$ 1,00 cada, no total de R\$ 100,00 (Cem reais), nesta data retira-se da sociedade por sua livre e espontânea vontade, cedendo e transferindo suas quotas pelo valor de R\$ 100,00 (Cem reais) à sócia ingressante: DULCINEIA MOSER CHAVES, brasileira, maior, casada, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Levy Carneiro, 127, portadora da cédula de identidade civil RG 918.932/PR e do CPF n.018.477.199-45;

CLAUSULA SEXTA: Após as modificações constantes nas cláusulas anteriores, o Capital Social fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
SILVALINO DE JESUS M. CHAVES	9.900	R\$ 9.900,00
DULCINEIA MOSER CHAVES	100	R\$ 100,00
TOTAL.....	10.000.....	R\$ 10.000,00

CLAUSULA SETIMA: A gerência da sociedade passará a ser exercida pela sócia: DULCINEIA MOSER CHAVES, para qual fica dispensado da prestação de caução.

CLAUSULA OITAVA: Os sócios ingressantes declaram conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando sub-rogados nos direitos e obrigações do presente instrumento assumindo desta data em diante a responsabilidade do ativo e passivo da sociedade.

CLAUSULA NONA: Os sócios ingressantes declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil.

CLAUSULA DECIMA: Os sócios retirantes dão plena, geral, rasa e irrevogável quitação da cessão de quotas ora efetuadas, ficando responsável pelo ativo e passivo da sociedade até a presente data.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: A Sede da sociedade que era na Rua Lord Lovat, 249, nesta data fica transferida para a Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 760, centro, nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: Permanecem as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

(Assinaturas manuscritas)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CGCMF N. 79.352.712/0001-20
DECIMA QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL FL.03

NOVA ESPERANÇA,

30 DE JUNHO DE 1.996

VALDERCI JOSE DA SILVA

APARECIDA TAMARINDO DA SILVA

SILVALINO DE JESUS MACARIN CHAVES

DULCINEIA MOSER CHAVES

TESTEMUNHAS:

SERGIO GOMES LOIZ

RG: 1.874.767-9/PR

ELIZEU RODRIGUES DE AQUINO FILHO

RG: 4.278.878-3/PR



JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/09/2000
SOB O NÚMERO:
20 0 0211028 8

Protocolo: 00/211028-8

TUFI RAME
SECRETÁRIO GERAL

Cost Carlos Bertocchi
RG: 6364245-6-PR

**JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ**

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado nesta Junta
Comercial sob nº 20002110288
em 06 de 08 de 2006 e que, existe(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 24 de 01 de 2006.

SEÇÃO DE FOTOCÓPIA
Valdecir P. Pereira

Maria Thereza Lopes Salomão
Secretária Geral



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CNPJ/MF N.º 79.352.712/0001-20
DÉCIMA SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



SILVALINO DE JESUS MACARIN CHAVES, brasileiro casado, empresário, RG n.º 959.441-SSP/PR e CPF: 623.184.208-62, e sua mulher, **DULCINEIA MOSER CHAVES**, brasileira, casada, empresária, RG. 918.932-SSP/PR e CPF n.º 018.477.199-45, ambos domiciliados e residente na Rua Levi Carneiro n.º 127, em Nova Esperança, Estado do Paraná, sócios da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 760, Centro, CEP: 87600-000, sob a denominação social de **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**, conforme Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n.º 25.204 em 16.04.53 e, posterior renovação do Contrato Social, também, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n.º 150.996 em 30.03.74 e, posteriores alterações de Contrato Social, devidamente arquivadas sob os n.ºs 127.044 em 13.04.72, n.º 134.648 em 21.12.72, n.º 139.786 em 12.06.73, n.º 154.669 em 25.06.74, n.º 179.470 em 26.12.75, n.º 208.219 em 01.08.77, n.º 226.361 em 06.11.78, n.º 227.789 em 15.12.78, n.º 246.701 em 24.06.80, n.º 298.717 em 27.09.83, n.º 318.048 em 05.10.84, n.º 415.025 em 31.10.88, e n.º 508.284 em 28.11.91 e n.º 20.0.0211028-8 em 06.09.2000, resolvem, de comum acordo, alterar e modificar seu Contrato Social "ad referendum" Ministério das Comunicações e seus órgãos normativos e reguladores, mediante as cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O sócio, **Silvalino de Jesus Macarin Chaves**, que possui na sociedade 9.900 (nove mil e novecentas) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, no total de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), nesta data retira-se da sociedade por sua livre e espontânea vontade, cedendo e transferindo 5.000 (cinco mil) quotas, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao sócio ingressante **Pe. JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA**, brasileiro, solteiro, sacerdote, RG n.º 20.130.173-SSP/SP, CPF n.º 094.505.028-38, residente e domiciliado na rua Souza Naves, n.º 50, em Nova Esperança, Estado do Paraná, e 4.900,00 (quatro mil e novecentas) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, no total de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) ao sócio ingressante, **FILIPPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, casado, administrador, RG n.º 27.220.465-1 SSP/SP, CPF: 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Mascarenhas de Moraes, n.º 722, em Nova Esperança, Estado do Paraná.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CEPJ/MF N.º 79.352.712/0001-20
DÉCIMA SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL



Cláusula 2ª

A sócia, **Dulcinea Moser Chaves**, que possui na sociedade 100 (cem) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, no total de R\$ 100,00 (cem reais), nesta data retira-se da sociedade por sua livre e espontânea vontade, cedendo e transferindo suas quotas, pelo valor de R\$ 100,00 (cem reais), ao sócio ingressante **FILIPE GARCEZ JARDIM**, acima qualificado.

Cláusula 3ª

Após as modificações constantes nas cláusulas anteriores, o Capital Social da sociedade fica distribuído entre os sócios ingressantes da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
Pe. José Augusto de Souza Moreira	5.000	R\$ 5.000,00
Filipe Garcez Jardim	5.000	R\$ 5.000,00
Total	10.000	R\$ 10.000,00

Cláusula 4ª

A gerência da sociedade será exercida pelo sócio **FILIPE GARCEZ JARDIM** que fica dispensado de prestar caução e que representará a sociedade passiva e ativamente, podendo ainda, o referido sócio, sem anuência do outro sócio, nomear advogados e procuradores para representar a sociedade junto ao Ministério das Comunicações e à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Cláusula 5ª

Todos os débitos, obrigações, ônus ou encargos de que natureza forem, sem exceção alguma, sejam eles cíveis, comerciais, previdenciários, trabalhistas, fiscais, tributários e outros, decorrentes de fatos gerados anteriores à data da assinatura do presente contrato, são de responsabilidade única e exclusiva dos sócios retirantes, ficando os sócios ingressantes isentos de responder por esses débitos, ônus, encargos e obrigações.

Cláusula 6ª:

Os sócios ingressantes declaram que não estão incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

Cláusula 7ª

Os sócios retirantes dão plena, geral, rasa e irrevogável quitação da cessão das quotas ora efetuadas, ficando responsáveis pelo ativo e passivo da sociedade até a presente data.

Cláusula 8ª

Permanecem em vigor e ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Social ora vigente que não forem modificadas pela presente alteração.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CNPJ/MF E.º 79.352.712/0001-20
DÉCIMA SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ

E por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento particular em três vias de igual forma juntamente com as 2 (duas) abaixo identificadas e assinadas.



Nova Esperança, 25 de janeiro de 2002.

SÓCIOS RETIRANTES:

Silvalino de Jesus Macarim Chaves

Dulcineia Moser Chaves

SÓCIOS ADQUIRENTES:

Pe. José Augusto Souza Moreira

Filipe Carcez Jardim

TESTEMUNHAS:

Heisla Maria dos Santos Nobre
OAB/SP 122.414

Elzeu Rodrigues Aquino Filho
RG. 4.278.878-3/PR

* Documento elaborado por:

Elzeu Rodrigues de Aquino Filho
Av. 14 de Dezembro, Nº 07 - Centro
Nova Esperança - Fone: 2524490
CPF 596.496.159-20 - CRC/PR 35976/O-7

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAÍVAI
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 21/08/2002
SOB O NÚMERO:
20022217843
Protocolo: 02/221784-3
Empresa: 41 2 0163774 3
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

TUFIRAME
SECRETARIO GERAL

Angela Maria de Jesus
RG 6.718.652-8/PR

X

103013
23

COMPARTILHADO
DO PARANÁ

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
do documento original arquivado sob nº 2221843
em 08/02 e que, exista(m) ato(s)
posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico.
Curitiba, 24 de 01 de 2006.


SERVIÇO DE FOTOCOPIA Valdecir P. Pereira

Maria Theresia Lopes Salomão
Secretária Geral

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CNPMF : 79.352.712/0001-20
DÉCIMA SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA, brasileiro, natural de Marauí, Estado da Bahia, solteiro, nascido em 07/05/1966, sacerdote, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob nº 094.505.028-38, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 20.130.173, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Setor Residencial, em Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP: 12.630-000 e **FILIFE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, natural de Quehuz, Estado de São Paulo, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 27.220.465-1, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Setor Residencial, em Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP: 12.630-000, únicos sócios da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**; com sede na Rua Mascarenhas de Moraes, nº 760, Centro, em Nova Esperança, Paraná, CEP: 87.600-000, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob NIRE nº 41201637743 em 16/04/1953 e posterior Alteração arquivada sob nº 20022217843 em 21/08/2002 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.352.712/0001-20, resolvem, assim, alterar o contrato social:

PRIMEIRO ATO: A sociedade que era sediada na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 760, Centro, em Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP: 87600-000, passa, a partir desta data, ter sua sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, em Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP: 87600-000;

Em razão dessa modificação, a Cláusula Segunda do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:
“ A sociedade tem sua sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, CEP 87600-000, em Nova Esperança, Estado do Paraná.”

SEGUNDO ATO: A vista da modificação ora ajustada, **CONSOLIDA-SE** o contrato social, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA:- A sociedade gira sob o Nome Empresarial: **“RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA”**.

CLÁUSULA SEGUNDA:- A sociedade tem a sua sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, CEP 87600-000, em Nova Esperança, Estado do Paraná, podendo abrir ou fechar filiais em qualquer local do País, mediante alteração contratual, assinada por todos seus sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA:- O objeto social é a execução de serviços de radiodifusão na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, e outras localidades do País por meio de emissoras de radiodifusão, em obediência à legislação pertinente à sua atividade.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 10.000 (Dez Mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Hum Real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	CAPITAL SOCIAL
JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA	5.000	R\$ 5.000,00
FILIFE GARCEZ JARDIM	5.000	R\$ 5.000,00
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00

CLÁUSULA QUINTA:- A sociedade iniciou suas atividades em 17 de março de 1953 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA:- As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
CNPJ : 79.352.712/0001-20
DÉCIMA SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CONTINUAÇÃO - FL 02 -

CLÁUSULA SÉTIMA:- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA:- A administração da sociedade caberá ao sócio: **FILIPÉ GARCEZ JARDIM**, com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA:- Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA:- Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:- Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro-labore", observadas disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:- Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.


CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:- O administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra de normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:- Fica eleito o foro de comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.


E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias iguais.


Nova Esperança PR, 31 de Março de 2003.


FILIPÉ GARCEZ JARDIM


JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA

Testemunhas:-


ELISEU RODRIGUES AQUINO FILHO
RG Nº 4.278.878-3 - SSP/PR


ANDRÉ RODRIGUES DE AQUINO
RG Nº 8.368.514-0 - SSP/PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAI
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 10/06/2003
SOB NÚMERO: 20030245508
Protocolo: 03/024550-8
Impressa: 41.2 0163774 3
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
SECRETARIA GERAL
MARIA TEREZA LOPES SALOMAO
RG 6118562-510R
Angela Maria de Jesus

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20
NIRE 41.2.0163774.3

VIGÉSIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FILIPPE GARCEZ JARDIM, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/ME sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 35, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000,

Únicos sócios da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.** (a "Sociedade"), sociedade empresária limitada de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, com última alteração (Décima Nona) arquivada sob nº 20096454172, em 14/10/2009, e ainda,

FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Executivo, o **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente na Av. Sérgio Abib, nº 209, Residencial Vale do Sol, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, têm, entre si, justo e contrato, **alterar o contrato social**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1. O sócio **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, devidamente qualificado acima, detentor de 155.000 (cento e cinquenta e cinco mil) cotas sociais, representativas de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) do Capital Social, cede e transfere, mediante doação, para a **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, acima qualificada, 151.900 (cento e cinquenta e uma mil e novecentas) cotas sociais, representativas de R\$ 151.900,00 (cento e cinquenta e um mil e novecentos reais) do Capital Social;
2. Em vista do quanto deliberado acima, a **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB** é admitida na Sociedade;

3. O Sócio **FILIFE GARCEZ JARDIM**, neste ato e para todos os fins e efeitos de direito, declara sua expressa anuência e concordância com a cessão e transferência das cotas acima deliberada, renunciando, conseqüentemente, a qualquer direito de preferência que poderia ter na aquisição destas cotas;
4. Por conta do acima exposto, deliberam os Sócios alterar a Cláusula 4ª do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula 4ª O capital social é de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do Brasil pelos sócios, assim subscritas:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Fundação Monsenhor Jonas Abib	151.900	R\$ 1,00	R\$ 151.900,00
Francisco José dos Santos	3.100	R\$ 1,00	R\$ 3.100,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Parágrafo Único – O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, e nesse caso observada a legislação vigente, mediante a deliberação dos sócios, com a correspondente modificação do contrato social.

5. À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados, **FILIFE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 35, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Executivo, o **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente na Av. Sérgio Abib,

VIGÉSIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Página 2

nº 209, Residencial Vale do Sol, Cachoeira Paulista/SP, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000; têm, entre si, justa e contratada, a constituição da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**, sociedade empresária limitada de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, com última alteração (Décima Nona) arquivada sob nº 20096454172, em 14/10/2009, nos termos dos artigos 1.052 e seguintes da Lei Ordinária nº 10.406 de 10/01/2002 - a qual instituiu o Código Civil (CC), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula 1ª A sociedade gira sob o nome empresarial "**RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**" e adota o nome fantasia de "**RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA**", tendo sua sede e domicílio na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, podendo estabelecer/constituir e encerrar filial ou outra dependência em qualquer localidade do Brasil e/ou em outro país, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo único - A Sociedade poderá participar em outras empresas, sempre de acordo com as previsões deste CONTRATO SOCIAL, sendo vedada a participação recíproca no Capital Social de outra empresa em valor superior ao montante de suas respectivas reservas de capital, conforme os valores apurados no último balanço.

DA DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª A sociedade iniciou suas atividades em 17 de março de 1953 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 3ª O objeto será a Execução de Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, e respectivos serviços auxiliares e ancilares, compreendendo as atividades de criação de conteúdo e de aquisição dos direitos de distribuição e posterior difusão desse conteúdo em rádio e televisão. Compreende também a emissão de dados integrada à difusão por rádio e televisão, podendo usar diferentes tecnologias de transmissão.

DO CAPITAL SOCIAL, DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula 4ª O capital social é de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do Brasil pelos sócios, assim subscritas:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Fundação Monsenhor Jonas Abib	151.900	R\$ 1,00	R\$ 151.900,00
Francisco José dos Santos	3.100	R\$ 1,00	R\$ 3.100,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Parágrafo Único – O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, e nesse caso observada a legislação vigente, mediante a deliberação dos sócios, com a correspondente modificação do contrato social.

Cláusula 5ª As quotas são indivisíveis, de maneira que a sociedade reconhecerá um único proprietário para cada quota, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo 1º - O ato de oferecimento será feito por escrito e deverá ser respondido de forma inequívoca em 30 (trinta) dias após o recebimento da oferta para exercício do direito de preferência.

Parágrafo 2º - Na hipótese de nenhum sócio exercer o direito de preferência e caso não seja aprovado o ingresso do terceiro interessado na aquisição das quotas, o sócio cedente poderá retirar-se da sociedade, mediante o recebimento dos seus haveres devidamente apurados, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Cláusula 6ª A saída de um dos sócios da sociedade será notificada ao outro com antecedência de 30 (trinta) dias.

Cláusula 7ª A cessão e transferência de quotas, bem como sua oneração, efetuadas em desacordo com as regras contidas nesta cláusula serão consideradas nulas e sem qualquer efeito em relação à sociedade e aos demais sócios.

Parágrafo Único - A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros somente a partir da averbação no Registro do Comércio competente do respectivo instrumento subscrito pelos sócios anuentes.

Cláusula 8ª Em caso de penhora de quotas da sociedade detidas por um dos sócios, fica estabelecido que o ingresso do terceiro (credor na execução) na sociedade não será permitido, com o objetivo de preservação da *affectio societatis* e do *intuito personae* que fundamentaram a sociedade desde a sua constituição.

Parágrafo 1º - Será facultado à sociedade, na qualidade de terceira interessada, no caso de penhora de quotas de um dos sócios:

- a) Remir a execução, sub-rogando o credor, ou
- b) Conceder aos demais sócios a preferência na aquisição das quotas penhoradas, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Parágrafo 2º - Se a sociedade optar por remir a execução sub-rogando o credor, as quotas afetadas serão caucionadas por este sócio, em favor da sociedade, como garantia do pagamento pelo referido sócio de sua dívida com a sociedade, e os dividendos deste sócio durante o período em que essas quotas estiverem caucionadas serão retidos pela sociedade, até a quitação total da dívida.

DA RESPONSABILIDADE, DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

Cláusula 9ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo único - As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula 10 A administração da sociedade caberá ao sócio **FILIPPE GARCEZ JÁRDIM**, com poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, dentre eles organizar, supervisionar, selecionar, contratar, dispensar e realizar todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos empregados da sociedade; gerir recursos, aplicações e afins; elaborar planos administrativos, de metas e negócios; sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, sendo certo que serão considerados ineficazes e não vincularão a sociedade.

Cláusula 11 Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, a sanidade e disponibilidade financeira da sociedade, inclusive em valores diferenciados, haja vista o exercício da Administração.

Cláusula 12 Os sócios se comprometem a realizar reuniões periódicas, as quais tudo que for deliberado será transcrito no Livro de Atas. Caso haja necessidade de reuniões urgentes, serão convocadas com caráter extraordinário. As reuniões ordinárias serão realizadas ao final de cada trimestre.

DO BALANÇO PATRIMONIAL, DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula 13 Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 14 Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas, balanço patrimonial e o de resultado econômico e designarão administrador(es) quando for o caso, dependendo, nesta hipótese, de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO E DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 15 Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado no prazo de 90 (noventa) dias com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo 1º - No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo 2º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 16 A sociedade poderá ser dissolvida pelo acordo unânime dos sócios e, nesta oportunidade, será realizado Balanço Patrimonial, sendo que, o que resultar, isento de qualquer Passivo, será dividido entre os sócios na proporção de suas quotas de Capital.

Cláusula 17 Os sócios poderão ser excluídos da sociedade:

- a) Por justa causa, se colocarem em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, conforme decidido pelos sócios, representantes da maioria do capital social;
- b) Se forem declarados falidos ou insolventes, e
- c) Se as suas quotas forem liquidadas nos termos do artigo 1.026 do CC, e conforme o disposto na Cláusula 8ª acima.

Parágrafo único - Nestes casos o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente integralizado, liquidar-se-á com base no valor nominal das quotas, a ser pago ao sócio retirante em 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula 18 O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula 19 Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – a qual instituiu o Código Civil Brasileiro.

Cláusula 20 O presente contrato poderá ser reformado no tocante à sua administração, somente com a autorização e consentimento prévio dos sócios.

DO FORO

Cláusula 21 Fica eleito o foro da Comarca da Sede da sociedade para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem de pleno acordo, firmam os sócios o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, valor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas, para fins de direito, devendo a 1ª (primeira) via ser registrada na Junta Comercial

do Estado do Paraná – JUCEPAR, para que produza os efeitos legais, sendo inexigível, para tanto, a anuência prévia do Ministério das Comunicações, pois não implica alteração dos objetivos sociais, do controle societário ou a transferência de concessão. Porém, o presente instrumento deverá ser levado ao conhecimento do referido Ministério, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do registro, para fins de atualização de cadastro, nos termos do artigo 38, alínea "b", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Nova Esperança/PR, 01 de julho de 2014.



FILIPÉ GARCEZ JARDIM
CPF/MF nº 162.775.318-40
Sócio



FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS
CPF/MF nº 063.472.568-86
Sócio



FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB
CNPJ/MF nº 20.488.021/0001-05
Sócia Ingressante

Testemunhas:

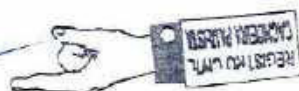


Nome: Stommaru C. da S. Guidou
CPF: 382.674.688-03



Nome: Beatriz Claudine Machado
CPF: 399.405.788-55

Visto do Advogado:



Nome: Adelfino SESTARI
OAB: 175.920-SP

	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/07/2014 SOB NÚMERO: 20144256525 Protocolo: 14/425652-5, DE 24/07/2014
Empresa: 41 2 0163774 3 RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA	SEBASTIÃO MOTTA SECRETARIO GERAL

CERTIDÃO EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 002

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

NIRE: 41 2 0163774 3

CNPJ: 79.352.712/0001-20

endereço: RUA LORD LOVAT

complemento:

número: 497

bairro: CENTRO

CEP: 87600-000

município: NOVA ESPERANÇA

UF: PR

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

ato	número	data	descrição
B02	41201637743	16/04/1953	REGISTRO/CONSTITUICAO
J98	25204U	16/04/1953	CONSTITUICAO ANTERIOR A 1978
021	127044.	13/04/1972	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	134648	21/12/1972	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	139786	12/07/1973	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	150996	20/03/1974	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	154669	25/06/1974	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	179470.	26/12/1975	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	208219	01/09/1977	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	226361	06/11/1978	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	227789	15/12/1978	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	246701	24/06/1980	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	298717	27/09/1983	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	318048	05/10/1984	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	415025	31/10/1988	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
918	479447	31/01/1991	CANCELAMENTO DE ARQUIVAMENTO DE ATO
B05	508284L	28/11/1991	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
021	20002110288	06/09/2000	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 002 / 002

021	20022217843	21/08/2002	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	20030245508	10/06/2003	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	20096260033	24/09/2009	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	20096454172	14/10/2009	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20096454172	14/10/2009	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
939	20114036853	01/12/2011	OUTROS
310	20140024972	07/01/2014	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
021	20144256525	29/07/2014	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20144256525	29/07/2014	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
939	20141859784	26/11/2014	OUTROS
021	20146858328	03/12/2014	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20146858328	03/12/2014	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
021	20177425393	04/12/2017	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20177425393	04/12/2017	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO

CURITIBA - PR, 19 de julho de 2018

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

18/418434-7

BALANÇO PATRIMONIAL

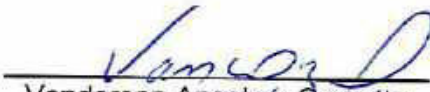
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais 1)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	4.577	5.282
Adiantamentos		-	-
		<u>4.577</u>	<u>5.282</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	150.838	155.918
Intangível	5	1	1
		<u>150.839</u>	<u>155.919</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>155.416</u>	<u>161.201</u>


Vanderson Anselmo Grozatto
Administrador
CPF: 153.047.618-63


Raphael Lindenbach de Moraes
Técnico Contábil
CRC 1SP 261037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

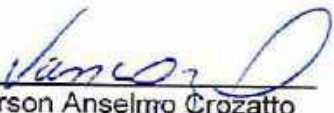
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

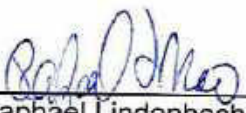
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais 1)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores		14.498	13.031
Obrigações Trabalhistas e sociais		3.662	3.669
Obrigações tributárias		8.728	9.939
Provisão de férias, 13º e encargos		5.651	5.916
		<u>32.538</u>	<u>32.554</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	6	310.000	310.000
Prejuízos Acumulados		(181.353)	(170.816)
Prejuízo do exercício		(5.769)	(10.537)
		<u>122.878</u>	<u>128.647</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>155.416</u>	<u>161.201</u>


Vanderson Anselmo Crozatto
Administrador
CPF: 153.047.618-63


Raphael Lindenbach de Moraes
Técnico Contábil
CRC 1SP 261037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais 1)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	7	298.685	288.087
LUCRO BRUTO		298.685	288.087
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(280.646)	(275.661)
Despesas gerais e administrativas	8	(219.374)	(212.048)
Despesas com Pessoal	9	(57.206)	(61.304)
Despesas Tributárias		(4.041)	(3.000)
Receitas financeiras/ Despesas financeiras		(25)	691
LUCRO OPERACIONAL		18.039	12.426
Imposto de renda e contribuição social		(23.808)	(22.963)
PREJUÍZO/ LUCRO DO EXERCÍCIO		(5.769)	(10.537)
(Prejuízo)/ Lucro líquido por quota - Em 1,00		(2)	(3)


Vanderson Anselmo Crozatto
Administrador
CPF: 153.047.618-63


Raphael Lindenbach de Moraes
Técnico Contábil
CRC 1SP 261037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RÁDIO NOVA ESPERANÇA LTDA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016.

(Em Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Das Atividades Operacionais		(689)	(4.669)
Prejuízo do exercício		(5.769)	(10.537)
Despesas que não representam movimentação de caixa		5.080	5.868
Ajuste de reorganização - Ativo Imobilizado		-	-
Depreciações e amortizações		5.080	5.868
Variação de Ativos e Passivos		(16)	3.988
(Aumento) e Diminuição nas Contas de Ativo		-	1.334
(Aumento) diminuição adiantamentos a fornecedores e terceiros		-	1.334
Aumento e (Diminuição) nas Contas de Passivo		(16)	2.654
Aumento (diminuição) em fornecedores		1.467	621
Aumento (diminuição) em obrigações tributárias		(1.211)	665
Aumento (diminuição) em obrigações trabalhistas		(272)	1.368
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais		(705)	(681)
Das atividades de investimentos		-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível		-	-
Aquisição de investimentos		-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento		(705)	(681)
Das atividades de financiamentos		-	-
Empréstimos e financiamentos		-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos		-	-
Aumento em caixa e equivalente de caixa		(705)	(681)
Variação em Caixa e equivalente de caixa		-	-
No Início do Exercício		5.282	5.963
No Fim do Exercício		4.577	5.282
Aumento em caixa e equivalente de caixa		(705)	(681)


Vanderson Anselmo Crozatto
Administrador
CPF: 153.047.618-63


Raphael Lindenbach de Moraes
Técnico Contábil
CRC 1SP 261037


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Em Reais)

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2015	310.000	0	(170.816)	139.184
Transferência para a conta de Lucros e Prejuízos acumulados	-	-	-	-
(Prejuízo) do exercício 2016	-	-	(10.537)	(10.537)
Saldo em 31/12/2016	310.000	-	(181.353)	128.647
Transferência para a conta de Lucros e Prejuízos acumulados	-	-	-	-
PREJUÍZO do exercício 2017	-	-	(5.769)	(5.769)
Saldo em 31/12/2017	310.000	-	(187.122)	122.878


Vanderson Anselmo Crozatto
Administrador
CPF: 153.047.618-63


Raphael Lindenbach de Moraes
Técnico Contábil
CRC 1SP 261037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em R\$)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rádio Nova Esperança Ltda., C.N.P.J. 79.352.712/0001-20, é uma pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, de duração indeterminada.

NOTA 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

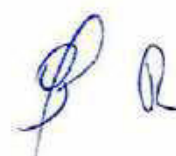
2.1. As demonstrações financeiras da Rádio Nova Esperança Ltda. para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 1000, aprovada pela Resolução 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

2.2. Base de mensuração - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação - A moeda funcional da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas quando necessário. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.



2.5. Formalidade da escrituração contábil - Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

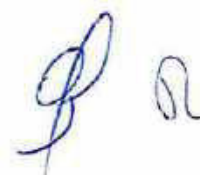
2.6. Formalidade da escrituração contábil - A documentação contábil é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

- (a) Os ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis em prazos inferiores a 360 dias são classificados como circulantes.
- (b) Clientes e fornecedores de Curto Prazo – Os resultados das análises de prazos e valores demonstram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente, conforme estabelecido no CPC 12.
- (c) O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.
- (d) Conforme estabelecido pelo CPC 01, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



- (e) A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	118	42
Bancos conta movimento	4.460	5.240
Total	4.577	5.282

NOTA 5. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Ativo Imobilizado	Taxa Média de Depreciação/Amortização	2017			2016
		Custo	(-) Deprec/ amortiz.	Saldo Líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	90.163	-	90.163	90.163
Edificações	4%	97.582	(43.293)	54.288	58.193
Maquinas e Equipamentos	10%	10.854	(4.975)	5.879	6.964
Móveis e Utensílios	10%	895	(387)	508	597
Equipamentos Proc Dados	20%	3.959	(3.959)	-	2
Total		203.453	(52.614)	150.839	155.919

Ativo Intangível		Custo	(-) Amortização	Saldo Líquido	Saldo líquido
Outorga de concessão	(a)	1	-	1	1
		1	-	1	1

Total Ativo Não Circulante		203.454	(52.614)	150.840	155.920
-----------------------------------	--	----------------	-----------------	----------------	----------------

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2017	2016
No início do exercício	203.454	203.454
Aquisições	-	-
Depreciação / amortização	(52.614)	(47.534)
No fim do exercício	150.840	155.920

- (a) Outorga de concessão: A Rádio obteve a outorga da concessão para executar serviço de radiodifusão de sons. A Rádio efetuou o registro contábil desta concessão, no exercício de 2015, considerando o valor justo de R\$ 1,00, em contrapartida do Patrimônio Social.
- (b) Não há indicação de perdas com esses ativos.

NOTA 6. PATRIMÔNIO SOCIAL

Corresponde à dotação inicial e os lucros e/ou prejuízos auferidos nas operações da Entidade.

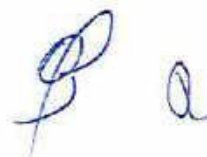
O capital social é de R\$310.000,00, composto em 310.000 quotas de R\$1,00 cada. A composição societária é a seguinte:

Quotista	% Participação	Qtde. quota
Fund. Monsenhor Jonas Abib	99%	306.900
Vanderson Anselmo Crozatto	1%	3.100
Total	100%	310.000

NOTA 7. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		298.685	288.087
Receita de Serviço			
Receita Contrato de Veiculação de Mídia		310.000	299.000
(-) Deduções da Receita		(11.315)	(10.914)
Receita Operacional Líquida		298.685	288.087

- (a) Corresponde a repasses recebidos da Rádio Cântico Novo conforme contrato de veiculação de mídia.



NOTA 8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
Outras Receitas Diversas	-	-	-
Autonomos	-	-	-
Manutencao	4.010	5.475	
Seguranca E Vigilancia	150.900	139.711	
Informatica	100	-	
Direitos Autorais	19.290	18.774	
Passagens	-	-	
Agua E Esgoto	1.292	1.254	
Energia Eletrica	30.155	28.739	
Material De Limpeza	168	147	
Material Para Conservacao E Reparos	63	4.262	
Material De Escritorio	19	44	
Telefone, Fax, Internet	2.337	2.083	
Licencia De Uso / Locacao De Software	4.292	4.019	
Cartorio	-	19	
Copa E Cozinha	166	171	
Correios E Malotes	348	474	
Bens Duraveis De PQ Valor	60	-	
Associacao De Classe E Congeneres	1.021	1.008	
Depreciacao	5.080	5.868	
Lanches e Refeicoes	22	-	
Combustiveis	51	-	
TOTAL		219.374	212.048

NOTA 9. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
DESPESAS COM PESSOAL			
Salarios E Ordenados	28.481	27.788	
Adicionais E Horas Extras	4.575	3.679	
Ferias	3.819	4.318	
13 Salario	3.060	3.256	
Autonomos	-	4.659	
Assist Medica E Medicina Do Trabalho	-	61	
Vale Refeicao/Refeltorio	3.687	4.438	
Cesta Basica	3.710	3.493	
Inss	2.009	2.319	
Fgts	3.215	2.807	
Desoneracao De Folha	4.650	4.485	
TOTAL		57.206	61.304

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE MARINGÁ
OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, AVALIAD

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
RUA MARINS ALVES DE CAMARGO, Nº 1687 - CENTRO
NOVA ESPERANÇA/PR - 87600-000

TITULAR
MARIA IZABEL FRATINI DE OLIVEIRA
JURAMENTADO
MARIELY FRATINI UBALDO DE OLIVEIRA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

Documento..... CNPJ 79.352.712/0001-20

Sede..... Rua LORD LOVAT, 497, CENTRO, NOVA ESPERANÇA./PR, CEP 87600000

no período compreendido entre a presente data e os últimos 30 anos que a antecedem.



NOVA ESPERANÇA/PR, 23 de Julho de 2018

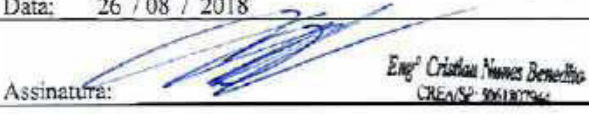
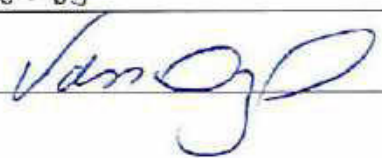

MARIA IZABEL FRATINI DE OLIVEIRA




LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA

Laudo de Vistoria Técnica		
Renovação de Outorga		
Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias e Tropicais 120m		
(X) Ondas Médias		() Ondas Tropicais
1- Identificação		
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA		
1.2- Indicativo de chamada: ZYJ231 1-2- Horário de funcionamento: 00:00h - 24:00h		
2- Localização da estação transmissora		
2.1- Endereço: RODOVIA BR376 – KM 137 – LOTE A		
Cidade: NOVA ESPERANÇA		UF: PR
CEP: 8760-000		Telefone:
2.2- Coordenadas Geográficas		
Latitude: 23° 12' 36.7" S		
Longitude: 52° 11' 24.5" O		
2.3- Transmissor Principal		
2.3.1- Fabricante: QUASAR TECH BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.		
2.3.2 – Modelo: AMD-5000		
2.3.3- Homologação/Certificação: 008190502009		
2.3.4- Potência de Operação(kW): 3,00	Potência medida(kW):	2,97
2.3.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 670	Frequência medida(kHz):	670,002
2.3.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (±10Hz):		
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (±10Hz)[OT 120m]:		
2.3.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	(X) Sim	() Não
2.3.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim	() Não
2.3.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.3.10- Voltímetro de placa ou coletor(estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.4- Sistema de Proteção e Segurança		
2.4.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts	(X) Sim	() Não
2.4.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	(X) Sim	() Não
2.4.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	(X) Sim	() Não
2.4.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas:	(X) Sim	() Não
2.5- Transmissor Auxiliar		
2.5.1- Fabricante: ELVITEC IND. ELETRÔNICA LTDA		
2.5.2 – Modelo:		
2.5.3- Homologação/Certificação: CODIGO DENTEL 77/0272		
2.5.4- Potência de Operação(kW): 1000	Potência medida(kW):	1000
2.5.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 670	Frequência medida(kHz):	670,002
2.5.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (±10Hz):	669.990 - 670.010	
2.5.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (±10Hz)[OT 120m]:		
2.5.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	(X) Sim	() Não
2.5.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim	() Não
2.5.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.5.10- Voltímetro de placa ou coletor(estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.6- Sistema de Proteção e Segurança		
2.6.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts :	(X) Sim	() Não
2.6.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	(X) Sim	() Não
2.6.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	(X) Sim	() Não
2.6.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas	(X) Sim	() Não

FVT-RO - OM/OT

metálicas aterradas:	
2.7- Equipamentos Compulsórios:	
2.7.1- Amperímetro na base da Torre:	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.7.2- Amperímetro na entrada de RF no divisor de potência (diretivo)	() Operante () Com defeito () inoperante
2.7.3- Limitador	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.7.4- Monitor de modulação:	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.7.5- Medidor de fase (em sistemas diretivos):	() Operante () Com defeito () inoperante
2.7.6- Monitor de audição:	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.7.7- Carga artificial de RF(somente para potências acima de 10 kW)	() Sim () Não
2.8- Sistema Irradiante	
2.8.1- Onidirecional	
2.8.1.1- Altura(m) :	103
2.8.1.2- Cerca de proteção em torno da antena:	(X) Bom estado () Mal estado () Inexistente
2.8.1.3- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	(X) Sim () Não
2.8.2- Diretivo	
2.8.2.1- – Altura de cada elemento [m] :	
2.8.2.2- Separação entre elementos [m]:	
2.8.2.3- Cerca de proteção em torno da antena:	() Bom estado () Mal estado () Inexistente
2.8.2.4- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	() Sim () Não
3. Estúdios	
3.1 – Estúdio Principal	
3.1.1- Endereço: RUA LORD LOVAT 497, CENTRO, NOVA ESPERANÇA-PR	
3.2- Estúdio Auxiliar:	
3.2.1- Endereço:	
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	84,9
3º Harmônico	90,3
Espúrios	Acima de 90
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	85,8
3º Harmônico	89,2
Espúrios	Acima de 90
5. Informações Adicionais	
6. Identificação dos instrumentos e aparelhos utilizados	
Analisador / osciloscópio – Marca Tektronix - MDO 4054-3;	
GPS – Garmin Etrex 10 ;	
Vôltemetro Analógico - Marca Minipa - Mod: ET 3021;	
Alicate Amperímetro – Marca Icel – Mod: AD9030	
7. Responsável pela Vistoria Técnica	
Nome: Cristian Nunes Benedito	
Formação: Engenheiro de Telecomunicações	
CREA: 5061807944	
Local: Nova Esperança - PR	
Data: 26 / 08 / 2018	
Assinatura:	 Engº Cristian Nunes Benedito CREA/SP: 5061807944
Representante legal da Entidade:	
Nome: VANDERSON ANSELMO CROZATTO	
CPF: 153.047.618 - 63	
Assinatura:	

 COBRANÇA BANCÁRIA CAIXA					Reclamações e Sugestões	
					DISQUE CAIXA	0800 726 0101
					OUVIDORIA	0800 725 7474
					www.caixa.gov.br	
Beneficiário CONSELHO REG ENGENHARIA E AGRON PR				CPF/CNPJ 76.639.384/0001-59	Agência/Código do Cedente 0373/081294	
Endereço do Beneficiário DOUTOR ZAMENHOF,35.-ALTO DA GLORIA/CURITIBA				UF PR	CEP 80030-320	
Data do Documento 31/07/2018	Nº do Documento 10002018346	Espécie OUT	Carteira RG	Data do Processamento 31/07/2018	Nosso Número 14010002018346618-0	
Pagador CRISTIAN NUNES BENEDITO				CPF/CNPJ 262.391.278-50		
Endereço do Pagador r/l				UF	CEP 00000-000	
Pagador/Avalista				CPF/CNPJ		
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE: NAO RECEBER APOS 5 DIAS DE ATRASO Guia referente a ART 20183466180 NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO						
Moeda	Quantidade	Valor	Vencimento	Valor do Documento	Autenticação Mecânica - Recibo do Sacado	
			10/08/2018	R\$ 82,94		

Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança

Data: 31/07/2018 Hora: 13:08:56
 Agência: 2040 Terminal: 104 Aut: 965 Trx: CB05
 Código de barras: 10490.81290 43010.
 100246 01834.661850 1 75120000008294
 Banco Destinatário: 104
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Instituição Receptora: 237 BANCO BRADESCO S.A.

Data de Vencimento: 10/08/2018
 Valor : 82,94
 Desconto :
 Abatimento :
 Bonificação :
 Multa :
 Juros :

Valor Cobrado: 82,94
 Pagamento realizado em espécie: S

Este documento serve como comprovante de pagamento. Portanto, deverá ser guardado para apresentação ao beneficiário.



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
 Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART N° 20183466180
 Obra ou Serviço Técnico
 ART Principal

O valor de R\$ 82,94 referente a esta ART foi pago em 31/07/2018 com a guia nº 100020183466180

Profissional Contratado: CRISTIAN NUNES BENEDITO (CPF:262.391.278-50) Nº Carteira: SP-5061807944/D - Nº Visto Crea: 141494

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES, TÉCNICO EM ELETRÔNICA.

Empresa contratada:

Nº Registro:

Contratante: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CPF/CNPJ: 79.352.712/0001-20

Nome Social do Contratante: RÁDIO CANÇÃO NOVA NOVA ESPERANÇA

Endereço: RUA LORD LOVAT 497 CENTRO

CEP: 87600000 NOVA ESPERANÇA PR Fone: 12 3188 2000

Contrato: DOAÇÃO DE SERVIÇO

Local da Obra/Serviço: RODOVIA BR 378 178

Quadra:

Lote: A

- NOVA ESPERANÇA PR

CEP: 87600000

Tipo de Contrato

6 OUTROS

Dimensão

1 UNID

Ativ. Técnica

6

VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, ARBITRAMENTOS, LAUDOS

Área de Comp.

2304 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Tipo Obra/Serv

405 ESTAÇÕES TRANSMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO - ETR

Serviços

059 LAUDOS TÉCNICOS

contratados

163 AVALIAÇÕES/VISTORIAS/PERÍCIAS

Dados Compl.

0

Data Início

25/07/2018

Data Conclusão

31/07/2018

Vlr Taxa R\$ 82,94

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

O VALOR COBRADO DO SERVIÇO EXECUTADO NA LOCALIDADE DE NOVA ESPERANÇA PR, REFERE-SE A DOAÇÃO DE SERVIÇO.

Insp.: 4510

02/08/2018

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Engº Cristian Nunes Benedito
 CREA/SP-5061807944

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA

CNPJ: 79352712000120**Presidente:****Endereço:** RUA LORD LOVAT - CENTRO**E-mail:****Capital Social:** 310.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 310.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
063.472.568-86	FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	3.100	3.100,00
162.775.318-40	FILIPPE GARCEZ JARDIM	155.000	155.000,00
20.488.021/0001-05	FUNDACAO MONSENHOR JONAS ABIB	151.900	151.900,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
153.047.618-63	VANDERSON ANSELMO CROZATTO	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA**

CNPJ: **79.352.712/0001-20**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:15:16 do dia 06/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



BOM DIA
Sonia Valesca Menezes Monteiro

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 79.352.712/0001-20

RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FILIFE GARCEZ JARDIM	162.775.318-40	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	063.472.568-86	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	3100	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
FUNDACAO MONSENHOR JONAS ABIB	20.488.021/0001-05	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	151900	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
VANDERSON ANSELMO CROZATTO	153.047.618-63	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	PR	Nova Esperança

Usuário: **sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**

Data: **06/08/2018**

Hora: **08:15:55**

**BOM DIA**
Sonia Valesca Menezes Monteiro**Sistemas**
Interativos**Menu Principal** ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 162.775.318-40

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FILIPE GARCEZ JARDIM	<u>162.775.318-40</u>	RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.- EPP	<u>59.350.967/0001-46</u>	Sócio	2300	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Caçapava
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	<u>79.352.712/0001-20</u>	Sócio	155000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.- EPP	<u>59.350.967/0001-46</u>	Sócio	2300	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Caçapava

Usuário: [sonia.mc](#) - **Sonia Valesca Menezes Monteiro****Data:** **06/08/2018****Hora:** **08:16:13**

**BOM DIA**
Sonia Valesca Menezes Monteiro**Sistemas**
Interativos**Menu Principal** ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 063.472.568-86

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	<u>063.472.568-86</u>	RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	<u>59.350.967/0001-46</u>	Sócio	115000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Caçapava
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	<u>79.352.712/0001-20</u>	Sócio	3100	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO AMERICA S/A	<u>60.509.072/0001-90</u>	Sócio	0	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo
		RADIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA.-EPP	<u>59.350.967/0001-46</u>	Sócio	115000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Caçapava

Usuário: sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**Data:** 06/08/2018**Hora:** 08:16:33

**BOM DIA**
Sonia Valesca Menezes Monteiro**Sistemas**
Interativos**Menu Principal** ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 20.488.021/0001-05**RADIO CENTRO AMERICA LTDA**

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FUNDACAO MONSENHOR JONAS ABIB	20.488.021/0001-05	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Sócio	151900	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO CENTRO AMERICA LTDA	45.833.290/0001-92	Sócio	6613	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São José do Rio Preto

Usuário: sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**Data:** 06/08/2018**Hora:** 08:16:55

BOM DIA
Sonia Valesca Menezes MonteiroSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 153.047.618-63

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
VANDERSON ANSELMO CROZATTO	153.047.618-63	RADIO CENTRO AMERICA LTDA	45.833.290/0001-92	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	São José do Rio Preto
		RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	79.352.712/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	PR	Nova Esperança
		RADIO CENTRO AMERICA LTDA	45.833.290/0001-92	Sócio	67	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São José do Rio Preto

Usuário: **sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**Data: **06/08/2018**Hora: **08:17:10**

**BOM DIA**
Sonia Valesca Menezes MonteiroSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: PR

Município: Nova Esperança

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	Nova Esperança	01/05/2004	01/05/2014

Usuário: **sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro** Data: **06/08/2018** Hora: **08:19:45**

Registro **1** até **1** de **1** registros Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 79.352.712/0001-20	Número do Fistel: 05008016148
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 205 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SG27/88,SSR240/88,SNC72/90,SSC21/96,RESOLUCAO ANATEL 117/99;ATO Nº 51.583/2005.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA LORD LOVAT	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 497	
Município: Nova Esperança	UF: PR	CEP: 87600000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua João Paulo II	Complemento:	
Bairro: Alto da Bela Vista	Numero: S/N	
Município: Cachoeira Paulista	UF: SP	CEP: 12630000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA BR376 - KM 137 - LOTE A	Complemento:	
Bairro: ..	Numero: SN	
Município: Nova Esperança	UF: PR	CEP: 87600000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA LORD LOVAT; 497	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 497	
Município: Nova Esperança	UF: PR	CEP: 87600000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Nova Esperança	UF: PR
Latitude: -23.2102	Longitude: -52.19012

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 670 KHz	Classe: B	ERP: dia: 0.003 noite: 0.0005kW
Altura: 103 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 322481341	Número Indicativo: ZYJ231

Data Último Licenciamento: 11/12/2014 Número da Licença: 000030/2014-PR

Sistema de Terra	
Número de Torres: 1	Número de Radiais: 120
Altura da Torre: 80.00	Comprimento de Radiais: 112.00
Espaçamento entre radiais: 3.00	Condutividade: 3

Carga Topo	
Figura geométrica:	
Dimensão:	Altura:

Campo Característico		
Campo Característico: 297.00 mV/m		
Estação Principal		
Localização		
Latitude: -23.2102	Longitude: -52.19012	Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008190502009	Modelo: I MASTER AMD-5000
Fabricante: Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS LTDA.		
Comprimento da Linha: 118.00 m	Atenuação: .08 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 013882XXX0013	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 1.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	90278	Decreto	PR	03/10/1984	04/10/1984	Renovação	Jurídico
9999	10492	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	795	Decreto Legislativo	CN	22/10/2003	24/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	24/08/2006	25/08/2006	Renovação	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	24/08/2006	25/08/2006	Renovação	Jurídico
9999	252	Decreto Legislativo	CN	28/09/2007	01/10/2007	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	4758	Ato	ER03	22/04/2014	25/04/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento	
--------------------------	--

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CNPJ : 79.352.712/0001-20.
ENDEREÇO : Rua Lord Lovat, nº 497 – Centro – 1ª Etapa – Nova Esperança / PR.
CEP : 87.600-000.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	NOTA TÉCNICA / SEI-MC	
		NÚMERO	DATA
VANDERSON ANSELMO CROZATTO 153.047.618-63	ADMINISTRADOR	1514	28/ 01/ 2016

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA
Processo nº 53900.001548/2015-84			

SECAD/nsa.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CNPJ : 79.352.712/0001-20.

QUADRO SOCIETÁRIO

21ª Alteração Contratual, de 28 de outubro de 2014. Registrado na JUCEPAR sob nº 20146858328, em 03/ 12/ 2014.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
FILIFE GARCEZ JARDIM 162.775.318-40	155.000			155.000,00
FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB 20.488.021/0001-05	151.900			151.900,00
FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS 063.472.568-86	3.100			3.100,00
TOTAL	310.000			310.000,00
Processo nº 53900.001548/2015-84				

SECAD/nsa.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2007**

Aprova o ato que outorga permissão à ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 207, de 6 de abril de 2006, que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda. - ME para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 244, DE 2007**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de agosto de 2006, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 27 de agosto de 2002, a concessão outorgada à TV Independência Norte do Paraná Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

<http://www.in.gov.br> e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fones: 0800 725 6787

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 245, DE 2007**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GUIMARÃES, AGOSTINHO & CIA. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.357, de 5 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Guimarães, Agostinho & Cia. Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 246, DE 2007**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO VILA RICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 63, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Vila Rica para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 247, DE 2007**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SAFIRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhão, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 281, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Safira FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhão, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 248, DE 2007**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA "FLOR DO PANEMA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária "Flor do Panema" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 249, DE 2007**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à VIP RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 420, de 12 de novembro de 2004, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Vip Rádio e Televisão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2007**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DE IPANEMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 203, de 11 de março de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária do Bairro de Ipanema para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 251, DE 2007**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - RÁDIOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 143, de 30 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Marechal Cândido Rondon - RÁDIOMAR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 252, DE 2007**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de agosto de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.



[Handwritten signature]

Decreto n.º 90.278 de 03 de outubro de 1984

Renova as concessões outorgadas às entidades que menciona para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos dos artigos 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 29100.000222/84, 29102.000222/84, 29102.000194/84, 29104.000123/84, 29105.000145/84, 29105.000075/84, 29105.000107/84, 51.101/83, 29106.000073/84, 71.764/83 e 160.792/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 153-B, de 28 de março de 1962.
Entidade: RÁDIO PIRATININGA DE JAU LTDA.
Cidade: Jau
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 969, de 18 de novembro de 1948.
Entidade: RÁDIO SÃO LUIZ LTDA.
Cidade: São Luiz Gonzaga
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 61, de 30 de janeiro de 1956, revigorada pela Portaria CONTEL nº 1.022, de 13 de dezembro de 1966.
Entidade: RÁDIO SUCESSO LTDA.
Cidade: Porto Alegre
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.

[Handwritten signature]

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 60, de 20 de março de 1946.
Entidade: RÁDIO CULTURA DE DIVINÓPOLIS LTDA.
Cidade: Divinópolis
Unidade da Federação: Minas Gerais.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 552, de 18 de junho de 1954.
Entidade: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
Cidade: Nova Esperança
Unidade da Federação: Paraná.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 397, de 02 de maio de 1950.
Entidade: RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA.
Cidade: Mandaguari
Unidade da Federação: Paraná.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 719, de 02 de setembro de 1955.
Entidade: RÁDIO CIDADE DE CURITIBA LTDA.
Cidade: Curitiba
Unidade da Federação: Paraná.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 38-B, de 02 de fevereiro de 1962.
Entidade: RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA LTDA.
Cidade: Uberaba
Unidade da Federação: Minas Gerais.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 729, de 06 de setembro de 1955.
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA.
Cidade: São Miguel do Oeste
Unidade da Federação: Santa Catarina.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 263-B, de 11 de junho de 1962.
Entidade: RADIONORTE LTDA.
Cidade: Assaí
Unidade da Federação: Paraná.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 584, de 12 de dezembro de 1960.
Entidade: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - RÁDIO ESPERANÇA
Cidade: Estância
Unidade da Federação: Sergipe.

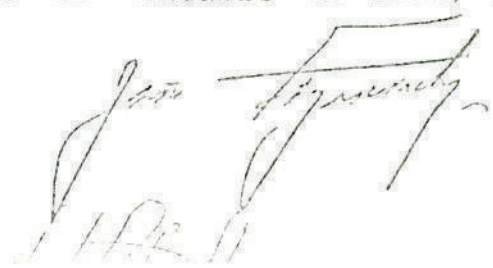
Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 03 de outubro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIQUEIREDO

M. C. MATOS



SERVENTIA DOS REGISTROS PUBLICOS E ANEXOS
RUA DR. ROCHA JUNIOR, 194-CACHOEIRA PAULISTA-SP
FONE: (12)3101 2299

B. E. Rodrigues Alves Neto
Delegado Responsável

Rodrigo R. Rodrigues Alves
Preposto

CERTIDAO

O Delegado Responsável pelo Serviço de Registros de Imóveis, de títulos e Documentos e Protestos de Letras e Títulos desta Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, usando das Atribuições que lhe foram delegadas por lei, etc.

CERTIFICA, a pedido de pessoa interessada que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou constar os seguintes registros: Registrado no Livro A-4 do Registro de Pessoas Jurídicas, as fls. 28/29 sob n. 284, em data de 20.03.2014, o registro de Constituição da Fundação Monsenhor Jonas Abib e Registro do Estatuto Social da Fundação Monsenhor Jonas Abib, com sede nesta cidade a Avenida Canção Nova, s/n, casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP-12630-000, Cachoeira Paulista-SP. Dou fé. Instituidores: Francisco Jose dos Santos; Benedita Edineia Peixoto dos Santos; Simoni Orlandini Cavazzana; Jose Augusto Souza Moreira; Filipe Garcez Jardim e Ana Paula Teixeira Guimarães Jardim. Presidente Deliberativo: Lucio Domício da Silva; Vice-Presidente Deliberativo: Leticia Cavalli; Secretario Deliberativo: Protásio Soares de Medeiros; 1º Conselheiro Deliberativo: Jorge Aparecido da Silva; 2ª Conselheira Deliberativo: Marcia Regina Antunes Oliveira; Diretor Executivo: Vanderson Anselmo Crozatto; Vice-Diretora Executiva: Shirleya Nunes de Santana; Conselho Fiscal: Gustavo de Oliveira Galdino; Vanderlei Nunes Teixeira; Eliana Maria da Silva. Dou fé.

Certifico mais que, consta registrado no livro A5 sob nº 284, em 22.02.17 a ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO DELIBERATIVO E DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB, apresentada para registro, submetida ao crivo do Ministério Público, realizada aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (19/01/2017), às nove horas (9h), na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, Cachoeira Paulista/SP, em sua sede social, para deliberar sobre a RENÚNCIA DE INTEGRANTE DO CONSELHO FISCAL DA INSTITUIÇÃO E ELEIÇÃO DO SUBSTITUTO, tendo em vista renúncia apresentada, por carta, pela conselheira e Presidente do Conselho Fiscal ELIANA MARIA DA SILVA, tendo sido eleito e empossado para ocupar o cargo vago o Sr. MENANDRO MANOEL DOS SANTOS. **Certifico mais que**, verifiquei registrado no livro A5 sob nº 284, em data de 07.02.18 a ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB, apresentada para registro, submetida ao crivo do Ministério Público, realizada aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito (22/01/2018), às nove horas (9h), na Avenida Canção Nova, s/nº, casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12.630-000, Cachoeira Paulista/SP, em sua sede social, para deliberar sobre a Eleição e Posse dos novos integrantes do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da instituição, para o período de 27/01/2018 a 26/01/2022. Foram Eleitos e empossados todos os integrantes dos órgãos da Fundação, e o quadro diretivo desta, para o período de 27/01/2018 a 26/01/2022, tem a seguinte composição: **Conselho Deliberativo:** Presidente Deliberativo: Lúcio Domício da Silva; Vice-Presidente Deliberativo: Leticia Cavalli; Secretário Deliberativo: Marcelo Chaves da Cunha; Primeiro Conselheiro Deliberativo: Jorge Aparecido da Silva; Segundo Conselheiro Deliberativo: Márcia Regina Antunes Oliveira; **Conselho Fiscal:** Presidente Fiscal: Menandro Manoel dos Santos; Demais integrantes do Conselho Fiscal: Gustavo de Oliveira Galdino, e Vanderlei Nunes Teixeira; **Diretoria Executiva:** Diretor Executivo: Vanderson Anselmo Crozatto; Vice-Diretor Executivo: Shirleya Nunes de Santana.

“Selos pagos por verba”

Escrivão	Estado	Carteira	RC/TJ	ISS	MP	TOTAL
16,62	4,71	3,24	0,87/1,14	0,33	0,81	27,72

09 FEV. 2018

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo R. R. Alves
Preposto

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.069083/2013-41		
Entidade: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.	CNPJ: 79.352.712 /0001-20	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Nova Esperança	UF: PR
Validade da Outorga: vencida	Períodos: 1º/5/2014 a 1º/5/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	6/7 01250.045132/2018-19 (3228908)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	24 a 29; 1 a 3 (0036900); (0218673)

2. RELATIVOS À ENTIDADE		
2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).

HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	Contato Social –28 a 32; Alterações Contratuais – Sétima – 23 a 27; Décima – 20 a 22; Décima Oitava- 18/19; Décima Nona-12 a 17; Vigésima Primeira- 3 a 11 (3002458) Primeira – 8 a 12; Segunda-14 a 17; Terceira – 18 a 22; Quarta- 23 a 25; Quinta – 26 a 29; Sexta- 30 a 35; Oitava- 35 a 39; Nona- 40 a 43; Décima Primeira – 44 a 48; Décima Segunda – 49 a 53; Décima Terceira – 54 a 57; Décima Quarta – 58 a 66; Décima Quinta – 67 a 70; Décima Sétima – 75 a 76; Vigésima-77 a 83; 01250.045132/2018-19 (3228908)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	01250.045132/2018-19 (3228908)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	Balanço Patrimonial – 88/89 Demonstrações Contábeis – 90/97; 01250.045132/2018-19 (3228908)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	99 01250.045132/2018-19 (3228908)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2 (3002516)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal –20; Estadual-21; Municipal-22 (0036900)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	17;2 (0036900); (0209968)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	19 (0036900)

	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	1 (3002516)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	101 a 104 01250.045132/2018-19 (3228908)

Observações:

1. A Entidade por meio do Protocolo nº 01250.045132/2018-19, informa sobre a existência do Processo nº 53900.037659/2015-29, referente à transferência direta da outorga, daí a necessidade de apreciação dos presentes autos, vez que este, encontra-se condicionado à aprovação daquele.

2. Esclareça-se, que por um lapso, ocorreu a inclusão do item 3 aposto no Checklist anterior. O processo citado diz respeito a outra Entidade, sendo assim desconsiderado. Tanto que, o Checklist (evento SEI nº 3002653), não faz referência ao processo em questão.

3. Saliente-se, entretanto, que a Entidade comunica por intermédio do Protocolo nº 53900.013578/2014-52 (evento SEI nº 0108654) que na data de 22/8/2014, apresentou requerimento mediante o Protocolo nº 53900.013051/2014-28, informando a respeito da transferência de 49% do seu capital social à **Fundação Monsenhor Jonas Abib** – CNPJ: 20.488.021/0001-05. Vê-se do teor da Certidão inserida no Processo nº 53900. 037659/2015-29, que o registro da referida Fundação está contido no Livro A-4 do Registro de Pessoa Jurídica – fls.28/29, sob o nº 284, de 20 de março de 2014.

4. Os registros da Fundação Monsenhor Jonas Abib e do seu Estatuto Social, foram submetidos ao crivo do Ministério Público em 22/1/2018 para deliberar a respeito da Eleição e Posse dos novos integrantes da Diretoria Executiva, o quadro diretivo foi aprovado com mandato dos seus integrantes de 27/1/2018 a 26/1/2022 e os seus diretores são:

Vanderson Anselmo Crozatto – Diretor Executivo;
Shirley Nunes de Santana – Vice Diretor Executivo

5. Consta dos dados cadastrais da Entidade, que a Interessada fora outorgada pela Portaria MVOP nº 552, de 18 de julho de 1954, renovada pelo Decreto de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 795, de 22 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2003, renovada pela última vez pelo Decreto Presidencial s/nº, de 24 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 25/08/2006, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 252 de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 01/10/2007, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Nova Esperança/PR.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Sônia Valesca Menezes Monteiro CARGO: Advogado	06/08/2018

Data de Envio:

06/08/2018 09:26:41

De:

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Pena de Cassação

Mensagem:

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Nova Esperança, estado do Paraná, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53000.069083/2013-41

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado às páginas 101 a 104, por meio do Protocolo nº 01250.045132/2018-19, pela **Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.** (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, com vistas à renovação da referida concessão, encaminho os autos encaminho os autos à CGPO_REGIONAIS, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão-COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 05/09/2018, às 11:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3231657** e o código CRC **58D7B4C3**.

Zimbra**marluce.oliveira@mctic.gov.br**

Re: Pena de Cassação

De : cgfi@mctic.gov.br

Seg, 06 de ago de 2018 10:06

Assunto : Re: Pena de Cassação 1 anexo**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>**Cc :** Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Nova Esperança/PR, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Att,

----- Mensagem original -----

De: "coror" <coror@mctic.gov.br>

Para: cgfi@mctic.gov.br

Enviadas: Segunda-feira, 6 de agosto de 2018 9:26:42

Assunto: Pena de Cassação

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Nova Esperança, estado do Paraná, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

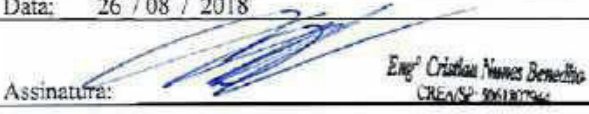
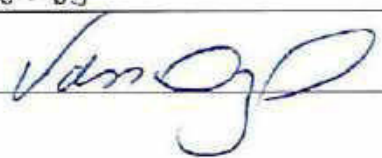
Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811

Laudo de Vistoria Técnica		
Renovação de Outorga		
Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias e Tropicais 120m		
(X) Ondas Médias		() Ondas Tropicais
1- Identificação		
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA		
1.2- Indicativo de chamada: ZYJ231 1-2- Horário de funcionamento: 00:00h - 24:00h		
2- Localização da estação transmissora		
2.1- Endereço: RODOVIA BR376 – KM 137 – LOTE A		
Cidade: NOVA ESPERANÇA		UF: PR
CEP: 8760-000	Telefone:	
2.2- Coordenadas Geográficas		
Latitude: 23° 12' 36.7" S		
Longitude: 52° 11' 24.5" O		
2.3- Transmissor Principal		
2.3.1- Fabricante: QUASAR TECH BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.		
2.3.2 – Modelo: AMD-5000		
2.3.3- Homologação/Certificação: 008190502009		
2.3.4- Potência de Operação(kW): 3,00	Potência medida(kW):	2,97
2.3.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 670	Frequência medida(kHz):	670,002
2.3.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (±10Hz):		
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (±10Hz)[OT 120m]:		
2.3.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	(X) Sim	() Não
2.3.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim	() Não
2.3.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.3.10- Voltímetro de placa ou coletor(estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.4- Sistema de Proteção e Segurança		
2.4.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts	(X) Sim	() Não
2.4.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	(X) Sim	() Não
2.4.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	(X) Sim	() Não
2.4.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas:	(X) Sim	() Não
2.5- Transmissor Auxiliar		
2.5.1- Fabricante: ELVITEC IND. ELETRÔNICA LTDA		
2.5.2 – Modelo:		
2.5.3- Homologação/Certificação: CODIGO DENTEL 77/0272		
2.5.4- Potência de Operação(kW): 1000	Potência medida(kW):	1000
2.5.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 670	Frequência medida(kHz):	670,002
2.5.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (±10Hz):	669,990 - 670,010	
2.5.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (±10Hz)[OT 120m]:		
2.5.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	(X) Sim	() Não
2.5.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim	() Não
2.5.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.5.10- Voltímetro de placa ou coletor(estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.6- Sistema de Proteção e Segurança		
2.6.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts :	(X) Sim	() Não
2.6.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	(X) Sim	() Não
2.6.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	(X) Sim	() Não
2.6.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas	(X) Sim	() Não

FVT-RO - OM/OT

metálicas aterradas:	
2.7- Equipamentos Compulsórios:	
2.7.1- Amperímetro na base da Torre:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.2- Amperímetro na entrada de RF no divisor de potência (diretivo)	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.3- Limitador	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.4- Monitor de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.5- Medidor de fase (em sistemas diretivos):	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.6- Monitor de audição:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.7- Carga artificial de RF (somente para potências acima de 10 kW)	() Sim () Não
2.8- Sistema Irradiante	
2.8.1- Onidirecional	
2.8.1.1- Altura(m) :	103
2.8.1.2- Cerca de proteção em torno da antena:	(X) Bom estado () Mal estado () Inexistente
2.8.1.3- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	(X) Sim () Não
2.8.2- Diretivo	
2.8.2.1- – Altura de cada elemento [m] :	
2.8.2.2- Separação entre elementos [m]:	
2.8.2.3- Cerca de proteção em torno da antena:	() Bom estado () Mal estado () Inexistente
2.8.2.4- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	() Sim () Não
3. Estúdios	
3.1 – Estúdio Principal	
3.1.1- Endereço: RUA LORD LOVAT 497, CENTRO, NOVA ESPERANÇA-PR	
3.2- Estúdio Auxiliar:	
3.2.1- Endereço:	
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	84,9
3º Harmônico	90,3
Espúrios	Acima de 90
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	85,8
3º Harmônico	89,2
Espúrios	Acima de 90
5. Informações Adicionais	
6. Identificação dos instrumentos e aparelhos utilizados	
Analisador / osciloscópio – Marca Tektronix – MDO 4054-3;	
GPS – Garmin Etrex 10 ;	
Vôltemetro Analógico - Marca Minipa - Mod: ET 3021;	
Alicate Amperímetro – Marca Icel – Mod: AD9030	
7. Responsável pela Vistoria Técnica	
Nome: Cristian Nunes Benedito	
Formação: Engenheiro de Telecomunicações	
CREA: 5061807944	
Local: Nova Esperança - PR	
Data: 26 / 08 / 2018	
Assinatura:	 Engº Cristian Nunes Benedito CREA/SP: 5061807944
Representante legal da Entidade:	
Nome: VANDERSON ANSELMO CROZATTO	
CPF: 153.047.618 - 63	
Assinatura:	

Nova Esperança / PR

CAIXA COBRANÇA BANCÁRIA CAIXA					Reclamações e Sugestões	
					DISQUE CAIXA	0800 726 0101
					OUVIDORIA	0800 725 7474
					www.caixa.gov.br	
Beneficiário CONSELHO REG ENGENHARIA E AGRON PR				CPF/CNPJ 76.639.384/0001-59	Agência/Código do Cedente 0373/081294	
Endereço do Beneficiário DOUTOR ZAMENHOF,35.-ALTO DA GLORIA/CURITIBA				UF PR	CEP 80030-320	
Data do Documento 31/07/2018	Nº do Documento 10002018346	Espécie OUT	Carteira RG	Data do Processamento 31/07/2018	Nosso Número 14010002018346618-0	
Pagador CRISTIAN NUNES BENEDITO				CPF/CNPJ 262.391.278-50		
Endereço do Pagador n/a				UF	CEP 00000-000	
Pagador/Avalista				CPF/CNPJ		
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE: NAO RECEBER APOS 5 DIAS DE ATRASO Guia referente a ART 20183466180 NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO						
Moeda	Quantidade	Valor	Vencimento 10/08/2018	Valor do Documento R\$ 82,94	Autenticação Mecânica - Recibo do Sacado	

Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança

Data: 31/07/2018
Agencia: 2040 Terminal: 104 Aut: 965 Trx: CB05
Código de barras: 10490.81290 43010.
100246 01834.661850 1 75120000008294
Banco Destinatário: 104
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Instituição Receptora: 237 BANCO BRADESCO S.A.

Data de Vencimento: 10/08/2018
Valor : 82,94
Desconto :
Abatimento :
Bonificação :
Multa :
Juros :

Valor Cobrado: 82,94
Pagamento realizado em espécie: S

Este documento serve como comprovante de pagamento. Portanto, deverá ser guardado para apresentação ao beneficiário.



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
 Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART N° 20183466180
 Obra ou Serviço Técnico
 ART Principal

O valor de R\$ 82,94 referente a esta ART foi pago em 31/07/2018 com a guia n° 100020183466180

Profissional Contratado: CRISTIAN NUNES BENEDITO (CPF:262.391.278-50) N° Carteira: SP-5061807944/D - N° Visto Crea: 141494

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES, TÉCNICO EM ELETRÔNICA.

Empresa contratada:

N° Registro:

Contratante: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CPF/CNPJ: 79.352.712/0001-20

Nome Social do Contratante: RÁDIO CANÇÃO NOVA NOVA ESPERANÇA

Endereço: RUA LORD LOVAT 497 CENTRO

CEP: 87600000 NOVA ESPERANÇA PR Fone: 12 3188 2000

Contrato: DOAÇÃO DE SERVIÇO

Local da Obra/Serviço: RODOVIA BR 378 178

Quadra:

Lote: A

- NOVA ESPERANÇA PR

CEP: 87600000

Tipo de Contrato

6 OUTROS

Dimensão

1 UNID

Ativ. Técnica

6

VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, ARBITRAMENTOS, LAUDOS

Área de Comp.

2304 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Tipo Obra/Serv

405 ESTAÇÕES TRANSMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO - ETR

Serviços

059 LAUDOS TÉCNICOS

contratados

163 AVALIAÇÕES/VISTORIAS/PERÍCIAS

Dados Compl.

0

Data Início

25/07/2018

Data Conclusão

31/07/2018

Vlr Taxa R\$ 82,94

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

O VALOR COBRADO DO SERVIÇO EXECUTADO NA LOCALIDADE DE NOVA ESPERANÇA PR, REFERE-SE A DOAÇÃO DE SERVIÇO.

Insp.: 4510

02/08/2018

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Engº Cristian Nunes Benedito
 CREA/SP-5061807944

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 79.352.712/0001-20	Número do Fistel: 05008016148
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 205 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SG27/88,SSR240/88,SNC72/90,SSC21/96,RESOLUCAO ANATEL 117/99;ATO Nº 51.583/2005.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA LORD LOVAT	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 497	
Município: Nova Esperança	UF: PR	CEP: 87600000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua João Paulo II	Complemento:	
Bairro: Alto da Bela Vista	Numero: S/N	
Município: Cachoeira Paulista	UF: SP	CEP: 12630000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA BR376 - KM 137 - LOTE A	Complemento:	
Bairro: ..	Numero: SN	
Município: Nova Esperança	UF: PR	CEP: 87600000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA LORD LOVAT; 497	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 497	
Município: Nova Esperança	UF: PR	CEP: 87600000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Nova Esperança	UF: PR
Latitude: -23.2102	Longitude: -52.19012

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 670 KHz	Classe: B	ERP: dia: 0.003 noite: 0.0005kW
Altura: 103 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 322481341	Número Indicativo: ZYJ231

Data Último Licenciamento: 11/12/2014 Número da Licença: 000030/2014-PR

Sistema de Terra	
Número de Torres: 1	Número de Radiais: 120
Altura da Torre: 80.00	Comprimento de Radiais: 112.00
Espaçamento entre radiais: 3.00	Condutividade: 3

Carga Topo	
Figura geométrica:	
Dimensão:	Altura:

Campo Característico		
Campo Característico: 297.00 mV/m		
Estação Principal		
Localização		
Latitude: -23.2102	Longitude: -52.19012	Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008190502009	Modelo: I MASTER AMD-5000
Fabricante: Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS LTDA.		
Comprimento da Linha: 118.00 m	Atenuação: .08 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 013882XXX0013	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 1.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	90278	Decreto	PR	03/10/1984	04/10/1984	Renovação	Jurídico
9999	10492	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	795	Decreto Legislativo	CN	22/10/2003	24/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	24/08/2006	25/08/2006	Renovação	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	24/08/2006	25/08/2006	Renovação	Jurídico
9999	252	Decreto Legislativo	CN	28/09/2007	01/10/2007	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	4758	Ato	ER03	22/04/2014	25/04/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento	
--------------------------	--



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

FLS: 001/001

DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Nome/Razão Social: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	CNPJ: 79.352.712/0001-20
Nome Fantasia: RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA	Fistel: 05008016148
Serviço: Radiodifusão Sonora em Onda Média	UF: PR
Localidade: NOVA ESPERANÇA	Classe: B
Frequência: 670 kHz	Potência Diurna : 3 kW Potência Noturna: 0,5 kW
Num. Estação: 322481341	Indicativo: ZYJ231 Telefone (Sede):

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

1 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

Logradouro: RODOVIA BR376 - KM 137 - LOTE A **Número:** SN **Bairro:** ..
Localidade: NOVA ESPERANÇA **UF:** PR
Latitude: 23° 12' 36" 71" S **Longitude:** 52° 11' 24" 42" W **Cota da Base da Torre:** metros

2 - EQUIPAMENTOS DA ESTAÇÃO

2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

Fabricante: Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.

Modelo: I MASTER AMD-5000

Potência Operação: 3 kW

Código homologação: 008190502009

2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR 1

Fabricante: ELVITEC IND ELETR LTDA

Modelo: 333

Potência Operação: 1 kW

Código homologação: 013882XXX0001

2.3 - TRANSMISSOR AUXILIAR 2

Fabricante:

Modelo: ***

Potência Operação: ***

Código homologação:

3 - SISTEMA IRRADIANTE

Tipo: Onidirecional/Onidirecional

Altura da Torre: 80 metros

Número de Torres: 1

Número de Radiais : 120

Comprimento dos Radiais (m): 112

Espaçamento entre Radiais (graus) : 3

Altura Torre (m) : 80

4 - CARGA TOPO

Figura Geométrica: ****

Dimensões: ****

Altura(m): ****

5 - LINHA DE TRANSMISSÃO

Fabricante: KMP - CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS LTDA.

Modelo: LCF 7/8

Comprimento: 118 m

Impedância: 50 Ohms

Atenuação: 0,08 dB/100m

6 - OBSERVAÇÕES:

7- LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS

7.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro: RUA LORD LOVAT; 497

Número: 497

Bairro: CENTRO

Localidade/UF: Nova Esperança/PR

7.2 - ESTÚDIO AUXILIAR

Logradouro: ***

Número: ***

Bairro: ***

Localidade/UF: ***

8 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00:00	24:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.	<p>Local de Emissão: /</p> <p>Data da Emissão: 10/10/2018 09:33:46</p>
--	--

Tela Inicial

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA

CNPJ: 79352712000120**Presidente:****Endereço:** RUA LORD LOVAT - CENTRO**E-mail:****Capital Social:** 310.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 310.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
063.472.568-86	FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	3.100	3.100,00
162.775.318-40	FILIPPE GARCEZ JARDIM	155.000	155.000,00
20.488.021/0001-05	FUNDACAO MONSENHOR JONAS ABIB	151.900	151.900,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
153.047.618-63	VANDERSON ANSELMO CROZATTO	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
CNPJ: 79.352.712/0001-20

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:31:54 do dia 10/10/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/11/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

NOTA TÉCNICA Nº 22850/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.069083/2013-41.**

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando na frequência 670 kHz (seiscentos e setenta quilohertz), classe B, pela **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.352.712/0001-20, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média na localidade de Nova Esperança/PR, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e pelo inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
- As seguintes características técnicas de operação da emissora informadas no laudo de vistoria técnica da estação encontram-se	

<p>em desacordo com o autorizado pelo poder concedente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • não informou o modelo do transmissor auxiliar; • altura da torre; 	<p>- Informar modelo do transmissor auxiliar e apresentar ato autorizativo da altura da torre constante do laudo de vistoria técnica.</p>
<p>- A entidade não apresentou a Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias.</p> <p>- A entidade não apresentou o Parecer Conclusivo do profissional habilitado certificando que a estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, na data da vistoria, atendeu à toda a regulamentação técnica vigente a ela aplicável.</p> <p>- A Entidade não apresentou a declaração do representante legal da entidade (dirigente da pessoa jurídica) certificando que o profissional habilitado vistoriou as instalações da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias.</p>	<p>- Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos do subitem 8.4.17 da Resolução Anatel n.º 116, de 12/03/99.</p> <p>- Declaração do profissional habilitado certificando que a emissora, na data da vistoria, atendeu à toda a regulamentação técnica vigente a ela aplicável, nos termos do subitem 8.4.18 da Resolução Anatel n.º 116, de 12/03/99.</p> <p>- Declaração do representante legal da entidade certificando que o profissional habilitado vistoriou as instalações da emissora, nos termos do subitem 8.4.19 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 428/2018/SEI-

MCTIC, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26.01.2018, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 17/10/2018, às 09:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 17/10/2018, às 09:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3453835** e o código CRC **5F428658**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3453835



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março 64, 1º andar 20010-970 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 40592/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

Representante Legal da

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20)

Rua Lord Lovat, 497 - Centro

87600-000 - Nova Esperança-PR

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga - Processo n.º 53000.069083/2013-41.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 22850/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, em 17/10/2018, às 09:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3454148** e o código CRC **48C3C66F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício

Data de Envio:

17/10/2018 11:22:44

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

afiliadaesperanca@cancaonova.com
gestaodeoutorgas@cancaonova.com
jackie@cancaonova.com
gilda.toti@cancaonova.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.069083/2013-41

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_3453835.html
Oficio_3454148.html

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DOUTORA
EDINEIA PEREIRA DA COSTA
COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO DA GERÊNCIA REGIONAL DE
RADIODIFUSÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GRUPO DE TRABALHO DA GERÊNCIA REGIONAL DE RADIODIFUSÃO NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
BRASÍLIA/DF

Ref.: Ofício nº 40592/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.069083/2013-41 - Nº SEI 3454148

Assunto: Exigências para Renovação de Outorga.

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, **Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz, com nome fantasia “Rádio Canção Nova Esperança”, em fase de adaptação de outorga para Frequência Modulada**, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Vanderson Anselmo Crozatto**, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, vem, respeitosamente, em atenção ao Ofício em referência e ao Item 3 da Nota Técnica nº 22850/2018/SEI-MCTIC que o acompanha, tempestivamente, apresentar o seguinte documento:

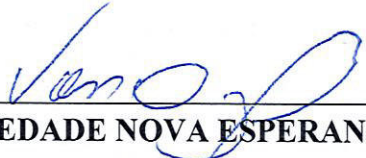
- Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, constando as informações faltantes, quais sejam, modelo do transmissor auxiliar e altura da torre;
- Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos do subitem 8.4.17 da Resolução Anatel n.º 116, de 12/03/99.
- Declaração do profissional habilitado certificando que a emissora, na data da vistoria, atendeu a toda a regulamentação técnica vigente a ela aplicável, nos termos do subitem 8.4.18 da Resolução Anatel n.º 116, de 12/03/99.

- Declaração do representante legal da entidade certificando que o profissional habilitado vistoriou as instalações da emissora, nos termos do subitem 8.4.19 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.

Diante do exposto, considerando que a instrução processual está completa e que foram atendidas todas as exigências realizadas por este Ministério, **REQUER** seja expedida manifestação conclusiva a respeito e, conseqüentemente, renovada a outorga objeto do presente processo.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.



Nova Esperança/PR, 31 de outubro de 2018.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
Vanderson Anselmo Crozatto
Sócio Administrador

Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias e Tropicais 120m	
(X) Ondas Médias	() Ondas Tropicais
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA	
1.2- Indicativo de chamada: ZYJ231 1-2- Horário de funcionamento: 00:00h - 24:00h	
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: RODOVIA BR376 – KM 137 – LOTE A	
Cidade: NOVA ESPERANÇA	UF: PR
CEP: 8760-000	Telefone:
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 23° 12' 36.7" S	
Longitude: 52° 11' 24.5" O	
2.3- Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: QUASAR TECH BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	
2.3.2 – Modelo: AMD-5000	
2.3.3- Homologação/Certificação: 008190502009	
2.3.4- Potência de Operação(kW): 3,00 Potência medida(kW):	2,97
2.3.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 670 Frequência medida(kHz):	670,002
2.3.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (±10Hz):	
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (±10Hz)[OT 120m]:	
2.3.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	(X) Sim () Não
2.3.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.3.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.3.10- Voltímetro de placa ou coletor(estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.4- Sistema de Proteção e Segurança	
2.4.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts	(X) Sim () Não
2.4.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	(X) Sim () Não
2.4.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	(X) Sim () Não
2.4.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas:	(X) Sim () Não
2.5- Transmissor Auxiliar	
2.5.1- Fabricante: ELVITEC IND. ELETRÔNICA LTDA	
2.5.2 – Modelo: 333	
2.5.3- Homologação/Certificação: 013882XXX0013	
2.5.4- Potência de Operação(kW): 1000 Potência medida(kW):	1000
2.5.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 670 Frequência medida(kHz):	670,002
2.5.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (±10Hz):	669,990 - 670,010
2.5.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (±10Hz)[OT 120m]:	
2.5.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	(X) Sim () Não
2.5.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.5.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.5.10- Voltímetro de placa ou coletor(estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.6- Sistema de Proteção e Segurança	
2.6.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts :	(X) Sim () Não
2.6.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	(X) Sim () Não
2.6.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	(X) Sim () Não
2.6.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas	(X) Sim () Não

FVT-RO - OM/OT

metálicas aterradas:	
2.7- Equipamentos Compulsórios:	
2.7.1- Amperímetro na base da Torre:	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.7.2- Amperímetro na entrada de RF no divisor de potência (diretivo):	() Operante () Com defeito () inoperante
2.7.3- Limitador	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.7.4- Monitor de modulação:	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.7.5- Medidor de fase (em sistemas diretivos):	() Operante () Com defeito () inoperante
2.7.6- Monitor de audição:	(X) Operante () Com defeito () inoperante
2.7.7- Carga artificial de RF(somente para potências acima de 10 kW)	() Sim () Não
2.8- Sistema Irradiante	
2.8.1- Onidirecional	
2.8.1.1- Altura(m) :	80
2.8.1.2- Cerca de proteção em torno da antena:	(X) Bom estado () Mal estado () Inexistente
2.8.1.3- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	(X) Sim () Não
2.8.2- Diretivo	
2.8.2.1- – Altura de cada elemento [m] :	
2.8.2.2- Separação entre elementos [m]:	
2.8.2.3- Cerca de proteção em torno da antena:	() Bom estado () Mal estado () Inexistente
2.8.2.4- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	() Sim () Não
3. Estúdios	
3.1 – Estúdio Principal	
3.1.1- Endereço: RUA LORD LOVAT 497, CENTRO, NOVA ESPERANÇA-PR	
3.2- Estúdio Auxiliar:	
3.2.1- Endereço:	
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	84,9
3º Harmônico	90,3
Espúrios	Acima de 90
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	85,8
3º Harmônico	89,2
Espúrios	Acima de 90
5. Informações Adicionais	
6. Identificação dos instrumentos e aparelhos utilizados	
Analisador / osciloscópio – Marca Tektronix - MDO 4054-3;	
GPS – Garmin Etrex 10 ;	
Voltímetro Analógico - Marca Minipa - Mod: ET 3021;	
Alicate Amperímetro – Marca Icel – Mod: AD9030	
7. Responsável pela Vistoria Técnica	
Nome: Cristian Nunes Benedito	
Formação: Engenheiro de Telecomunicações	
CREA: 5061807944	
Local: Nova Esperança - PR	
Data: 26 / 10 / 2018	
Assinatura:	 Eng. Cristian Nunes Benedito CREA/SP: 5061807944
Representante legal da Entidade:	
Nome: VANDERSON ANSELMO CROZATO	
CPF: 153.047.618-63	
Assinatura:	

FVT-RO - OM/OT

DECLARAÇÃO DO VISTORIADOR

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA, inscrita no CNPJ 79.352.712/0001-20, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, localizada na cidade de Nova Esperança, no Estado do Paraná, nos dias, vinte e seis e vinte sete de julho de 2018, o presente Laudo consta de 2 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso.

Cachoeira Paulista, 26 de outubro de 2018



Eng. Cristian Nunes Benedito
CREA/SP 5061798044

ENG. CRISTIAN NUNES BENEDITO
CREA/SP 5061798044

PARECER CONCLUSIVO

CERTIFICO que o serviço de radiodifusão em onda média executado pela RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA, inscrita no CNPJ 79.352.712/0001-20, na cidade de Nova Esperança no Estado do Parana na data da vistoria, como indicada no Laudo acima, atendeu à toda a regulamentação técnica vigente a ele aplicável.

Cachoeira Paulista, 26 de outubro de 2018



Eng. Cristian Nunes Benedito
CREA/SP- 5061807944

ENG. CRISTIAN NUNES BENEDITO
CREA/SP 5061798044

DECLARAÇÃO DA ENTIDADE

Na qualidade de representante legal da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA, inscrita no CNPJ 79.352.712/0001-20, declaro que o Sr. Cristian Nunes Benedito, esteve nesta cidade de Nova Esperança no Estado do Paraná nos dias vinte e seis e vinte e sete de julho de 2018, vistoriando as instalações de nossa emissora de onda média.

Cachoeira Paulista, 26 de outubro de 2018



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

Vanderson Anselmo Crozato
CPF: 153.047.618-63

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

NOTA TÉCNICA Nº 24543/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.069083/2013-41.**

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando na frequência 670 kHz (seiscentos e setenta quilohertz), classe B, pela **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.352.712/0001-20, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média na localidade de Nova Esperança/PR, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e pelo inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

3. A entidade foi notificada através da Nota Técnica n.º 22850/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3453835), encaminhada por meio do Ofício n.º 40592/2018/SEI-MCTIC, de 17/10/2018 (evento SEI n.º 3454148), a apresentar as informações faltantes no prazo de 30 dias, contado do recebimento do Ofício. Em 31/10/2018, a Entidade protocolou, documento SEI nº 01250.065035/2018-42, em resposta ao Ofício supracitado, no qual encaminha novo laudo e declarações. Da análise da documentação apresentada em cumprimento às exigências, foi verificado ainda o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>- A entidade não apresentou a Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, realizado em 26/10/2018.</p> <p>- A Entidade não apresentou a declaração do representante legal da entidade (dirigente da pessoa jurídica) certificando que o profissional habilitado vistoriou as instalações da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, no dia 26/10/2018.</p>	<p>- Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos do subitem 8.4.17 da Resolução Anatel n.º 116, de 12/03/99.</p> <p>- Declaração do representante legal da entidade certificando que o profissional habilitado vistoriou as instalações da emissora, nos termos do subitem 8.4.19 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.</p>
<p>A entidade não apresentou a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, referente ao Laudo de Vistoria técnica da estação, realizado em 26/10/2018, que deve estar devidamente quitada e firmada pelo profissional habilitado responsável pela vistoria e pelo representante legal da entidade (dirigente da pessoa jurídica), referente .</p>	<p>- Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, referente ao Laudo de Vistoria técnica da estação. (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963), devidamente quitada e assinada pelo profissional habilitado e por dirigente da pessoa jurídica.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 428/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26.01.2018, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 06/11/2018, às 08:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 06/11/2018, às 10:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3528851** e o código CRC **A21F893E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3528851



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março 64, 1º andar 20010-970 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 44359/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

Representante Legal da

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20)

Rua Lord Lovat, 497 - Centro

87.600-000 - Nova Esperança-PR

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga - Processo n.º 53000.069083/2013-41.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 24543/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, em 06/11/2018, às 10:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3529091** e o código CRC **93874441**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício

Data de Envio:

06/11/2018 14:22:48

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

afiliadaesperanca@cancaonova.com
gestaodeoutorgas@cancaonova.com
jackie@cancaonova.com
gilda.toti@cancaonova.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.069083/2013-41

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3529091.html
Nota_Tecnica_3528851.html

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA DOUTORA
EDINEIA PEREIRA DA COSTA
COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO DA GERÊNCIA REGIONAL DE
RADIODIFUSÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GRUPO DE TRABALHO DA GERÊNCIA REGIONAL DE RADIODIFUSÃO NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
BRASÍLIA/DF**

Ref.: **Ofício nº 44359/2018/SEI-MCTIC**
Processo nº 53000.069083/2013-41 - Nº SEI 3529091
Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga.**

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, **Concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média no município de Nova Esperança/PR, indicativo ZYJ231, operando na frequência 670 kHz, com nome fantasia “Rádio Canção Nova Esperança”, em fase de adaptação de outorga para Frequência Modulada**, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Vanderson Anselmo Crozatto**, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, vem, respeitosamente, em atenção ao Ofício em referência e ao Item 3 da Nota Técnica nº 24543/2018/SEI-MCTIC que o acompanha, tempestivamente, apresentar os seguintes documentos:

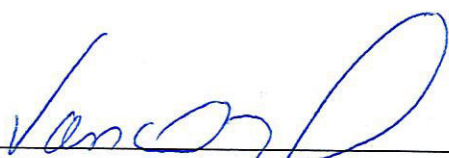
- Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos do subitem 8.4.17 da Resolução Anatel n.º 116, de 12/03/99;
- Declaração do representante legal da entidade certificando que o profissional habilitado vistoriou as instalações da emissora, nos termos do subitem 8.4.19 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99;
- ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, referente ao Laudo de Vistoria técnica da estação, realizado em 26/10/2018, devidamente quitada e firmada pelo profissional habilitado responsável pela vistoria e pelo representante legal da entidade.



Diante do exposto, considerando que a instrução processual está completa e que foram atendidas todas as exigências realizadas por este Ministério, **REQUER** seja expedida manifestação conclusiva a respeito e, conseqüentemente, renovada a outorga objeto do presente processo.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Nova Esperança/PR, 12 de novembro de 2018.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
Vanderson Anselmo Crozatto
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

Conforme vossa solicitação e em atendimento a NOTA TÉCNICA N° 24543/2018/SEI-MCTIC - Processo n.º: 53000.069083/2013-41.

CERTIFICO serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, realizado em 26/10/2018.



Eng. Cristian Nunes Benedito
CREA/SP 5061807944

ENG. CRISTIAN NUNES BENEDITO
CREA/SP 5061798044

DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Conforme vossa solicitação e em atendimento a NOTA TÉCNICA N° 24543/2018/SEI-MCTIC - Processo n.º: 53000.069083/2013-41. CERTIFICO que o profissional habilitado vistoriou as instalações da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, no dia 26/10/2018.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

Vanderson Anselmo Crozato
CPF: 153.047.618-63



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20185199449
Substituição
ART Substituída:
20183466180

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: CRISTIAN NUNES BENEDITO (CPF:262.391.278-50) Nº Carteira: SP-5061807944/D - Nº Visto Crea: 141494

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES.

Empresa contratada:

Nº Registro:

Contratante: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA

CPF/CNPJ: 79.352.712/0001-20

Endereço: RUA LORD LOVAT 497 CENTRO

CEP: 87600000 NOVA ESPERANCA PR Fone: 12 3186 2000

Contrato: DOAÇÃO DE SERVIÇO

Local da Obra/Serviço: RODOVIA BR 378 178

Quadra:

Lote: A

- NOVA ESPERANCA PR

CEP: 87600000

Tipo de Contrato	6	OUTROS	Dimensão	1 UNID
Ativ. Técnica	6	VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, ARBITRAMENTOS, LAUDOS		
Área de Comp.	2304	SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES		
Tipo Obra/Serv	405	ESTAÇÕES TRANSMISSORAS DE RADIODIFUSÃO - ETR		
Serviços contratados	059	LAUDOS TÉCNICOS		
	163	AVALIAÇÕES/VISTORIAS/PERICIAS		

Dados Compl.	0
Data Início	26/10/2018
Data Conclusão	26/10/2018

Vlr Taxa R\$ 82,94

Base de cálculo: TABELA TAXA MÍNIMA

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

O VALOR COBRADO DO SERVIÇO EXECUTADO NA LOCALIDADE DE NOVA ESPERANÇA PR, REFERE-SE A DOAÇÃO DE SERVIÇO. Insp.: 4510
07/11/2018
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

CAIXA

COBRANÇA BANCÁRIA CAIXA

Reclamações e Sugestões

DISQUE CAIXA

0800 726 0101

OUVIDORIA

0800 725 7474

www.caixa.gov.br

Beneficiário

CONSELHO REG ENGENHARIA E AGRON PR

CPF/CNPJ

76.639.384/0001-59

Agência/Código do Cedente

0373/081294

Endereço do Beneficiário

DOUTOR ZAMENHOF,35,-ALTO DA GLORIA/CURITIBA

UF

PR

CEP

80030-320

Data do Documento

07/11/2018

Nº do Documento

10002018519

Espécie

OUT

Carteira

RG

Data do Processamento

07/11/2018

Nosso Número

14010002018519944-9

Pagador

CRISTIAN NUNES BENEDITO

CPF/CNPJ

262.391.278-50

Endereço do Pagador

,,/-

UF

CEP

00000-000

Pagador/Avalista

CPF/CNPJ

TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE:

Guia referente a ART 20185199449

NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO

Moeda

Quantidade

Valor

Vencimento

17/11/2018

Valor do Documento

R\$ 82,94

Autenticação Mecânica - Recibo do Sacado

XA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. An

313-864644169-3

09/NOV/2018

HORA DF 13:53:10

TERM 0293668

LOT. 21.019139-2

LOCALIDADE: CACHOEIRA PAULISTA

BAG. VINCULADA: 2003

COMPROVANTE PAGAMENTO DE

BOLETO CAIXA

INST. EMISSORA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO RECEBEDOR: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

LINHA DIGITÁVEL DO CÓDIGO DE BARRAS

1049081290 43010100246

01851994432 7 771100000008294

BENEFICIÁRIO

NOME FANTASIA: CONSELHO REG ENGENHARIA E A

RAZAO SOCIAL: CONSELHO REG ENGENHARIA E AG

CNPJ: 76.639.384/0001-59

PAGADOR

NOME: CRISTIAN NUNES BENEDITO

CPF: 262.391.278-50

DATA DE VENCIMENTO: 17/NOV/2018

DATA DE PAGAMENTO: 09/NOV/2018

VALOR NOMINAL:

82,94

JUROS:

0,00

IOF:

0,00

MULTA:

0,00

DESCONTO:

0,00

ABATIMENTO:

0,00

VALOR CALCULADO:

82,94

VALOR DO PAGAMENTO:

82,94

TIPO DE PAGAMENTO: ESPÉCIE

AUTENTICAÇÃO

313-864644169-3

VIA DO CLIENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

NOTA INFORMATIVA Nº 3612/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.069083/2013-41.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de laudo técnico de estação de radiofrequência operando na frequência 670 kHz (seiscentos e setenta quilohertz), classe B, encaminhado pela **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.352.712/0001-20, concessionária de Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média na localidade de Nova Esperança/PR, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, em atendimento a Nota Técnica n.º 22850, evento SEI n.º 3453835, encaminhada pelo Ofício n.º 40592, de 17/10/2018, evento SEI n.º 3454148, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade e parecer conclusivo, evento SEI n.º 3516280 e ainda pela Nota Técnica n.º 24543, evento SEI n.º 3528851 e Ofício n.º 44359, de 06/11/2018, evento SEI n.º 3529091, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, evento SEI n.º 3566126, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em

conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorgas - COROR informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 19/11/2018, às 08:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz da Conceicao, Coordenador do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Rio de Janeiro, Substituto**, em 19/11/2018, às 08:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3568778** e o código CRC **A07EB56F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3568778



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
CNPJ: 79.352.712/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:18:01 do dia 19/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/05/2019.

Código de controle da certidão: **F417.F9AB.8475.AD50**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 79.352.712/0001-20

Certidão n°: 162511860/2018

Expedição: 19/11/2018, às 09:18:52

Validade: 17/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **79.352.712/0001-20**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 79352712/0001-20
Razão Social: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
Nome Fantasia: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA
Endereço: RUA LORD LOVAT 497 / CENTRO / NOVA ESPERANCA / PR / 87600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/11/2018 a 17/12/2018

Certificação Número: 2018111804014658551580

Informação obtida em 19/11/2018, às 09:19:47.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 79.352.712/0001-20 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 26/08/1966			
NOME EMPRESARIAL RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CANCAO NOVA ESPERANCA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R LORD LOVAT	NÚMERO 497	COMPLEMENTO	
CEP 87.600-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA ESPERANCA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (044) 2524-533	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **19/11/2018** às **09:20:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 019058141-67

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **79.352.712/0001-20**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 19/03/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
CNPJ: 79.352.712/0001-20

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:29:27 do dia 19/11/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/12/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

DECLARAÇÃO

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr. **Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63 e **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12630-000, na qualidade de **SÓCIA DA RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**, neste ato representada por seu Diretor Executivo Sr. **Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63 e por sua Vice-Diretora Executiva Sra. **Shirleya Nunes de Santana**, brasileira, solteira, pedagoga, portadora do RG nº 1273108-SSP/SE e do CPF nº 952.880.665-15, abaixo assinados, **DECLARAM**, para os devidos fins, que:


1) Nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo e serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

2) Nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.


OBS: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.


Nova Esperança/PR, 07 de agosto 2018.



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
VANDERSON ANSELMO CROZATTO
Sócio Administrador



FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB
Sócia
VANDERSON ANSELMO CROZATTO
Diretor Executivo



FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB
Sócia
SHIRLEYA NUNES DE SANTANA
Vice-Diretora Executiva

Protocolo
Livro A
fls. 209
n.º 209
Em 29/02/2014

Registro no Livro A
às fls. 28/29 sob n.º 284 de ordem
Cachoeira Paulista, 20 de março de 2014

Delegado Responsável

ESTATUTO SOCIAL
FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB

serventia dos Registros Públicos e Cartórios
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
B.E. RODRIGUES ALVES NETO
Delegado Responsável

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, doravante denominada neste Estatuto Social como **Fundação**, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter confessional, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável, pelo seu Regimento Interno, por Atos Normativos e Instruções de Serviços.

Parágrafo Único - A **Fundação** foi constituída por Escritura Pública lavrada pelo Tabelionato de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, em 18/12/2013, às fls. 077/082 do livro 0258 - Ato 476.

Artigo 2º – A **Fundação** tem sede e foro na Cidade e Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, na Avenida Canção Nova, s/nº, casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, podendo abrir escritórios, sucursais e filiais em outros locais, mediante decisão do Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - A **Fundação** poderá ter escritórios e unidades de representação ou ter correspondentes no exterior, com a finalidade de dar apoio a matérias jornalísticas, agilizar e diminuir custos de importação de equipamentos e bens para suas operações e atividades e arrecadar recursos para cumprir no Brasil seus objetivos sociais.

Artigo 3º – A duração da **Fundação** é indeterminada.

Artigo 4º – A **Fundação** não distribuirá, sob forma alguma, dividendos, lucros, superávits e participações do seu patrimônio, de que natureza forem, a quem quer que seja.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Artigo 5º - A Fundação tem por objetivos sociais:

- I. a promoção, a manutenção e o apoio a atividades educacionais, sociais e culturais, objetivando a preservação da formação cívica, moral e cultural do povo brasileiro;
- II. a promoção de intercâmbio de atividades e ações com instituições públicas e privadas que fomentem a educação e a cultura;
- III. a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- IV. o auxílio, a assistência e o apoio às associações civis sem fins lucrativos que atuem em áreas afins.

Artigo 6º – A fim de cumprir suas finalidades, a Fundação poderá:

- I. organizar-se em órgãos, divisões, departamentos, seções, setores e unidades de negócio e prestadoras de serviços, na quantidade necessária, que se regerão, quando criados, pelo Regimento Geral, por Atos Normativos e Instruções de Serviços;
- II. criar sucursais, filiais, agências, escritórios, correspondentes e representação no Brasil e no exterior para cumprir, no Brasil, suas finalidades estatutárias, com anuência do Ministério Público.

Parágrafo Único - A Fundação poderá ter escritórios e unidades de representação ou ter correspondentes no exterior, com a finalidade de dar apoio a matérias jornalísticas, agilizar e diminuir custos de importação de equipamentos e bens para suas operações e atividades e arrecadar recursos para cumprir no Brasil seus objetivos sociais.

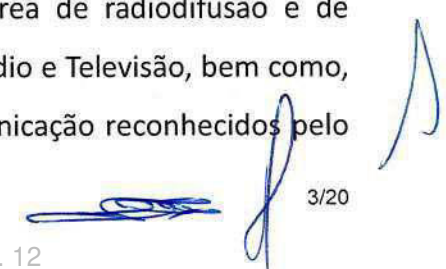
CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES

Artigo 7º – A Fundação, para atingir os seus objetivos, poderá:



- I. executar serviços de radiodifusão, em quaisquer de suas modalidades, como radiodifusão sonora e de sons e imagens, repetição e retransmissão de televisão, demais serviços de telecomunicação em geral e outros, através de concessões, permissões ou autorizações obtidas do poder público concedente, mediante habilitação em editais de concorrência ou por transferências que lhe sejam feitas por empresas concessionárias ou permissionárias destes serviços, em procedimentos administrativos, mediante prévia aprovação do Governo Federal, nos termos da legislação em vigor;
- II. produzir e veicular programas em emissoras de rádio e de televisão e em outros meios de comunicação, próprios ou de terceiros;
- III. ter, manter, operar e explorar geradoras, repetidoras e retransmissoras de sinais de sons e imagens, próprias e de terceiros;
- IV. criar, manter, operar e explorar todo e qualquer meio, modalidade ou tipo de mídia ou de veiculação impressa, eletrônica, digital, de comunicação ou de telecomunicação, como suporte às atividades meio aos seus objetivos sociais;
- V. produzir, gravar, editar, operar, explorar, fabricar, distribuir, veicular e promover matérias e músicas, em todo e qualquer meio de fixação, através de estúdio próprio ou de terceiros;
- VI. produzir, gerenciar e agenciar propaganda e publicidade, própria e de terceiros;
- VII. produzir obras teatrais, coreográficas, cinematográficas, fonovideográficas em geral e correlatas, em estúdios próprios ou de terceiros;
- VIII. utilizar-se de recursos econômicos disponíveis para a consecução de seus objetivos sociais;
- IX. participar de entidades ou empresas que possam gerar recursos econômico-financeiros para dar suporte aos seus objetivos sociais, mediante aprovação do Ministério Público e nos termos da legislação em vigor;
- X. firmar convênios ou contratos e articular-se com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- XI. criar, congregar, orientar e assessorar instituições congêneres.

Artigo 8º – Para a consecução de seus objetivos sociais na área de radiodifusão e de telecomunicação a **Fundação** poderá implantar um Sistema de Rádio e Televisão, bem como, se permitido por lei, um sistema de outros serviços de telecomunicação reconhecidos pelo



Poder Concedente e, para tanto, poderá, obedecida a legislação vigente, adquirir cotas ou ações de capital social de empresas de radiodifusão e de telecomunicação, ou seja, participar de instituições, sociedades ou associações que detenham concessões públicas para operar serviços de radiodifusão e de telecomunicação.

Artigo 9º – A Fundação, para consecução de seus objetivos sociais, celebrará convênios, acordos, contratos e outros instrumentos jurídicos com a *Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis*, entidade de relevante apoio à **Fundação**, bem como com a *Fundação João Paulo II*, entidade congênere de relevante valor social, podendo, ainda, firmar convênios, pactos e contratos, de forma a articular-se, convenientemente, com outras pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Artigo 10 - Os programas de rádio e televisão criados e produzidos pela **Fundação** estarão sempre à disposição do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura ou de quaisquer órgãos governamentais ou privados, para fins de veiculação em emissoras educativas dos Municípios, Estados, Distrito Federal e da União.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Artigo 11 – Constituem patrimônio da Fundação:

- I. bens, inclusive, mas não limitado, a cotas sociais e ações de sociedades empresárias, que lhe foram dotados quando de sua constituição feita por Escritura Pública lavrada pelo Tabelionato de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, em 18/12/2013, às fls. 077/082 do livro 0258 - Ato 476 e por bens e valores que a este patrimônio foram adicionados ou a ele venham a ser;
- II. doações, heranças e legados de entidades públicas ou privadas, pessoas jurídicas ou físicas, nacionais e estrangeiras, com o fim específico de incorporação ao patrimônio;
- III. bens imóveis dos quais a **Fundação** já é proprietária ou que venha a adquirir;
- IV. todo e qualquer ativo mensurável economicamente;
- V. direitos de concessões, de permissões e de autorizações para explorar as atividades de

radiodifusão sonora, de sons e imagens e de telecomunicação;

VI. quaisquer rendas ou créditos que direta ou indiretamente auferir, em decorrência da aplicação de seus recursos e dos seus resultados operacionais;

VII. marcas, patentes e direitos autorais.

Artigo 12 – O patrimônio da **Fundação** somente poderá ser utilizado para realizar os seus objetivos sociais, sendo permitida, porém, a alienação, a cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução e preservação dos seus objetivos sociais.

Artigo 13 – As aquisições e alienações de bens imóveis, as dotações, permutas e legados que gerem ônus à **Fundação** serão realizados sempre em obediência à legislação pertinente e somente serão válidos após aprovação pelo seu Conselho Deliberativo e pelo representante do Ministério Público.

CAPÍTULO V DAS RECEITAS

Artigo 14 – Constituem receitas da **Fundação**:

I. rendas provenientes dos resultados de suas atividades;

II. contribuições, doações, auxílios e quaisquer outros benefícios recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

III. rendas provenientes de investimentos, em títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou decorrentes de operações financeiras;

IV. rendas auferidas pela exploração econômica de seus bens patrimoniais e receitas obtidas através das suas atividades ou dos serviços que prestar;

V. receitas decorrentes de usufrutos que lhe forem constituídos;

VI. subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da **Fundação** pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, bem como por pessoas físicas e jurídicas, instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VII. outras rendas não especificadas neste Estatuto Social.

Artigo 15 – Os recursos financeiros da **Fundação**, excetuados os que tenham especial destinação, serão empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais e das atividades necessárias à consecução desses objetivos.

Parágrafo Único - A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da **Fundação** deve obedecer a planos que tenham em vista a garantia dos investimentos e a manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados.

Artigo 16 – A totalidade dos recursos econômico-financeiros auferidos pela **Fundação** será integralmente aplicada na manutenção e consecução de seus objetivos sociais e suas finalidades institucionais.

Artigo 17 – A **Fundação**, para melhor atender seus objetivos sociais, poderá também aplicar recursos em instituições culturais e de educação, de assistência social e à saúde que atuem em áreas afins aos seus objetivos sociais e não tenham fins lucrativos.

CAPÍTULO VI

DOS COLABORADORES

Artigo 18 – A **Fundação** tem as seguintes categorias de Colaboradores:

- I. Instituidores
- II. Natos
- III. Efetivos

Parágrafo Único - As definições de cada categoria dos Colaboradores são as seguintes:

- I. Instituidores:** São as pessoas naturais que instituíram a **Fundação**, assinando a Escritura Pública de sua Constituição e dotando-a com o seu primeiro patrimônio;
- II. Natos:** São as pessoas naturais que participaram do primeiro quadro diretivo da **Fundação**;
- III. Efetivos:** São as pessoas naturais que forem admitidas para ocupar cargos e funções de direção e de administração na **Fundação** ou igualmente indicadas para cumprir atividades em

sociedades de propriedade da **Fundação** ou nas quais a **Fundação** tenha ou venha a ter interesse, participação, controle, gestão ou em empresas ou sociedades coligadas ou afiliadas à **Fundação**.

Artigo 19 – O Conselho Deliberativo da **Fundação** poderá convidar, através de deliberação a respeito, uma, algumas ou todas as categorias de Colaboradores para que se façam representar nas suas reuniões, sem direito a voto e sem poder fazer uso de mandatos ou procurações para tal finalidade.

Artigo 20 – É vedada aos Colaboradores a percepção de remuneração ou de quantias a qualquer título, ou a participação, sob qualquer forma, nos superávits ou resultados financeiros da **Fundação**, exceto quando forem seus empregados ou prestadores autônomos de serviços.

Artigo 21 – A **Fundação** não é responsável direta, indireta ou subsidiariamente por ônus pessoais assumidos pelos seus Colaboradores.

Artigo 22 – Os Colaboradores responderão por atos ilícitos que praticarem, com dolo ou culpa, em prejuízo à **Fundação**.


CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 23 – São órgãos da administração da **Fundação**:

- I. Conselho Deliberativo
- II. Diretoria Executiva
- III. Conselho Fiscal

Artigo 24 – Todos os cargos dos órgãos da administração da **Fundação**, quaisquer que sejam os seus ocupantes, não são remunerados, seja a que título for, ficando vedado, ainda, o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem econômica.



Artigo 25 – Todos os integrantes dos órgãos de administração da **Fundação** deverão estar em pleno gozo de seus direitos e obedecer a legislação que regula as atividades de uma instituição fundacional, de radiodifusão e de telecomunicação.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 26 – O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de deliberação e orientação da **Fundação**, cabendo-lhe precipuamente fixar os objetivos e as políticas de procedimentos da **Fundação** e sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração.

Artigo 27 – Os integrantes do Conselho Deliberativo e os cargos que cada um ocupará serão indicados pela *Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis*, e compor-se-á de 5 (cinco) integrantes, para um mandato de 4 (quatro) anos, coincidente com os mandatos dos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, mandato esse que será prorrogado automaticamente até a posse dos seus sucessores.

Artigo 28 – O Conselho Deliberativo é composto de 5 (cinco) integrantes:

- I. Presidente Deliberativo
- II. Vice-Presidente Deliberativo
- III. Secretário Deliberativo
- IV. Primeiro Conselheiro Deliberativo
- V. Segundo Conselheiro Deliberativo

Parágrafo Único – O Presidente Deliberativo solicitará à *Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis*, com antecedência mínima de 30 (trinta) e máxima de 60 (sessenta) dias, da data prevista para o vencimento do mandato, a indicação dos novos integrantes do Conselho Deliberativo.

Artigo 29 - É facultada a recondução dos integrantes do Conselho Deliberativo sem limitações.

Artigo 30 – No caso de vacância definitiva, por morte, renúncia ou perda de mandato de um dos integrantes do Conselho Deliberativo, tal fato será comunicado por escrito à *Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis*, a qual proverá, em até 30 (trinta) dias, a indicação do substituto que completará o mandato, cabendo ao Conselho Deliberativo dar posse a este, em reunião a ser especialmente convocada para este fim.

Artigo 31 – Na ausência temporária do Presidente Deliberativo, assim entendida aquela que não ultrapasse o prazo de 30 (trinta) dias, o cargo será exercido interinamente pelo Vice-Presidente Deliberativo.

Artigo 32 – O Presidente Deliberativo terá, além de seu voto, o de qualidade, em caso de empate nas decisões coletivas.

Artigo 33 – O integrante do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e para atendimento de situações de emergência comprovada, poderá constituir outro integrante do mesmo Órgão para representá-lo, como seu Mandatário, no máximo, em duas reuniões ou sessões consecutivas.

Artigo 34 – Perderá automaticamente seu Mandato, o integrante do Conselho Deliberativo que faltar a 2 (duas) reuniões ou sessões consecutivas, ou a 3 (três) alternadas, sem justo motivo, podendo o Conselho Deliberativo considerar o cargo vago, adotando as providências pertinentes.

Artigo 35 – Compete e são atribuições do **Conselho Deliberativo**:

- I. zelar pelo cumprimento do Estatuto Social da **Fundação**;
- II. estabelecer diretrizes de atuação para a Diretoria Executiva, inclusive determinando as providências que julgar necessárias aos interesses da **Fundação**;

- III. determinar ou manter auditorias interna e externa, quando possível em caráter permanente, abrangendo os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, a serem executadas por Pessoa Jurídica ou Físicas;
- IV. decidir sobre as matérias e casos omissos no interesse da **Fundação** e consecução dos seus fins, não previstos neste Estatuto Social e nas normas infra-estatutárias;
- V. editar o Regulamento Geral da **Fundação** e os Regimentos Internos, quando necessários ao bom funcionamento organizacional;
- VI. editar, quando se fizerem necessários, Atos Normativos Complementares sobre assuntos gerais de sua competência;
- VII. examinar, alterar, aprovar ou rejeitar propostas da Diretoria Executiva concernentes:
- a) a planos, programas e projetos de trabalho, relativos às ações e às atividades da **Fundação**;
 - b) aos Orçamentos Anual e Plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização das despesas, ouvido previamente o Conselho Fiscal;
 - c) aos relatórios anuais circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da **Fundação**, deliberando sobre balanço, a prestação de contas e o demonstrativo de variação patrimonial, após a emissão do parecer do Conselho Fiscal, a ser encaminhado ao Ministério Público, juntamente com o relatório da auditoria externa, quando houver.
- VIII. validar as procurações outorgadas pelo Diretor Executivo, sempre que os outorgue poderes para movimentação de recursos financeiros da **Fundação**;
- IX. aprovar a tomada de empréstimos e outras formas de captação de recursos, perante e/ou por meio de instituições financeiras, pelo Diretor Executivo;
- X. criar, abrir, instalar, transferir, alterar e encerrar estabelecimentos sede e filiais, bem como decidir sobre incorporação, assunção do controle, participação em instituições e sociedades ou afiliação da **Fundação** a outras entidades;
- XI. alienar ou onerar bens imóveis;
- XII. firmar acordos, contratos ou convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a **Fundação**, conforme os limites estabelecidos no Regulamento Geral;
- XIII. eleger e empossar os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- XIV. julgar os recursos interpostos dos atos da Diretoria Executiva ou dos diretores, sobre matéria administrativa;

XV. propor e, juntamente com a Diretoria Executiva, deliberar e votar sobre a alteração do Estatuto Social da Fundação, sua fusão, incorporação ou extinção, nas hipóteses previstas em lei, observados os requisitos necessários para tanto.

Artigo 36 – A iniciativa das proposições ao Conselho Deliberativo será da Diretoria Executiva, dos integrantes do próprio Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal.

Artigo 37 – O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez ao ano e extraordinariamente sempre que necessário, desde que convocado pelo:

I. seu Presidente ou substituto legal;

II. por 2/3 (dois terços) dos seus integrantes, pelo Conselho Fiscal ou pelo Diretor Executivo.

Artigo 38 – As deliberações tomadas serão lavradas em atas pelo Secretário Deliberativo.

Artigo 39 – A convocação para as reuniões ordinárias, extraordinárias ou conjuntas do Conselho Deliberativo com a Diretoria Executiva ou com o Conselho Fiscal, serão feitas com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante carta registrada com aviso de recebimento, correspondência pessoal com recibo ou qualquer meio eletrônico, para todos aqueles que, de direito e estatutariamente, delas devam participar, constando a ordem do dia, o local, o dia e o horário da reunião.

Artigo 40 – Ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou estabelecidas neste Estatuto Social, o quórum para instalação, deliberação e votação do Conselho Deliberativo é o de maioria simples de seus integrantes.

Artigo 41 – Quando a ordem do dia consignar alteração ou reforma deste Estatuto, fusão ou incorporação da **Fundação**, sua extinção, ou destinação de seu patrimônio, deverão ser seguidas as regras previstas em Capítulo específico deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IX

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 42 – A Diretoria Executiva é o Órgão de Administração Geral da **Fundação**, cabendo-lhe, precipuamente, executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais emanadas do Conselho Deliberativo.

Artigo 43 – A Diretoria Executiva compor-se-á de 2 (dois) integrantes eleitos e empossados pelo Conselho Deliberativo, com mandato de 4 (quatro) anos, coincidente com os mandatos dos integrantes do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, admitindo-se reconduções por iguais períodos, sem limitações.

Artigo 44 – Integram e compõem a Diretoria Executiva da **Fundação**:

- I. Diretor Executivo;
- II. Vice-Diretor Executivo.

Parágrafo Único – O Diretor e o Vice-Diretor Executivo da **Fundação** deverão apresentar suas Declarações de Bens ao assumirem e ao deixarem o cargo.

Artigo 45 – Ocorrendo vacância definitiva em um dos cargos, o Conselho Deliberativo elegerá e empossará o substituto que completará o mandato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em reunião a ser especialmente convocada para este fim.

Artigo 46 – A ausência do Diretor Executivo, por impedimento provisório ou permanente, será automaticamente sanada, de forma interina, independentemente de quaisquer formalidades, pelo Vice-Diretor Executivo.

Artigo 47 – Os Mandatos dos Diretores Executivos serão prorrogados automaticamente até a posse de seus sucessores, a qual deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias subseqüentes ao término dos mandatos extintos.

Artigo 48 – Compete e são atribuições do Diretor Executivo:

- I. zelar pelo cumprimento do Estatuto Social;
- II. representar, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, a **Fundação**, podendo constituir mandatários em nome da mesma, sempre outorgando-lhes poderes específicos e para tarefas pré-determinadas, com prazos pré-fixados, exceto as procurações "ad judicia" quanto ao período de vigência;
- III. administrar a **Fundação**, obedecendo e fazendo cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e deliberações fixadas pelo Conselho Deliberativo;
- IV. superintender as atividades técnicas, administrativas, operacionais e econômico-financeiras da **Fundação**;
- V. movimentar os recursos financeiros da **Fundação**, conforme diretrizes do Conselho Deliberativo;
- VI. nomear procuradores, mediante avaliação do Conselho Deliberativo, com poderes específicos e por prazo determinado para movimentação de recursos financeiros, exigindo-se, para este fim, assinatura conjunta de pelo menos dois procuradores;
- VII. tomar empréstimos e outras formas de captação de recursos, perante e/ou por meio de instituições financeiras, mediante prévia aprovação do Conselho Deliberativo;
- VIII. editar Instruções de Serviços sobre assuntos gerais de caráter executivo;
- IX. elaborar e executar, após aprovado pelo Conselho Deliberativo, os planejamentos, programas e projetos relativos:
 - a) às atividades anuais da **Fundação**;
 - b) ao orçamento/programa anual e plurianual, da receita e das despesas para o(s) ano(s) seguinte(s) e suas eventuais alterações;
 - c) aos planos de custeio e de aplicação do patrimônio;
 - d) às propostas sobre aceitação de doações, alienação e a venda de bens imóveis, móveis e de direitos e a constituição de ônus ou direitos reais sobre os mesmos.
- X. elaborar e apresentar ao Conselho Deliberativo o balanço anual, com as prestações de contas correspondentes, o relatório circunstanciado das atividades e da situação econômica e financeira da **Fundação** e a demonstração de resultados do exercício findo, com a variação patrimonial, respeitados os prazos legais e estatutários;
- XI. remeter ao representante do Ministério Público, anualmente e dentro do prazo legal ou daquele que for consignado, as Contas e Balanços, bem como relatórios circunstanciados das atividades e situação da **Fundação**;

- XII. entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País como do exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- XIII. celebrar os contratos, acordos e convênios de interesse da **Fundação**, observados os objetivos sociais da **Fundação** e o presente Estatuto Social;
- XIV. deliberar sobre normas básicas de administração de pessoal, bem como aprovar os quadros e a lotação de pessoal da **Fundação**, das instituições e sociedades subsidiárias ou controladas, bem como o respectivo plano salarial;
- XV. propor a edição de Atos Normativos ao Conselho Deliberativo;
- XVI. propor alterações e reformas no Estatuto Social da **Fundação** ao Conselho Deliberativo;
- XVII. elaborar e encaminhar para a apreciação do Conselho Deliberativo anteprojetos, projetos, propostas e pedidos de autorização, de toda e qualquer natureza, objetivando o atendimento às finalidades da **Fundação**;
- XVIII. delegar atribuições, através de Instruções de Serviços, definindo claramente os limites e as obrigações dos subordinados;
- XIX. representar a **Fundação** perante o Ministério das Comunicações, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e órgãos afins, como seu responsável pelo setor de radiodifusão.

Artigo 49 – Apenas o Diretor Executivo da **Fundação** poderá outorgar procurações “ad negotia” e “ad judicia”, e sempre que seja outorgado poder para movimentação de recursos financeiros da **Fundação**, somente mediante prévia validação do Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único – Em qualquer das hipóteses, no instrumento de mandato deverão ser consignados:

- a) os objetivos ou as finalidades específicas do mandato;
- b) o tempo ou prazo de validade, exceto nas procurações “ad judicia”;
- c) autorização ou não de substabelecimento, com ou sem reserva de poderes.

Artigo 50 – A outorga de todos os mandatos emitidos deverá ser, sempre que possível, acompanhada de contratos de prestação de serviços, elencando os direitos e deveres recíprocos.

Artigo 51 – Compete e são atribuições do Vice-Diretor Executivo:

- I. substituir, automaticamente, o Diretor Executivo nas ausências ou impedimentos temporários;
- II. colaborar com o Diretor Executivo na direção e execução de todas as atividades da **Fundação**;
- III. zelar pelo fiel cumprimento de todas as prescrições legais e estatutárias da **Fundação**.

CAPÍTULO X

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 52 – O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da **Fundação**, cabendo-lhe, precipuamente, zelar pela sua gestão econômico-financeira e compor-se-á de 3 (três) integrantes, eleitos e empossados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de 04 (quatro) anos, coincidente com os mandatos dos integrantes do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, admitindo-se reconduções por iguais períodos, sem limitações.

Parágrafo Único – Os membros do Conselho Fiscal escolherão, entre si, na primeira reunião de cada novo mandato, aquele que presidirá o órgão.

Artigo 53 – Ocorrendo vacância definitiva em um dos cargos, o Conselho Deliberativo elegerá e empossará o substituto que completará o mandato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em reunião a ser especialmente convocada para este fim.

Artigo 54 – A ausência do Presidente do Conselho Fiscal, por impedimento provisório ou permanente, será automaticamente sanada, de forma interina, independentemente de quaisquer formalidades, pelo Conselheiro Fiscal de idade mais avançada.

Artigo 55 – Os integrantes do Conselho Fiscal deverão comparecer, quando convocados, às reuniões do Conselho Deliberativo e/ou da Diretoria Executiva, emitindo suas opiniões, prestando esclarecimentos e encaminhando ou fornecendo pareceres, que serão transcritos em ata, mas não terão direito a voto.

Artigo 56 – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário.

Artigo 57 – As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus integrantes, pelo Presidente Deliberativo ou pelo Diretor Executivo, com a antecedência que a matéria a ser discutida exigir.

Artigo 58 – O Presidente do Conselho Fiscal, além do voto pessoal, terá também o voto de qualidade, mas restrito às reuniões do Conselho Fiscal.

Artigo 59 – Compete e são atribuições do Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar os atos dos administradores da **Fundação** e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- II. examinar, a qualquer época, os livros e documentos da **Fundação**;
- III. examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Executivo, opinando a respeito;
- IV. examinar e emitir parecer para o Conselho Deliberativo sobre o balanço anual, o inventário que acompanha o relatório anual, as contas e os demais aspectos econômico-financeiros dos atos da Diretoria Executiva, fazendo constar informações complementares que julgar necessárias ou úteis;
- V. lavrar em Livro de Atas e Pareceres os resultados dos exames procedidos;
- VI. denunciar as irregularidades ao Conselho Deliberativo, sugerindo providências;
- VII. examinar e emitir pareceres sobre as demonstrações financeiras e sobre os demais dados concernentes às prestações de contas;
- VIII. praticar, durante o período de liquidação da **Fundação**, os atos julgados indispensáveis para o seu bom termo;

Parágrafo Único – Para melhor desempenho de suas atribuições, o Conselho Fiscal poderá requerer ao Conselho Deliberativo, mediante justificativa escrita, o assessoramento de Contador ou de firma especializada e de sua confiança, ou do Auditor Externo da **Fundação**, inclusive para apuração de fatos específicos ou prestação de esclarecimentos.

Artigo 60 – Os integrantes do Conselho Fiscal cumprirão integralmente os seus mandatos, sem estarem sujeitos a exoneração, exceto em casos de desídia, prevaricação, inoperância operacional ou técnica, devidamente comprovadas.

Parágrafo Único – Perderá o mandato o integrante do Conselho Fiscal que faltar, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a mais de 3 (três) alternadas, sendo o seu cargo considerado vago.

CAPÍTULO XI

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO, DO CONTROLE, DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO REGIME ORÇAMENTÁRIO E CONTÁBIL

Artigo 61 – O exercício financeiro da **Fundação** coincidirá com o ano civil.

Artigo 62 – A **Fundação** levantará balanços gerais e procederá à apuração de resultados em 31 de dezembro de cada exercício.

Artigo 63 – A **Fundação** terá Orçamento/Programa Anual e Plurianual, justificado com a indicação dos correspondentes Planos de Trabalho, com previsão discriminada das receitas e autorização das despesas, os quais serão apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único – Dentro de 30 (trinta) dias úteis após a apresentação, o Conselho Deliberativo discutirá e deliberará sobre o Orçamento/Programa.

Artigo 64 – A realização de despesas extraordinárias pela Diretoria Executiva dependerá de autorização do Conselho Deliberativo ou, para atender a necessidade premente, de aprovação posterior daquele Órgão.

Artigo 65 – A **Fundação** adotará planos de contas e balanço padronizados consoante técnicas e princípios contábeis reconhecidos ou, quando for o caso, na forma exigida pelo Ministério

Público.



Artigo 66 – O controle interno, bem como as auditorias internas e externas deverão abranger os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, e consistirão na auditoria física, auditoria de livros e no relatório de resultados.

Artigo 67 – A prestação de contas perante o Ministério Público será efetivada nos prazos consignados por esse órgão, ou, na ausência deste prazo, em até 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, observando-se internamente os seguintes prazos:

- I. a Diretoria Executiva terá o prazo de 3 (três) meses para encaminhar ao Conselho Fiscal todos os elementos e documentos pertinentes;
- II. o Conselho Fiscal terá o prazo de 30 (trinta) dias para examinar e emitir parecer para o Conselho Deliberativo sobre a prestação de contas;
- III. o Conselho Deliberativo terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir sobre a matéria.

Artigo 68 – A aprovação sem restrições do balanço e das contas da Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, exonerará os diretores executivos de responsabilidade, salvo a verificação judicial de erro, dolo, fraude, coação ou simulação.

Artigo 69 – A **Fundação** manterá sua escrituração fiscal e contábil em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão.

Artigo 70 – O balanço da **Fundação** será publicado em jornal de grande circulação e reconhecida credibilidade.

CAPÍTULO XII DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Artigo 71 – O Estatuto Social poderá ser alterado para adequação às novas realidades e necessidades da **Fundação**, obedecendo ao seguinte:

72
22

- I. seja deliberada por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, em reunião especialmente convocada para tal fim;
- II. a alteração ou reforma pretendida não contrarie ou desvirtue os fins ou objetivos iniciais da **Fundação** nem a legislação;
- III. a alteração ou reforma seja previamente submetida ao Ministério Público e ao Ministério das Comunicações, a este último somente se implicar em alteração dos objetivos e finalidades estatutárias.

CAPÍTULO XIII

DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Artigo 72 – A **Fundação** somente será extinta, ou mesmo incorporada a outra instituição pública ou privada e congênere, com sede no território nacional, nos casos previstos em lei, desde que comprovada a impossibilidade de realização de seus fins ou objetivos, devendo o respectivo ato ser objeto dos mesmos procedimentos e quórum estabelecidos no artigo antecedente, naquilo que couber.

Artigo 73 – Decidida a extinção da **Fundação**, o seu patrimônio será revertido para uma entidade congênere com sede em Cachoeira Paulista/SP.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 74 – Os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como os Colaboradores de todas as categorias previstas neste Estatuto, não respondem, solidária nem subsidiariamente, pelas obrigações da **Fundação**.

Artigo 75 – Os integrantes dos órgãos de administração da **Fundação**, sem exceção, somente responderão, civil e penalmente, por atos ilícitos que durante as suas gestões e administrações praticarem com dolo ou culpa, prejudicando terceiros ou a própria **Fundação**.

19/20

Artigo 76 – A **Fundação** poderá instituir e manter em operação Conselho de Programação e Conselho Editorial, respectivamente, para seu sistema de comunicação e atividades de produção editorial e de mídias alternativas, cujas competências e atribuições serão oportunamente definidas em regulamento específico.

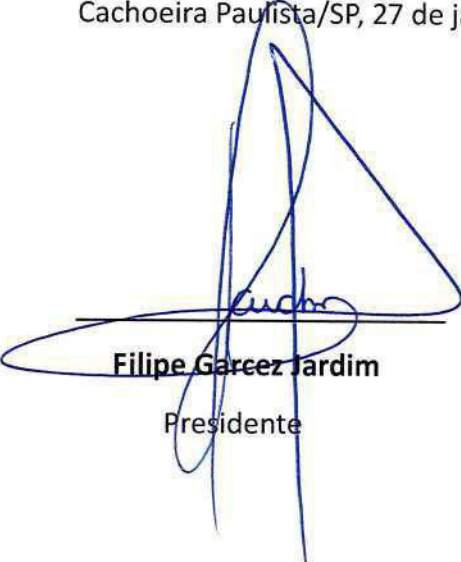
Parágrafo Único – Os membros destes Conselhos serão nomeados pelo Conselho Deliberativo da **Fundação**.

Artigo 77 – Este Estatuto e também as atas e deliberações decorrentes de atos de iniciativa dos dirigentes integrantes dos órgãos de administração da **Fundação**, ainda que tendo a anuência prévia do Ministério Público, quando se tratar de matéria correspondente a radiodifusão, deverão, nas hipóteses previstas em lei, ser submetidas ao Ministério das Comunicações.

Artigo 78 – Os casos omissos neste Estatuto Social serão dirimidos pelo Conselho Deliberativo, observados, em qualquer hipótese, os preceitos legais, as disposições do Estatuto e as normas infra-estatutárias.

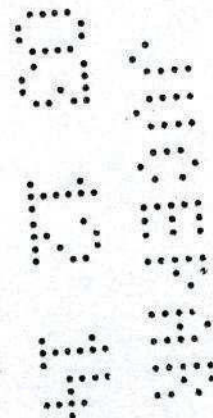
Artigo 79 – O foro da Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, é eleito como o único competente para processar e julgar toda e qualquer dúvida, pendência ou demanda envolvendo matéria prevista neste Estatuto Social ou “interna corporis” da **Fundação**, por mais privilegiado que seja ou venha a ser qualquer outro.

Cachoeira Paulista/SP, 27 de janeiro de 2014.


Filipe Garcez Jardim
Presidente


Francisco José dos Santos
Secretário





RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

VIGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000,

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 35, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e

FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Executivo, **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000,

únicos sócios da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.** (a "Sociedade"), sociedade empresária limitada de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, têm, entre si, justo e contrato, **alterar o contrato social**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1. Os sócios, por unanimidade, deliberaram que a Administração da Sociedade passará a ser exercida pelo **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, na forma do

Art. 1.061, do Código Civil, por prazo indeterminado, ao qual outorgam os poderes necessários para administração da Sociedade, devidamente listados na Cláusula 10 do Contrato Social.

2. Por conta do acima exposto, deliberam os Sócios alterar a Cláusula 10 do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula 10 A administração da sociedade caberá ao **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, com poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, dentre eles organizar, supervisionar, selecionar, contratar, dispensar e realizar todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos empregados da sociedade; gerir recursos, aplicações e afins; elaborar planos administrativos, de metas e negócios; sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios, sendo certo que serão considerados ineficazes e não vincularão a sociedade."

3. Além disso, deliberam alterar a Cláusula 11 do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula 11 Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, a sanidade e disponibilidade financeira da sociedade, inclusive em valores diferenciados, haja vista o exercício da administração, bem como, quando for o caso, fixar remuneração para o administrador não sócio."

4. À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:



RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados, **FILIPES GARCEZ JARDIM**, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 35, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Executivo, **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, *têm, entre si, justa e contratada*, a constituição da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**, sociedade empresária limitada de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, com última alteração (Décima Nova) arquivada sob nº 20096454172, em 14/10/2009, nos termos dos artigos 1.052 e seguintes da Lei Ordinária nº 10.406 de 10/01/2002 – a qual instituiu o Código Civil (CC) –, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula 1ª A sociedade gira sob o nome empresarial **"RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA**

23 DEZ. 2014

0167AA119716

CLARA GLÁUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE

WALTER TOLEDO GUIMARÃES
OFICIAL DE REGISTRO

Adota o nome fantasia de "RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA", tendo sua sede e domicílio em Rua José Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, podendo estabelecer/constituir e encerrar filial ou outra dependência em qualquer localidade do Brasil e/ou em outro país, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo único - A Sociedade poderá participar em outras empresas, sempre de acordo com as previsões deste CONTRATO SOCIAL, sendo vedada a participação recíproca no Capital Social de outra empresa em valor superior ao montante de suas respectivas reservas de capital, conforme os valores apurados no último balanço.

DA DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª A sociedade iniciou suas atividades em 17 de março de 1953 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 3ª O objeto será a Execução de Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, e respectivos serviços auxiliares e ancilares, compreendendo as atividades de criação de conteúdo e de aquisição dos direitos de distribuição e posterior difusão desse conteúdo em rádio e televisão. Compreende também a emissão de dados integrada à difusão por rádio e televisão, podendo usar diferentes tecnologias de transmissão.

DO CAPITAL SOCIAL, DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula 4ª O capital social é de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do Brasil pelos sócios, assim: subscritas:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Fundação Monsenhor Jonas Abib	151.900	R\$ 1,00	R\$ 151.900,00
Francisco José dos Santos	3.100	R\$ 1,00	R\$ 3.100,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Parágrafo Único - O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, e nesse caso observada a legislação vigente, mediante a deliberação dos sócios, com a correspondente modificação do contrato social.

Cláusula 5ª As quotas são indivisíveis, de maneira que a sociedade reconhecerá um único

23 DEZ. 2014



CLARA GLAUCIENE DOS SANTOS
ESCREVENTE

proprietário para cada quota, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo 1º - O ato de oferecimento será feito por escrito e deverá ser respondido de forma inequívoca em 30 (trinta) dias após o recebimento da oferta para exercício do direito de preferência.

Parágrafo 2º - Na hipótese de nenhum sócio exercer o direito de preferência e caso não seja aprovado o ingresso do terceiro interessado na aquisição das quotas, o sócio cedente poderá retirar-se da sociedade, mediante o recebimento dos seus haveres devidamente apurados, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Cláusula 6ª A saída de um dos sócios da sociedade será notificada ao outro com antecedência de 30 (trinta) dias.

Cláusula 7ª A cessão e transferência de quotas, bem como sua oneração, efetuadas em desacordo com as regras contidas nesta cláusula serão consideradas nulas e sem qualquer efeito em relação à sociedade e aos demais sócios.

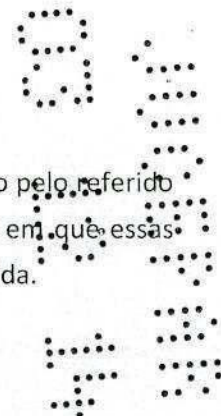
Parágrafo Único - A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros somente a partir da averbação no Registro do Comércio competente do respectivo instrumento subscrito pelos sócios anuentes.

Cláusula 8ª Em caso de penhora de quotas da sociedade detidas por um dos sócios, fica estabelecido que o ingresso do terceiro (credor na execução) na sociedade não será permitido, com o objetivo de preservação da *affectio societatis* e do *intuito personae* que fundamentaram a sociedade desde a sua constituição.

Parágrafo 1º - Será facultado à sociedade, na qualidade de terceira interessada, no caso de penhora de quotas de um dos sócios:

- a) Remir a execução, sub-rogando o credor, ou
- b) Conceder aos demais sócios a preferência na aquisição das quotas penhoradas, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Parágrafo 2º - Se a sociedade optar por remir a execução sub-rogando o credor, as quotas afetadas



seu nome e o nome deste sócio, em favor da sociedade, como garantia do pagamento pelo referido sócio de sua dívida com a sociedade, e os dividendos deste sócio durante o período em que essas quotas estiverem caucionadas serão retidos pela sociedade, até a quitação total da dívida.

DA RESPONSABILIDADE, DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

Cláusula 9ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo único - As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula 10 A administração da sociedade caberá ao **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, com poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, dentre eles organizar, supervisionar, selecionar, contratar, dispensar e realizar todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos empregados da sociedade; gerir recursos, aplicações e afins; elaborar planos administrativos, de metas e negócios; sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios, sendo certo que serão considerados ineficazes e não vincularão a sociedade.

Cláusula 11 Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, a sanidade e disponibilidade financeira da sociedade, inclusive em valores diferenciados, haja vista o exercício da administração, bem como, quando for o caso, fixar remuneração para o administrador não sócio.

Cláusula 12 Os sócios se comprometem a realizar reuniões periódicas, as quais tudo que for deliberado será transcrito no Livro de Atas. Caso haja necessidade de reuniões urgentes, serão convocadas com caráter extraordinário. As reuniões ordinárias serão realizadas ao final de cada trimestre.

SECRETARIA DE CAHOEIRA PAULISTA - SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
CÓPIA DESTA SERVENTIA. DOU RE

23 DEZ. 2014

WALTER TOLEDO GUIMARÃES
OFICIAL DE REGISTRO

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE

AUTENTICAÇÃO:
R\$ 2.60

DO BALANÇO PATRIMONIAL, DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula 13 Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 14 Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas, balanço patrimonial e o de resultado econômico e designarão administrador(es) quando for o caso, dependendo, nesta hipótese, de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO E DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 15 Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado no prazo de 90 (noventa) dias com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo 1º - No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo 2º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 16 A sociedade poderá ser dissolvida pelo acordo unânime dos sócios e, nesta oportunidade, será realizado Balanço Patrimonial, sendo que, o que resultar, isento de qualquer Passivo, será dividido entre os sócios na proporção de suas quotas de Capital.

Cláusula 17 Os sócios poderão ser excluídos da sociedade:

- Por justa causa, se colocarem em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, conforme decidido pelos sócios, representantes da maioria do capital social;
- Se forem declarados falidos ou insolventes, e



As quotas forem liquidadas nos termos do artigo 1.026 do CC, e conforme o disposto na cláusula 8ª acima.

Parágrafo único - Nestes casos o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente integralizado, liquidar-se-á com base no valor nominal das quotas, a ser pago ao sócio retirante em 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula 18 O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula 19 Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a qual instituiu o Código Civil Brasileiro.

Cláusula 20 O presente contrato poderá ser reformado no tocante à sua administração, somente com a autorização e consentimento prévio dos sócios.



DO FORO

Cláusula 21 Fica eleito o foro da Comarca da Sede da sociedade para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem de pleno acordo, firmam os sócios o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, valor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas, para fins de direito, devendo a 1ª (primeira) via ser registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, para que produza os efeitos legais, sendo inexigível, para tanto, a anuência prévia do Ministério das Comunicações, pois não implica alteração dos objetivos sociais, do controle societário ou a transferência de concessão. Porém, o presente instrumento deverá ser levado ao conhecimento do referido Ministério, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do registro, para fins de atualização de

cadastro, nos termos do artigo 38, alínea "b", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Lei do Registro Brasileiro de Telecomunicações).

Nova Esperança/PR, 28 de outubro de 2014.



FILIPPE GARCEZ JARDIM
CPF/MF nº 162.775.318-40

Sócio

Registro Civil
Cachoeira Paulista-SP
Bel. Wautier Toledo Guimarães - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - Cachoeira Paulista/SP
Tel/Fax: (12) 3101-3135 - cachoeira@registrocivil.sp.gov.br

DECLARACÃO por SEMELHANÇA e FALSIFICAÇÃO COM VALOR ECONÔMICO de:
VANDERSON ANSELMO CROZATTO, ADRIANO GASTANI, DANIELA DE SOUZA KONRINTIANO, FILIPE GARCEZ JARDIM, FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, ILIANEZA CAROLINA DA SILVA GUIDA
Cachoeira Paulista, 28 de outubro de 2014.
Eu testei
Luciano Norques Aguiar - Substituto Designado
C.0320. Total: R\$ 2,60. SÓMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE


FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
0167AA002673

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

CPF/MF nº 063.472.568-86

Sócio



FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB


CNPJ/MF nº 20.488.021/0001-05

Wautier Toledo Guimarães
Oficial de Registro
VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
AUTENTICACÃO
R\$ 2,60

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2014
SOB NÚMERO: 20146858328
Protocolo: 14/685832-8, DE 27/11/2014
Empresa: 41 2 0163774-3
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA
LTDA.

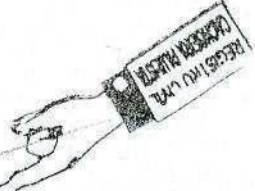
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL


Testemunhas:


Barbara de Souza Bonacorso
Nome: Barbara de Souza Bonacorso
CPF: 332.867.158-15
RG: 34.405.102-1

Ilhamara Caroline da Silva Guida
Nome: Ilhamara Caroline da Silva Guida
CPF: 382.674.688-03
RG: 44.517.634-9

Visto do Advogado:


Nome: Adriano Gastani
OAB/SP 175.920


VANDERSON ANSELMO CROZATTO
CPF/MF nº 153.047.618-63
Administrador

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20
NIRE 41.2.0163774.3

VIGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 50, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000,

FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Executivo, **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente na Rua Alessandra, nº 115, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, e

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, natural de Moreira César, distrito de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.901.102-4-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 35, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000,

únicos sócios da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.** (a "Sociedade"), sociedade empresária limitada de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, com última alteração (Vigésima Primeira) arquivada sob nº 20146858328, em 03/12/2014, têm, entre si, justo e contrato, **alterar o contrato social**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1. O sócio **FILIFE GARCEZ JARDIM**, devidamente qualificado acima, detentor de 155.000 (cento e cinquenta e cinco mil) cotas sociais, representativas de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) do capital social, retirando-se da



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Sociedade, cede e transfere, por venda, pelo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por cota, para a sócia **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, devidamente qualificada acima, a integralidade de suas cotas sociais;

1.1. O Sócio **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, neste ato e para todos os fins e efeitos de direito, declara sua expressa anuência e concordância com a alienação das cotas acima deliberada, renunciando, conseqüentemente, a qualquer direito de preferência que poderia ter na aquisição destas cotas;

2. O Sócio **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, devidamente qualificado acima, detentor de 3.100 (três mil e cem) cotas sociais, representativas de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) do capital social, retirando-se da Sociedade, cede e transfere, por doação, para o Sr. **VANDERSON ANSELMO CROZATTO**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente na Rua Alessandra, nº 115, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, a integralidade de suas cotas sociais, representativas de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) do Capital Social.

3. Por conta do acima exposto, deliberam os Sócios alterar a Cláusula 4ª do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula 4ª O capital social é de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do Brasil pelos sócios, assim subscritas:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Fundação Monsenhor Jonas Abib	306.900	R\$ 1,00	R\$ 306.900,00
Vanderson Anselmo Crozatto	3.100	R\$ 1,00	R\$ 3.100,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Parágrafo Único – O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, e nesse caso observada a legislação vigente, mediante a deliberação dos sócios, com a correspondente modificação do contrato social.

4. Permanecem em vigor e ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Social ora vigente, que não foram alteradas pelo presente instrumento.

5. À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20
NIRE 41.2.0163774.3

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados, **FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.488.021/0001-05, com sede na Avenida Canção Nova, s/nº, Casa 3 (fundos), Chácara Monte Sião, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000, na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Executivo, **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente na Rua Alessandra, nº 115, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, e **VANDERSON ANSELMO CROZATTO**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente na Rua Alessandra, nº 115, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, *têm, entre si, justa e contratada*, a constituição da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**, sociedade empresária limitada de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, com última alteração (Vigésima Primeira) arquivada sob nº 20146858328, em 03/12/2014, nos termos dos artigos 1.052 e seguintes da Lei Ordinária nº 10.406 de 10/01/2002 – a qual instituiu o Código Civil (CC) –, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula 1ª A sociedade gira sob o nome empresarial "**RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.**" e adota o nome fantasia de "**RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA**", tendo sua sede e domicílio na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, podendo estabelecer/constituir e encerrar filial ou outra dependência em qualquer localidade do Brasil e/ou em outro país, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo único - A Sociedade poderá participar em outras empresas, sempre de



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

acordo com as previsões deste CONTRATO SOCIAL, sendo vedada a participação recíproca no Capital Social de outra empresa em valor superior ao montante de suas respectivas reservas de capital, conforme os valores apurados no último balanço.

DA DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª A sociedade iniciou suas atividades em 17 de março de 1953 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 3ª O objeto será a Execução de Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, e respectivos serviços auxiliares e ancilares, compreendendo as atividades de criação de conteúdo e de aquisição dos direitos de distribuição e posterior difusão desse conteúdo em rádio e televisão. Compreende também a emissão de dados integrada à difusão por rádio e televisão, podendo usar diferentes tecnologias de transmissão.

DO CAPITAL SOCIAL, DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula 4ª O capital social é de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do Brasil pelos sócios, assim subscritas:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Fundação Monsenhor Jonas Abib	306.900	R\$ 1,00	R\$ 306.900,00
Vanderson Anselmo Crozatto	3.100	R\$ 1,00	R\$ 3.100,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Parágrafo Único – O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, e nesse caso observada a legislação vigente, mediante a deliberação dos sócios, com a correspondente modificação do contrato social.

Cláusula 5ª As quotas são indivisíveis, de maneira que a sociedade reconhecerá um único proprietário para cada quota, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo 1º - O ato de oferecimento será feito por escrito e deverá ser respondido de forma inequívoca em 30 (trinta) dias após o recebimento da oferta para



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

exercício do direito de preferência.

Parágrafo 2º - Na hipótese de nenhum sócio exercer o direito de preferência e caso não seja aprovado o ingresso do terceiro interessado na aquisição das quotas, o sócio cedente poderá retirar-se da sociedade, mediante o recebimento dos seus haveres devidamente apurados, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Cláusula 6ª A saída de um dos sócios da sociedade será notificada ao outro com antecedência de 30 (trinta) dias.

Cláusula 7ª A cessão e transferência de quotas, bem como sua oneração, efetuadas em desacordo com as regras contidas nesta cláusula serão consideradas nulas e sem qualquer efeito em relação à sociedade e aos demais sócios.

Parágrafo Único - A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros somente a partir da averbação no Registro do Comércio competente do respectivo instrumento subscrito pelos sócios anuentes.

Cláusula 8ª Em caso de penhora de quotas da sociedade detidas por um dos sócios, fica estabelecido que o ingresso do terceiro (credor na execução) na sociedade não será permitido, com o objetivo de preservação da *affectio societatis* e do *intuitu personae* que fundamentaram a sociedade desde a sua constituição.

Parágrafo 1º - Será facultado à sociedade, na qualidade de terceira interessada, no caso de penhora de quotas de um dos sócios:

- a) Remir a execução, sub-rogando o credor, ou
- b) Conceder aos demais sócios a preferência na aquisição das quotas penhoradas, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Parágrafo 2º - Se a sociedade optar por remir a execução sub-rogando o credor, as quotas afetadas serão caucionadas por este sócio, em favor da sociedade, como garantia do pagamento pelo referido sócio de sua dívida com a sociedade, e os dividendos deste sócio durante o período em que essas quotas estiverem caucionadas serão retidos pela sociedade, até a quitação total da dívida.

DA RESPONSABILIDADE, DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

Cláusula 9ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

Parágrafo único - As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula 10 A administração da sociedade caberá ao **Sr. Vanderson Anselmo Crozatto**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 26.320.352-9-SSP/SP e do CPF nº 153.047.618-63, residente na Rua Alessandra, nº 115, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, e domiciliado na Avenida Canção Nova, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12630-000, com poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, dentre eles organizar, supervisionar, selecionar, contratar, dispensar e realizar todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos empregados da sociedade; gerir recursos, aplicações e afins; elaborar planos administrativos, de metas e negócios; sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios, sendo certo que serão considerados ineficazes e não vincularão a sociedade.

Cláusula 11 Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, a sanidade e disponibilidade financeira da sociedade, inclusive em valores diferenciados, haja vista o exercício da administração, bem como, quando for o caso, fixar remuneração para o administrador não sócio.

Cláusula 12 Os sócios se comprometem a realizar reuniões periódicas, as quais tudo que for deliberado será transcrito no Livro de Atas. Caso haja necessidade de reuniões urgentes, serão convocadas com caráter extraordinário. As reuniões ordinárias serão realizadas ao final de cada trimestre.

DO BALANÇO PATRIMONIAL, DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula 13 Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 14 Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas, balanço patrimonial e o de resultado econômico e designarão administrador(es) quando for o caso, dependendo, nesta hipótese, de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

DO FALECIMENTO DE SÓCIO E DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 15 Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado no prazo de 90 (noventa) dias com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo 1º - No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo 2º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 16 A sociedade poderá ser dissolvida pelo acordo unânime dos sócios e, nesta oportunidade, será realizado Balanço Patrimonial, sendo que, o que resultar, isento de qualquer Passivo, será dividido entre os sócios na proporção de suas quotas de Capital.

Cláusula 17 Os sócios poderão ser excluídos da sociedade:

- a) Por justa causa, se colocarem em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, conforme decidido pelos sócios, representantes da maioria do capital social;
- b) Se forem declarados falidos ou insolventes, e
- c) Se as suas quotas forem liquidadas nos termos do artigo 1.026 do CC, e conforme o disposto na Cláusula 8ª acima.

Parágrafo único - Nestes casos o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente integralizado, liquidar-se-á com base no valor nominal das quotas, a ser pago ao sócio retirante em 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula 18 O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula 19 Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a qual instituiu o Código Civil Brasileiro.

Cláusula 20 O presente contrato poderá ser reformado no tocante à sua administração, somente com a autorização e consentimento prévio dos sócios.

DO FORO

Cláusula 21 Fica eleito o foro da Comarca da Sede da sociedade para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem de pleno acordo, firmam os sócios o presente instrumento em uma única via, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas, para fins de direito, que deverá ser registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), para que produza os efeitos legais, sendo inexigível, para tanto, anuência prévia do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, pois não implica em transferência direta da concessão de rádio desta empresa. Porém, o presente instrumento deverá ser levado ao conhecimento do referido Ministério, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu registro, para fins de atualização de cadastro, nos termos da alínea "b" do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 29/03/2017.

Nova Esperança/PR, 17 de novembro de 2017.

  FUNDAÇÃO MONSENHOR JONAS ABIB CNPJ/MF nº 20.488.021/0001-05 Sócia	  FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS CPF/MF nº 063.472.568-86 Sócio Retirante
---	---



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br




FILIPÉ GARCEZ JARDIM
CPF/MF nº 162.775.318-40
Sócio Retirante


VANDERSON ANSELMO CROZATTO
CPF/MF nº 153.047.618-63
Sócio Ingressante e Administrador


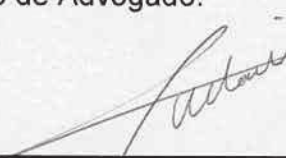
Testemunhas:



Nome: Diego Sestari Silva
CPF: 418.551.548-03
RG: 40.804.343-X-SSP/SP



Nome: Olavo de Andrade Souza
CPF: 364.151.318-93
RG: 35.211.461-7 SSP/SP

Visto de Advogado:



Nome: Adriano Sestari
OAB/SP: 175.920



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 16:10 SOB Nº 20177425393.
PROTOCOLO: 177425393 DE 14/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704637399. NIRE: 41201637743.
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br



Registro Civil
Cachoeira Paulista - SP

WAUTIER TOLEDO GUIMARÃES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - CEP: 12.630-000
Tel/Fax: (12) 3101-3135 - cachoeirapaulista@arpensp.org.br

RECONHECO POR SEMELHANÇA 2 firmas(s) COM VALOR ECONÔMICO de:
DIEGO SESTARI SILVA E OLAVO DE ANDRADE SOUZA
Cachoeira Paulista, 17 de novembro de 2017.

Em teste da verdade:
Clara Glauciene Santos Azevedo - Escrevente
C.35962. Total: R\$ 17,82.

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Registro Civil
Cachoeira Paulista - SP

WAUTIER TOLEDO GUIMARÃES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - CEP: 12.630-000
Tel/Fax: (12) 3101-3135 - cachoeirapaulista@arpensp.org.br

RECONHECO POR AUTENTICIDADE 3 firmas(s) de:
ADRIANO SESTARI, FILIPE GARCEZ JARDIM E VANDERSON ANSELMO CROZATTO
Cachoeira Paulista, 17 de novembro de 2017.

Em teste da verdade:
Clara Glauciene Santos Azevedo - Escrevente
C.35957 - Total: R\$ 44,40

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



JUCEPAR

11-10-09

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e

JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA, brasileiro, natural de Maráu/BA, nascido em 07 de maio de 1966, solteiro, sacerdote, inscrito no CPF/MF sob nº 094.505.028-38, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.130.173-8-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000;

Únicos sócios da **RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**, sociedade empresária limitada de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede à Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, última alteração (Décima Oitava) arquivada sob nº 20096260033, em 24/09/2009, **resolvem, após deliberação, alterar o contrato social**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Item 1. O sócio **JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA**, devidamente qualificado acima, manifestando expresso interesse em retirar-se da sociedade, após notificação prévia realizada em 25/08/2009, nos termos da Cláusula 6ª do Contrato Social, e diante do consentimento do outro sócio, a quem foi assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência, oferecido por escrito, juntamente com a notificação do desligamento, e respondido negativamente de forma inequívoca neste ato, em atenção aos ditames da Cláusula 5ª e seu § 1º do Contrato Social, cede e transfere ao Sr. **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, a totalidade de suas quotas pelo preço certo e previamente ajustado de R\$-155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais) que lhe é pago em moeda corrente do Brasil, valor que o Cedente dá plena e geral quitação.

Em razão da presente modificação, o Capital Social no valor de R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (Trezentos e dez mil) quotas no valor unitário nominal de R\$-1,00 (Um real), fica assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Francisco José dos Santos	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

JUCEPAR

RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA

Item 2. A Sociedade adotará o nome fantasia de "RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA".

Item 3. À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados, **FILIPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Pindamonhangaba/SP, nascido em 02 de março de 1964, casado sob o regime de comunhão universal de bens, locutor, inscrito no CPF/MF sob nº 063.472.568-86, portador do RG-SSP/SP nº 15.901.102, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000; *têm entre si justa e contratada a constituição da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA*, sociedade empresária limitada de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede à Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, última alteração (Décima Oitava) arquivada sob nº 20096260033, em 24/09/2009, nos termos dos artigos 1.052 e seguintes da Lei Ordinária nº 10.406 de 10/01/2002 – a qual instituiu o Código Civil (CC) –, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula 1ª A sociedade gira sob o nome empresarial "RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA." e adota o nome fantasia de "RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA", tendo sua sede e domicílio na Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, podendo estabelecer/constituir e encerrar filial ou outra dependência em qualquer localidade do Brasil e/ou em outro país, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo único - A Sociedade poderá participar em outras empresas, sempre de acordo com as previsões deste CONTRATO SOCIAL, sendo vedada a participação recíproca no Capital Social de outra empresa em valor superior ao montante de suas respectivas reservas de capital, conforme os valores apurados no último balanço.

NOVA ESPERANÇA

DA DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª A sociedade iniciou suas atividades em 17 de março de 1953 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 3ª O objeto será a Execução de Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, e respectivos serviços auxiliares e ancilares, compreendendo as atividades de criação de conteúdo e de aquisição dos direitos de distribuição e posterior difusão desse conteúdo em rádio e televisão. Compreende também a emissão de dados integrada à difusão por rádio e televisão, podendo usar diferentes tecnologias de transmissão.

DO CAPITAL SOCIAL, DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula 4ª O capital social é de R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$-1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do Brasil pelos sócios, assim subscritas:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
Francisco José dos Santos	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Parágrafo Único – O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, e nesse caso observada a legislação vigente, mediante a deliberação dos sócios, com a correspondente modificação do contrato social.

Cláusula 5ª As quotas são indivisíveis, de maneira que a sociedade reconhecerá um único proprietário para cada quota, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo 1º - O ato de oferecimento será feito por escrito e deverá ser respondido de forma inequívoca em 30 (trinta) dias após o recebimento da oferta para exercício do direito de preferência.

Parágrafo 2º - Na hipótese de nenhum sócio exercer o direito de preferência e caso não seja aprovado o ingresso do terceiro interessado na aquisição das quotas, o sócio cedente poderá retirar-se da sociedade, mediante o recebimento dos seus haveres devidamente apurados, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo.

Cláusula 6ª A saída de um dos sócios da sociedade será notificada ao outro com antecedência de 30 (trinta) dias.

Cláusula 7ª A cessão e transferência de quotas, bem como sua oneração, efetuadas em desacordo com as regras contidas nesta cláusula serão consideradas nulas e sem qualquer efeito em relação à sociedade e aos demais sócios.

Parágrafo Único - A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à sociedade e terceiros somente a partir da averbação no Registro do Comércio competente do respectivo instrumento subscrito pelos sócios anuentes.

Cláusula 8ª Em caso de penhora de quotas da sociedade detidas por um dos sócios, fica estabelecido que o ingresso do terceiro (credor na execução) na sociedade não será permitido, com o objetivo de preservação da *affectio societatis* e do *intuitu personae* que fundamentaram a sociedade desde a sua constituição.

JULIO PAR

Parágrafo 1º - Será facultado à sociedade, na qualidade de terceira interessada, no caso de penhora de quotas de um dos sócios:

JULIO PAR

a) Remir a execução, sub-rogando o credor, ou

b) Conceder aos demais sócios a preferência na aquisição das quotas penhoradas, aplicando-se o disposto na Cláusula 15 abaixo

Parágrafo 2º - Se a sociedade optar por remir a execução sub-rogando o credor, as quotas afetadas serão caucionadas por este sócio, em favor da sociedade, como garantia do pagamento pelo referido sócio de sua dívida com a sociedade, e os dividendos deste sócio durante o período em que essas quotas estiverem caucionadas serão retidos pela sociedade, até a quitação total da dívida

DA RESPONSABILIDADE, DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

Cláusula 9ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo único - As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula 10 A administração da sociedade caberá ao sócio **FILIFE GARÇEZ JARDIM**, com poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extra-judicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, dentre eles organizar, supervisionar, selecionar, contratar, dispensar e realizar todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos empregados da sociedade; gerir recursos, aplicações e afins; elaborar planos administrativos, de metas e negócios; sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, sendo certo que serão considerados ineficazes e não vincularão a sociedade.

Cláusula 11 Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, a sanidade e disponibilidade financeira da sociedade, inclusive em valores diferenciados, haja vista o exercício da Administração.

Cláusula 12 Os sócios se comprometem a realizar reuniões periódicas, as quais tudo que for deliberado será transcrito no Livro de Atas. Caso haja necessidade de reuniões urgentes, serão convocadas com caráter extraordinário. As reuniões ordinárias serão realizadas ao final de cada trimestre.

DO BALANÇO PATRIMONIAL, DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula 13 Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 14 Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas, balanço patrimonial e o de resultado econômico e designarão administrador(es) quando for o caso, dependendo, nesta hipótese, de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

NOVA ESPERANÇA**DO FALECIMENTO DE SÓCIO E DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

Cláusula 15 Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado no prazo de 90 (noventa) dias com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo 1º - No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo 2º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 16 A sociedade poderá ser dissolvida pelo acordo unânime dos sócios e, nesta oportunidade será realizado Balanço Patrimonial, sendo que, o que resultar, isento de qualquer Passivo, será dividido entre os sócios na proporção de suas quotas de Capital.

Cláusula 17 Os sócios poderão ser excluídos da sociedade:

a) Por justa causa, se colocarem em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, conforme decidido pelos sócios, representantes da maioria do capital social;

b) Se forem declarados falidos ou insolventes, e

c) Se as suas quotas forem liquidadas nos termos do artigo 1.026 do CC, e conforme o disposto na Cláusula 8ª acima.

Parágrafo único - Nestes casos o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente integralizado, liquidar-se-á com base no valor nominal das quotas, a ser pago ao sócio retirante em 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula 18 O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula 19 Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – a qual instituiu o Código Civil Brasileiro.

Cláusula 20 O presente contrato poderá ser reformado no tocante à sua administração, somente com a autorização e consentimento prévio dos sócios.

DO FORO

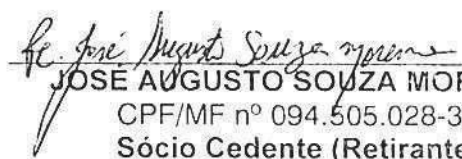
Cláusula 21 Fica eleito o foro da Comarca da Sede da entidade para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem de pleno acordo, firmam os sócios o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, valor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas, para fins de direito, devendo a 1ª (primeira) via ser registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, para que produza os efeitos legais, sendo inexigível, para tanto, a anuência prévia do Ministério das Comunicações, pois não implica em alteração dos objetivos sociais, do controle societário e na transferência de concessão. Porém, o presente instrumento deverá ser levado ao conhecimento do referido Ministério, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do registro, para fins de atualização de cadastro, nos termos do artigo 38, alínea "b", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).


Nova Esperança/PR, 25 de setembro de 2009.



FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF/MF nº 162.775.318-40
Sócio




JOSE AUGUSTO SOUZA MOREIRA
CPF/MF nº 094.505.028-38
Sócio Cedente (Retirante)

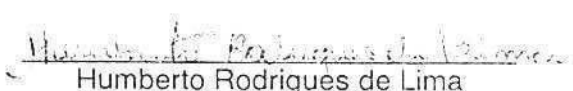


FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS
CPF/MF nº 063.472.568-86
Sócio Cessionário (Admitido)

Testemunhas:

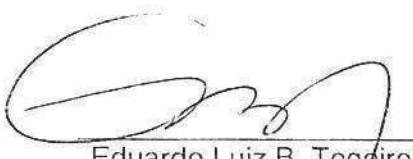


Daniela de Souza Boncristiano
RG: 34.405.702-1-SSP/SP
CPF: 332.867.158-75



Humberto Rodrigues de Lima
RG: 1.666.628-SSP/RN
CPF: 008.460.614-22

Visto de Advogado:



Eduardo Luiz B. Togeiro
OAB/SP nº 200.077


JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/10/2009
SOB NÚMERO: 20096454172
Protocolo: 09/645417-2, DE 08/10/2009
Empresa: 41 2 0163774 3
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
LUIZ CARLOS SÁLVARO
SECRETARIO GERAL

120-3

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

CNPJ/MF: 79.352.712/0001-20

NIRE 41.2.0163774.3

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, natural de Queluz/SP, nascido em 12 de abril de 1976, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, e

JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA, brasileiro, natural de Marauá/BA, nascido em 07 de maio de 1966, solteiro, sacerdote, inscrito no CPF/MF sob nº 094.505.028-38, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.130.173-8-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000;

Únicos sócios da RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. sociedade empresária limitada de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.352.712/0001-20, com sede à Rua Lord Lovat, nº 497, Centro, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) sob NIRE 41.2.0163774.3, em 16/04/1953, última alteração (Décima Sétima) arquivada sob nº 20030245508, em 10/06/2003, **resolvem, após deliberação, alterar o contrato social**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

O Capital Social, no valor de R\$-10.000,00 (Dez mil reais), fica elevado para R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), sendo o aumento no valor de R\$-300.000,00 (Trezentos mil reais), integralizado no presente ato com aproveitamento do saldo da conta de RESERVA DE CAPITAL existente conforme balanço;

Em razão da presente modificação, o Capital Social no valor de R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (Trezentos e dez mil) quotas no valor unitário nominal de R\$-1,00 (Um real), fica assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
José Augusto Souza Moreira	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

Conseqüentemente, a CLÁUSULA QUARTA do contrato social passa a ter a seguinte redação:

O capital social é de R\$-310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), dividido em 310.000 (trezentos e dez mil) quotas de valor nominal R\$-1,00 (um real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

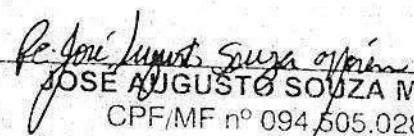
[Assinaturas e rubricas]

Sócio	Número de quotas	Valor unitário	Capital Social
Filipe Garcez Jardim	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
José Augusto Souza Moreira	155.000	R\$ 1,00	R\$ 155.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 310.000,00

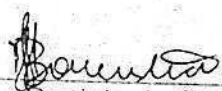
E por estarem de pleno acordo, firmam os sócios o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, valor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas, para fins de direito, devendo a 1ª (primeira) via ser registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, para que produza os efeitos legais, sendo inextinguível, para tanto, a anuência prévia do Ministério das Comunicações, pois não implica em alteração dos objetivos sociais, do controle societário e na transferência de concessão. Porém, o presente instrumento deverá ser levado ao conhecimento do referido Ministério, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do registro, para fins de atualização de cadastro, nos termos do artigo 38, alínea "b", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

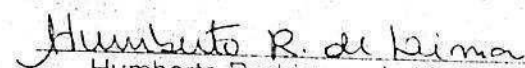
Nova Esperança/PR, 08 de setembro de 2009.


 FILIPE GARCEZ JARDIM
 CPF/MF nº 016.277.318-40
 Sócio

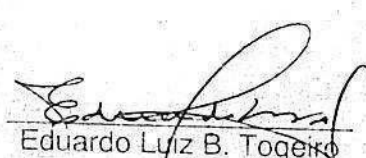

 JOSÉ AUGUSTO SOUZA MOREIRA
 CPF/MF nº 094.605.028-38
 Sócio

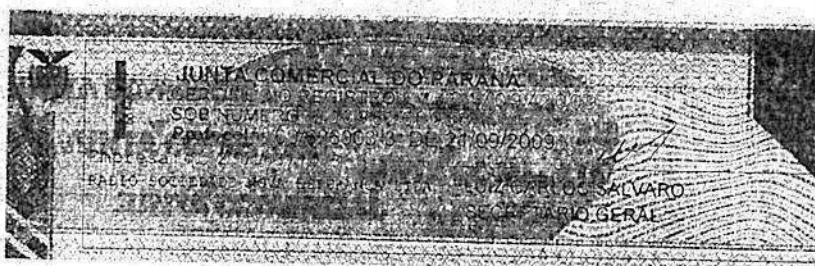
Testemunhas:


 Daniela de Souza Boncristiano
 RG: 34.405.702-1-SSP/SP
 CPF: 332.867.158-75


 Humberto Rodrigues de Lima
 RG: 1.666.628-SSP/RN
 CPF: 008.460.614-22

Visto de Advogado:


 Eduardo Luiz B. Togeiro
 OAB/SP nº 200.077



12013
RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGCME nº. 79.352.712/0001 - 20
DÉCIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



fls.0

FLÁVIO TOLINO ORLANDINO, brasileiro-nato, casado, maior, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, Praça Arthur da Costa e Silva s/nº., portador da cédula de identidade civil, RG - nº 5.758.833, expedida em S. Paulo, SP., e CPF nº. 199.681.759-00, neste ato representado pelo seu bastante procurador Sr. AYLTON DEUS MATEUS, brasileiro, casado, maior, es. criturário, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua N. S. Morais de Barros, 508, portador da cédula de identidade RG-nº. 386.440-Pr., e do CPF nº. 010.464.389-72, conforme instrumento de procuração lavrada no 1º Tabelionato Nelson de Lucca de N. Esperança, Pr., as fls. 157 do livro 59 em 25 de abril de 1970; ARIOWALDO SO. CIO, brasileiro-nato, desquitado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. 14 de Dezembro nº 796, 1º andar, portador da cédula de identidade civil RG-nº. 547.298, expedida em Curitiba, Pr., e do CPF nº. 012.667.059-53; socios constituintes da sociedade que gira nesta praça de Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lorde Lovat, 249, sob a denominação social de RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., estabelecida com o ramo de RADIODIFUSÃO, conforme contrato social devidamente arquivado na 1ª Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1.953 e posterior renovação de contrato social também arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 150.996, por despacho em sessão de 20 de março de 1.974 e posterior alterações do contrato social devidamente arquivadas sob os numeros 127.044, por despacho em sessão de 15 abril 1.972, nº. 134.648, por despacho em sessão de 21 de dezembro de 1.972, nº. 139.786, por despacho em sessão de 12 de junho de 1.973 / nº. 154.669, por despacho em sessão de 25 de julho de 1.974, nº. 179.470, por despacho em sessão de 26 de dezembro de 1.975, nº 208219 por despacho em sessão de 01 de agosto de 1.977, nº. 226.361, por despacho em sessão de 06 de novembro de 1.978 e nº. 227.789, por despacho em sessão de 15 de dezembro de 1978 resolvem alterar o seu contrato social "ad referendum" e alterações do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:-

Fica alterada a cláusula primeira da oitava alteração do contrato social, arquivada sob o nº. 226.361, por despacho em sessão de 06 de novembro de 1.978 e cláusula segunda da nona alteração do contrato social, arquivada sob o nº 227.789

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGC/MF nº. 79.352.712/0001 - 20
DÉCIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



fls.02

por despacho em sessão de 15 de dezembro de 1.978, em razão das seguintes transferência de cotas;

a) - O sócio FLAVIO TOLINO ORLANDINO, que possui na sociedade 430.000 (quatrocentas e trinta mil) quotas inteiramente subscritas e integralizadas, CEDE E TRANSFERE suas 430.000 (quatrocentas e trinta mil) quotas no valor nominal de C\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, aos sócios ora ingressante ATILIO SOCIO, brasileiro-nato, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Av. 14 de Dezembro, 796 (fundos), portador da cédula de identidade civil RG-nº. 386.454-Pr., e do CPF nº. 012.755.939-68 e ALDROVANDO SOCCIO, brasileiro-nato, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lorde Lovat s/nº., portador da cédula de identidade civil RG-nº 1.893.788-Pr., e do CPF nº. 012.756.079-00, pelo que dá plena, / rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada;

CLÁUSULA SEGUNDA:-

Em razão das transferências havidas, o capital social, no valor de C\$860.000,00 (oitocentos e sessenta mil cruzeiros), dividido em 860.000 (oitocentas e sessenta mil) quotas no valor nominal de C\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, fica assim distribuído entre os atuais sócios cotistas:

COTISTAS:	COTAS:	CAPITAL:
ARIOVALDO SOCIO	430.000	C\$-430.000,00
ATILIO SOCIO	215.000	C\$-215.000,00
ALDROVANDO SOCCIO	215.000	C\$-215.000,00
T O T A L	860.000	C\$-860.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA:-

Fica alterada a cláusula terceira da oitava alteração de contrato social, arquivada sob o nº. 226.361, por despacho em sessão de 06 de novembro de 1978, passando a ter a seguinte redação: "Cláusula Terceira" - Fica investido nas funções de Diretor Gerente da sociedade, o sócio cotista ARIOWALDO SOCIO, para a qual fica dispensado da prestação de caução.

CLÁUSULA QUARTA:-

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato social primitivo, renovação de contrato social e alterações, que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento devidamente rubricado no verso de suas folhas, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Nova Esperança,

Flavio Tolino Orlandino

Ariowaldo Socio

Atilio Socio

Aldrovando Soccio


RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
CGCME nº. 79.352.712/0001 - 20
DÉCIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



fls.

DEMONSTRAÇÃO DO USO DA FIRMA:

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.


Ariovaldo Socio

TESTEMUNHAS:



SETOR
SEM
2

3/2

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.
C.G.C.M.F. Nº. 79.352.712/0001-20
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ALOYSIO RAPHAEL BARROS, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Levat, s/nº., portador da Cédula de Identidade nº. RG 220.047-PR., e do CPF 004.632.409; NEIDA ROCHA BARROS, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Lord Levat, s/nº., portadora da Cédula de Identidade RG-355.592 - PR., e do CPF (dependente) do número 004.632.409; e ARISTIDES ROCHA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Avenida Brasil, s/nº., portador da Cédula de Identidade RG-838.397-PR., e do CPF. 042.780.979, sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação de RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA., com sede em Nova Esperança, Estado do Paraná, à Rua Cruz Machado, nº. 940, estabelecida com o ramo de radiodifusão, conforme Contrato Social devidamente arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº. 25.204, por despacho em sessão de 16 de abril de 1953, e posterior Renovação do Contrato Social arquivada sob nº. 150.996 por despacho em sessão continua. fls. 02

são de 20 de março de 1974 e posteriores Alterações Contratuais arquivadas' sob os n.ºs. 127.044, em sessão de 15 de abril de 1972; n.º. 134.648, em sessão de 21 de dezembro de 1972; n.º 139.786, em sessão de 12 de junho de 1973, n.º. 154.669, em sessão de 25 de junho de 1974; e n.º 179.470, por despacho em sessão de 26 de dezembro de 1975, resolve alterar seu Contrato Social, "ad referendum" do Departamento Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterada a Cláusula Terceira da Quinta Alteração de Contrato Social, arquivada sob n.º. 179.470 na Junta Comercial do Estado do Paraná por despacho em sessão de 26.12.75, em razão das seguintes transferências de cotas:

a)- ALOYSIO RAFAEL BARROS, que possui na sociedade 109.000 (cento e nove mil) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, CEDE e TRANSFERE suas 87.200 (oitenta e sete mil e duzentas) cotas no valor nominal de G\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ora ingressante, JOVINO MANETTI, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG-907.176-PR. e do CPF 108.101.299, residente e domiciliado à Rua Nassib Haddad, 322 na cidade de Maringá, Estado do Paraná, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada;

b)- NEIDA ROCHA BARROS, que possui na sociedade 87.200 (oitenta e sete mil e duzentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, RETIRA-SE DA SOCIEDADE, CEDENDO e TRANSFERINDO em sua totalidade suas 87.200 (oitenta e sete mil e duzentas) cotas no valor nominal de G\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ora ingressante, ARISTIDES MANETTI, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG-284.417-PR. e do CPF 108.351.999, residente e domiciliado à Avenida Rio Branco, 239, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada;

314

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. -CGCMF Nº 79.352.712/0001-20
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL. folhas 3

c)- ARISTIDES ROCHA, que possui na sociedade 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, RETIRA-SE DA SOCIEDADE, CEDENDO e TRANSFERINDO em sua totalidade suas 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ora ingressante, ANÍSIO DOMINGOS MANETTI, brasileiro, solteiro, radialista, maior, portador da Cédula de Identidade RG-811.459-PR., e do CPF 069.571.988, residente e domiciliado à Rua José de Alencar, 308, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação da cessão de cotas ora efetuada;

d)- ALOYSIO RAPHAEL BARROS, que possui na sociedade 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) cotas inteiramente subscritas e integralizadas, RETIRA-SE DA SOCIEDADE, CEDENDO e TRANSFERINDO em sua totalidade suas 21.800 (vinte e uma mil e oitocentas) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ao sócio ingressante já qualificado, ANÍSIO DOMINGOS MANETTI, pelo que dá plena, rasa e irrevogável quitação de cessão de cotas ora efetuada.

Em razão das transferências havidas, o Capital Social, no valor de R\$ 218.000,00 (Duzentos e dezoito mil cruzeiros), divididos em 218.000 (Duzentas e dezoito mil) cotas no valor nominal de R\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, fica assim distribuído entre os atuais sócios-cotistas:

<u>Cotistas</u>	<u>Cotas</u>	<u>Capital</u>
JOVINO MANETTI	87.200	R\$. 87.200,00
ARISTIDES MANETTI	87.200	R\$. 87.200,00
ANÍSIO DOMINGOS MANETTI	<u>43.600</u>	<u>R\$. 43.600,00</u>
total	218.000	R\$. 218.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica alterada a Cláusula Oitava da Primeira Alteração de Contrato Social, arquivada sob nº 127.044, por despacho da Junta Comercial do Estado do Paraná em sessão de 13.04.72, passando a ter a seguinte redação: "Cláusula Oitava: Fica investido na função de Diretor-Gerente, o sócio-cotista ANÍSIO DOMINGOS MANETTI, para o qual fica dispensado da prestação de caução."

continua. fls. 04

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. - CGC/MF Nº 79.352.712/0001-20
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL. folhas 4
CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas vi-
gentes do Contrato Social primitivo, da Renovação do Contrato So-
cial e demais alterações, que não colidirem com as disposições do
presente instrumento de Alteração do Contrato.

315
837 AL

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam
juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento devidamen-
te rubricado no verso de suas folhas, em cinco vias de igual teor
e forma, obrigando-se fielmente, por si e seus herdeiros, fazeren-
se obedecer e cumpri-los em todos os seus termos.

Nova Esperança, 13 de junho de 1977.


ALOYSIO RAPHAEL BARROS


NEIDA ROCHA BARROS


ARISTIDES ROCHA


JOVINO MANETTI


ARISTIDES MANETTI


ANÍSIO DOMINGOS MANETTI

Uso da firma: - RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.


ANÍSIO DOMINGOS MANETTI

Diretor-Gerente

Testemunhas:


José Ricardo


Nelson Rother



413-
25.20/4

DENIA
FIL. No
81
03/08/55

CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS, DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Contrato particular de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que entre si fazem ELIO DUARTE DIAS, casado, dentista; JOSÉ TEIXEIRA DA SILVEIRA, solteiro, médico; ARISTIDES ALVES DIAS, casado, oficial do Cartório de Registro de Imóveis, de Mandaguari e ALVARO DE SOUZA FREITAS, casado, do comércio, todos brasileiros natos, sendo o primeiro e o terceiro residentes em Mandaguari, dêste Estado do Paraná e o segundo e o último residentes em Nova Esperança, também dêste Estado, sob as cláusulas e condições seguintes:

-I-
A sociedade terá a denominação social de "RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LIMITADA, com sede e fôro na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná;

-II-
A sociedade durará pelo prazo de dez anos, prorrogável por comum acôrdo;

-III-
A sociedade tem por finalidade a execução de serviços de rádio difusão, nesta cidade de Nova Esperança, por meio de uma estação instalada na mesma cidade;

-IV-
O capital social é de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), dividido em 200 (duzentas) quotas de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma, assim distribuídas:

O sócio Elio Duarte Dias ficará com 95 (noventa e cinco) quotas, ou sejam Cr\$95.000,00 (noventa e cinco mil cruzeiros);
O sócio José Teixeira da Silveira ficará com 95 (noventa e cinco) quotas, ou sejam Cr\$95.000,00 (noventa e cinco mil cruzeiros);
O sócio Aristides Alves Dias ficará com 5 (cinco) quotas, ou sejam Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros);
O sócio Alvaro de Souza Freitas ficará com 5 (cinco) quotas, ou sejam Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

-V-
A responsabilidade dos sócios é limitada á importância total do capital social;

-VI-
As quotas da sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas sem o expresso consentimento unânime da sociedade.

rência aos sócios que queiram adquiri-las. Fica vedado o ingresso de estrangeiros na sociedade, cujas quotas são intransferíveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas;

-VII-

A sociedade submeter-se-á à legislação vigente sobre radiodifusão e também a qualquer outra legislação futura;

-VIII-

A sociedade será administrada por dois diretores, sendo um diretor comercial e um diretor técnico;

-IX-

Ao diretor comercial compete representar a sociedade em Juízo ou fóra d'ele, superintender os serviços de secretaria, admitir e demitir auxiliares para a mesma, efetuar pagamentos, nomear e demitir agenciadores, assinar contratos de publicidade, movimentar contas em Banco e assinar cheques;

-X-

Ao diretor técnico compete a direção técnica, podendo nomear e demitir auxiliares técnicos, organizar programas e horários, nomear e demitir locutores bem como auxiliares de programação, enfim tudo que se relacione com a parte técnica da sociedade;

-XI-

Fica nomeado diretor comercial o sócio ELIO DUARTE DIAS e diretor técnico o sócio ALVARO DE SOUZA FREITAS, independentemente de caução;

-XII-

A compra e venda de material e imóveis e quaisquer compromissos que envolvam o patrimônio da sociedade, serão sempre assinados pelos dois diretores, sendo vedado à diretoria o uso da firma social em negócios estranhos aos da sociedade;

-XIII-

Cada diretor retirará pró-labore, uma quantia mensal que será determinada no início do funcionamento da rádio, cujas retiradas serão levadas ao título de Despesas Gerais;

-XIV-

O ano social coincide com o ano civil;

-XV-

Dos lucros líquidos verificados anualmente serão deduzidos 10% (dez por cento) para constituição de um fundo de reserva, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social. O saldo será dividido entre os sócios, na proporção do seu capital;

3 =

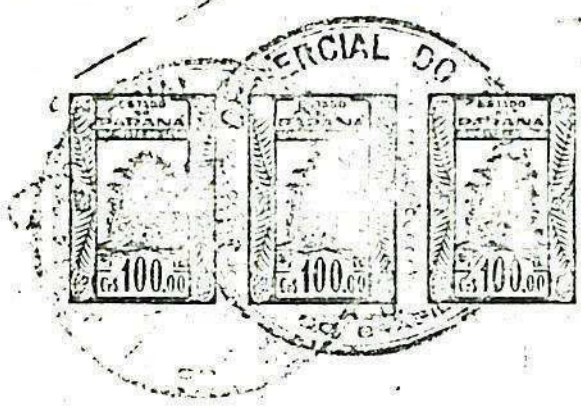
nhas , sendo o sêlo devido pago por verba na Coletoria Federal de Apucarana, cuja jurisdição atinge ésta cidade de Nova Esperança.

Nova Esperança, 17 de março de 1953
Elio Duarte Dias
Elio , Dias

Elio Duarte Dias
Elio Duarte Dias
José Teixeira da Silveira
José Teixeira da Silveira
Aristides Alves Dias
Aristides Alves Dias
Alvaro de Souza Freitas
Alvaro de Souza Freitas

Testemunhas

Janado
Sabrina Bisher

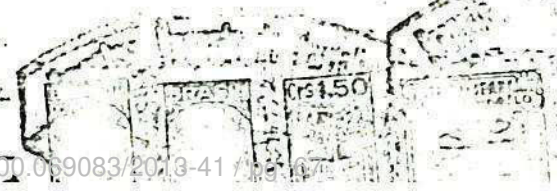


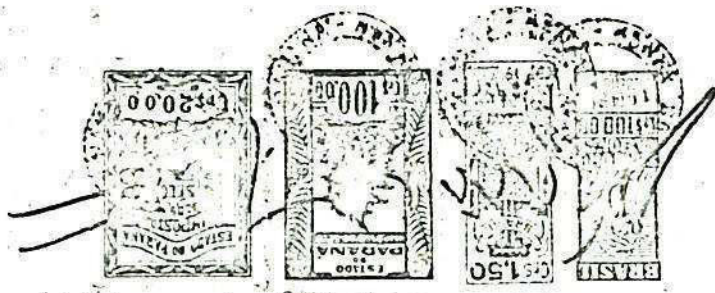
COLETORIA FEDERAL
APUCARANA

Verba n.º 800.00 Talão N.º 2006
CRS 1200.00

Recebi em 25 de 3 de 53
Quinquena
Colator
Classe "C"

Reconheço as seguintes firmas
supra de: Elio Duarte Dias, José Teixeira
da Silveira, Aristides Alves Dias e
Alvaro de Souza Freitas
del
26 de março de 1953





Diretor-Secretario

Secretaria da Junta Commercial do Pa-
raíba, de 16 de Junho de 1953

e mais de arquivamento

de arquivamento e estadual de 300,00

do documento e mais 10,00

proporcional ao valor

de 18,00 tendo pago de selo federal

da Junta em sessão de 16 de Junho

Arquivado sob n.º 76 por despacho

- 552042

Cartório de Registro de Imóveis, de Mandaguari
Alvaro de Souza Freitas, brasileiro, casado, do civil



Estado do Paraná

JUNTA COMERCIAL

Certificamos nos termos do art. 45 § 2.º, do Decreto n.º 57.051, de 19.1.66, que a presente certidão é cópia fiel do original arquivado sob n.º 25.204 por despacho em sessão de 16 de dezembro de 1958.

Curitiba, 20 de dezembro de 1958

Confere: Ademir de Faria

1.º Chefe do Serviço de Certidões

VISTO: Sélio de Melo

p/Secretário Geral

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiofusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga

NOTA TÉCNICA Nº 23444/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.077253/2017-49

Assunto: ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO. Alteração Contratual.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, por intermédio da qual apresenta 22ª Alteração Contratual efetivada pela Entidade.

ANÁLISE

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica nº 16514/2018/SEI-MCTIC (evento SEI nº 3186201), concluiu pelo envio do Ofício nº 28991/2018/SEI-MCTIC (evento SEI nº 3186535) à Entidade, com vistas à complementação da documentação instrutória. Em resposta, por meio do protocolo nº 01250.046845/2018-08, a Interessada atendeu prontamente à exigência formulada, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº 3481416).

3. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério, nos termos da Exposição de Motivos nº 00784, de 27.05.2002, e, do Despacho Ministerial de 27.05.2002, são os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
José Augusto de Souza Moreira	5.000	5.000,00
Felipe Garcez Jardim	5.000	5.000,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Felipe Garcez Jardim	Gerente

4. Depreende-se da mesma Pasta, no entanto, que a última Alteração Contratual conhecida por este Ministério é a 21ª, realizada em 28.10.2014, registrada na repartição competente em 03.12.2014. Dessa alteração, verifica-se que as composições societária e diretiva foram alteradas, conforme demonstra-se abaixo:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Felipe Garcez Jardim	155.000	155.000,00
Fundação Monsenhor Jonas Abib	151.900	151.900,00
Francisco José dos Santos	3.100	3.100,00
TOTAL	310.000	310.000,00

NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Administrador

5. Já de acordo com o que se observa do instrumento da 22ª Alteração Contratual, realizada em 17.11.2017, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 20177425393, em 04.12.2017, os quadros societário e diretivo da empresa passaram a ser constituídos da seguinte forma:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Fundação Monsenhor Jonas Abib	306.900	306.900,00
Vanderson Anselmo Crozatto	3.100	3.100,00
TOTAL	310.000	310.000,00

NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Administrador

5.1. Observa-se que a Alteração Contratual apresentada, apesar de independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), *in verbis*:

(...) as alterações contratuais ou estatutárias deverão ser encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato, acompanhadas de todos os documentos que comprovam atendimento à legislação em vigor, nos termos regulamentares;

5.2. Por efeito, confrontadas as datas de protocolização do requerimento (12.12.2017) e do registro da operação (04.12.2017), constata-se que houve respeito ao prazo legal supracitado, uma vez que a manifestação da Entidade se deu de forma TEMPESTIVA.

5.3. À título de conhecimento, relaciona-se a seguir os membros integrantes da Fundação Monsenhor Jonas Abib, pessoa jurídica sócia da Entidade:

CONSELHO DELIBERATIVO	
NOME	CARGO
Lúcio Domício da Silva	Presidente Deliberativo
Letícia Cavalli	Vice-Presidente Deliberativo
Marcelo Chaves da Cunha	Secretário Deliberativo
Jorge Aparecido da Silva	Primeiro Conselheiro Deliberativo
Márcia Regina Antunes Oliveira	Segundo Conselheiro Deliberativo

CONSELHO FISCAL	
NOME	CARGO
Menandro Manoel dos Santos	Presidente Fiscal
Gustavo de Oliveira Galdino	Membro
Vanderlei Nunes Teixeira	Membro

DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Diretor Executivo
Shirleya Nunes de Santana	Vice-Diretora Executivo

6. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores, restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, conforme atesta a Lista de Verificação de Documentos (evento SEI nº 3481416), uma vez que restou comprovada a (i) condição de brasileiro nato/naturalizado; e (ii) apresentação de declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previsto no art. 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64/1990.

7. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 19.10.2018 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 3481308).

8. Por fim, constatada a regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

- a) de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta;
- b) dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica a 22ª Alteração Contratual (evento SEI nº 2485233, às págs. 7/17), procedendo à atualização dos sistemas pertinentes, de acordo com o exposto no parágrafo 5., e posterior remessa do feito ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Vassalo Silva, Analista de Nível Superior**, em 19/10/2018, às 18:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características**



Técnicas e Societárias, em 19/10/2018, às 18:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 22/10/2018, às 09:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3481420** e o código CRC **F236180F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.077253/2017-49

SEI nº 3481420



BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 20.488.021/0001-05

FUNDACAO MONSENHOR JONAS ABIB

CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
79.352.712/0001-20	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	0,00	99,00	--	OM	PR	Nova Esperança	Regional
45.833.290/0001-92	RADIO CENTRO-AMERICA LTDA	0,00	99,00	--	OM	SP	São José do Rio Preto	Regional

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: **19/11/2018**

Hora: **16:54:54**

BOA TARDE
Altair de Santana PereiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 153.047.618-63

VANDERSON ANSELMO CROZATTO

CNPJ	Empresas	Participação da Empresa (%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
79.352.712/0001-20	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA	0,00	1,00	ADMINISTRADOR	OM	PR	Nova Esperança	Regional
45.833.290/0001-92	RADIO CENTRO-AMERICA LTDA	0,00	1,00	ADMINISTRADOR	OM	SP	São José do Rio Preto	Regional

Usuário: anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 19/11/2018

Hora: 16:59:01



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Altair de Santana Pereira**

Data/Hora: **19/11/2018 17:05:03**

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: PR
Município: Nova Esperança
Frequência: 670 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
Nome Fantasia: RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA
Nº Estação: 322481341
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 05008016148
CNPJ: 79.352.712/0001-20
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 11/12/2014 09:49:05

☒ **Dados do Plano Básico**

☒ **Dados da Outorga**

☐ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
		90278	Decreto	PR	03/10/1984	04/10/1984	Renovação	Jur. ▼
		10492	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jur. ▼
		795	Decreto Legislativo	CN	22/10/2003	24/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▼
		0	Decreto	PR	24/08/2006	25/08/2006	Renovação	Jur. ▼
		0	Decreto	PR	24/08/2006	25/08/2006	Renovação	Jur. ▼
		252	Decreto Legislativo	CN	28/09/2007	01/10/2007	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▼
		4758	ATO	ER03	22/04/2014	25/04/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc. ▼

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**



origem o uso isento da mercadoria transportada com o benefício em questão, a qual será auditada pelos órgãos competentes.

Art. 9. O disposto nos arts. 38 e 39 será observado para todas as mercadorias transportadas a partir da edição da Lei nº 9.432, de 1997.

§ 1º Para mercadorias transportadas anteriormente à publicação desta Medida Provisória, o Conhecimento de Embarque ou o Conhecimento de Transporte Aquaviário de Carga, referidos no art. 38, poderão ser apresentados na sua forma original ou em via não negociável.

§ 2º Para o pagamento do ressarcimento de que trata o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 9.432, de 1997, referente às operações de transporte realizadas anteriormente à publicação desta Medida Provisória, cujo Conhecimento de Embarque tiver sido liberado sem a prévia comprovação da suspensão, isenção ou não incidência do FRMM, deverá ser realizada auditoria prévia com o objetivo de atestar a certeza, a igualdade e a exatidão dos montantes das obrigações a serem ressarcidas.

Art. 4. A Secretaria da Receita Federal disciplinará a aplicação desta Medida Provisória.

Art. 5. Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a credenciar entes públicos ou privados para a prestação de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenários em portos, aeroportos, postos de fronteira, Centros Logísticos e Industriais alagados e recintos referidos no caput do art. 7º do Decreto-Lei nº 2.472, de 1988.

Art. 6. Os prazos estabelecidos no art. 11 serão contados em dobro nos dois primeiros anos de vigência desta Medida Provisória.

Art. 4. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação:

I - ao art. 29, a partir do 1º dia do quarto mês subsequente ao da publicação desta Medida Provisória; e

II - aos demais artigos, a partir da data da publicação desta Medida Provisória.

Art. 5. Ficam revogados:

I - o art. 25, o parágrafo único do art. 60 e a alínea "c" do inciso II do art. 106 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966;

II - o art. 8º do Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988;

III - o inciso VI do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, resguardados os direitos contratuais dos atuais concessionários e permissionários, se não optarem pela rescisão contratual; e

IV - o § 3º do art. 10 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004.

Brasília, 24 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Bernard Appy

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004386/2004-27,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, outorgada à Rádio Difusora do Paraná Ltda., originariamente pela Portaria CONTEL nº 101, de 22 de abril de 1965, e renovada pelo Decreto de 4 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 161, de 18 de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 19 de março de 2004.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.010188/2004-01,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. pela Portaria MVOP nº 552, de 18 de julho de 1954, renovada pelo Decreto de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 795, de 22 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2003.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2006

Renova a concessão outorgada à TV Independência Norte do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Maringá, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000476/2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 27 de agosto de 2002, a concessão outorgada à TV Independência Norte do Paraná Ltda. pelo Decreto nº 94.803, de 26 de agosto de 1987, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Maringá, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Televisão Cultural de Maringá Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Maringá, Estado do Paraná, pelo prazo de quinze anos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000501/2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 16 de outubro de 2002, a concessão outorgada à Televisão Cultural de Maringá Ltda. pelo Decreto nº 70.814, de 7 de julho de 1972, renovada, a partir de 16 de outubro de 1987, através do Decreto nº 94.954, de 24 de setembro de 1987, para executar na cidade de Maringá, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 725, de 24 de agosto de 2006. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Transporte Urbano de Fortaleza - BID/FOR U".

Nº 726, de 24 de agosto de 2006. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 319, de 24 de agosto de 2006.

Nº 727, de 24 de agosto de 2006. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 320, de 24 de agosto de 2006.

Nº 728, de 24 de agosto de 2006. Solicita ao Congresso Nacional a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 6.370, de 2005, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 833, de 2006, por ter sido editada medida provisória com o mesmo teor.

Nº 729, de 24 de agosto de 2006. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante do Decreto de 8 de agosto de 2006, que "Renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Descanso Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Descanso, Estado de Santa Catarina".

Nº 730, de 24 de agosto de 2006. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 269, de 2 de maio de 2006, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Fundação Cultural Mainha Geralda para Educação e Assistência à Criança - FUNGERALDA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Patos, Estado da Paraíba.

Nº 731, de 24 de agosto de 2006. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante do Decreto de 8 de agosto de 2006, que "Renova a concessão outorgada à Televisão Uruguiana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Uruguiana, Estado do Rio Grande do Sul".

Nº 732, de 24 de agosto de 2006. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante do Decreto de 8 de agosto de 2006, que "Renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Iguaçu de Veré Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Veré, Estado do Paraná".

Nº 733, de 24 de agosto de 2006. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante do Decreto de 8 de agosto de 2006, que "Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural da Serra, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul".



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2007**

Aprova o ato que outorga permissão à ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 207, de 6 de abril de 2006, que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda. - ME para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 244, DE 2007**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de agosto de 2006, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 27 de agosto de 2002, a concessão outorgada à TV Independência Norte do Paraná Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

<http://www.in.gov.br> e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fones: 0800 725 6787

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 245, DE 2007**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GUIMARÃES, AGOSTINHO & CIA. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.357, de 5 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Guimarães, Agostinho & Cia. Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 246, DE 2007**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO VILA RICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 63, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Vila Rica para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 247, DE 2007**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SAFIRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhão, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 281, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Safira FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhão, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 248, DE 2007**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA "FLOR DO PANEMA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária "Flor do Panema" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 249, DE 2007**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à VIP RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 420, de 12 de novembro de 2004, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Vip Rádio e Televisão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2007**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DE IPANEMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 203, de 11 de março de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária do Bairro de Ipanema para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 251, DE 2007**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - RÁDIOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 143, de 30 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Marechal Cândido Rondon - RÁDIOMAR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 252, DE 2007**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de agosto de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 253, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA LAPEANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lapa, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 17 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lapa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, ARTÍSTICA, TURÍSTICA E DO MEIO AMBIENTE DE CALDAS NOVAS - GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 147, de 30 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística, Turística e do Meio Ambiente de Caldas Novas - GO para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2007

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MIRIAM RADIODIFUSÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.836, de 12 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de novembro de 1997, a permissão outorgada à Miriam Radiodifusão Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA 13 DE JUNHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quebrangulo, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 112, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária 13 de Junho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quebrangulo, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2007

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO ARCA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 701, de 10 de dezembro de 2003, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de dezembro de 2000, a permissão outorgada à Rádio Arca Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2007

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DE JUÍZ DE FORA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 7, de 21 de junho de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RORAIMÓPOLIS - ASCRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roraimópolis, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 277, de 9 de maio de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural de Roraimópolis - ASCRO para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roraimópolis, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2007

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL "ROMÉU MARSICO" para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 7, de 25 de junho de 2002, que outorga concessão à Fundação Cultural "Romeu Marsico" para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2007

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COSTA DO SOL LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 7, de 29 de julho de 1992, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de abril de 1988, a concessão outorgada à Rádio Costa do Sol Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

AVISO

CIRCULOU EM 28/09/2007 A EDIÇÃO EXTRA Nº 188-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Publicações Especiais

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.069083/2013-41		
Entidade: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.	CNPJ: 79.352.712/0001-20	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Nova Esperança	UF: PR
Validade da Outorga: vencida	Período: 2014-2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0036900, fls.2/3 3228908, fls.5/6
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.5/6
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.5/6
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.5/6
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.5/6
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.5/6
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.5/6

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.8/13 (1ª alteração); fls.14/17 (2ª alteração); fls.18/21 (3ª alteração); fls.22/25 (4ª alteração); fls.26/29 (5ª alteração); fls.30/34 (6ª alteração); fls.35/39 (8ª alteração); fls.40/43 (9ª alteração); fls.44/48 (11ª alteração); fls.49/53 (12ª alteração); fls.54/57 (13ª alteração); fls.58/66 (14ª alteração); fls.67/70 (15ª alteração); fls.71/74 (16ª alteração); fls.75/76 (17ª alteração); fls.77/83 (20ª alteração) evento SEI n.º 3569371 fls.1/9 (21ª alteração); fls.10/19 (22ª alteração); fls.20/25 (19ª alteração); fls.26/27 (18ª alteração); fls.28/30 (10ª alteração); fls.31/35 (7ª alteração); fls.36/40 (contrato social)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.85/86
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.88/97
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 3228908, fl.99
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3569105, fl.4
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n.º 3569105, fl.1 (federal) fl.5 (estadual); evento SEI n.º 0036900 fl.22 (municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n.º 3569105, fl.6
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n.º 3569105, fl.1 (INSS) fl.3 (FGTS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 3569105, fl.2
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 3228908, fls.101/104

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE		
2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	OK	evento SEI n.º 3569287, fl.1
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	OK	3232803

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador de Renovação de Outorga	19/11/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

NOTA TÉCNICA Nº 25535/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.069083/2013-41

Assunto: Renovação. Deferimento

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao período de 01.05.2014 a 01.05.2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da concessão de materializou nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18.6.1954. A ultima renovação da outorga se deu por meio do Decreto s.n.º, de 24.9.2006, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 25.8.2006 (evento SEI n.º3572965, fl.1), cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 252, de 2007, publicado no D.O.U. de 1.10.2007 (evento SEI n.º3572965, fls.2/3). Com efeito, a concessão se encontra vencida desde 1.5.2014.

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º desta Nota, protocolizado nesta Pasta em 27.11.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Considerando que o prazo legal vigente à época, para a apresentação do pleito renovatório era o compreendido entre os dias 1.11.2013 e 1.2.2014, se verifica que o pedido foi apresentado naquela ocasião de forma tempestiva.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º3569450.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º3228908, fls.88/97). Ademais, da certidão de falência apresentada pela Interessada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º3228908, fl.99). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º3228908, fls.85/86), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Fundação Monsenhor Jonas Abib	306.900	306.900,00
Vanderson Anselmo Crozatto	3.100	3.100,00
TOTAL	310.000	310.000,00

NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Administrador

12.1. Por se tratar de concessionária que possui em seu quadro de sócio pessoa jurídica é de vital importância a reprodução da composição diretiva dessa (conforme certidão da Serventia dos Registros Públicos e Anexos de Cachoeira Paulista/SP - evento SEI n.º3232803), com o fito de se identificar todas as pessoas naturais que possuem participação na Interessada:

DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Diretor Executivo
Shirleya Nunes de Santana	Vice-Diretora Executivo

12.2. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.077253/2017-49. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 23.444/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º3569445), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios (**diretos e indiretos**) e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 19.11.2018 (evento SEI n.º3572920, fls.1/2).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Vanderson Anselmo Crozoatto participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP (nas qualidades de administrador e sócio indireto).

13.3. A sócia Fundação Monsenhor Jonas Abib participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP.

13.4. A Sra. Shirleya Nunes de Santana participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP (na qualidade de sócia indireta).

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3572920, fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3232126).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 3.612/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3568778), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a

ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER

Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 25.535/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 25.535/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 19/11/2018, às 17:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**,



Coordenador-Geral de Pós-outorgas, em 19/11/2018, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 19/11/2018, às 18:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3569457** e o código CRC **050B5381**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º_____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.069083/2013-41, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3569457



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00022/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.069083/2013-41

INTERESSADOS: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA - ME(RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA)

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao período de 1º.5.2014 a 1º.5.2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 15668/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao período de 1º.5.2014 a 1º.5.2024.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 25535/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3569457):

6. A outorga da concessão de materializou nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18.6.1954. A última renovação da outorga se deu por meio do Decreto s.n.º, de 24.9.2006, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 25.8.2006 (evento SEI n.º [3572965](#), fl.1), cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 252, de 2007, publicado no D.O.U. de 1.10.2007 (evento SEI n.º [3572965](#), fls.2/3). Com efeito, a concessão se encontra vencida desde 1.5.2014.

3. Registre-se apenas pequena correção de erro material quanto à data do Decreto referente à última renovação, que, na verdade, foi emitido em 24.8.2006, e não 24.9.2006 conforme mencionou a Secretaria.

4. .

No requerimento protocolado em 27.11.2013 (Doc. SEI nº 0036900, fls. 2/3), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível

renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

19. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação. O requerimento foi protocolado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, segundo a qual o pedido deveria ser apresentado entre os seis e três meses anteriores ao término do prazo da permissão. No caso, o último período da permissão expirou em 1º.4.2016 e o pedido fora apresentado em 18.12.2015.

20. O requerimento foi subscrito por Filipe Garcez Jardim, à época sócio-administrador da entidade, nos termos da Cláusula 4ª da Décima Sexta Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial em 21.8.2002 (Doc. SEI

nº 3228908, fls. 71/73). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "Lista de Verificação de Documentos" (SEI nº 3569450).

21. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

- III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

23. Verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações exigidas**, adequadamente firmadas pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Vanderson Anselmo Crozatto, designado para a função na Cláusula 10 da 20ª Alteração Contratual, registrada no órgão competente em 29.7.2014 (Doc SEI nº 3228908, fls. 77/83, Protocolo nº 01250.045132/2018-19). Em razão da existência de sócio pessoa jurídica, também foi apresentada a declaração conjunta de que trata o art. 15, §15, do Regulamento (Doc. SEI nº 3569287) igualmente firmada pelos representantes legais das entidades envolvidas. Conferimos especial destaque às declarações prestadas, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

24. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Docs. SEI nº 3228908, fls. 8/84, Protocolo nº 01250.045132/2018-19 e nº 3569371) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 3228908, fls. 85/86, Protocolo nº 01250.045132/2018-19), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 23.444/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3569445), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. Também foi apresentada cópia do Estatuto Social da Fundação Monsenhor Jonas Abib e cópia da ata de eleição da diretoria (Docs. SEI nº 3569287, fls. 2/21 e nº 0009252, fls. 18/19). A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º [3228908](#), fls.85/86), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Fundação Monsenhor Jonas Abib	306.900	306.900,00
Vanderson Anselmo Crozatto	3.100	3.100,00
TOTAL	310.000	310.000,00

NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Administrador

12.1. Por se tratar de concessionária que possui em seu quadro de sócio pessoa jurídica é de vital importância a reprodução da composição diretiva dessa (conforme certidão da Serventia dos

Registros Públicos e Anexos de Cachoeira Paulista/SP - evento SEI n.º [3232803](#)), com o fito de se identificar todas as pessoas naturais que possuem participação na Interessada:

DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Diretor Executivo
Shirleya Nunes de Santana	Vice-Diretora Executivo

12.2. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.077253/2017-49](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 23.444/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º [3569445](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

25. Para demonstrar a **manutenção da qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do **balanço patrimonial e demonstrativo de resultados**, relativo aos últimos exercícios então disponíveis, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI n.º 3228908, fls. 88/97, Protocolo n.º 01250.045132/2018-19, fls.) e **certidão negativa de falência ou recuperação judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI n.º 3228908, fls. 88/97, Protocolo n.º 01250.045132/2018-19, fl. 99). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, “Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3228908](#), fls.88/97). Ademais, da certidão de falência apresentada pela Interessada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [3228908](#), fl.99).

26. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio das certidões negativas de débito relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS, FISTEL e Fazendas estadual e municipal (Docs. SEI n.º 3569105, fls. 1, 3, 5 e 6). E, também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, foi demonstrada a **regularidade trabalhista** com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI n.º 3569105, fl. 2). Todas as certidões, com exceção do FISTEL estão válidas na data de hoje. Contudo, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

27. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 3612/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI n.º 3568778), segundo a qual *“o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga”*.

28. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3572920](#), fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3232126](#)).

29. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei n.º 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei n.º 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios (**diretos e indiretos**) e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 19.11.2018 (evento SEI n.º [3572920](#), fls.1/2).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Vanderson Anselmo Crozoatto participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP (nas qualidades de administrador e sócio indireto).

13.3. A sócia Fundação Monsenhor Jonas Abib participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP.

13.4. A Sra. Shirleya Nunes de Santana participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP (na qualidade de sócia indireta).

30. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão. **Necessário apenas que o processo retorne à Secretaria de Radiodifusão para retificação da minuta proposta, a fim de fazer constar o nome do atual titular desta Pasta.**

31. Em adendo consigne-se a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para adoção da providência mencionada no item 33 deste Parecer, com posterior remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

33. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 08 de janeiro de 2019.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000069083201341 e da chave de acesso 9df241e5

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 211766158 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 08-01-2019 16:02. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00023/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.069083/2013-41

INTERESSADO: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA - ME(RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA)

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, de Âmbito Regional, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

1. Aprovo o **PARECER Nº 00022/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, acrescentando a necessidade de a Área Técnica assentar nos autos manifestação conclusiva sobre a manutenção da qualificação econômico-financeira da entidade para dar continuidade à execução dos serviços *in casu*.
2. Encaminhem-se os autos à secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 09 de janeiro de 2019.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000069083201341 e da chave de acesso 9df241e5

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 212078477 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 09-01-2019 15:00. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.069083/2013-41

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Comercial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, Substituto**, em 09/01/2019, às 16:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3750954** e o código CRC **7C29144E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3750954

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Comercial

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.069083/2013-41

Referência: Parecer n. 00022/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AG (3750852)

Interessado: Radio Sociedade Nova Esperança Ltda

Assunto: Renovação de outorga. Devolução dos autos

De ordem do Sr. Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administradora**, em 10/01/2019, às 07:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3751767** e o código CRC **B74CAD21**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3751767

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

DESPACHO

Processo n.º: 53000.069083/2013-41

Tendo em vista que:

- a) Os órgãos técnico e jurídica desta Pasta se manifestaram pela possibilidade do pleito renovatório objeto destes autos vir a ser deferido, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 25.535/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3569457) e do Parecer Jurídico n.º 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º3750852), respectivamente;
- b) O órgão jurídico, nos termos do referido Parecer, condicionou o prosseguimento do feito à necessidade de ser assentado nos autos manifestação conclusiva sobre a manutenção da qualificação econômica-financeira da entidade para dar continuidade à execução do serviço;
- c) De acordo com os termos do balanço patrimonial e da certidão negativa de falência e concordata, juntados ao feito, se pode concluir que a qualificação econômica financeira da Interessada é mantida possibilitando-a, pois, continuar executando o serviço;
- d) Inexistem, portanto, obstáculos impeditivos à renovação e a consequente tomada de decisão pela autoridade competente;
- e) Em razão dessa condicionante e da reorganização dos órgãos da Presidência da República, efetivada por meio da Medida Provisória n.º 870/2019, se fez necessária a elaboração de nova minuta de Portaria, o que foi promovido nesta oportunidade,

Opina-se sejam os autos encaminhados ao Gabinete da Serad, para submissão da minuta de portaria, disposta no campo próprio abaixo, à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 11/01/2019, às 10:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3756693** e o código CRC **38FFD8C1**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com os arts. 19, III, e 25, II, da Medida Provisória n.º 870, de 1 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 1 de janeiro de 2019, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.069083/2013-41, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3756693

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.069083/2013-41

De ordem superior e tendo em vista a alteração da Pasta Ministerial retorna-se os Autos para ratificação do Despacho Interno CGPO (3756693).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 30/01/2019, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3809159** e o código CRC **2A24F5BA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3809159

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53000.069083/2013-41

Tendo em vista que:

- a) os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta se manifestaram pela possibilidade do pleito renovatório objeto destes autos vir a ser deferido, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 25.535/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3569457) e do Parecer Jurídico n.º 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º3750852), respectivamente;
- b) o Órgão jurídico, nos termos do referido Parecer, condicionou o prosseguimento do feito à necessidade de ser assentado nos autos manifestação conclusiva sobre a manutenção da qualificação econômica-financeira da entidade para dar continuidade à execução do serviço;
- c) de acordo com os termos do balanço patrimonial e da certidão negativa de falência e concordata, juntados ao feito, se pode concluir que a qualificação econômica financeira da Interessada é mantida possibilitando-a, pois, continuar executando o serviço;
- d) não restam, portanto, obstáculos impeditivos à renovação e a consequente tomada de decisão pela autoridade competente;
- e) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação das minutas, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, os textos atualizados para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente, razão pela qual opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 02/09/2019, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 05/09/2019, às 08:59



(horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/09/2019, às 21:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4514704** e o código CRC **439F8191**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE 2019.

Renovar a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP n.º 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº XXXX, de ____ de ____ de ____, publicada no Diário Oficial da União de ____ de ____ de ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 4514704

MINUTA DE

Portaria

Renovar a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP n.º 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 06/09/2019, às 11:18 (horário oficial de Brasília), com



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4605126** e o código CRC **76677C69**.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 4605126

MINUTA DE

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº XXXX, de ____ de ____ de ____, publicada no Diário Oficial da União de ____ de ____ de ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 06/09/2019, às 11:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4605144** e o código CRC **536DC5AC**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.069083/2013-41

Interessado: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda - Me

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de portaria, bem como exposição de motivos, que visa a renovar a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

Considerando que as áreas técnica e jurídica não erigiram quaisquer óbices à matéria, conforme se depreende da Nota Técnica nº 25535/2018/SEI-MCTIC (3569457) e do Parecer nº 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (3750852), manifesto-me favorável à adoção das medidas necessárias ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 19/09/2019, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4614724** e o código CRC **2E616C0B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 4614724



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4966/2019/SEI-MCTIC
DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Renovar a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP n.º 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em



24/09/2019, às 17:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4652671** e o código CRC **6D5E4B10**.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 4652671



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 35431/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 26 de setembro de 2019.

Ao Senhor

Representante Legal da

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20)

Rua Lord Lovat, nº 497 - Centro

87600-000 - Nova Esperança/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação. Processo nº 53000.069083/2013-41.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 04/10/2019, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4674903** e o código CRC **61ACDE3B**.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 4674903

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 15/10/2019 15:52:52
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: VITOR TORRES DA SILVA
Ofício: 5549151
Data prevista de publicação: 16/10/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12106706	53000.0690832013-41.rtf	5270626a4fd189e7 2d2e869f0607c5d8	10,00	R\$ 330,40
Total da matéria			10,00	R\$ 330,40
TOTAL DO OFICIO			10,00	R\$ 330,40



001-9

00190.00009 02941.021004 00180.271173 7 80630000033040

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X	Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000180271
Número do documento 4	CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 04/11/2019		Valor documento 330,40	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado

Sacado

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

Rua Lord Lovat, nº 497, Centro

Nova Esperança, PR - CEP: 87600-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 5549151 enviado em 15/10/2019

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00180.271173 7 80630000033040

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 04/11/2019
Cedente PR - Imprensa Nacional					Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 15/10/2019	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 15/10/2019	Nosso número 00029410210000180271
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 330,40	(=) Valor documento 330,40

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 5549151 enviado em 15/10/2019

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

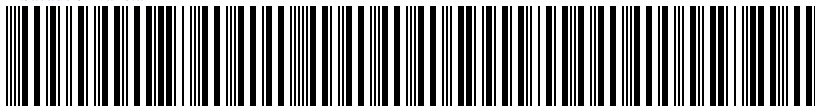
Rua Lord Lovat, nº 497, Centro

Nova Esperança, PR - CEP: 87600-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

Data de Envio:

16/10/2019 09:25:27

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

afiliadaesperanca@cancaonova.com
gestaoodeoutorgas@cancaonova.com
jackie@cancaonova.com
gilda.toti@cancaonova.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.069083/2013-41

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4674903.html
Anexo_4742493_Boleto_53000.0690832013_41.pdf
Anexo_4742494_Comprovante_53000.0690832013_41.pdf

"Art. 2º.....
I -
a) contratos de patrocínio e investimento, incluindo os subordinados à cláusula de condição e os aportes de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA em fase de contratação, em valor equivalente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do orçamento dos itens financiáveis da parte brasileira do projeto, no caso da aprovação inicial para a captação de recursos incentivados; ou
b) análise financeira realizada pela ANCINE, que comprove a captação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do orçamento dos itens financiáveis da parte brasileira do projeto ou a prévia autorização para movimentação de recursos públicos, no caso dos demais atos relativos à projetos aprovados para a captação de recursos incentivados.
.....
III -
a) comprovação do início do período de captação de sons e imagens ou da sua programação, em até 180 (cento e oitenta) dias do requerimento de análise prioritária; ou
b) contratação do lançamento comercial da obra em mais de 50 (cinquenta) salas de exibição ou da sua veiculação em televisão aberta ou fechada, em até 180 (cento e oitenta) dias do requerimento de análise prioritária.
.....
§ 1º No caso de projeto de produção de obra audiovisual, devem ser cumpridos, no mínimo, 2 (dois) dos critérios econômicos constantes dos incisos acima, ressalvado o caso de aprovação inicial para a captação de recursos incentivados, para o qual deve ser cumprido o critério da alínea a) do inciso I deste artigo.
.....
Art. 3º A priorização de análise deve ser solicitada pela proponente do projeto à Coordenação responsável, mediante envio de requerimento, nos termos do ANEXO, o qual deve ser protocolado na ANCINE ou encaminhado por meio eletrônico, informando os critérios econômicos nos quais o projeto audiovisual se enquadra."
Art. 2º A Portaria ANCINE nº 491-E, de 09 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte inclusão:
"Art. 3º-A Até 31 de dezembro de 2019, as proponentes de projetos financiados pelos artigos 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, poderão requerer a análise prioritária da aprovação inicial para a captação de recursos incentivados, desde que comprovada a contratação do patrocínio ou investimento."
Art. 3º O ANEXO da Portaria ANCINE nº 491-E, de 09 de outubro de 2019, passa a vigorar com a redação constante do ANEXO desta Portaria.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX BRAGA

ANEXO

REQUERIMENTO DE PRIORIZAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS AUDIOVISUAIS
A proponente deverá preencher as informações abaixo, conforme a situação e o planejamento do projeto audiovisual, verificando se estão atendidas as condições da Portaria ANCINE nº 491-E, de 09 de outubro de 2019.
Selecionar a análise a ser priorizada e enviar para o endereço de correspondência eletrônica:
() APROVAÇÃO/ANÁLISE COMPLEMENTAR/ANÁLISE DE DIREITOS: gestaosfo.projetos@ancine.gov.br
(-) PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CAPTAÇÃO, REDIMENSIONAMENTO E REMANEJAMENTO DE FONTES DE RECURSOS:gestaosfo.projetos@ancine.gov.br
() PRIMEIRA E DEMAIS LIBERAÇÕES DE RECURSOS INCENTIVADOS E COEXECUÇÃO: gestaosfo.projeto@ancine.gov.br
() ANÁLISE DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO FSA: acompanhamento.fsa@ancine.gov.br
() ANÁLISE DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO FSA: acompanhamento.fsa@ancine.gov.br
A informação sobre o deferimento do pedido de priorização será encaminhada para o endereço eletrônico da proponente, utilizando o mesmo endereço de envio deste requerimento.

1. Identificação do projeto:

Título do Projeto:	
Empresa Proponente:	
SALIC:	
Chamada Pública FSA:	

2. Atendimento aos critérios de priorização de análise:

(No caso de projeto de produção de obra audiovisual, devem ser cumpridos, no mínimo, 2 (dois) dos critérios econômicos constantes dos incisos I a IV do art. 2º da Portaria ANCINE nº 491-E, de 09 de outubro de 2019. No caso de aprovação inicial para a captação de recursos incentivados, deve ser cumprido o critério da alínea a) do inciso I do art. 2º da referida Portaria.)

Marcar X	Parâmetros	Anexar documento
I. maior potencial de viabilização econômica e financeira		
	contratos de patrocínio e investimento, incluindo os subordinados à cláusula de condição e os aportes de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA em fase de contratação, em valor equivalente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do orçamento dos itens financiáveis da parte brasileira do projeto, no caso da aprovação inicial para a captação de recursos incentivados;	Anexar contratos e comprovantes
	análise financeira realizada pela ANCINE, que comprove a captação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do orçamento dos itens financiáveis da parte brasileira do projeto ou a prévia autorização para movimentação de recursos públicos, no caso dos demais atos relativos à projetos aprovados para captação de recursos incentivados;	Não se aplica
II. maior probabilidade de internacionalização		
	Reconhecimento Provisório de Coprodução Internacional - RPCI, emitido pela ANCINE nos termos da Instrução Normativa nº 106, de 24 de julho de 2012;	Não se aplica
III. Impacto no desenvolvimento social e econômico nacional		
	comprovação do início do período de captação de sons e imagens ou da sua programação, em até 180 (cento e oitenta) dias do requerimento de análise prioritária;	Informar Data: ____/____/____
	contratação do lançamento comercial da obra em mais de 50 (cinquenta) salas de exibição ou da sua veiculação em televisão aberta ou fechada, em até 180 (cento e oitenta) dias do requerimento de análise prioritária.	Anexar contrato de distribuição Qtd. Salas: ____ Informar Data: ____/____/____
IV. Regionalização		
	Produtora brasileira sediada nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, bem como nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, conforme registro no Sistema ANCINE Digital - SAD.	UF: _____

Local, Data

Assinatura do representante legal da proponente *

* Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

DESPACHO Nº 80-E, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública a Deliberação a seguir:
Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da lei indicada, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2023.
19-0375 MARIA.
Processo: 01416.005357/2019-83
Proponente: PAVIRADA FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Brasília/ DF.
CNPJ: 08.847.593/0001-38
Valor total aprovado: R\$ 448.950,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 426.502,50
Banco: 001 - agência: 1419-2 conta corrente: 29374-1
Aprovado pela Deliberação do Diretor-Presidente Substituto em 18/10/2019.
Art. 2º A deliberação produz efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA MUNIZ

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO

DESPACHO Nº 8-E, DE 20 DE OUTUBRO DE 2019

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:
Art. 1º Autorizar a substituição dos títulos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo.

19-0163 de "SÁBIA COZINHA" para "TUDO NA PANELA".
Processo: 01416.003548/2019-19
Proponente: TALK FILMS LTDA- EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.403.337/0001-66

13-0364 de "ARRIGO, O FILME" para "MEU AMIGO ARRIGO".
Processo: 01580.005991/2013-29
Proponente: AF CINEMA E VÍDEO LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 69.126.670/0001-55

18-0421 de "HOMENS DO CAMINHO - ROTAS HISTÓRICAS NA COMPANHIA DO MAGALARGA MARCHADOR" para "HOMENS DO CAMINHO - ROTAS HISTÓRICAS BRASILEIRAS NA COMPANHIA DO MANGALARGA MARCHADOR - 2ª T".
Processo: 01416.007865/2018-15
Proponente: CANAL AZUL CONSULTORIA AUDIOVISUAL EIRELI ME
Cidade/UF: SÃO PAULO - SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47

16-0177 de "CORREDOR POLONÊS" para "BABENCO - ALGUÉM TEM QUE OUVIR O CORAÇÃO E DIZER: PAROU".
Processo: 01416.000403/2016-13
Proponente: HB FILMES LTDA - EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 46.848.701/0001-86

18-0403 de "AMOR,MENTIRAS E INTERNET" para ""VÍTIMAS DIGITAIS".
Processo: 01416.007308/2018-02
Proponente: FOGO AZUL FILMES LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 06.076.085/0001-78
Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL HALFELD DUTRA

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.738-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.062420/2011-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8.724/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer nº 1.020/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:
Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de agosto de 2011, a permissão outorgada à Rádio Musical FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 124, de 11 de agosto de 1989, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 1989, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 169, de 1991, publicado no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campo Mourão, estado do Paraná.
Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.
Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.966-SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Renovar a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de



23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP n.º 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.236-SEI, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53670.000498/1998 e nº 53900.046108/2016-37, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de abril de 2017, a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida, inscrita no CNPJ nº 02.597.213/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itumbiara, estado de Goiás.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.467-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, em combinação ao Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000848/2001-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 7405/2019/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Valentim, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 14, de 20 de janeiro de 2012, publicado em 26 de janeiro de 2012, Seção 1, página nº 53.

Onde se lê: "Associação Rádio Comunitária Cidade Alta" Leia-se: "Associação Rádio Comunitária Alta Floresta - ARCAF"

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3.978, de 28 de agosto de 2015, publicado em 1º de setembro de 2015, Seção 1, página nº 34.

Onde se lê: "Associação Comunitária de Palmas - PR" Leia-se: "Associação Rádio Guaribas FM"

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.663/2019

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
CQB: 266/08
Processo SEI nº: 01250.044802/2019-61
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 6700/2019 publicado em 12/09/2019
Decisão: Deferido

Ementa: A requerente solicitou à Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria Nº 319/2019, nomeando Victor Hugo Valiati (Presidente), Priscila Schmidt Lora e Marcelo Oliveira Caetano, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.664/2019

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH
CQB: 306/10
Processo SEI nº: 01250.042604/2019-62

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 6704/2019 publicado em 13/09/2019
Decisão: Deferido

Ementa: A requerente solicitou à Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria EACH 38/19 de 11.09.2019, nomeando Eutímio Gustavo Fernández Nuñez (Presidente), Luiz Paulo Moura Andrioli, Mario Pedrazzoli Neto e Ernani Barone, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.665/2019

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 226ª Reunião Ordinária, ocorrida em 03/10/2019, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para os seguintes processos:

Processo nº: 01250.014550/2019-45; Requerente: Fiorese & Giolo LTDA; CQB: 429/17; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.004566/2019-40; Requerente: Explante - Mudanças Micropropagadas; CQB: 398/15; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.015158/2019-13; Requerente: Centro de Citricultura Sylvio Moreira - IAC; CQB: 417/16; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.016847/2019-45; Requerente: Embrapa Trigo; CQB: 058/98; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.040874/2019-79; Requerente: Instituto Mato-Grossense de Algodão; CQB: 309/10; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processos nº: 01250.034462/2019-60; 01250.034459/2019-46; 01250.034454/2019-13; Requerente: Laboratório de Análises Genéticas - Agrogenética; CQB: 146/01; Assunto: Relatórios Anuais 2016, 2017 e 2018; Decisão: Deferidos

Processo nº: 01250.034498/2019-43; Requerente: Ferst Centro Agrônomo de Pesquisa e Tecnologia; CQB: 462/18; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.040874/2019-39; Requerente: Instituto de Zootecnia - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios; CQB: 234/06; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processos nº: 01250.054320/2018-38; 01250.054322/2018-27; 01250.054325/2018-61; 01250.054330/2018-73; e 01250.018211/2019-38; Requerente: Renove Soluções Ambientais Ltda.; CQB: 368/14; Assunto: Relatórios Anuais 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018; Decisão: Deferidos

Processo nº: 01250.065416/2017-41; 01250.051877/2018-17; Requerente: Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS; CQB: 135/01; Assunto: Relatório Anual 2016, 2017; Decisão: Deferidos

Processo nº: 01250.010832/2019-73; Requerente: Usina Cerradinho Bioenergia S.A.; CQB: 310/10; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.012493/2019-60; Requerente: Ceva Veterinária S.A.; CQB: 182/03; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.014054/2019-91; Requerente: Faculdade de Ciências Farmacêuticas - USP; CQB: 090/98; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processos nº: 01250.018176/2019-57; 01250.018172/2019-79; 01250.018171/2019-24; 01250.018167/2019-66; 01250.018164/2019-22; e 01250.018161/2019-99; Requerente: Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - USP; CQB: 100/99; Assunto: Relatórios Anuais 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018; Decisão: Deferidos

Processo nº: 01250.014520/2019-39; Requerente: Fleury S.A.; CQB: 443/17; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.014778/2019-35; Requerente: Sanofi-Aventis Farmacêutica LTDA; CQB: 324/11; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.015816/2019-77; Requerente: Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP; CQB: 156/01; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.015891/2019-38; Requerente: Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga; CQB: 454/18; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.016324/2019-07; Requerente: Fundação Oswaldo Cruz - Rondônia; CQB: 391/15; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processos nº: 01250.012059/2019-80 e 01250.018504/2018-34; Requerente: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB; CQB: 286/09; Assunto: Relatórios Anuais 2017 e 2018; Decisão: Deferidos

Processo nº: 01250.015581/2019-13; Requerente: Instituto de Biologia (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); CQB: 069/98; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.015292/2019-14; Requerente: Faculdade de Ciências Aplicadas/Unicamp; CQB: 370/14; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.016761/2019-12; Requerente: Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN; CQB: 067/98; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.016762/2019-67; Requerente: Universidade Federal de Pelotas - UFPEL; CQB: 081/98; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.017395/2019-19; Requerente: Universidade Federal de Uberlândia - UFU; CQB: 163/02; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.017597/2019-61; Requerente: Sociedade Educacional do Espírito Santo - Universidade Vila Velha (SEDES-UVV); CQB: 457/18; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.017781/2019-19; Requerente: Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE; CQB: 317/10; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.018947/2019-14; Requerente: Fundação Edson Queiroz (Universidade de Fortaleza - UNIFOR); CQB: 294/10; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.019240/2019-17; Requerente: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - USP; CQB: 217/06; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.019224/2019-24; Requerente: Faculdade de Engenharia de Alimentos (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); CQB: 373/14; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.019533/2019-02; Requerente: Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio LTDA; CQB: 104/99; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.027187/2019-28; Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein; CQB: 288/09; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.027464/2019-01; Requerente: Faculdade de Saúde Pública (Universidade de São Paulo - USP); CQB: 206/04; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.030519/2019-51 e 01250.030521/2019-21; Requerente: Instituto de Biociências de Rio Claro (Universidade Estadual de São Paulo - UNESP); CQB: 198/04; Assunto: Relatórios Anuais 2017 e 2018; Decisão: Deferidos

Processo nº: 01250.030114/2019-13; Requerente: Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa (AASDAP); CQB: 243/07; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53000.069083/2013-41

Interessado: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.

Assunto: Publicação de Portaria

1. Tendo em vista a publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, do dia 23 de outubro de 2019 (Evento SEI nº), da Portaria nº 4.966-SEI, de 20 de setembro de 2019, que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná, **remeto os autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.**

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 31/10/2019, às 16:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4775020** e o código CRC **EE4A4164**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 4775020

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53000.069083/2013-41

Certifico que foi realizada a solicitação de anotação cadastral na pasta jurídica da entidade Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda, bem como a atualização no sistema MOSAICO.

De ordem, encaminho o presente processo à Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro-CGGM, para prosseguimento do pleito.



Documento assinado eletronicamente por **Alicionete da Silva Luz, Agente Administrativo**, em 06/11/2019, às 11:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4820671** e o código CRC **6F42178C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 4820671

Brasília, 22 de Novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 4.966, de 20 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de Outubro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45732/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.069083/2013-41.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908613** e o código CRC **789F48D9**.

Usuário Externo (signatário):	Pedro Paulo Verano de Souza
IP utilizado:	200.130.17.1
Data e Horário:	06/12/2019 10:53:42
Tipo de Peticionamento:	Processo Novo
Número do Processo:	00001.008745/2019-25
Interessados:	
	Pedro Paulo Verano de Souza
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Documento Principal:	
- Requerimento Renovação de outorga	1605422

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 27 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 4.966, de 20 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de Outubro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado de Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas

NOTA TÉCNICA Nº 25535/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.069083/2013-41

Assunto: Renovação. Deferimento

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao período de 01.05.2014 a 01.05.2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da concessão de materializou nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18.6.1954. A ultima renovação da outorga se deu por meio do Decreto s.n.º, de 24.9.2006, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 25.8.2006 (evento SEI n.º3572965, fl.1), cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 252, de 2007, publicado no D.O.U. de 1.10.2007 (evento SEI n.º3572965, fls.2/3). Com efeito, a concessão se encontra vencida desde 1.5.2014.

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º desta Nota, protocolizado nesta Pasta em 27.11.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Considerando que o prazo legal vigente à época, para a apresentação do pleito renovatório era o compreendido entre os dias 1.11.2013 e 1.2.2014, se verifica que o pedido foi apresentado naquela ocasião de forma tempestiva.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º3569450.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º3228908, fls.88/97). Ademais, da certidão de falência apresentada pela Interessada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º3228908, fl.99). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º3228908, fls.85/86), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os

últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Fundação Monsenhor Jonas Abib	306.900	306.900,00
Vanderson Anselmo Crozatto	3.100	3.100,00
TOTAL	310.000	310.000,00

NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Administrador

12.1. Por se tratar de concessionária que possui em seu quadro de sócio pessoa jurídica é de vital importância a reprodução da composição diretiva dessa (conforme certidão da Serventia dos Registros Públicos e Anexos de Cachoeira Paulista/SP - evento SEI n.º3232803), com o fito de se identificar todas as pessoas naturais que possuem participação na Interessada:

DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Diretor Executivo
Shirleya Nunes de Santana	Vice-Diretora Executivo

12.2. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.077253/2017-49. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 23.444/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º3569445), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios (**diretos e indiretos**) e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 19.11.2018 (evento SEI n.º3572920, fls.1/2).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Vanderson Anselmo Crozatto participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP (nas qualidades de administrador e sócio indireto).

13.3. A sócia Fundação Monsenhor Jonas Abib participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP.

13.4. A Sra. Shirleya Nunes de Santana participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP (na qualidade de sócia indireta).

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3572920, fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3232126).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 3.612/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3568778), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 25.535/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 25.535/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 19/11/2018, às 17:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 19/11/2018, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 19/11/2018, às 18:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3569457** e o código CRC **050B5381**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 25.535/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., nos termos da Portaria MVOP nº 552, de 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)***GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

SEI nº 3569457



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00022/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.069083/2013-41

INTERESSADOS: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA - ME(RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA)
ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao período de 1º.5.2014 a 1º.5.2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 15668/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, referente ao período de 1º.5.2014 a 1º.5.2024.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 25535/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3569457):

6. A outorga da concessão de materializou nos termos da Portaria MVOP n.º 552, de 18.6.1954. A última renovação da outorga se deu por meio do Decreto s.n.º, de 24.9.2006, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 25.8.2006 (evento SEI n.º [3572965](#), fl.1), chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 252, de 2007, publicado no D.O.U. de 1.10.2007 (evento SEI n.º [3572965](#), fls.2/3). Com efeito, a concessão se encontra vencida desde 1.5.2014.

3. Registre-se apenas pequena correção de erro material quanto à data do Decreto referente à última renovação, que, na verdade, foi emitido em 24.8.2006, e não 24.9.2006 conforme mencionou a Secretaria.

4.

No requerimento protocolado em 27.11.2013 (Doc. SEI n.º 0036900, fls. 2/3), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar n.º 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei n.º 13.424/2017, que alterou as Leis n.º 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto n.º 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795/1963, além de revogar o Decreto n.º 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei n.º 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível

renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

19. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação. O requerimento foi protocolado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, segundo a qual o pedido deveria ser apresentado entre os seis e três meses anteriores ao término do prazo da permissão. No caso, o último período da permissão expirou em 1º.4.2016 e o pedido fora apresentado em 18.12.2015.

20. O requerimento foi subscrito por Filipe Garcez Jardim, à época sócio-administrador da entidade, nos termos da Cláusula 4ª da Décima Sexta Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial em 21.8.2002 (Doc. SEI

nº 3228908, fls. 71/73). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3569450).

21. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

23. Verificamos que a interessada apresentou todas as declarações exigidas, adequadamente firmadas pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Vanderson Anselmo Crozatto, designado para a função na Cláusula 10 da 20ª Alteração Contratual, registrada no órgão competente em 29.7.2014 (Doc SEI nº 3228908, fls. 77/83, Protocolo nº 01250.045132/2018-19). Em razão da existência de sócio pessoa jurídica, também foi apresentada a declaração conjunta de que trata o art. 15, §15, do Regulamento (Doc. SEI nº 3569287) igualmente firmada pelos representantes legais das entidades envolvidas. Conferimos especial destaque às declarações prestadas, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

24. No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Docs. SEI nº 3228908, fls. 8/84, Protocolo nº 01250.045132/2018-19 e nº 3569371) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 3228908, fls. 85/86, Protocolo nº 01250.045132/2018-19), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 23.444/2018/SEI-MCTIC (Doc. SEI nº 3569445), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. Também foi apresentada cópia do Estatuto Social da Fundação Monsenhor Jonas Abib e cópia da ata de eleição da diretoria (Docs. SEI nº 3569287, fls. 2/21 e nº 0009252, fls. 18/19). A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º [3228908](#), fls.85/86), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Fundação Monsenhor Jonas Abib	306.900	306.900,00
Vanderson Anselmo Crozatto	3.100	3.100,00
TOTAL	310.000	310.000,00

NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Administrador

12.1. Por se tratar de concessionária que possui em seu quadro de sócio pessoa jurídica é de vital importância a reprodução da composição diretiva dessa (conforme certidão da Serventia dos

Registros Públicos e Anexos de Cachoeira Paulista/SP - evento SEI n.º [3232803](#)), com o fito de se identificar todas as pessoas naturais que possuem participação na Interessada:

DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Vanderson Anselmo Crozatto	Diretor Executivo
Shirleya Nunes de Santana	Vice-Diretora Executivo

12.2. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.077253/2017-49](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 23.444/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º [3569445](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

25. Para demonstrar a manutenção da qualificação econômico-financeira para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, relativo aos últimos exercícios então disponíveis, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI n.º 3228908, fls. 88/97, Protocolo n.º 01250.045132/2018-19, fls.) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI n.º 3228908, fls. 88/97, Protocolo n.º 01250.045132/2018-19, fl. 99). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, “Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3228908](#), fls.88/97). Ademais, da certidão de falência apresentada pela Interessada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [3228908](#), fl.99).

26. A regularidade fiscal, por sua vez, restou demonstrada por meio das certidões negativas de débito relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS, FISTEL e Fazendas estadual e municipal (Docs. SEI n.º 3569105, fls. 1, 3, 5 e 6). E, também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, foi demonstrada a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI n.º 3569105, fl. 2). Todas as certidões, com exceção do FISTEL estão válidas na data de hoje. Contudo, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

27. Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação, consta do processo administrativo em epígrafe a NOTA INFORMATIVA N.º 3612/2018/SEI-MCTIC (Doc. SEI n.º 3568778), segundo a qual “o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga”.

28. Já no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3572920](#), fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3232126](#)).

29. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei n.º 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei n.º 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios (diretos e indiretos) e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 19.11.2018 (evento SEI n.º [3572920](#), fls.1/2).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Vanderson Anselmo Crozoatto participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP (nas qualidades de administrador e sócio indireto).

13.3. A sócia Fundação Monsenhor Jonas Abib participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP.

13.4. A Sra. Shirleya Nunes de Santana participa, além da concessão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em São José do Rio Preto/SP (na qualidade de sócia indireta).

30. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão. Necessário apenas que o processo retorne à Secretaria de Radiodifusão para retificação da minuta proposta, a fim de fazer constar o nome do atual titular desta Pasta.

31. Em adendo consigne-se a necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para adoção da providência mencionada no item 33 deste Parecer, com posterior remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

33. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 08 de janeiro de 2019.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000069083201341 e da chave de acesso 9df241e5

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 211766158 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 08-01-2019 16:02. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00023/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.069083/2013-41

INTERESSADO: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA - ME(RÁDIO CANÇÃO NOVA ESPERANÇA)

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, de Âmbito Regional, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

- 1. Aprovo o PARECER N° 00022/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra da Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, acrescentando a necessidade de a Área Técnica assentar nos autos manifestação conclusiva sobre a manutenção da qualificação econômico-financeira da entidade para dar continuidade à execução dos serviços *in casu*.**
- 2. Encaminhem-se os autos à secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.**

Brasília, 09 de janeiro de 2019.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000069083201341 e da chave de acesso 9df241e5

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 212078477 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 09-01-2019 15:00. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 11 de dezembro de 2019.

AO PROTOCOLO DA SAI, CGAP e SAG

Assunto: NOVA ESPERANÇA-PR - RENOV - Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 1.371 2019 MCTIC.

Rodrigo Eusébio Pereira
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Eusébio Pereira, Supervisor**, em 11/12/2019, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1615328** e o código CRC **39A9B504** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 443/2020/AS/SAINF/SAG

Assunto: Renovação da Outorga de permissão para o serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Nova Esperança/PR

Interessada: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. (CNPJ 79.352.712/0001-20)

Referência: EM nº 01371/2019 MCTIC, de 27/11/2019 – Processo nº 53000.069083/2013-41

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 4.966-SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019](#) que renova a outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Nova Esperança/PR, pelo prazo de dez anos, a partir de 01/05/2014, sem direito a exclusividade, em favor da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 79.352.712/0001-20, de acordo com o disposto no § 3º do art. 33 do Código Brasileiro de Telecomunicações^[2] e nos termos do art. 110 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[3].
2. Os órgãos técnico e jurídico do Ministério se manifestaram favoráveis ao ato de renovação da outorga de permissão nos termos da Nota Técnica nº 25535/2018/SEI-MCTIC, de 19/11/2018, 1615321), com o registro de entendimento que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do pedido de renovação da outorga; e pelo Parecer Jurídico nº 00022/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de 08/01/2019, 1615326)^[4], com o destaque pela viabilidade jurídica do pedido de renovação e a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
3. No Relatório do Canal que integra o MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro (Módulos de radiodifusão - SCR)^[5], disponível em: http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac6c94213&state=AM-C3, verificou-se constar nos campos de Histórico de Documentos Emitidos o registro dos atos referentes ao processo.
4. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do Ministério, em especial a informação consignada pela Nota Técnica nº 25535/2018/SEI-MCTIC, e ponderando que a eventual necessidade de atualização do MOSAICO não impede o prosseguimento da matéria, esta assessoria não identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Senhor Presidente da República para posterior envio de mensagem ao Congresso Nacional, em conformidade com o § 1º do art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[6], uma vez que o ato de renovação da outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Brasília/DF, 18 de maio de 2020.

À consideração superior,

CÍCERO COELHO DE A. ROCHA FILHO

Assessor

De Acordo,

JOSÉ CRUZ FILHO

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República,

RODRIGO PEREIRA DE MELLO

Subchefe Adjunto Executivo

[1] Publicada no DOU de 23/10/2019.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27/08/1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31/10/1963](#), com redação dada pelo [Decreto nº 9.138, de 2017](#).

[4] Aprovado pelo Despacho nº 00023/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 09/01/2019, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

[5] O Mosaico é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado

para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[6] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com [redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#), combinado com a competência da Secretaria de Radiodifusão do MCTIC em coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, de pós-outorga e de renovação ([Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019](#)).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 79.352.712/0001-20 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA		DATA DE ABERTURA 28/08/1988	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CANCAO NOVA ESPERANCA		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R LORD LOVAT		NÚMERO 487	COMPLEMENTO *****
CET 87.800-000	SANFONDIÁRIO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA ESPERANCA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (044) 2624-533	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.
Emitido no dia 05/05/2020 às 22:38:17 (data e hora de Brasília).Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	79.352.712/0001-20
NOME EMPRESARIAL:	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$310.000,00 (Trezentos e dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FUNDACAO MONSENHOR JONAS ABIB		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	VANDERSON ANSELMO CROZATTO	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	VANDERSON ANSELMO CROZATTO		
Qualificação:	49-Sócio-Administrador		

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
Emitido no dia 05/05/2020 às 22:39 (data e hora de Brasília).



Documento assinado eletronicamente por **Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho, ASSESSOR**, em 18/05/2020, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunto (DAS 101.5)**, em 18/05/2020, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pereira de Mello, Subchefe Adjunto Executivo**, em 18/05/2020, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1868762** e o código CRC **DD7255A6** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 16 de junho de 2020.

C E R T I D ã O

Processo nº 53000.069083/2013-41.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Analisando os autos do Processo nº 53000.069083/2013-41, que versa sobre RENOVAÇÃO da outorga de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº: 01371/2019-MCTIC
- Tipo de Serviço:
 - [] Rádio Comunitária - Renovação da outorga
 - [] Rádio Comercial FM – Renovação da outorga
 - [] Rádio Educativa – Renovação da outorga
 - [] Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Renovação da outorga
 - [x] Radiodifusão sonora em onda média – Renovação da outorga
- Entidade: Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda.
- CNPJ nº: 79.352.712/0001-20
- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à renovação da outorga: 25535/2018/SEI-MCTIC, de 19/11/2018
- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à renovação outorga: 00022/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de 08/01/2019

- Portaria MCTIC nº: [4.966-SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019](#), que renova a outorga a partir de 01/05/2014
- Data de publicação da Portaria MCTIC de renovação no DOU: 23/10/2019.

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

Ana Beatriz Fumian Gomes
Estagiária
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Fumian Gomes, Estagiário(a)**, em 16/06/2020, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1948809** e o código CRC **3CA728C7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53000.069083/2013-41 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53000.069083/2013-41.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970739** e o código CRC **FB310A07** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 5 de julho de 2019.

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DA EXM 1371 2019 MCTIC

Informa a devolução da Exposição de Motivos via SIDOF, de ordem da SAAL, para reavaliação do novo Ministro das Comunicações e eventual instrução processual complementar.

HUGO VINÍCIUS ALVES
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Supervisor**, em 05/07/2020, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1986086** e o código CRC **7BACBB56** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53000.069083/2013-41

INTERESSADA: RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 25535/2018/SEI-MCTIC e do Parecer nº 00022/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Nova Esperança/PR, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (SUPER 3569457 e 3750852).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019, no Diário Oficial da União do dia 23 de outubro de 2019, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 4771250). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 25535/2018/SEI-MCTIC (SUPER 3569457).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11040411, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 03/08/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/08/2023, às 14:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/08/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/08/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11040403** e o código CRC **9BC5A0E0**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (11040411)

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

Documento nº 11040403

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

MINUTA

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25535/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019, publicada em 23 de outubro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão outorgada à Radio Sociedade Nova Esperança Ltda (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 03/08/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 03/08/2023, às 14:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 03/08/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 04/08/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11040411** e o código CRC **2372AD84**.



EM Nº 195/2023/MCOM

Brasília, 04 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25535/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 22/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019, publicada em 23 de outubro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão outorgada à RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/09/2023, às 12:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047428** e o código CRC **353C35AA**.

Referência: Processo nº 53000.069083/2013-41

Documento nº 11047428

Ofício Interno nº 39651/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11047428)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DERAP_MCOM (11040403) , encaminho a Exposição de Motivos (11047428), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 18/09/2023, às 16:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047432** e o código CRC **4F1EF6D9**.

Ofício Interno nº 41613/2023/MCOM

Brasília, 19 de Setembro de 2023

Ao Senhor
Enio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 195 (11047428)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP_MCOM (11040403), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 195 (11047428), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/09/2023, às 14:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11121454** e o código CRC **97A6388D**.

Brasília, 20 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25535/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00022/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.966/SEIMCTIC, de 20 de setembro de 2019, publicada em 23 de outubro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. (CNPJ nº 79.352.712/0001-20), nos termos da Portaria MVOP nº 552, datada em 18 de junho de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nova Esperança, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 28045/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.069083/2013-41.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 20/09/2023, às 15:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11123707** e o código CRC **36E18C8A**.

Usuário Externo (signatário):	Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário:	25/09/2023 15:49:41
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53000.069083/2013-41
Interessados:	

RÁDIO SOCIEDADE NOV A ESPERANÇA LTDA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Despacho Coordenação de Renovação de Outorga de R	4598519
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4598520
- Exposição de Motivos Nº 195/2023/MCOM	4598521
- OFICIO Interno nº 39651/2023/MCOM	4598522
- OFICIO Interno nº 41613/2023/MCOM	4598523
- Exposição de Motivos Interno nº 41613/2023/MCOM	4598524
- OFICIO Nº 28045/2023/MCOM	4598525

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 388/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53000.069083/2013-41.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00601/2023 MCOM, de 20 de Setembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Nova Esperança (PR).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00601/2023 MCOM (4598524), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.069083/2013-41, acompanhado da [Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, no município de Nova Esperança, estado do Paraná, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 79.352.712/0001-20, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00022/2019/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1615326), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 25535/2018/SEI-MCTIC, de 19 de novembro de 2018 (1615321), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCTIC)^[3], ratificada pelo Despacho (4598519), de 04 de agosto de 2023, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE/MCOM, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 19 de novembro de 2018 (1605422, p.416), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4], e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#). Cumpre registrar que a consulta revela que está em tramitação processo de transferência de titularidade da outorga do canal registrado sob o Fistel nº 05008016148, em favor da Fundação Monsenhor Jonas Abib, inscrita no C.N.P.J. nº 20.488.021/0001-05, conforme [Portaria MCOM nº 5.213, de 7 de abril de 2022](#), no âmbito do Processo Administrativo nº 53900.037659/2015-29.
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	79.352.712/0001-20
NOME EMPRESARIAL:	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$310.000,00 (Trezentos e dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FUNDACAO MONSENHOR JONAS ABIB		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	VANDERSON ANSELMO CROZATTO	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	VANDERSON ANSELMO CROZATTO		
Qualificação:	49-Sócio-Administrador		

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/06/2024 às 14:54 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucedió pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).





Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 28/08/2024, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 28/08/2024, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5810299** e o código CRC **FE85432A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.069083/2013-41

SUPER nº 5810299

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.069083/2013-41

Nota SAJ - Radiodifusão nº 665 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radiodifusão sonora em onda média. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53000.069083/2013-41

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.011222/2023-21, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão sonora em onda média**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 79.352.712/0001-20, na localidade de **Nova Esperança/PR**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em onda média.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem compete exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no

uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[1] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[2]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[3].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.069083/2013-41, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[2] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

^[3] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 23/07/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 23/07/2024, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5917640** e o código CRC **0C40DC8E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2019, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 939, de 29 de agosto de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2019, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6044571).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 02/09/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6044574** e o código CRC **D2861AA7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MENSAGEM Nº 939

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 4.966, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2019, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Brasília, 29 de agosto de 2024.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 30 de agosto de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6045260) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 30/08/2024, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6045262** e o código CRC **B43E67E7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0